



2019

- ANAIS - RESUMOS EXPANDIDOS

**III SEMINÁRIO DE ESTUDOS
CONTEMPORÂNEOS SOBRE A
BAIXADA FLUMINENSE**

24 E 25 E ABRIL DE 2019 -
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ

ISBN: 978-85-67951-06-5



30 SEMINÁRIO
DE ESTUDOS
CONTEMPORÂNEOS
SOBRE
BAIXADA
FLUMINENSE

André Santos da Rocha

Leandro Dias de Oliveira

Gabriel Souza Alves

Miguel Alexandre do Espírito Santo Pinho

Marcelo Loura de Moraes

Patrícia Matias de Oliveira

Priscilla Abrantes

Renan Navarro Martins

(Org's.)

III Seminário de Estudos Contemporâneos sobre a Baixada Fluminense: Anais de *Resumos Expandidos*.

1ª Edição

Seropédica



ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DO
INSTITUTO HISTÓRICO

ASAMIH

2019



30 SEMINÁRIO
DE ESTUDOS
CONTEMPORÂNEOS
SOBRE
BAIXADA
FLUMINENSE

III Seminários de Estudos Contemporâneos da Baixada 24 e 25 de abril de 2019.

Realização e Organização:



LAGEP

Laboratório de Geografia
Econômica e Política



PPGGEO—UFRRJ
Programa de Pós-Graduação em
Geografia

Apoio e Parcerias Científicas e Culturais:



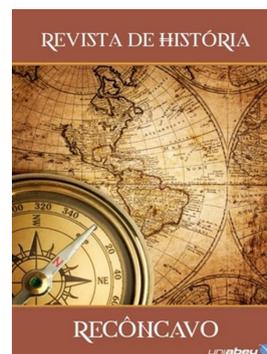
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.



FEBF Faculdade de Educação
da Baixada Fluminense
UERJ-CAXIAS



PosGeo uff
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal Fluminense





<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Ficha Catalográfica

Seminário de Estudos Contemporâneos sobre a Baixada Fluminense / Organização: André Santos da Rocha, Leandro Dias de Oliveira, Gabriel Souza Alves, Miguel Alexandre do Espírito Santo Pinho, Marcelo Loura de Moraes, Patrícia Matias de Oliveira, Priscilla Abrantes, Renan Navarro Martins.

ISBN: 978-85-67951-06-5

Anais de Resumos Expandidos [Recursos Eletrônico] / III Seminário de Estudos Contemporâneos sobre a Baixada Fluminense, 24 e 25 de abril, em Seropédica, RJ. — Seropédica/ Duque de Caxias, PPGGEO-UFRRJ/ ASAMIH. 2019, 262p.

Disponível em: < <https://3secbf.wixsite.com/seminariobaixada/anais>

1. Baixada Fluminense—eventos. 2. Geografia— eventos. 3. História—Eventos. 4. Educação—Eventos. 5. Estudos Contemporâneos— eventos. I. Título.

CDD: 900—Ficha Catalográfica Elaborada Pela Comissão Organizadora — 3471a



Comitê Organizador.

Prof. Dr. André Santos da Rocha (PPGGEO- UFRRJ)
Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira (PPGGEO- UFRRJ)
Porf. Gabriel Souza Alves (Mestrando - PPGEIO-UFF)
Prof. Miguel Alexandre do Espirito Santo Pinho
(Mestrando - PPGGEO-UFRRJ)
Prof. Msc. Marcelo Loura de Moraes (Doutorando PPGG
-UFRRJ)
Prof^a. Msc. Patrícia Matias de Oliveira (Doutoranda
PPGG-UFRRJ)
Prof^a. Priscilla Abrantes (Mestranda - PPGGEO-UFRRJ)
Prof. Renan Navarro Martins (Mestrando - PPGGEO-
UFRRJ)

Comitê Científico.

Prof^a. Dr^a Adriana Carvalho Silva (IE-UFRRJ)
Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento (PPGHR-
UFRRJ)
Prof^a. Dr^a. Amália Dias (PPGECC-UERJ/FEFB)
Prof. Dr. André Santos da Rocha (PPGGEO-UFRRJ)
Prof^a. Msc. Andrea Paula de Sousa (UERJ-FEBF)
Prof^a. Dr^a. Carly Barboza Machado (PPGSC-UFRRJ)
Prof. Dr. Clezio Santos (PPGGEO-UFRRJ)
Prof^a. Dr^a. Edileuza Dias de Queiroz (IM-UFRRJ)
Prof.Dr. Edson Miagusko (PPGSC-UFRRJ)
Prof. Dr. Everaldo Lisboa dos Santos (UCB/SEEDUC-
RJ)
Prof^a. Dr^a. Flavia Elaine Silva Martins (PPGEO-UFF)
Prof. Dr. Francisco Chagas (DEGEO-IM-UFRRJ)
Porf. Gabriel Souza Alves (Mestrando - PPGEIO-UFF)
Prof. Dr. José Claudio Alves (ICHS-UFRRJ)
rof^a. Dr^a. Karine Bueno Vargas (DGG-UFRRJ)
Prof^a. Dr^a. Kátia Maria Soares (FABEL)
Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira (PPGGEO-
UFRRJ).

Prof^a. Dr^a Lúcia Helena Pereira da Silva (PPGDT-
UFRRJ)
Prof^a. Dr^a Lucia Aparecida Valadares Sartório (IE-
UFRRJ).
Prof. Dr. Luciano Ximenes Aragão (UERJ-FEBF)
Prof. Dr. Manoel Ricardo Simões (IFRJ)
Prof. Dr. Marcio Rufino Silva (PPGGEO-UFRRJ)
Prof. Msc. Marcelo Loura. (Doutorando PPGG-UFRRJ)
Prof^a. Msc. Marlucia Santos Souza (Museu Vivo do
São Bento)
Prof. Miguel Alexandre do Espirito Santo Pinho
(Mestrando - PPGGEO-UFRRJ)
Prof. Dr. Nielson Rosa Bezerra (PPGECC -UERJ/FEFB)
Prof^a. Msc. Patrícia Matias de Oliveira (Doutoranda
PPGG-UFRRJ)
Prof^a. Priscilla Abrantes (Mestranda - PPGGEO-
UFRRJ)
Prof^a.Dr^a. Regina Cohen Barros (DGG-UFRRJ)
Prof. Renan Navarro Martins (Mestrando - PPGGEO-
UFRRJ)
Prof. Dr. Sebastião Fernandes Raulino (SEMDC)
Prof.Msc. Sidney Cardoso Santos Filho (SEEDUC-RJ)
Prof. Msc. Ricardo Luiz Nogueira de Souza (ICMbio -
Flona Mario Xavier)
Prof. Dr^a. Tânia Amaro (Instituto Histórico de Duque
de Caxias / UNIGRANRIO)



Apresentação

A Baixada Fluminense, área integrante da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, conhecida popularmente pela representação de pobreza, altos índices de violência e baixos indicadores sociais, vem passando por profundas transformações. Estas incluem desde questões da esfera política, marcadas pelas emancipações nos anos de 1990 e na dinamização da dinâmica eleitoral, até o aparecimento de novos investimentos na região, seja no ramo imobiliário, seja no industrial. Ao lado de disso, não se pode ignorar as dinâmicas culturais que se expandem através da criação de grupos de dança, música, teatro, entre outros, até a consolidação de instituições que valorizam a história da região, cujo as ações reverberam o pulsar sócio-político da Baixada.

Ao passo destas questões se verificou também a consolidação e expansão de centros de educação superior na Baixada e, concomitante a isto, a emergência de pesquisadores que incorporaram temáticas e questões diversas desta área em suas agendas. Contudo, percebemos a necessidade de articulação destas iniciativas com a finalidade de reunir as contribuições das pesquisas sobre essa Baixada contemporânea e também de construção de pautas propositivas para questões e demandas regionais – respeitando as singularidades municipais.

A multiplicidade dos fenômenos sociais, políticos e econômicos que se desencadeiam na Baixada Fluminense, revelam por si só a amplitude das questões abordadas pelos diferentes campos de conhecimento - como Geografia, História, Sociologia, Antropologia, Letras, entre outras. Partindo de seus preceitos e métodos próprios, elas podem contribuir para a compreensão e o alargamento do conhecimento que pode servir entre outras coisas: [a] à popularização da história e dos fenômenos sociais locais da região; [b] à aproximação das pesquisas de forma complementar e sistemática; [c] à disseminação de práticas pedagógicas, capazes de colaborar com a educação básica na região; [d] à sistematização de informações importantes, que possam ser sustento para a elaboração de políticas públicas, de forma horizontalizada.

Neste sentido, o 3ª Seminário de Estudos Contemporâneos sobre a Baixada Fluminense realizado nos dias 23 e 24 de abril de 2019, teve a iniciativa de articular e discutir questões pertinentes a região, além de reunir proposições, que balizem as ações coletivas dos estudos contemporâneos na Baixada. Estiveram presentes pesquisadores de diferentes instituições sediadas



na Baixada Fluminense e na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, de diferentes grupos de pesquisa além da participação representantes de movimentos sociais.

Com o intuito de fortalecer essa articulação, para além do debate durante o evento, contamos, nesta 3ª edição do Seminário de Estudos Contemporâneos sobre a Baixada Fluminense, com apresentação de trabalhos que seguem registrados neste ebook. Os trabalhos foram divididos e estruturados em cinco eixos, seguindo uma filiação temática: Questão Urbana, Questão Econômica, Questão Ambiental, História e Cultura Regional e Educação e Produção Social do Conhecimento.

Assim, é com satisfação que deixamos a disposição da comunidade acadêmica o registro textual dos trabalhos apresentados para a leitura e apreciação.

Comissão Organizadora



EIXO 1 — QUESTÕES URBANAS

A BUSCA PELA CIDADANIA COMO FERRAMENTA POLÍTICA: A GEOGRAFIA ELEITORAL NO TERRITÓRIO DA BAIXADA FLUMINENSE.

Bernardo Bispo Santos.....1

SUBURBANAS E SUBUMANAS: UM ENSAIO SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO COM ÊNFASE NA BAIXADA FLUMINENSE

Iasmim Cristina da Cunha Pinho & Rebecca Virgínia Domingos Barreto.....6

“NÃO É PAU, NÃO É PEDRA, NÃO É O FIM DO CAMINHO” – UMA ANÁLISE SOBRE CANDIDATURAS FEMININAS NA BAIXADA FLUMINENSE

Liandra Lima Carvalho.....8

BAIXADA FLUMINENSE: REGIÃO PERIFÉRICA HETEROGÊNEA EM DISPUTA.

Douglas Monteiro de Almeida.....13

AS MILÍCIAS ENTRE PRÁTICA E REPRESENTAÇÃO A PARTIR DE UM BAIRRO DA BAIXADA FLUMINENSE.

Leonardo Brama.....18

“EU NOMEIO, TU RENOMEIAS, ELE NOMEIA NOVAMENTE”: COMO AS TOPONÍMIAS PÚBLICAS EM NILÓPOLIS (RJ) EXPRESSAM TERRITORIALIDADES POLÍTICAS.

Enderson Albuquerque & Miguel Ângelo Ribeiro.....21

O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-FAR NA BAIXADA FLUMINENSE: DESARTICULAÇÃO ENTRE A POLÍTICA HABITACIONAL E A POLÍTICA URBANA EM DUQUE DE CAXIAS E BELFORD ROXO.

Marcos Henrique de Aguiar.....25

“PUXADINHOS PERIFÉRICOS”: DIREITO REAL DE LAJE COMO ALTERNATIVA DE ACESSO À MORADIA EM NOVA IGUAÇU-RJ.

Flávia da Silva Souza & André Ricardo Peixoto.....29

DIREITO À MORADIA DIGNA NA POLÍTICA HABITACIONAL: ANÁLISE DO PROGRAMA “MINHA CASA MINHA VIDA” NO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU-RJ

Flávia da Silva Souza; Marcio Rufino Silva.....33

MOBILIDADE URBANA E DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO: DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM SÃO JOÃO DE MERITI.

Fernanda Marchon de S. da Silva & Beatriz de Medeiros Corrêa.....39



ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA NA BAIXADA FLUMINENSE E INTENSIFICAÇÃO NA MOBILIDADE POPULACIONAL.

Jonathan da Silva Araujo & Lirian Melchior.....44

MOBILIDADE URBANA: A VISÃO DO CICLISTA NAS CIDADES DA BAIXADA FLUMINENSE

Flávio Júlio Felix da Silva.....49

FEIRAS DE ARTESANATO E GASTRONOMIA: POTÊNCIAS CULTURAIS E ECONÔMICAS NA BAIXADA FLUMINENSE

Gabriela Sousa Ribeiro e Beatriz Rodrigues Moreira.....53

ESPAÇO URBANO E INJUSTIÇA AMBIENTAL NO ENTORNO DO ANTIGO ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO, DUQUE DE CAXIAS/RJ.

Natália Burity de Almeida Teixeira; Fernando Souza Damasco; Letícia de Carvalho Giannella.....57

O DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO NA BAIXADA FLUMINENSE: A DIMENSÃO HISTÓRICA NA ANÁLISE DO RISCO E DA VULNERABILIDADE.

Paulo Guilherme Barbosa Bragança.....62

A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS POSSESSÓRIOS INDIVIDUAIS PELA DEFENSORIA PÚBLICA EM NOVA IGUAÇU, RJ.

Pedro Henrique Fernandes das Chagas; Lívia Pitelli Zamarian Houaiss.....64

ALIENAÇÃO DO ESPAÇO E A LEGISLAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU.

Raul Rosa de Oliveira Junior.....69

ANALISANDO E REFELETINDO SOBRE A CONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO TURÍSTICA "BAIXADA VERDE".

Teresa Cristina de Miranda Mendonça; Isabela de Fátima Fogaça; Teresa Cristina Viveiros Catramby; Maria Angélica da Costa Maciel.....72

EIXO 2— QUESTÕES ECONÔMICAS

REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA SOB A FORMA CONDOMÍNIO LOGÍSTICO EM DUQUE DE CAXIAS: CONTEXTOS INICIAIS

Gabriel Souza Alves.....78

RODOVIA WASHINGTON LUÍS (BR-040): INSERÇÃO DE NOVOS ARRANJOS ECONÔMICOS E DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS

André Luiz Teodoro Rodrigues.....82

O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ FRENTE A GRANDES EMPREENDIMENTOS.

Dayenne Gomes Brandão de Oliveira; Lamounier Erthal Villela; Maria Viviana de Freitas Cabral.....86

MAS, TEM HOTEL AQUI?": UM ESTUDO SOBRE A MALHA HOTELEIRA DE ITAGUAÍ"

Ingra Maia Medeiros Santos; Dan Gabriel D'Onofre.....91



[O ESPECTRO DA BARBÁRIE: O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A EXPLOSÃO DA VIOLÊNCIA EM QUEIMADOS](#)

Miguel Pinho.....96

[COMERCIALIZAÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DOS MUNICÍPIOS DE JAPERI E QUEIMADOS NO CEASA/RJ-IRAJÁ](#)

Luanna de Oliveira Moreira; Leonardo da Costa Valle;
André Santos da Rocha; Regina Cohen Barros; Anelise Dias.....101

[COMERCIALIZAÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PRODUZIDOS NOS MUNICÍPIOS DE ITAGUAÍ, SEROPÉDICA E PARACAMBI NO CEASA RJ – IRAJÁ](#)

Leonardo da Costa Valle; Luanna de Oliveira Moreira; Anelise Dias;
Regina Cohen Barros; André Santos da Rocha.....105

[A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO ESPAÇO E SUSTENTABILIDADE: O CASO DA CIDADE DE SEROPÉDICA](#)

Letícia Mello de Mendonça.....109

[ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO: O IMPACTO SOBRE OS PREÇOS DOS IMÓVEIS](#)

Maria Viviana de Freitas Cabral; Joilson de Assis Cabral.....111

[ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO: TRANSFORMAÇÕES E REPRESENTAÇÕES](#)

Victor Tinoco.....116

EIXO 3—QUESTÃO AMBIENTAL

[CARACTERIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS TALHÕES DE ESPÉCIES ARBÓREAS DO BIOMA AMAZÔNICO PRESENTES NA FLORESTA NACIONAL MÁRIO XAVIER](#)

Andrezza Gomes Alves & Karine Bueno Vargas.....122

[IDENTIFICANDO O TECNÓGENO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DA GUARDA, NA BAIXADA DE SEPETIBA \(RJ\)](#)

Beatriz Peixoto Dias & Laura Delgado Mendes.....127

[RESISTÊNCIA CAMPONESA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO \(COMPERJ\) - UMA PROPOSTA](#)

Bruno Milan Carneiro de Albuquerque & Jacob Binsztok.....132

[O CASO DA COMPANHIA MERCANTIL E INDUSTRIAL INGÁ S/A, O RISCO EMINENTE CONTINUA.](#)

Carlos Alberto Sarmiento do Nascimento; Riyuzo Ikeda Júnior; Joyciene Carolina Fagundes; Lamounier Erthal Villela.....137

[AS FRATURAS SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI, RJ: UMA ESPACIALIZAÇÃO DA CALAMIDADE.](#)

Diego de Castro Souza.....142



[AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS DA BAIXADA VERDE: DESAFIOS E POTENCIALIDADES](#)

Geovane Alencar.....145

[UMA ANÁLISE DO USO DA RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.](#)

Guilherme Preato Guimarães; Edileuza Dias de Queiroz; Renato Gadioli Augusto.148

[RELAÇÃO ENTRE OS FATORES CONDICIONANTES E PROCESSOS EROSIVOS NO SOLO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU \(RJ\).](#)

Lais Oliveira Carvalho Fontes Domingues; Tales Gaspar de Mattos Reis; Sarah Lawall153

[FEIRAS AGROECOLÓGICAS COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO DE SABERES EM NOVA IGUAÇU \(RJ\).](#)

Mariane do Rosário Silva.....158

[ANÁLISES DO PROGRAMA VOLUNTARIADO NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU-RJ.](#)

Renato Gadioli Augusto, Guilherme Preato Guimarães; Ester Ribeira Moreira; Gabriel Mandes D'Ávila;
Edileuza Dias de Queiroz.....163

[PROPOSTA DE ESTUDO FENOMENOLÓGICO NA FLONA MÁRIO XAVIER: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS FUNCIONÁRIOS E USUÁRIOS DA FLONA MÁRIO XÁVIER - SEROPÉDICA – RJ](#)

Vitor Abreu & Karine Bueno Vargas.....168

EIXO 4—HISTÓRIA E CULTURAL REGIONAL

[XERÉM, PANDEIRO E PENTECOSTALISMO](#)

Artur Costa Lopes.....173

[PESQUISAR COM UM COLETIVO DE MULHERES PRODUTORAS CULTURAIS NA BAIXADA FLUMINENSE: EFEITOS SOBRE NÓS.](#)

Camilla Cristine Ignácio Ferreira & Giovanna Marafon.....178

[ANÁLISE DO POTENCIAL DOS ATRATIVOS CULTURAIS DE MAGÉ](#)

Daiane Estacio da Silva; John Wesley Pina da Silva; Laissa Pacheco dos Santos;
Isabela de Fátima Fogaça.....182

[MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS, CIDADE DA BEIJA-FLOR: A IDENTIDADE CARNAVALESCA A SERVIÇO DA POLÍTICA LOCAL](#)

Enderson Albuquerque.....185

[MANIFESTO CULTURAL E AUDIOVISUAL NA BAIXADA FLUMINENSE: REFLEXÕES SOBRE CLASSE, RAÇA E TERRITORIALIDADE ATRAVÉS DE SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA](#)

Gabrielly Oliveira.....189



<u>PARACAMBI: A VIDA DOS TRABALHADORES TECIDA NO RITMO DE SUAS MÁQUINAS</u>	
Jonathan Souza de Almeida & Lirian Melchior.....	193
<u>AS MULHERES DOS CAMPOS DA BAIXADA FLUMINENSE ENTRE 1948 E 1964: UMA DISCUSSÃO SOBRE O TRABALHO FEMININO NA LAVOURA</u>	
Luciana Andrade.....	199
<u>CONFETE, SERPENTINA E LARANJAS: CARNAVAL EM NOVA IGUAÇU NO PERÍODO DA CITRICULTURA (1920-40)</u>	
Maria Ester de Carvalho S. Dória.....	202
<u>UMA BAIXADA, MUITOS SENTIDOS: AS REPRESENTAÇÕES DA REGIÃO A PARTIR DA IMPRENSA (NOVA IGUAÇU, 1957-1962)</u>	
Maria Lúcia Bezerra da Silva Alexandre.....	205
<u>HISTÓRIA E MEMÓRIA: ASPECTOS SOBRE O CENÁRIO ARTÍSTICO DA DANÇA NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU</u>	
Mariana Cunha Callegario.....	209
<u>OUTRAS HISTÓRIAS DA ARTE – TRANSVERSALIDADES PERIFÉRICAS</u>	
Silvia Schiavone Petinari Cordeiro.....	213
<u>MOVIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS: MEMÓRIA E (RE)EXISTÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE.</u>	
Thiago da Rocha Dionizio Rodrigues.....	219
<u>PRÁTICAS FARMACÊUTICAS EM IGUAÇU ATRAVÉS DAS TRAJETÓRIAS DE JOSÉ MANOEL DE SANTA RITA E JOAQUIM NERY COTRIM DE SANTA RITA (1890 – 1937)</u>	
Ticiano Santa Rita.....	223
<u>A PRESENÇA DA TEMÁTICA RACIAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FACULDADE DUQUE DE CAXIAS.</u>	
Wesley Paulo Peixoto & Liandra Lima Carvalho.....	227

EIXO 5— EDUCAÇÃO E CIRCULAÇÃO DO CONHECIMENTO

<u>MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA NA ESCOLA: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA BAIXADA FLUMINENSE.</u>	
Alice Vieira Ribeiro.....	233
<u>FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A DOCÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE</u>	
Ana Paula dos Santos Mendonça; Nelci Paulo da Silva; Tatiane Ferreira da Silva.....	236
<u>A PROFISSÃO DOCENTE NA ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (1947-1950)</u>	
Angélica Bauer Rodrigues.....	239



MORO NA BAIXADA FLUMINENSE: QUAL É O MEU DESTINO?

Bruna Navarone Santos.....244

ZOOTOUR – SERÔ NA RURAL E A INTEGRAÇÃO ENTRE O ENSINO MÉDIO E A UNIVERSIDADE.

Carolina Araújo de Farias; Maria Vitória Ferreira Borges; Nicolau Rizzo Spinola Campos; Telma Oliveira Soares Velloso; Matheus Pereira dos Santos; Thiago Bernardes Fernandes Jorges.....249

PARA BOM PROVEDOR UMA PLATAFORMA MOODLE BASTA: ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS VIRTUAIS NA FORMAÇÃO EM EaD

Débora Gaspar Soares.....252

A RELEVÂNCIA DA AUTONOMIA PARA A FORMAÇÃO EM TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO

Débora Gaspar Soares.....255

ALÉM DA SALA DE AULA": UM ESTUDO DE CASO DAS PRÁTICAS DOCENTE E DISCENTE

Glauber de Araújo Barroco Lobato & Wallace Araújo de Oliveira.....259

MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO: COMO A BAIXADA FLUMINENSE AS INTERNALIZAM

Pedro César Sousa Oliveira; Marta Catarina Ferreira da Silva;
Gustavo Henrique Menezes Pereir; Dalton Franco263

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA BAIXADA FLUMINENSE: O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL DIANTE A DIVERSIDADE SEXUAL.

Jaqueline de Melo Barros.....268

A VIVACIDADE DA EDUCAÇÃO POPULAR NOS MUNICÍPIOS DE DUQUE DE CAXIAS E NILÓPOLIS ATRAVÉS DAS EXPERIÊNCIAS DE UM PRÉ VESTIBULAR

Juliana Garcia de Lima.....273

EFETOS DA DISTÂNCIA ENTRE AS LÓGICAS FAMÍLIA-ESCOLA NA REALIDADE DE NOVA IGUAÇU

Lorrana Ferreira Lucio; Giovanna Canzi Coelho da Silva.....277

GÊNERO E SEXUALIDADE: DIÁLOGOS COM DOCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA

Marcus Alexandre de Pádua Cavalcanti Bastos; Eliane Cristina Tenório Cavalcanti; Alexandre de Jesus Pereira.....280

GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO UMA EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA NA BAIXADA FLUMINENSE

Marcus Alexandre de Pádua Cavalcanti Bastos; Eliane Cristina Tenório Cavalcanti.....283

A FORMAÇÃO DOCENTE E O ENSINO DE GEOGRAFIA ANTIRRACISTA: PERSPECTIVAS ATRAVÉS DO PIBID NA BAIXADA FLUMINENSE

Mariana Nunes Pereira Bastos.....286



[DO LUTO A LUTA: PROCESSOS NÃO-FORMAIS DE EDUCAÇÃO REALIZADOS POR MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DE CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE](#)

Sharah Elisa Luciano.....291

[YOGA MARGINAL E PROCESSOS PSICOSSOCIAIS NAS PERIFERIAS](#)

Tainá Antonio Fernandes; Beatriz Akemi Takeiti.....294

[PARA ALÉM DO TEMPO INTEGRAL: A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA BAIXADA FLUMINENSE.](#)

Telma Oliveira Soares Velloso, Cezar Luiz de Mari.....299

[CARTOGRAFIA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: APLICAÇÃO DE OFICINAS DIDÁTICAS NO MUNICÍPIO DE MESQUITA](#)

Weslen Silva de Oliveira, Stephanie Costa da Rocha, Stephanie Costa da Rocha, Stephanie Costa da Rocha, Evelyn de Castro Porto Costa.....303



<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Ficha Catalográfica

Seminário de Estudos Contemporâneos sobre a Baixada Fluminense / Organização: André Santos da Rocha, Leandro Dias de Oliveira, Gabriel Souza Alves, Miguel Alexandre do Espírito Santo Pinho, Marcelo Louira de Moraes, Patrícia Matias de Oliveira, Priscilla Abrantes, Renan Navarro Martins.

ISBN: 978-85-67951-06-5

Anais de Resumos Expandidos [Recursos Eletrônico] / III Seminário de Estudos Contemporâneos sobre a Baixada Fluminense, 24 e 25 de abril, em Seropédica, RJ. — Seropédica/ Duque de Caxias, PPGGEO-UFRRJ/ ASAMIH. 2019, 262p.

Disponível em: < <https://3secbf.wixsite.com/seminariobaixada/anais>

1. Baixada Fluminense—eventos. 2. Geografia— eventos. 3. História—Eventos. 4. Educação—Eventos. 5. Estudos Contemporâneos— eventos. I. Título.

CDD: 900—Ficha Catalográfica Elaborada Pela Comissão Organizadora — 3471a



Questão Urbana



A BUSCA PELA CIDADANIA COMO FERRAMENTA POLÍTICA: A GEOGRAFIA ELEITORAL NO TERRITÓRIO DA BAIXADA FLUMINENSE

Bernardo Bispo Santos

Discente do Departamento de Geografia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ),
e-mail: bernardo_bs13@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, procuramos relatar e constatar a presença de uma lógica eleitoral que cerca os bairros de Nova Iguaçu que estão inseridos na 84ª Zona Eleitoral do Rio de Janeiro. Esse relato se condiciona por via da confecção empírica do pesquisador, que se encontra inserido como um morador, ou seja, integrante da composição da região. Denominamos o termo lógica, tendo a finalidade da explicitação da atuação política na região, como um *modo operante*, que ocorre não necessariamente em épocas eleitorais. O ponto chave desta pesquisa é argumentar como se dá a estrutura “institucional” na região, ou melhor, quais são os efeitos da falta da mesma. Argumentamos isso pela decorrência de historicamente grupos “paralelos” ao Estado exercer ações de controle territoriais na região, tendo em vista uma ausência do “interesse” pública na mesma. Isso entra em evidência quando analisamos as estruturas básicas, partindo da escassez do que conhecemos, por exemplo como *cidadania*.

A partir de tal falta, procuramos estabelecer neste trabalho, a formula eleitoral da região, que gira em torno da “busca a cidadania e dignidade”. Porém tal formula não se evidencia no campo da prática política de fato, a dignidade vira negligência. Tamanha negligência é posta como histórica, sendo assim, uma região que não obtinha uma devida “importância” aos interesses públicos. Acumulando um teor de “esquecimento”, a região abdica de processos para atingir uma “participação” na máquina pública, por consequência, um dos seus principais meios de ações para o mesmo acaba sendo as eleições. A questão que abrange a definição de instituição na região se traz como uma discussão ontológica, qual o significado da mesma e a sua efetivação? Nesta contextualização, o território apresentado neste trabalho, possui raízes



profundas com seu passado recente, tendo vista a produção deste passado em relação com as centralidades cariocas. A elevação da articulação entre poder e território se unificam na problemática do artigo, a partir do momento que se é possível observar ações que se delimitam e se regram de uma *lógica* a partir de determinado local.

Acreditamos que tal lógica segue por toda a zona eleitoral, por conta de uma espécie de “separação” territorial entre os bairros que cercam Nova Iguaçu e a região central do município. Essa sensibilidade é algo que, no território, se apresenta como uma realidade “comum”, devido a tamanha “negligência” e “esquecimento”. Porém, em períodos eleitorais (anteriormente e posteriormente), na esfera política e nas práticas eleitoreiras, tal região é bastante direcionada para visitas de campanhas de diversos nichos de partidos políticos e adjacentes. Além de observamos uma perpetuação do modo de ação desses atores que configuram na realização deste artigo. Este modelo de ação se perpetua com tais atores, que representam famílias que “controlam” e trazem a representatividade da forma política do território. Esse modelo se configura em uma manutenção de diversas formulações de poderes. Podemos também discutir sobre uma certa detenção de um “monopólio” político do território, tendo em vista a maior capacidade financeira para suas campanhas eleitorais. Além, de pela negligência citada anteriormente pelo município, esses políticos se apresentam como uma forma de “acesso” a essas formas de instituições. É preciso debater também neste artigo, a percepção de forma, estrutura e institucionalidade para o território, seja como uma espécie de uma dualidade de acesso/negligencia. Além de temos primordialmente como noção introdutória deste trabalho as dinâmicas territoriais que pairam a região (ROCHA, 2014), compondo assim uma noção vai além do *Estado*.

Seguindo esta mesma lógica, entramos em uma espécie de “dignificação” da região, indo além da pejorativa reprodução de uma *imagem* do território. Que definem a Baixada como o lugar da “barbárie”, lugar “temporário e da passagem”, o “câncer vizinho”, dentre outros conceitos segregacionistas que reafirmam as centralidades existentes no Estado do Rio de Janeiro (ALVES, 2003). Porém, tendo um salto de qualidade e sensibilidade ao obter um olhar crítico das *nuances* regionais. Como relata BARRETO (2007), a Baixada não se evidencia em uma única face, como os aspectos delimitadores demonstram, mas se demonstra como uma pluralidade de *mundos*.

A Baixada Fluminense possui agentes condicionantes vastos e riquíssimos em seu território para se espelhar em outras regiões semelhantes. Sua especificidade se expressa seja pelos fatores condicionantes como: O fator religioso, institucional, urbano, político e etc. Projetamos em expor toda a carga vivenciada “fluminense”, em conjunto com toda a observação e implicação já



efetivada em torno de toda existência concreta ou sensível, expor a peculiaridade e formas que se dão na esfera político-eleitoral deste território. Temos como objetivo neste trabalho trazer uma provocação e conseqüentemente desconstruir os discursos rotineiros de sempre como: “O pobre vota mal! ”; “Esse lugar é no fim do mundo! ”; “Esse lugar não tem nada! ”. Invés disto, construir a ideia da inquietação e questionamento, se perguntando os “por quês” de toda e qualquer constituição social. Possuindo a implicação sobre a questão dos *desenvolvimentos geográficos desiguais*, tendo o exemplo de: *Por que o dito “pobre” vota mal? Por que aquela região não possui tais condições de cidadania?*

RECORTE ANALÍTICO DA PESQUISA

Neste jogo de escalas, apresentamos o recorte analítico do trabalho, que se limita a analisar os bairros que estão englobados dentro da 84ª Zona Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no município de Nova Iguaçu. Pelo recorte principal deste trabalho ser uma zona eleitoral, o mesmo pode apresentar uma maior dificuldade de compreensão, tendo isto em vista, foi elaborado um mapa para uma melhor visualização (Figura 1).

Mapa indicador do recorte espacial da pesquisa

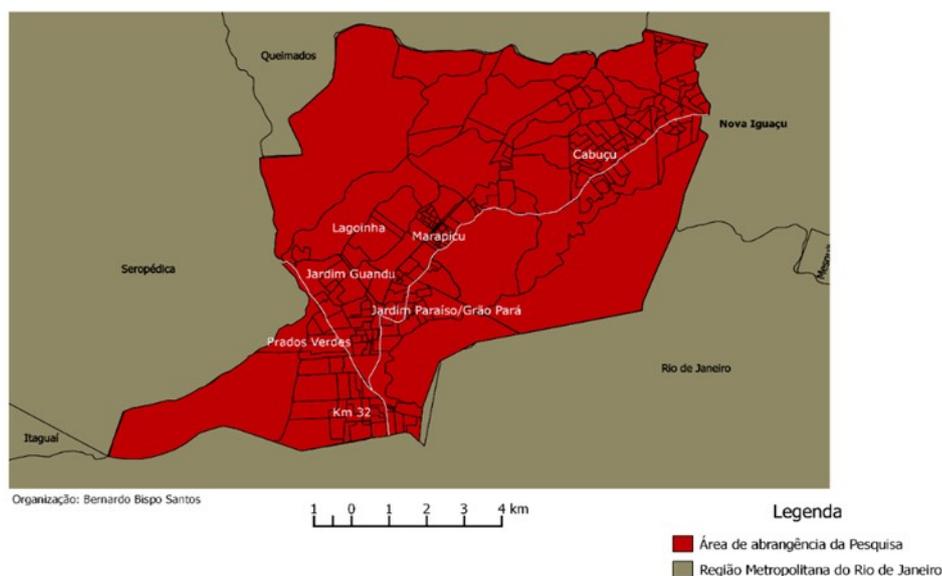


Figura 1 - Mapa indicador do Recorte Espacial da Pesquisa

Além da amostragem cartográfica, é importante ressaltar essa limitação analítica em bairros, que são compostos por: Km 32, Prados Verdes, Lagoinha, Jardim Paraíso, Grão-Pará, Jardim Guandu, Marapicú e Cabuçu. A consolidação de tal recorte é justificada quando pensa-



mos em uma lógica que permeia a zona eleitoral, tal delimitação espacial conta com os eixos rodoviários que se postam como via de entrada/saída dos bairros, como a BR-465 (Antiga Est. Rio-SP) e a RJ-105 (Est de Madureira).

MÉTODO

Utilizamos a Geografia Eleitoral, uma ramificação da Geografia Política para desvendar as tramas deste trabalho. A Geografia Eleitoral conta com o fator primordial na pesquisa do geógrafo, que é a espacialização, tendo ênfase principalmente ao meio eleitoral. Ao tocante nas ferramentas primordiais de um geógrafo, também utilizamos o trabalho de campo, dando ênfase a entrevistas com os agentes condicionantes da questão eleitoral da região: Moradores, grande e pequena mídia, instituições que compõem o cotidiano do fluxo social de informações da região e etc.

Em segundo lugar, podemos ter um salto metodológico, tendo como partida o modelo "*quali-quant*", formulado por Norma Medus. As junções de tais modos de produções metodológicas são extremamente necessárias nos estudos da Geografia Eleitoral. O isolamento de uma certa qualificação, seja ela qualitativa ou quantitativa gera uma menor profundidade na questão trabalhada. Quando nos propomos em proceder com uma análise sobre uma certa influência, seja ela comportamental ou estatísticos nos resultados eleitorais, acabamos obtendo um salto de profundidade e principalmente qualidade na análise dos indicadores eleitorais. Indicadores esses que se prontificam como uma ferramenta analítica para os "comportamentos eleitorais" (ALKMIN, 2014).

RESULTADOS PARCIAIS

Por via de uma implicação do pesquisador, além de uma vasta pesquisa em mídias de diversas escalas, dando ênfase a pequena mídia (ou local), conseguimos obter uma lógica que se gera como um ciclo de um modelo operante político na região. Esse modelo se instaura a partir da "compra" da institucionalidade para si, essa incorporação pode partir de diversas espécies de estruturas, seja ela a religiosa, política e criminosa. Nestas tramas que permeiam a importância eleitoral, ocorre o fenômeno no qual denominamos de "referencial institucional", no qual o político se torna a única referência de institucional na região. O mesmo se transforma na própria estrutura do Estado, como um precursor de "tudo", seja como obras, vagas em determinados cargos como jogo político, etc.



A partir de tamanho controle das formas, o referencial dá partida para um propósito maior, onde o mesmo se encontra como a “chave”. O teor institucional, em uma visão ontológica, para grande parte dos moradores não se parte pelo Estado e as suas estruturas (abrimos um adendo para a estrutura da *polícia*). Porém, se expressa pelo político, seja para abdicar de uma demanda ou para expressar alguma insatisfação. Para um maior entendimento desta lógica, disponibilizamos uma grade de sucessões, que prioriza determinar uma sucessão de fatores que condicionam a formação do *status* de referência institucional. (Quadro 1)



Quadro 1 – A lógica do “Referencial Institucional”. Organização: O autor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKMIN, Antonio C. **De Collor a Dilma: a geografia do voto no Rio de Janeiro de 1982 a 2010**. Ed. PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2014.

ALVES, José Claudio. **Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Notícias de uma Guerra: estratégias, ameaças e orações. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre. Ano 13, n.27, p.183-212, jan-jun. 2007.

MEDUS, N. B. **La Geografía Electoral en la historia de la ciencia geográfica**. Anuario N°7. Facultad de Ciencias Humanas – UNLPam, 2005, p.15-32.

ROCHA, André Santos. As representações ideais de um território”: dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense”. Tese (Doutorado em Geografia) – **Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, PPGG**, Rio de Janeiro, 2014.



SUBURBANAS E SUBUMANAS: UM ENSAIO SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO COM ÊNFASE NA BAIXADA FLUMINENSE

Iasmim Cristina da Cunha Pinho

Rebecca Virgínia Domingos Barreto

Graduandas em Ciências sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Estudo sobre as violações de direitos e dignidade das mulheres através do marcador de gênero, nas suas diferentes formas, sejam físicas ou não, a partir da análise de teorias feministas e da teoria de dominação masculina por Pierre Bourdieu. Abordando as tipificações de crimes contra mulheres na Lei Maria da Penha, a origem do termo "feminicídio" que deu nome à lei aprovada em 2015, mostrando que o feminicídio é um crime de ódio contra mulheres, onde as mesmas são assassinadas pelo simples fator de serem mulheres.

A discussão proposta tem como objetivo a reflexão do leitor sobre os diferentes tipos de violência contra as mulheres, seus impactos tanto na vida da vítima, de seus familiares e da sociedade como um todo. Pela análise do caso de Patrícia Koike, ocorrido em Nova Iguaçu, mostramos como o feminicídio pode ser resultado de uma sequência de outros tipos de violência anteriores, sejam violências físicas ou não. O recurso metodológico utilizado foi, primordialmente o levantamento de dados estatísticos e casos empíricos da Baixada Fluminense coletados através de portais de notícias, do Instituto de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro e depoimentos de mulheres na cartografia social proposta pelo Centro de Direito Humanos da Diocese de Nova Iguaçu, gerando um discussão embasadas em tais recursos, teorias feministas e a teoria da dominação masculina, de Pierre Bourdieu. O enfoque de nosso estudo não é a geração de resultados exatos, sim propor uma discussão através das perspectivas anteriormente citadas.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 2.ed. Trad. de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

JUSBRASIL.COM.BR. **Art. 121 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40**. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10625629/artigo-121-do-decreto-lei-n-2848de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acesso em: 25 de junho de 2018.

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial**. Soc. estado., Brasília, v. 29, n. 2, p. 329-340, Aug. 2014 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269922014000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Dossiê Mulher 2018. Disponível em <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2018.pdf>. Acesso em: 15 de abril de 2018.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 9, p. 3077-3086, Sept. 2017. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232017002903077&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 de junho de 2018.

SOUSA, Tania Teixeira Laky de. **Feminicídio: uma leitura a partir da perspectiva feminista**. Ex aequo, Lisboa, n. 34, p. 13-29, dez. 2016. Disponível em

<http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S087455602016000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 de junho de 2018.

GLOBO.COM. **Jovem é assassinada em Nova Iguaçu foi asfixiada pelo namorado, diz polícia**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/jovemassassinada-em-nova-iguacu-foi-asfixiada-pelo-namorado-diz-policia.ghtml>>. Acesso em: 5 de maio de 2018.

CASA FLUMINENSE. **Mulheres da Baixada lançam Cartografia Social**. Disponível em: <<http://casafluminense.org.br/cartografia-social-mulheres-da-baixada/>>. Acesso em: 05 de julho de 2018.

GLOBO.COM. **'Não consegui acreditar', diz amigo de estudante de medicina que matou a namorada**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sorocabajundiai/noticia/nao-conseguir-acreditar-diz-amigo-de-estudante-de-medicina-que-matounamorada.ghtml>>. Acesso em: 5 de maio de 2018.

Tribunal de Justiça de Santa Catarina. **Saiba mais sobre a Lei Maria da Penha**. Disponível em



“NÃO É PAU, NÃO É PEDRA, NÃO É O FIM DO CAMINHO” – UMA ANÁLISE SOBRE CANDIDATURAS FEMININAS NA BAIXA- DA FLUMINENSE

Liandra Lima Carvalho

Faculdade de Duque de Caxias (FDC)

Introdução

O presente trabalho apresenta uma análise acerca do cumprimento da Lei 9.100/1995, que trata em seu artigo 11, da obrigatoriedade de 20% dos candidatos aos cargos municipais, de cada partido político, pertecerem ao do sexo feminino, tal legislação também é chamada de Lei das Cotas, constitui-se uma das conquistas do movimento feminista brasileiro.

Considera-se importante registrar que na França, as mulheres possuíram o direito ao voto somente em 1944, sendo que em 1982, em virtude da baixa representação parlamentar feminina, foi aprovada em lei que reservava 25% das vagas nas listas partidárias para mulheres, sendo que no mesmo ano, tal legislação foi considerada inconstitucional. Em 1999, uma Emenda Constitucional estabeleceu o acesso igual para homens e mulheres, num percentual de 50% de candidatos nas listas eleitorais. Já na Inglaterra, embora desde 1918, o direito de voto tenha sido implantado, este se estendiam somente às mulheres casadas, chefes de família com nível universitário e maiores de 30 anos. Somente em 1928, o direito do voto foi concedido a todas as mulheres e no início da década de 1980 foi introduzida as cotas de gênero (Álvares, 2004).

No Brasil, a primeira iniciativa da política de cotas para as mulheres no poder legislativo, se deu através da Lei nº 9.100/95, que apontava que no mínimo 20% das vagas de cada partido ou coligação deveriam ser “reservadas” para a candidatura de mulheres. Sendo que verificou-se que a mesma apresentava lacunas, já que

“se o partido não preenchesse todas as suas vagas, a política de cotas não teria então nenhuma eficácia, primeiro porque a legislação criada não instituiu nenhuma sanção e também porque os partidos passaram a utilizar do argumento de que as vagas foram sim “reservadas” para as mulheres, mas que seriam as próprias mulheres as responsáveis pelo não preenchimento de tais vagas por não se candidatarem” (Brasil, 2010).



Visando uma ratificação da legislatura anterior, bem como um ampliação da política de cotas para mulheres, foi promulgada a Lei nº 9.504/97, que pontou que cada partido político poderia registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, desde que apresentasse uma lista de candidatos composto por no mínimo 30% e no máximo 70% para cada sexo (Brasil, 2010).

Em 2009, mais uma iniciativa em prol do aumento do número de mulheres na política se deu, a promulgação da Lei nº 12.034/1999, na qual foi estabelecido que os partidos políticos são obrigados a destinar 5% do Fundo Partidário à criação e à manutenção de programas de promoção e difusão da participação política de mulheres. Uma novidade trazida por essa lei é a sanção aos partidos políticos que não cumprirem tal determinação, com a multa de aumento de 2,5% do Fundo Partidário, no valor de 5%. Tal legislação também estabelece que 10% do tempo de propaganda deve ser usado para promover e difundir a participação política feminina (Brasil, 2010).

O principal objetivo do sistema de cotas, voltado para as mulheres na política, como uma ação afirmativa é "... criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representatividade política" (Grossi e Miguel, 2001, p. 169).

"Dar espaço à representação política feminina seria dar voz, nas discussões públicas, a esta outra sensibilidade, que hoje permanece circunscrita à esfera doméstica; por isto, é necessária a adoção de mecanismos que promovam a elevação da presença de mulheres nos espaços decisórios" (Araújo, 2001, p. 258).

Estrutura da pesquisa de campo

Construímos um estudo comparativo considerando o sexo dos candidatos e candidatas às eleições ocorridas para os cargos de prefeito e vereador, realizada em 2016, nos dois maiores colégios eleitorais da Baixada Fluminense: Nova Iguaçu e Duque de Caxias, tendo por base os dados do *site* do Tribunal de Superior Eleitoral (TSE).

Para que tal pesquisa pudesse ser realizada foi utilizado como principal base de dados o *site* do Tribunal Superior Eleitoral. Ressaltamos que, inicialmente, solicitamos tal levantamento ao setor de Ouvidoria do referido órgão, mas não obtivemos êxito. Dessa forma, o levantamento foi feito individualmente, pela própria autora.



Optamos por utilizar uma amostra da Baixada Fluminense, ou seja, os dois municípios com mais tempo de emancipação e também com o maior número de eleitores.

Resultados parciais da pesquisa

No município de Nova Iguaçu, sete partidos políticos que pleitearam a prefeitura, o REDE, o PSDB, o PT do B, o PSOL, o PMDB, o PR, o PRB, ineditamente, os partidos lançaram mulheres como candidatas, o PSOL com Leci Carvalho e Silva e o PRB com Rosângela de Souza Gomes. O partido vencedor foi o PMDB.

No tocante a Câmara de Vereadores observamos um recorde de partidos concorrentes, sendo eles, trinta. Desses trinta, sete não cumpriram a Lei 9.100/95 ou seja 23,30%. Chama a nossa atenção que todos os partidos que não cumpriram não lançaram nenhuma candidatura de mulheres, são eles: o PMB, o PMN, o PSB, o PSD, o PSL, o PTC, e o PV. Percebemos um discreto aumento percentual de candidaturas de mulheres: o PDT lançou 45,45% de mulheres em uma chapa; o PHS 41,67%; e o PPL diferentemente de todos os demais partidos lançou 60% de candidaturas femininas contra 40% masculinas.

Já no município de Duque de Caxias, temos sete partidos políticos disputando a prefeitura municipal. O PSTU, o REDE, o PTN, o PP, o PSOL, o PCO, o e PMDB. Somente um partido lançou uma candidata, o PSTU com Florinda Moreira Lombardi. Mais o partido eleito foi o PMDB.

Junto à Câmara de Vereadores, trinta e dois partidos políticos a disputaram, recorde no período por nós estudado, outro dado significativo observado é que dos trinta e dois partidos somente dois não cumpriram a Lei 9.100/95, ou seja, menos de 10%. Os que não cumpriram uma única candidatura feminina, foram o PSC e o PPS.

Percebemos tal como o município de Nova Iguaçu, um breve aumento do número de candidaturas femininas, chegando em alguns partidos, como o PCO, ser de 50%, o PMB de 40%, o PEN ser de 38,9%. Reconhecemos que esse número é baixo considerando o eleitorado feminino, mas também consideramos o intervalo de tempo estudado é um avanço.

Dos vinte e nove vereadores eleitos em Duque de Caxias, quatro são do sexo feminino: Deise do Marcelo do seu Dino, do PTC, Juliana do Taxi, do PSD; e Leide Amiga de Caxias, do PRB.

A câmara de vereadores de Duque de Caxias mantém, assim, a marca de quatro vereadoras eleitas, nas três últimas eleições, apontando um avanço da mulher na política dessa localidade, diferentemente do município de Nova Iguaçu por nós, que teve no mesmo período, seus



vereadoras eleitas, analisado de forma comparativa.

Análises preliminares

Embora a Lei nº 9.100/95 possua mais de 20 anos, o levantamento realizado e exposto, mostrou o quanto ela pouco mudou o gênero da política brasileira, esse ainda é masculino.

Não se constitui um dos objetivos deste trabalho, observar a votação das mulheres candidatas, mas foi possível observar um significativo número de chamadas “laranjas”, mulheres que tiveram zero votos ou menos de 20 votos, ou como a autora, já ouviu de algumas de suas entrevistadas em trabalhos acadêmicos anteriores: “A gente dá o nome! Prá ajudar o partido, entende?!”, dessa forma, seria cumprida a referida legislação.

Outra questão a ser salientada é que segundo o artigo 83 da legislação caberia ao Tribunal Superior Eleitoral, a fixação de multas no caso de descumprimento de alguma determinação da mesma, mas desconheço, como pesquisadora, bem como desconheço estudos que tenham averiguado a existência de multas para com partidos que não apresentam uma lista de candidatos com no mínimo 30% composta pelo sexo feminino.

Reconheço, também, em contrapartida, que embora possa parecer com base nos gráficos que as mulheres estão excluídas da política brasileira, essa não é uma verdade. Como aponta Rocha Coutinho, Costa e a própria autora em sua tese de doutorado, as mulheres vem participando ativamente da política brasileiro, desde o Brasil Colônia, mas, através de articulações, tramadas nos bastidores, sendo fundamentais, muitas vezes, para o sucesso de seus maridos, filhos, afilhados e netos.

Acreditamos que o exercício realizado pelas mulheres, junto à política brasileira, seja como candidatas, seja como eleitas, seja como articuladoras políticas, só vem fortalecendo-as para que assim, alcancemos, um dia, uma equidade de gênero na política.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, C. As Cotas por Sexo para a Competição Legislativa: O Caso Brasileiro em Comparação com Experiências Internacionais. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 44. n. 1, 2001.

CARVALHO, Liandra Lima. “VIVENDO E APRENDENDO A JOGAR! NEM SEMPRE GANHANDO, NEM SEMPRE PERDENDO, MAS APRENDENDO A JOGAR” - UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NAS PREFEITURAS DA BAIXADA FLUMINENSE. Relatório Final



Pós-Doutorado CAPES (PNPD-2016). Projeto: Estudos sobre Diversidades, Identidades e Gênero. Programa de Humanidades, Culturas e Artes. UNIGRANRIO. Duque de Caxias, 2017.

DELGADO, Malu. "Candidatas-laranja": a falácia da inclusão de mulheres na política brasileira Disponível em : [https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2017/03/08/candidatas-laranja-a-falacia-da-inclusao-de-mulheres-na-politica-brasileira.htm?](https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2017/03/08/candidatas-laranja-a-falacia-da-inclusao-de-mulheres-na-politica-brasileira.htm?cmpid=copiaecola)

cmpid=copiaecola Data do Acesso: 13/05/2017.

GROSSI, Miriam P.; MIGUEL, Sônia M. Transformando a diferença: as mulheres na política. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001.

PAES, Dora Paula. Luta contra candidata laranja? Disponível em:http://www.folha1.com.br/_conteudo/2014/03/politica/658694-luta-contracandidata-laranja.html Data do Acesso: 13/05/2017



BAIXADA FLUMINENSE: REGIÃO PERIFÉRICA HETEROGÊNEA E EM DISPUTA

Douglas Monteiro de Almeida

Doutorando em Sociologia IESP / UERJ

O presente artigo é fruto de uma parte da dissertação de mestrado, sob orientação do Professor Dr Robson Dias da Silva, que buscou estabelecer um debate teórico entre as diversas possibilidades de articulação do conceito de educação e de desenvolvimento no sistema capitalista, a fim de compreender como esta relação se manifesta concretamente na formação da rede de ensino superior na Baixada.

O objetivo desse artigo é discutir qual é a composição da Baixada Fluminense, sua heterogeneidade e como a discussão sobre o tamanho da região é importante para a política pública e para atuação da sociedade civil. Além disso, o artigo propõe pensar a Baixada como território periférico, além de debater os aspectos econômicos e sociais que estiveram em pauta na região, inclusive os principais indicadores sociais. A ideia deste trabalho consiste em descrever o cenário econômico e social da Baixada, ou seja, a dinâmica econômica da região e sua relação com a metrópole e os demais municípios da Região Metropolitana buscando entender como a Baixada continua sendo um espaço de disputa.

A Baixada Fluminense compõe a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A composição de Baixada é algo bem debatido e neste artigo serão discutidas algumas destas abordagens, em especial as duas mais tradicionalmente conhecidas, uma na qual envolve todos os 13 municípios e outra que considera a Baixada o território desmembrado do antigo município de Iguaçu. Por outro lado, a ideia de falar sobre a Baixada Fluminense gera discussões referentes a economia, poder e empoderamento.

Ao debater o tamanho e composição de uma região existe a necessidade de avaliar criteriosamente como delimitar seus limites. Em relação a Baixada Fluminense, não existe um consenso sobre sua composição e limites, parte disso influenciado pela quantidade de variáveis produzidas por diversos autores. A definição de Baixada é bem conflituosa, no entanto existem alguns municípios que impreterivelmente não ficam de fora dos conceitos de Baixada



Fluminense, são eles: Duque de Caxias e Nova Iguaçu, como núcleos, e Belford Roxo, São João de Meriti, Mesquita, Nilópolis, Queimados e Japeri como satélites imediatos (SIMÕES, 2011).

Esse primeiro recorte considera um núcleo duro para Baixada Fluminense, sendo que para alguns autores, esse núcleo duro corresponde ao conceito de Baixada Fluminense, numa perspectiva da "Grande Iguaçu" (municípios que faziam parte de Nova Iguaçu) contemplar melhor essa regionalização.

municípios como Itaguaí, Paracambi e Seropédica também classificados como pertencentes a Baixada Fluminense nunca foram partes de Nova Iguaçu e não apresentam as mesmas características sociais desses sete municípios surgidos a partir de Nova Iguaçu. Na realidade assemelham-se mais aos municípios de Magé e Guapimirim (MONTEIRO, 2001, p.18).

Colocando em discussão o município de Estrela, a composição da Baixada possui nova forma, acrescentando os municípios de Magé e Guapimirim, passando a serem dez municípios nessa região. A Associação de Professores e Pesquisadores da História da Baixada Fluminense (APPH-CLIO) através de estudos e eventos envolvem nessa composição os municípios desmembrados de Nova Iguaçu e do extinto município de Estrela (ROCHA, 2009).

A Baixada, na sua divisão política administrativa segundo a Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formações de Servidores Públicos do Rio de Janeiro (CEPERJ), é composta por 13 municípios, são eles: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Há ainda algumas composições que consideram mais municípios.

Em outra proposta sobre uma definição de Baixada Fluminense, Gênesis Torres, já numa perspectiva histórica memorialista, enfatiza uma Baixada pautada na idéia de tabuleiro da Guanabara, onde aconteceram atos importantes da história do Brasil. Segundo Gênesis Torres (2008), esta Baixada também é possuidora de um patrimônio cultural importantíssimo e que deve ser melhor explorado e conservado. A partir desta visão, que é também compartilhada por seu grupo intelectual do IPAHB, a Baixada Fluminense seria composta por 14 municípios. A saber: Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Japeri, Paracambi, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Magé e Guapimirim (ROCHA, 2009, p.102).

Além dessa ideia de uma Baixada composta por 14 municípios, a FIRJAN divide a Baixada em dois grupos, onde considera os locais de crescimento econômico e de investimentos, com a Baixada 1 composta por Mangaratiba, Itaguaí, Nova Iguaçu, Seropédica, Queimados, Mesquita,



Nilópolis, Paracambi, Japeri; e Baixada 2 englobando os municípios de Duque de Caxias, Paty de Alferes, Miguel Pereira, Belford Roxo, São João de Meriti, Magé e Guapimirim (ROCHA, 2009).

Segundo o censo de 2010, a Baixada Fluminense na composição de 13 municípios, tem 3.651.771 habitantes numa área territorial de aproximadamente 2800 km² e uma densidade demográfica de 1301 pessoas por quilômetro quadrado. Na estimativa de 2014 do IBGE, a população da Baixada chegou a 3.733.142 habitantes. Está situado na Baixada Fluminense o município do Brasil com maior densidade demográfica: São João de Meriti.

Os municípios da Baixada possuem uma economia muito dependente da capital (mesmo que a partir de 2006 o cenário tenha melhorado). Muitos desses municípios (São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita e Belford Roxo) são considerados “cidades dormitórios” por concentrarem grande parte da massa trabalhadora da cidade do Rio de Janeiro, utilizando o município somente para dormir e algumas estruturas físicas nos finais de semana. Duque de Caxias concentra refinarias de petróleo (REDUC) e as indústrias petroquímicas que participam desse processo, que fazem essa cidade possuir o maior Produto Interno Bruto (PIB) dessa região estudada, em 2012 Caxias possuía o 15º PIB do Brasil. Nova Iguaçu concentra empresas de ramos diversificados. A área de produtos de beleza, por exemplo, já é uma tradição e aí estão instaladas fábricas das conhecidas marcas Embelleze e Niely. Outro destaque são as redes de supermercados e empresas que ficam na margem da Rodovia Presidente Dutra, aproveitando o eixo viário Rio X São Paulo. A Bayer, empresa alemã, possui um Parque Industrial no município de Belford Roxo. A Baixada está estrategicamente localizada num eixo importante, o que gera algumas externalidades positivas como a proximidade com a metrópole nacional, o Rio de Janeiro; a presença de rodovias federais que possibilitam a circulação de mercadorias, como a BR-116 (via Dutra), a BR-101 (AV. Brasil), a BR-040 (Av. Washington Luiz) e o Arco Metropolitano, novo eixo viário, que faz a ligação do Porto de Itaguaí e o Complexo Petroquímico de Itaboraí, através da conexão das rodovias BR-101/Norte e BR-101/Sul.

Para escrever sobre a Baixada Fluminense é importante separar aquilo que é senso comum do que é científico (verídico através de dados). Sobre a questão da desigualdade social muito daquilo que é apontado pelo senso comum é verídico, talvez as causas dessa desigualdade que tornam-se fantasiosas, mas sua existência e acentuação nos municípios da Baixada são fatos reais. A Casa Fluminense criou um mapa da desigualdade. Esse instrumental



é bem útil no desenvolvimento desse trabalho por apresentar alguns indicadores sobre mobilidade, mercado de trabalho, renda, educação, segurança, saúde e saneamento. Através desses indicadores é possível analisar os aspectos econômicos e sociais que estiveram em pauta nesse período na região metropolitana e Baixada Fluminense.

Como conclusão desse trabalho de pesquisa, numa alusão ao conceito a nível internacional de periferia, a Baixada seria periferia da periferia. A própria delimitação territorial da Baixada passa por diversas e intensas discussões, desde a ideia de alguns pesquisadores como das próprias prefeituras ao buscar adquirir algum ganho por pertencer ou não a Baixada Fluminense.

Ao observar alguns dados sobre a Baixada Fluminense e identificado uma série de problemas históricos e estruturais nessa região à margem da metrópole, pôde ser observado ao longo desse século alguns avanços, como um maior acesso de seus habitantes ao ensino superior. No debate, a partir de alguns eixos como saúde, trabalho e renda, educação, dentre outros, é possível identificar alguns gargalos da Baixada Fluminense e a afirmação: quanto mais se afasta da capital, mais são os problemas. Na perspectiva do conceito de periferia, mesmo em áreas periféricas existem bairros ou localizações centrais e locais mais periféricos no arredor dessas localidades. Por isso a Baixada não é um território homogêneo e está em constante disputa.

Referências

ALVES, J. C. S. ; Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense. 1. ed. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003. 197p .

CASA FLUMINENSE, Associação. Mapa das Desigualdades. Casa Fluminense, 2019. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/>. Acesso em março de 2019.

FIGUEREDO, M. A. Gênese e (Re)produção do Espaço na Baixada Fluminense. Revista geopaisagem. 2004.

JACOB, Cesar Romero; HEES, Dora Rodrigues. WANIEZ, Philipe. Atlas das condições de vida no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio, 2014-2015, 180p.



MONTEIRO, Linderval. 2001. Baixada Fluminense: Identidade e Transformações. Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense. Dissertação de Mestrado em História Social. Rio de Janeiro, UFRJ.

ROCHA, A. S. Baixada Fluminense: representações espaciais e disputas de legitimidades na composição territorial municipal. Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF (Dissertação de Mestrado), 2009.

RODRIGUES, A. O. De Maxambomba a Nova Iguaçu (1833-90's): economia e território em processo. Rio de Janeiro: UFRJ. 2006. 127. Dissertação (Mestrado) Mestrado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006

ROSA, T. T. A cidade nas ciências sociais: teoria, pesquisa e contexto. Favelas, Periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias. 33º Encontro Anual da Anpocs GT 01. 2009.

SIERRA, Pablo. Periferias y nuevas ciudades. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2003.

SILVA, L. H. P. da. De Recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela História. Recôncavo: Revista de História da UNIABEU. 2013, v. 3, n. 5. Disponível em: <<http://www.uniabeu.edu.br/publica/index.php/reconcavo/article>> Acesso em: 22 jun. 2014.

SIMÕES, Manoel Ricardo. Ambiente e Sociedade na Baixada Fluminense. Mesquita, RJ: Editora Entorno, 2011.



AS MILÍCIAS ENTRE PRÁTICA E REPRESENTAÇÃO A PARTIR DE UM BAIRRO DA BAIXADA FLUMINENSE

Leonardo Brama,

Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFF) / CSACA - Centro Studi Americanistici "Circolo Amerindiano"

Introdução

O presente trabalho é o fruto de uma pesquisa de mestrado em Sociologia em fase de conclusão, que estou desenvolvendo na Universidade Fluminense. As transformações ocorridas nas últimas décadas na Baixada Fluminense, área pouco pesquisada nos estudos urbanos do estado do Rio de Janeiro, tiveram grande repercussão em sua estrutura econômica, social e política, tanto na esfera formal quanto na informal. A relação de reciprocidade entre reconfiguração do crime e políticas públicas foi causa principal do recente aumento do número de homicídios na região, que havia reduzido sua taxa no período 2005-2012 (ALVES, 2015).

Há mais de uma década que o termo 'milícia' inseriu-se no léxico ordinário, jornalístico, acadêmico e de operadores da segurança pública para definir, com um novo nome, um velho ator social que havia reconfigurado suas atividades criminosas, expandindo-se para todo o estado carioca. Diferente do que as teorias convencionais dizem a respeito, as milícias informam práticas de construção do Estado que se explicam mais pela sua presença e menos por sua suposta ausência. A partir de entrevistas e dados etnográficos coletados em trabalho de campo, trago uma reflexão acerca das representações e dos recursos simbólicos acionados por moradores que habitam em "área de milícia", assim como de suas experiências com relação à atuação destes grupos criminosos na área. Em seguida, coloco essas experiências em conversa com os principais estudos sobre o tema, discutindo a relação de dependência entre milícias e Estado.

Recorte teórico-analítico e metodologia

Do ponto de vista teórico, este trabalho parte das principais contribuições dos especialistas das ciências sociais que trabalham com o tema das milícias no estado do Rio de Janeiro. A partir da metade da década de 2000, ocorreu uma difusão midiática do termo 'milícia', amplamente divulgado pela mídia para descrever o fenômeno. Nesse momento histórico, vários autores começam a traçar as primeiras interpretações e definições: Santos (2007), Zaluar e Conceição (2007), Misse (2007), Alves (2008), Cano (2008).

Nessas primeiras tentativas de definição do que são as milícias, parece que o ponto principal no qual os autores concordam seja o fato que "milícia" é algo controverso, tanto como termo que como fenômeno, onde cada autor faz uma interpretação peculiar, entre contrastes e continuidades com as demais, assim que fica difícil achar um mínimo denominador comum. Se Cano



tenta propostas de definição bem delimitadas, os outros são mais prevenidos em traçar as milícias dentro de um elenco fechado de circunstâncias, apesar de tentarem distingui-las de outros fenômenos parecidos, até chegando a conclusões bem distantes, como é o caso da análise de Zaluar e Conceição, se comparada com a de Santos, ou deste com Alves. O que parece é que os estudos de Santos (2007), Zaluar e Conceição (2007) e Cano (2008) focalizam a atenção na Zona Oeste, dando uma mínima importância à área da Baixada Fluminense, ao mesmo tempo que Alves (2008) faz o inverso. Após essa fase inicial foram produzidas novas leituras e propostas analíticas, conforme uma parte desses grupos criminosos iam mudando a própria atuação em consequência de alguns fatos institucionais marcantes, tais como a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as milícias de 2008 e a nova tipificação penal do crime de milícia privada de 2012, entre outros: vale ressaltar a de Misse (2011), Cano e Duarte (2012, 2014), Werneck (2015) e Couto (2017).

Para o presente trabalho foi adotado o método etnográfico. O material empírico analisado inclui anotações e dados coletados em trabalho de campo durante o período 2015-2018 em um bairro periférico do município de Duque de Caxias (que não será mencionado por questões éticas, assim como não será mencionada alguma referência que possa revelar a identificação dos indivíduos que contribuíram para este estudo), sete entrevistas semi-estruturadas para moradores da área, ocorridas na segunda metade de 2017 e a primeira de 2018, bem como matéria de jornal e o relatório final da CPI das milícias.

Conclusões

A pesquisa encontra-se em fase de conclusão, assim, a análise dos dados permite produzir algumas conclusões. A análise dos dados coletados em entrevistas aponta para uma pluralidade de sentidos e explicações acerca “do que é milícia” por parte dos moradores que, apesar de terem pontos de convergência, são marcadas por leituras diversas em contraste, que denota uma forte heterogeneidade interpretativa. De forma análoga, o cruzamento das interpretações produzidas por cientistas sociais com as leituras presentes no debate fenomenológico ocorrido na CPI das milícias por representantes da segurança pública, ou deste com as matérias de jornal, aponta por uma indeterminação e uma pluralidade de sentidos com relação ao que é “milícia”.

São diversos níveis conceituais de “milícia” (analíticos, jornalísticos, do senso comum, da área jurídica, etc.) que, além de apresentar grandes discontinuidades entre âmbitos diferentes (as interpretações dos especialistas da segurança pública na CPI são diferentes das propostas acadêmicas, ou das milícias representadas pela mídia ou pelo senso comum), as interpretações são heterogêneas mesmo dentro do mesmo âmbito, opondo-se e sobrepondo-se uma com a outra, de modo transversal aos vários campos de saber.

Referências bibliográficas

ALVES, José Cláudio Souza. *Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro*, pp. 33-36, In JUSTIÇA GLOBAL (org.), *Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro*, Fundação Heinrich



Böll, Rio de Janeiro, 2008.

ALVES, José Cláudio Souza. *Baixada Fluminense: reconfiguração da violência e impactos sobre a educação*, "Movimento-Revista de educação", Universidade Federal Fluminense, n. 3, 2015, pp. 1-28.

CANO, Ignacio. *Seis por meia dúzia? Um estudo exploratório do fenômeno das chamadas "milícias" no Rio de Janeiro*, pp. 48-103, In JUSTIÇA GLOBAL (org.), *Segurança, tráfico e milícias no Rio de Janeiro*, Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro, 2008.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. *No sapatinho. A evolução das milícias no Rio de Janeiro [2008-2011]*, Fundação Heinrich Boll, Rio de Janeiro, 2012.

CANO Ignacio, DUARTE Thais. *Milícias*, pp. 325-333, In Renato Sérgio de LIMA, José Luiz RATTON, Rodrigo GHIRINGHELLI DE AZEVEDO (orgs.), *Crime, polícia e justiça no Brasil*, Contexto, v. 1, São Paulo, 2014.

MISSE, Michel. *Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro*, "Revista de Estudos Avançados", São Paulo, v. 21, n. 61, 2007, pp.139-157.

MISSE, Michel. *Crime Organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades*, "Revista de Sociologia e Política", v. 19, n. 40, 2011, pp. 13-25.

SANTOS, Rogério Dultra dos. *As "milícias" do Rio de Janeiro (ou a busca de legitimidade da polícia mineira)*. Centro de Estudos Direito e Sociedade – Boletim, v. 1, 2007, pp. 1-7.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. *Favela sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: que paz?*, "São Paulo em Perspectiva", v. 21, n. 2, 2007, pp. 89-101.



“EU NOMEIO, TU RENOMEIAS, ELE NOMEIA NOVAMENTE”: COMO AS TOPONÍMIAS PÚBLICAS EM NILÓPOLIS (RJ) EXPRESSAM TERRITORIALIDADES POLÍTICAS

Enderson Albuquerque
Doutorando pelo PPGEO-UERJ
endersonalbuquerque@yahoo.com.br

Miguel Ângelo Ribeiro
Professor adjunto do Instituto de Geografia da UERJ
mamikisi@gmail.com

O presente artigo tem por objetivo discutir o uso político-partidário das toponímias no município metropolitano fluminense de Nilópolis. A cidade em questão, componente da Baixada Fluminense e conhecida na escala nacional e internacional por sediar a escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, presencia um intenso processo de modificações de nomes de equipamentos públicos pautados por interferências políticas. No cenário nilopolitano atual, dois grupos políticos são os responsáveis por essas alterações toponímicas: os Abraão-Sessim e os Calazans. Para analisar esse processo selecionamos alguns equipamentos públicos nilopolitanos, enfatizando aqueles que possuem nomenclaturas associadas aos referidos grupos políticos.

O recorte temporal utilizado para essa análise abrange o período compreendido entre os anos de 1947 – ano da instalação do município – até o período atual, no qual se verifica uma tensão entre os grupos políticos locais no sentido de renomear espaços públicos. Embora as produções acadêmicas referentes à discussão toponímica sejam abundantes no âmbito geográfico, ainda não existem trabalhos que contemplem a essa temática na escala aqui proposta.

Quanto à operacionalização referente à metodologia da pesquisa, recorreremos a obras acadêmicas que trataram da discussão a respeito dos conceitos de poder, toponímia e território. A fim de apontar esse processo no contexto municipal, analisaremos alguns equipamentos públicos que tiveram seus nomes alterados para atender aos interesses políticos vigentes em determinado período, tais como os postos de saúde, as praças e estabelecimentos educacionais. Utilizamos fotografias como forma de expressar visualmente os territórios políticos. O caminho de investigação escolhido visa responder como ocorre a correlação de forças no espaço nilopolita-



no por meio do poder de nomear e do interesse político em renomear espaços públicos.

No intuito de responder a esse questionamento, o artigo se divide em três partes. Na primeira, ambicionamos contextualizar nosso recorte espacial no bojo da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) considerando sua inserção socioeconômica. A segunda parte analisará a esfera política do município em tela, enquanto a terceira parte discutirá o processo toponímico e sua dimensão política.

Nossas reflexões apontaram que no referido município existem três praças públicas, cinco espaços educacionais, duas ruas e quatro fixos de saúde com nomes de familiares desses grupos políticos. Além de grafar o sobrenome familiar em equipamentos públicos, os Abraão-Sessim também utilizam a agremiação carnavalesca Beija-Flor de Nilópolis para benefício político próprio, pois seus membros se revezam na presidência da Escola de Samba desde 1972. Dessa forma, a projeção alcançada pela Beija-Flor na escala nacional permitiu a esse grupo um espaço de exposição de seus feitos gerenciais não possível a nenhum outro adversário político da cidade. A partir desse processo, o grupo passou a usar o prestígio da instituição para uso político eleitoral, vinculando o nome dos membros libaneses aos projetos sociais realizados pela instituição carnavalesca.

Por esse mecanismo, as toponímias nilopolitanas relacionadas a essa instituição cultural, são, também, politicamente apropriadas pelos Abraão-Sessim. Ademais, convém salientar que o poder de nomear um espaço público está ancorado numa legitimação daquele que sugere a homenagem e/ou daquele que a recebe. A prática política atual no contexto nilopolitano demonstra que “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Como esse poder político é limitado inicialmente em quatro anos – período de um mandato –, para a “marca” de um grupo político perdurar por mais tempo, torna-se necessário batizar espaços com a nomenclatura desses representantes. Isso asseguraria a manutenção do nome dos seus membros para além do período de seus mandatos. Contudo, em Nilópolis, uma praça, um posto de saúde e uma escola municipal que homenageavam membros da família Abraão-Sessim, tiveram suas nomenclaturas alteradas durante a gestão de Alessandro Calazans (2013-2016).

Em 2017, após a vitória de Farid Abraão nas eleições municipais, os três fixos em questão voltaram a ter os nomes anteriores, respectivamente Miguel Abraão, Jorge David e Aniz Abraão David. Todos os três homenageados são irmãos do prefeito em exercício. Desta maneira, a base



teórico-conceitual utilizada para o processo em tela compreende a análise das categorias de território simbólico e funcional, das toponímias e do conceito de poder, pois a territorialização, mesmo quando simbólica como ocorre com as toponímias, expressa as relações de poder existente no espaço além de prejudicar o caráter amplamente público dos lugares.

Se o espaço serve como referencial identitário, essa referência é comprometida quando há sua apropriação por um grupo específico. Grafar nos equipamentos públicos o sobrenome de pessoas ainda atuantes no sistema político local atende apenas aos simpatizantes desse grupo e serve como manifestação de poder para seus opositores. Os agentes públicos privatizam simbolicamente tais espaços por meio do seu poder de nomear e as forças políticas vencedoras do momento utilizam a mesma estratégia para renomear. Com efeito, ambos os casos, homenagear os pares ou afrontar os opositores, evidenciam o caráter estritamente político-partidário mesquinho pelo qual agem os governantes municipais atuais em Nilópolis.

Palavras-chave: Nilópolis; Poder; Toponímia.

Referências bibliográficas (artigo completo)

ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio: Uma História da Violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003.

ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

AZEVEDO, Jorge Baptista de; MONTEIRO, Marcus. *Inventário dos Bens Culturais de Nilópolis*. Nilópolis (RJ): Prefeitura de Nilópolis, 2012.

BEZERRA, Luiz Anselmo. *A família Beija-Flor*. 2010, 243 p. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

CASTRO, Iná Elias de. *Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. *Festa e contravenção: os bicheiros no carnaval do Rio de Janeiro*. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; GONÇALVES, Renata (orgs.). *Carnaval em múltiplos planos*. Rio de Janeiro: Faperj, 2009. p. 91-123.

CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis: EdUFSC, 2001.

CRUZ, Cíntia. *Cinturão para combater a criminalidade*. *Jornal Extra*, Rio de Janeiro, 7 nov. 2016, Caderno Mais Baixada, p. 4 e 5.



- DUPAS, G. Tensões contemporâneas entre o público e o privado. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- IBGE. Censo Demográfico. 1940; 1950; 1960; 1970; 1980; 1991; 2000 e 2010.
- _____. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Produto Interno Bruto dos Municípios 2007 (disponível em www.ibge.gov.br).
- JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. Os Porões da Contravenção: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 2016.
- LAGO, Luciana Corrêa do. Desigualdades e Segregação na Metrópole: o Rio de Janeiro em Tempo de Crise. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- MELLO, João Baptista Ferreira. A criatividade toponímica do povo carioca. In: Colóquio Nacional do ANNER, II, 2007, Curitiba.
- NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro. Memorial Nilopolitano. Nilópolis: Prefeitura de Nilópolis, 2009.
- PERES, Guilherme. Nilópolis, Seu Povo, Sua História. Diário Fluminense, Nilópolis, Nov-2010/mar-2011.
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do Poder. São Paulo: Ática, 1993.
- RIBEIRO, Miguel Angelo; O' NEILL, Maria Mônica Vieira Caetano. Considerações sobre a dinâmica populacional fluminense: contrastes entre a metrópole e o interior. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo. (orgs). Revisitando o território fluminense IV. Rio de Janeiro: Gramma, 2012.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense. 1 ed. Mesquita-RJ: Entorno, 2008.
- SOUZA, Marcelo Lopes. O Território Sobre Espaço e Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.p 77-116.
- WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. Rio de Janeiro: Editora Cultrix, 1968.



O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA-FAR NA BAIXADA FLUMINENSE: DESARTICULAÇÃO ENTRE A POLÍTICA HABITACIONAL E A POLÍTICA URBANA EM DUQUE DE CAXIAS E BELFORD ROXO

Marcos Henrique de Aguiar

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia de Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como tema a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida-FAR em sua fase II em Duque de Caxias e Belford Roxo, municípios integrantes da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Nessa modalidade do Programa a produção habitacional está a cargo das empresas do ramo da construção civil, que se viabiliza a partir dos fundos públicos repassados pela União à Caixa Econômica Federal, agente gestor dos recursos do Fundo de Arrendamento Residencial.

O foco na faixa 1 do Programa MCMV-FAR se justifica tendo em vista que este segmento do Programa atende fundamentalmente aos grupos sociais que não representam uma demanda solvável que permita acessar o bem moradia pela via do mercado residencial, que opera através do financiamento, correspondendo justamente as camadas sociais que engrossam o déficit habitacional brasileiro, alcançando o patamar próximo de 90% nesse segmento de acordo com dados da Fundação João Pinheiro (2018).

O presente artigo é parte das conclusões da pesquisa de doutorado em que se discutiu a articulação entre a política habitacional e a política urbana considerando a implantação do Programa Minha Casa Minha Vida-PMCMV que esteve a cargo da equipe técnica da Secretaria Municipal de Planejamento, Habitação e Urbanismo da Prefeitura de Duque de Caxias durante a gestão do Prefeito Alexandre Cardoso que teve início em 2013.

Para o propósito do presente artigo pretende-se fundamentalmente apresentar alguns resultados referentes à implantação de grandes empreendimentos do PMCMV nos municípios de Duque de Caxias e Belford Roxo. Através das visitas realizadas a campo em áreas periféricas consolidadas dos referidos municípios foi possível verificar que a implantação de empreendimentos



de grande porte - produzidos para abrigar milhares de novas famílias – ocorreu sem que houvesse uma adequada inserção urbana e/ou provimento dos equipamentos sociais e serviços públicos, tal como previsto na legislação que rege e disciplina o PMCMV-FAR.

Propõe-se, portanto, uma abordagem a partir de uma perspectiva local o que possivelmente possibilita revelar aspectos pouco explorados a respeito das condições em que se dão os embates, conflitos ou acomodações em torno da implantação do Programa Minha Casa Minha Vida-FAR na realidade local.

É importante ressaltar que na segunda fase do Programa MCMV se verificou um deslocamento geográfico das contratações em direção aos municípios da Baixada Fluminense, antes concentradas no núcleo metropolitano. A título de exemplo, depois da cidade do Rio de Janeiro, apenas Queimados contratou obras em volume expressivo na fase I do PMCMV. Tal dinâmica imobiliária em direção à Baixada Fluminense se deu a partir de um padrão de inserção urbana dos novos empreendimentos que reforçaram velhas políticas de segregação e de exclusão aos bens urbanos de consumo coletivo.

RECORTE TEORICO-CONCEITUAL

Por se tratar de um processo que envolve a produção imobiliária em larga escala, no caso a produção residencial, julgamos pertinente a adoção da perspectiva da produção do espaço (LEFEBVRE, 2008; 2013; HARVEY, 2013) e sua conexão com os processos de valorização e acumulação do capital como instrumental analítico para a compreensão da dinâmica de funcionamento da modalidade do Programa MCMV-FAR, a cargo do setor da construção civil.

Associada à produção do espaço recorre-se ainda à teoria da renda da terra (MARX, 1981) por se entender que os mecanismos que envolvem a valorização da terra exercem influência decisiva nos processos de estruturação urbana, na dinâmica do mercado imobiliário, além de sua interferência na obstaculização das políticas de promoção da habitação social. Ainda que controverso, conforme o entendimento de diferentes autores (SINGER, 1982; LOJKINE, 1997; RIBEIRO, 1997; VILLAÇA, 2001; HARVEY, 2005; 2013; CARLOS, 2009; 2015; JAMARILLO, 2017), o recurso a essa categoria da economia política aplicada ao caso urbano, entendida como o preço pago pelo uso da terra, permite identificar os mecanismos pelos quais se reiteram as formas de exclusão e os processos de reprodução e de reforço da segregação espacial.



PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ALGUNS RESULTADOS

As visitas realizadas em campo em grandes empreendimentos do PMCMV tiveram por objetivo verificar o padrão de inserção urbana bem como o acesso dos beneficiários do Programa MCMV-FAR aos bens de consumo coletivo e aos serviços públicos, serviços complementares à habitação, conforme previsto nas diretrizes da Portaria 168 editada pelo Ministério das Cidades em 2013.

A metodologia consistiu basicamente na aplicação de questionário estruturado com perguntas objetivas – com espaço reservado à eventuais observações – aos síndicos dos residenciais do PMCMV nos bairros já citados de Vila São José e Cangulo (Duque de Caxias) e Jardim Redentor e Vila Santa Teresa (Belford Roxo).

Em trabalho anterior já havíamos sinalizado para o fato de que os municípios, através da análise do caso de Duque de Caxias, enfrentam dificuldades e constrangimentos diante do PMCMV tendo em vista a dinâmica verticalizada das decisões que envolvem a implantação do Programa. O resultado é um claro desencontro entre o que é definido nas diretrizes oficiais do Programa e seus rebatimentos institucionais e espaciais em âmbito local, o que se verifica da mesma forma para o município de Belford Roxo, cujo padrão de inserção urbana dos empreendimentos chama a atenção pelas precárias condições urbanas.

Foi possível verificar através das visitas realizadas a campo que o PMCMV opera a partir de um “descolamento” entre a política habitacional e a política urbana, fato que expressa uma afronta à própria legislação que disciplina o Programa, referenciada nos princípios do Estatuto da Cidade.

De forma concreta é possível dizer que o PMCMV, em virtude de seu formato institucional – que se choca com a legislação urbana contemporânea - reforça e reitera um velho padrão de cidade, marcado pela segregação e pela exclusão aos bens e serviços urbanos. A pesquisa de campo realizada nos empreendimentos permitiu verificar que, embora o acesso à moradia tenha sido alcançado por milhares de famílias - o que sem dúvida alguma é um fato que não deve ser desconsiderado, tendo em vista o déficit e a precariedade habitacional em Duque de Caxias e em Belford Roxo – as intervenções não se desdobraram na ampliação do acesso à cidade ou na extensão dos equipamentos de uso coletivo e serviços urbanos.

A fala dos moradores-beneficiários do PMCMV dos empreendimentos visitados retrata as dificuldades cotidianas que precisam ser contornadas em virtude de uma política que tem como propósito primordial assegurar a continuidade do processo de acumulação mediante a produção do espaço. Nos termos de Lefebvre (2004), tal fato expressa a negação do direito à cidade, noção que se traduz em acesso à cidade em seu sentido mais amplo e político, em acesso à vida social

e ao espaço como valor de uso



REFERÊNCIAS

BRASIL/Ministério das Cidades. *Portaria nº 168 de 12 de abril de 2013*. Dispõe sobre as diretrizes gerais sobre a aquisição e alienação de bens imóveis com recursos do FAR, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br>. Acesso em: 22/02/2016.

CARLOS, A. F. Alessandri. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2009.

_____, A. F. Alessandri. *A tragédia urbana*. In: CARLOS, A. F. Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto (Orgs.). *A cidade como negócio*. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

David. Harvey. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit Habitacional no Brasil 2013-2014*. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br>. Acesso em: 21/05/2018.

JAMARILLO, Samuel. Los fundamentos económicos de la "participación en plusvalías". Disponível em: <http://www.institutodeestudiosurbanos.info>. Acesso em: 27/10/2017.

LEFEBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004.

_____. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. *La producción del espacio*. Madri: Capitán Swing, 2013.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981, livro 3, vol. 6, 3ª edição.

RIBEIRO, Luiz C. Queiroz. *Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas da moradia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

SINGER, Paul. *O uso do solo urbano na economia capitalista*. In: MARICATO, E. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1982, p. 21-36.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.



“PUXADINHOS PERIFÉRICOS”: DIREITO REAL DE LAJE COMO ALTERNATIVA DE ACESSO À MORADIA EM NOVA IGUAÇU-RJ

Flávia da Silva Souza

Bolsista CAPES de mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

André Ricardo Peixoto

Procurador do Município de São José dos Campos-SP e bacharel em Direito pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

INTRODUÇÃO

Em vista das questões advindas do processo de urbanização das cidades brasileiras e dos fatores que estão atrelados a esse processo, a moradia foi consolidando-se como uma das grandes problemáticas para as cidades e, principalmente, para os cidadãos: ao mesmo tempo em que o Poder Público (federal, estaduais e municipais) criou uma gama de instrumentos de acesso à moradia aos menos favorecidos, sua atuação foi respondida, também, com uma agressiva massificação das intervenções de outros atores sociais (notadamente instituições financeiras e empresas do ramo imobiliário) que terminou, todavia, criando percalços (especialmente de viés econômico) aos sujeitos mais pobres.

A isso, some-se as relevantes consequências geradas por políticas habitacionais nos aspectos ambientais, notadamente os relativos à salubridade pública e à ordem urbanística, deixando a questão ainda mais complexa.

A partir disso, ferramentas e mecanismos para a resolução (ou minimização) do déficit habitacional das cidades devem ser utilizados para a garantia do direito constitucional - e humano - à moradia digna.

Tem-se por objetivo geral deste trabalho analisar as questões normativas e cotidianas existentes quanto ao direito real de laje como instrumento jurídico de acesso à moradia para os menos favorecidos no município de Nova Iguaçu-RJ. Por primeiro objetivo específico, tem-se a compreensão das implicações jurídicas e sociais do direito real de laje; por segundo objetivo, a verificação da problemática habitacional - e de acesso à terra - enfrentada pelos menos favorecidos nos espaços tidos como periféricos; e por terceiro (e último) objetivo, a elucidação empírica das questões que circundam o direito real de laje no município de Nova Iguaçu-RJ.

Para pautar a discussão apresentada, foram utilizados autores como Loureiro (2017) e Assis Ne-



to, Jesus e Melo (2017) para refletir acerca do direito real de laje em seu substrato jurídico; para discutir questões entorno da moradia em si e de suas problemáticas existentes na cidade, Rolnik (2015), Maricato (2003) e Spósito (2016).

Em acréscimo, a pesquisa tem como propósito contribuir com o debate da discussão do direito real de laje e sobre a questão da moradia nos espaços tidos como periféricos a partir de uma breve contribuição interdisciplinar da Geografia com o Direito.

RECORTE TEÓRICO ANALÍTICO

Para uma idônea compreensão do trabalho proposto, a primeira preocupação a ser levantada ao leitor será delinear um conceito seguro para o que vem a ser direito real de laje. Para isso, utilizar-se-á a definição do artigo 1510-A do Código Civil (Lei Federal nº 10.406/2002), que passou a regular o tema a partir da modificação operada em seu texto pela Lei Federal nº 13.465/2017, conhecida como Lei da Regularização Fundiária.

Após isso, analisar-se-á a literatura jurídica até o presente momento existente sobre a matéria, lembrando que o conceito dado no primeiro parágrafo deste tópico deve ser compreendido em conjunto com o que vem a ser chamado de função social da propriedade. Além disso, o trabalho levantará, em aspectos escorreitos, o conteúdo legal sobre a matéria, traçando pontos de pressão que deverão ser socorridos por políticas públicas para sua idônea efetivação (em todos os aspectos, inclusive os econômicos).

Levando em consideração as questões sociais inerentes ao espaço e aos sujeitos que fazem parte do mesmo, serão abordadas ao longo do trabalho questões ligadas à problemática da moradia e as tensões existentes para a fixação dos cidadãos no espaço urbano da cidade de Nova Iguaçu-RJ.

Autores como Rolnik (2015), Spósito (2016) e Maricato (2003), serão utilizadas para apresentar as questões e dificuldades que circundam a temática da moradia nas cidades brasileiras para os mais pobres; Santos (2005), por sua vez, para tratar de processos precarizados da urbanização brasileira que influenciam e influenciaram na configuração caótica das cidades; Santos (2014) e Gomes (2012) para compreender a precariedade da cidadania para os cidadãos, tidos enquanto consumidores, que enfrentam as complexidades de garantia de direitos.

Ambas as reflexões serão utilizadas para pensar o direito real de laje para além de uma política habitacional - vide o Programa "Minha Casa Minha Vida" - não completamente efetivada, dentre outros meios e mecanismos que abarque uma maior consolidação (em contraponto da atual) da necessidade real de moradia em áreas preteritamente consolidadas em espaços mais centrais nas cidades.

Para a consecução do recorte analítico do ponto de vista jurídico, ressalte-se que há pouca literatura a respeito da matéria, sendo utilizado, notadamente, conteúdo já lapidado em veículos eletrônicos de informação, em especial o material produzido por autores do calibre de Loureiro (2017) e Assis Neto, Jesus e Melo (2017).



Especificamente quanto à literatura jurídica, os autores cujo conteúdo foi aqui colhido trabalham a ideia básica do conceito de direito de laje, trazendo o porquê da necessidade de uma regulamentação jurídica e trabalhando a origem de tal instituto, com suas repercussões práticas que, até o momento, ainda são iniciais e moram no campo ainda teórico.

METODOLOGIA OU MÉTODO

A pesquisa se realiza a partir de levantamento e leitura da bibliografia sobre os temas e assuntos que perpassam a questão da moradia e o direito real de Laje; análise e levantamento de elementos empíricos com base na realidade habitacional cotidiana do município de Nova Iguaçu - RJ.

RESULTADOS

Até o presente momento, o direcionamento dado está na busca pela aproximação do "novo" instituto à realidade das cidades brasileiras, em especial as regiões periféricas das metrópoles. Ainda, a aproximação mencionada não se restringe ao âmbito teoria-realidade: a abordagem também parte de uma ligação entre as óticas geográficas e jurídicas, tentando explicitar os pontos de encontro e de conflito na análise realizada por ambas as ciências.

A peculiaridade em se trabalhar sob dois ângulos científicos está no apelo à sensibilidade metodológica para compreender a problemática da moradia nas cidades, permitindo um estudo interdisciplinar mais seguro sobre a questão e, também, visando indicar alternativas para a efetivação do acesso à moradia e à inclusão urbana a partir do direito de laje.

Tomando por base os levantamentos realizados no trabalho em comento, pode-se elucidar que a garantia e efetivação do direito de laje resulta em a) inclusão urbana, por possibilitar a ocupação em áreas centrais já consolidadas; b) regularização fundiária, pois arvora tanto o Poder Público quanto a população de mecanismos aptos a afastar a marginalização (jurídica), sem prejuízo de fiscalização e aprimoramento das medidas administrativas, de forma a melhorar os instrumentos fiscalizatórios e buscando dar segurança (seja estrutural - relativa ao aspecto físico do imóvel -, seja jurídica) aos sujeitos envolvidos e c) alternativa de acesso à moradia, tendo em vista a problemática enfrentada pelas cidades no constante surgimento de políticas públicas e de mecanismos privados voltados à especulação imobiliária e ao dito "sonho da casa própria" que, ao invés de facilitar o acesso da camada social menos privilegiada, termina por dificultar ou onerar demasiadamente quem mais necessita de moradia digna.

Interessante notar, também, que os três resultados mencionados no parágrafo anterior são interligados e demandam, sobretudo, uma interpretação sistemática: cada um dos itens, ao mesmo tempo em que abre espaço para o outro, também se alimenta dos seus elementos básicos reciprocamente. Significa dizer que a inclusão urbana se realiza pela regularização fundiária, que só se concretiza com a existência de alternativas urbanas, e vice-versa.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, República Federativa do. Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Publicado no Diário Oficial da União em 11 de janeiro de 2002.

ASSIS NETO, Sebastião de; JESUS, Marcelo de e MELO, Maria Izabel. Manual de Direito Civil. 6 ed. rev. atual. e ampl. Salvador: JusPodium, 2017.

ELIAS DE OLIVEIRA, Carlos Eduardo. O que é o direito real de laje à luz da Lei nº 13.465/2017? (Parte 1). Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2017-set-18/direito-civil-atual-direito-real-laje-luz-lei-134652017-parte>>. Acesso em 05 de Mar. 2019.

GOMES, Paulo César da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. - 4 ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. pp. 129-191.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. Revista ESTUDOS AVANÇADOS 17 (48), 2003. pp: 151-167.

PELUSO, Cezar (Coord.). Código Civil Comentado - Doutrina e Jurisprudência. 11 ed. rev. e atual. Barueri: Manole, 2017.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. - 1 ed. - São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. - 5. ed. - São Paulo: Editora de São Paulo, 2005.

_____. O espaço do cidadão. - 7 ed., 2. reimpr. - São Paulo: Editora de São Paulo, 2014.

SPÓSITO, Eliseu Savério. A vida nas cidades.- 6 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.



DIREITO À MORADIA DIGNA NA POLÍTICA HABITACIONAL? ANÁLISE DO PROGRAMA “MINHA CASA MINHA VIDA” NO MUNICÍ- PIO DE NOVA IGUAÇU-RJ

Flávia da Silva Souza

Bolsista CAPES de mestrado do Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

E-mail: flaviasouza1993@gmail.com

Marcio Rufino Silva

Professor adjunto do Departamento de Geografia (DGG/IA/Seropédica) e professor da Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRRJ)

E-mail: marciorufis@gmail.com

INTRODUÇÃO

A dinâmica de (re)produção do espaço dá novas formas, funções e cria estruturas (LEFEBVRE, 2000 [1974]) para os lugares, e a questão da moradia cada vez mais vem se consolidando como uma grande problemática para as cidades brasileiras e, principalmente, para a população pobre. Mediante isso, associado a outros fatores, o direito à moradia foi sendo convertido ao “sonho da casa própria” – valendo-se do valor de uso pelo valor de troca (MARX, 2013 [1867], pp. 113-125) no mercado habitacional e no mercado social de habitações (SHIMBO, 2010) ofertado pelas políticas habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).

A Constituição Federal de 1988 elevou a moradia a *status* de um princípio e a tornou uma exigência básica para a vida cidadã, onde tal direito é um dos principais direitos sociais listados no art. 6º da Constituição, e é dever do Estado promovê-la de forma digna. Entendemos por “garantia de direitos” que “o simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana” (SANTOS, 2014).

Dentre os direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988, o direito à habitação é um dos principais para a manutenção da vida de forma digna e humana. Será ela a intermediária que possibilitará a obtenção de outros direitos sociais, como: saúde, educação, segurança, lazer, entre outros. A moradia ainda não é plenamente encarada como direito, e é inviabiliza-



da a cada vez mais pelo modo de produção capitalista, que reconhece a habitação como produto valorável e passível de ser comercializado.

A problemática da pesquisa assenta-se na necessidade do morar e a falta pela provisão de condições sociais de acesso, que é um dos principais fomentadores para a existência de um forte mercado imobiliário, onde a política neoliberal é um dos alicerces que mantém essa sólida estrutura nas sociedades contemporâneas (que adotaram/adotam o modelo de produção capitalista), fazendo com que o privado incorpore obrigações de caráter público – naturalizando condições de acesso pela via privada e impondo novos/outros ritmos às cidades, como é o que acontece com a implementação das políticas realizadas pelo Governo Federal.

Em vista de evidenciar as nuances presentes na concepção de política habitacional como direito, e a possibilidade de garantia ou negação de outros direitos pela mesma, nos debruçamos para compreender a dinâmica em questão.

Temos por **objetivo maior**, compreender a efetividade da garantia do direito à moradia digna a partir das políticas habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no município de Nova Iguaçu. Por **primeiro objetivo específico**, compreender os diferentes tipos de direitos que estão envolvidos com a garantia do direito à moradia; por **segundo objetivo específico**, desvendar as contradições do processo de produção de moradias em massa que foram destinadas para a população mais pobre, considerando a questão do financiamento e da casa enquanto abrigo a partir dos significados dos conjuntos habitacionais localizados na Estrada de Madureira em Nova Iguaçu; por **terceiro objetivo específico**, e último, compreender as negações sofridas partir da moradia e de outros direitos advindos com a localização da casa, revelando os desafios do processo de aquisição da “casa própria” pelas vias do PMCMV em Nova Iguaçu.

É a partir de uma contribuição geográfica que buscaremos compreender a problemática do direito à moradia enquanto um direito que deve ser realizado de forma digna para todos aqueles que necessitam da mesma pelo valor de uso, ao invés das vias financeiras do mercado social de habitações (SHIMBO, 2010), objetivando revelar as contradições inerentes do modelo de produção da moradia implementado pelo PMCMV.

RECORTE TEÓRICO ANALÍTICO

É importante ressaltar que, no processo de ocupação do município de Nova Iguaçu as-



sim como também de outros municípios que compõem a região da Baixada Fluminense) o desenvolvimento histórico, econômico e social estará muito atrelado à concepção ou noção de Baixada Fluminense (que em vários momentos é visto e tido como uma representação social ou política desse espaço). Compreendemos a Baixada Fluminense, aqui, sendo representada pela dinâmica dos municípios da grande Iguaçu segundo Silva (2017), e como um espaço heterogêneo e central para aqueles que nele residem e realizam sua vida, onde a negação (e/ou ausência) do planejamento, criou diversos desafios (como o do morar), que ainda não foram superados no momento atual. Este mesmo espaço que é visto e tido como periférico, mas está sendo modificado a partir da reestruturação econômica.

O acelerado processo de urbanização e industrialização experimentado pelo município de Nova Iguaçu, segundo Rodrigues (2006, p. 80), não foi acompanhado por efetiva ação governamental no que se refere à aplicação de investimentos em equipamentos e serviços urbanos; da mesma maneira, esse processo fez com que houvesse a diminuição das oportunidades de lazer e recreação nesta localidade (e de acessos de maneira mais ampla).

A cidade de Nova Iguaçu, passou por um caótico processo histórico de ocupação que faltou e/ou negou a elaboração de planejamento urbano, e o desenvolvimento de questões sociais, que atendessem esse espaço contribuiu para o agravamento das condições de acesso à moradia digna e de sobrevivência da classe trabalhadora. Onde a mesma passou por dois grandes processos de investimento do setor imobiliário, ambos processos estiveram ligados a períodos de forte atuação das políticas habitacionais - Banco Nacional de Habitação (BNH) e PMCMV.

O primeiro, na década de 1980 com o BNH, onde contava-se com 29 firmas construtoras, inclusive, firmas que trabalhavam exclusivamente para o setor público (Segundo Furlanetto, Cruz e Almeida (1987, p. 29). E no atual momento, o PMCMV que conta com atuação de várias empresas que utilizam como fomento os recursos da política habitacional. Em ambos períodos, recorram à alternativa de endividamento da classe trabalhadora em busca da realização do "sonho da casa própria", e mesmo assim, continuaram a negar a moradia digna para atender as necessidades cotidianas.

Podemos afirmar, segundo Rolnik (2015), Bonduki (2014) e outros autores que discutem a questão habitacional a partir do PMCMV, que o objetivo inicial do programa era o atendimento prioritário para as famílias de menor renda, através dos subsídios por renda que era



subdividido pelas faixas: 1; 1,5; 2; e 3. E com o passar do tempo, a manutenção e o aumento das faixas que abarcam as famílias de menor renda não foram prioridades.

Segundo Shimbo (2010, pp.135-136), a partir do discurso criado pelos empresários divulgados nas mídias e nos relatórios das empresas, procurava-se reforçar a atuação do agente imobiliário importante nas políticas habitacionais, em vista de atender a faixa da população que – teoricamente – corresponderia ao déficit habitacional. E ainda afirma, que o mercado imobiliário criou o braço “econômico” ou “popular”, instituindo aquilo que se convencionou a chamar genericamente de “segmento econômico” – e analiticamente segundo a autora esse termo é denominado como “habitação social de mercado”.

Em vistas das necessidades habitacionais apresentadas e vivenciadas no município de Nova Iguaçu, torna-se de suma importância refletir acerca do espaço que foi constituindo-se e consolidando-se a partir da grande problemática da moradia que ainda está enfrentando os desafios do morar devido a não garantia de moradia digna pelo PMCMV.

METODOLOGIA

A pesquisa se realiza a partir de levantamento e leitura da bibliografia sobre os tema e assuntos que perpassam a questão da moradia. Onde a discussão se fará basicamente a partir da legislação que regulamenta o programa (e dá outras providências); contribuições de Bonduki (2014), Shimbo (2010) e Rolnik (2015) para compreender as dinâmicas das políticas habitacionais; e ideia de Direito à cidade a partir de Lefebvre (2001) e reflexões acerca do espaço do cidadão a partir de Santos (2014); visando compreender os avanços, retrocessos, permanência das políticas habitacionais para a garantia do direito: à moradia e à cidade. O trabalho também se realiza com base em elementos empíricos levantados no processo de escrita da dissertação sobre a realidade apresentada e vivenciada nos projetos habitacionais do PMCMV.

RESULTADO

Por resultados, podemos constatar que as moradias ofertadas segundo o modelo do PMCMV não podem ser consideradas como moradias dignas que cumpram as funções necessárias para a realização da vida de forma plena, pois: falta de meios de sociabilidade com o entorno, onde são projetos fragmentados da realidade local; métrica restrita nos apartamentos onde possuem em média 45m², moradias com dois quartos (e possuem regulamento que permite até



39m²); a maior parte localiza-se em áreas que não possuem infraestrutura básica para os antigos moradores e tem se agravado com a chegada dos moradores advindo das habitações do PMCMV; entre outros fatores.

Embora existam exceções – projetos habitacionais de qualidade e inseridos na malha urbana –, a grande maioria dos empreendimentos do PMCMV está localizada na periferia das cidades, distante dos empregos, desarticulado da malha urbana já existente e de planos de expansão urbana, com projetos de moradia sem qualidade arquitetônica e sem identidade com as comunidades que estavam antes da implementação dos condomínios (BONDUKI, 2014).

Desafios foram impostos a partir do PMCMV, onde a localização e a moradia enquanto estrutura (física e social) torna-se parte do cotidiano dos que acessaram a política habitacional. Os limites devem ser estabelecidos para a realização de uma produção habitacional mais social – ao invés de econômica –, para que haja moradia digna para a população pobre nas áreas tidas como centrais e/ou periféricas.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. **Constituição 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social no Brasil**. – 1 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 387p.

FURLANETTO, Diva; CRUZ, Jana; ALMEIDA, Roberto. **Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro**. Revista Brasileira de Geografia. v. 49, n 2. 1987. p. 27-56.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Éditions Anthropos, 2000 [1774].

_____. **Direito à cidade**. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. [tradução de Rubens Enderle]. – 2ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2017 [1867].

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Políticas públicas: FGTS e planos diretores - conteúdos e significados**. Revista Cidades, v. 9, n. 16, 2012. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/2371>> . Acesso em: 10 de Jun. de 2018.

ROLNIK, Raquel. **A Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. – 7. Ed., 2. reimpr, 2014.

SHIMBO, Lúcia Zanin. **Habitação social, Habitação de mercado**. a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. 2010. 361f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.



SILVA, Lúcia Helena Pereira da. **Baixada Fluminense como vazão demográfico**. R. bras. Est. Pop., Belo Horizonte, v.34, n.2, p.415-425, maio/ago. 2017. pp. 416-425.

WHITAKER, João. **O golpe e o minha casa, minha vida**. Disponível em: < <https://cidadesperaquem.org/blog/2017/4/16/o-golpe-e-o-minha-casa-minha-vida>>. Acesso: 11 Dez. 2018.

Notas:

1.A noção de Baixada Fluminense aqui utilizada – da Grande Iguassú criada em 1833, até 1943 era apenas um -, é hoje formada pelos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Queimados, São João de Meriti e Mesquita, segundo Silva (2017, p. 2).

2. A Portaria nº 269, publicada em 24/04/17, que estabelece diretrizes e especificações para projeto, também é apresentada como instrumento para se buscar projetos e obras de melhor qualidade. Mas, em vários e importantes aspectos, significa um retrocesso em relação à Portaria nº 146, de 26/04/16, que por ela foi revogada. Uma das mudanças mais importantes foi a redução da área mínima dos apartamentos de 41 m², como era definida em abril de 2016, para 39 m², como está definida em abril de 2017 (WHITAKER, 2017, p. 11).



MOBILIDADE URBANA E DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO: DE- SAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM SÃO JOÃO DE MERITI

Fernanda Marchon de S. da Silva,

fernandamchn@hotmail.com

Beatriz de Medeiros Corrêa

beatrizm.correa@hotmail.com

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

O município periférico fluminense de São João de Meriti, com alto índice de adensamento demográfico e construtivo é caracterizado como cidade-dormitório. Considerando a disponibilidade de transporte público de qualidade como elemento crucial para seu desenvolvimento, este estudo identifica desafios na mobilidade urbana e periurbana diante de análises do contexto socioeconômico, na perspectiva da macro, meso e microacessibilidade. A pesquisa é realizada no âmbito do Grupo GEDUR/UFRRJ e colabora com a pesquisa “Territórios e paisagens perimetropolitanos: conflitos e desigualdades sócio-espaciais e cenários prospectivos no Rio de Janeiro na perspectiva da Nova Agenda Urbana 2030”.

Localizado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), São João de Meriti contabiliza 458.673 habitantes, com estimativa de crescimento de 2,8% em 2018 (IBGE, 2019), distribuídos em 34.838 km² e uma das maiores densidades demográficas municipais, com 13 hab/km². Emancipado de Nova Iguaçu em 1947, seu processo de adensamento populacional está associado à instalação de ferrovia e à industrialização, com o maior registro de novos loteamentos entre 1950 e 1960 (ABREU, 1997). Importantes eixos viários cortam o município, o que foi estratégico para a instalação de unidades fabris e abrigar a população em busca de moradia de custo baixo. Sua localização periférica é caracterizada pela conurbação. A ocupação de postos de trabalho fora do município submete grande parte da população a longos deslocamentos. Tendo em vista a importância de transporte urbano de qualidade para o desenvolvimento socioeconômico, busca-se identificar os desafios da mobilidade.

Dessa forma, a pesquisa visa traçar um panorama acerca da mobilidade urbana em São João de



Meriti, investigando sua eficiência e eficácia e impacto no desenvolvimento socioeconômico. Busca-se realizar levantamentos e mapeamentos do sistema viário: malha, redes, hierarquia, fluxos, centralidades, frota, percursos e disponibilidade de modais de transporte público; e traçar cenários prospectivos de mobilidade e acessibilidade urbana, em consonância com a Política Nacional de Mobilidade Urbana e os termos da Nova Agenda Urbana 2030.

O estudo de conceitos de mobilidade e acessibilidade urbana é imprescindível para a identificação dos desafios da circulação de veículos e pessoas e do desenvolvimento municipal. O acesso a sistemas de transporte eficientes figura entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU-Habitat, que prevê um sistema de transporte seguro e acessível, com atenção especial para os grupos em situação de vulnerabilidade. Nesse contexto, Santos (1998) atenta para a desagregação dos estudos sobre a evolução tecnológica, construção do espaço e mudanças sociais, tópicos diretamente ligados à formação da região metropolitana. Assim, o conceito de conurbação pressupõe a continuidade urbana entre São João de Meriti e o núcleo metropolitano, que pode ser definida como uma rede, de acordo com Santos (1996). As localidades são fisicamente conectadas e interdependentes, social e economicamente: a população meritiense necessita dos postos de trabalho da capital, e a capital da mão de obra. Souza (2005) afirma que todas as cidades estão interligadas e realizam trocas de informação e bens. Porém ressalta que tais redes não consistem apenas em fluxos entre cidades, e sim em suas estruturas geradas por mecanismos de exploração econômica e exercício do poder. A análise das dinâmicas de trocas entre as cidades e a divisão territorial do trabalho auxilia a compreender as interações na rede e a segregação imposta pelos grandes deslocamentos.

Além de um recorte de classe, raça ou faixa etária, a segregação também se expressa através da separação dos locais de trabalho em relação aos locais de moradia. (ROLNIK, 1995:42)

O deslocamento pendular é característico nos municípios da Baixada, na medida em que atraem populações de menor renda em busca de terras baratas. As grandes distâncias percorridas para trabalhar somadas à precariedade do transporte público impactam a população e o cenário socioeconômico local, que somado ao déficit de espaços culturais e lazer tornam o Rio de Janeiro um grande ímã, que atrai pelas oportunidades profissionais e pela oferta de serviços e espaços culturais (Rolnik, 1995).

A fim de propor cenários prospectivos, a metodologia de pesquisa adotada consiste na realização de leituras e fichamentos da bibliografia relacionada à temática, além de mapeamento temático realizado por meio de geotecnologias livres (Google Earth), SIG (ArcGis), a partir de coleta de



dados *in loco* e obtidos por fontes e bases cadastrais oficiais (prefeitura, IBGE, CEPERJ), posto que a precisão dos dados é indispensável para a construção de cartografia.

Os resultados obtidos demonstram que o processo de urbanização de SJM ocorreu sem planejamento, levando a entender que a emergência dos loteamentos sobre a área rural de produção de cítricos e a proximidade com a linha férrea e com os demais eixos de importância, foram priorizadas. Localizado em uma área conurbada e adensada (Imagem 1), o município, apresenta alta densidade construtiva, conforme mostra o Mapa de Cheios e Vazios (Imagem 2).

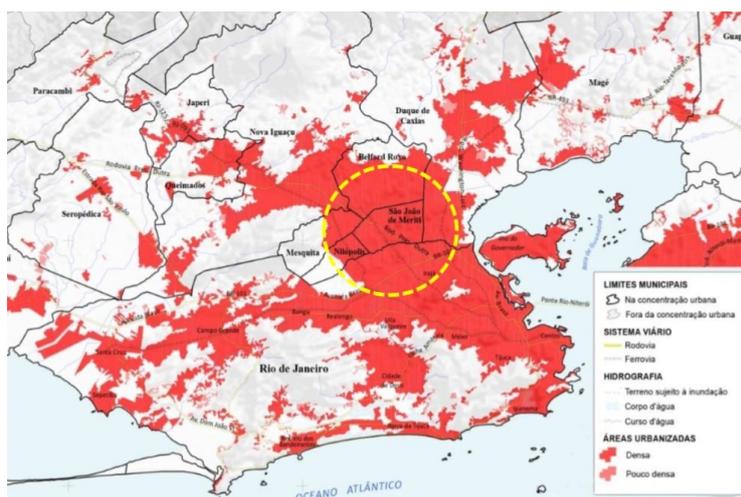


Imagem 1: Áreas urbanizadas com destaque para São João de Meriti na RMRJ. (Fonte: IBGE, 2018, editado pelas autoras).

MAPA DE CHEIOS E VAZIOS
SÃO JOÃO DE MERITI



Imagem 2: Mapa de cheios e vazios - São João de Meriti. (Fonte: Acervo GEDUR, 2018).



O município ainda carrega a marca de cidade dormitório, pois os empregos permanecem concentrados na capital. De acordo com o IBGE (2010), 97.259 trabalhadores e 20.958 estudantes se deslocam diariamente, carecendo de infraestrutura sólida de circulação; já 98.939 trabalhadores e 113.275 estudantes realizam as atividades diárias no município, o que revela a importância de um sistema de transporte intraurbano eficiente que interligue as centralidades. As linhas de ônibus intramunicipais atuantes em Meriti são insuficientes, uma vez que diversas regiões do município permanecem excluídas das rotas (Imagem 3). São apresentados os Centros de Bairro (CBs) (Imagem 4) que concentram comércio e serviços. Os Centros de Tipo 1 correspondem às áreas consolidadas com maior intensidade e diversidade de atividades de comércio e prestação de serviços; os de Tipo 2 referem-se a centros de menor intensidade. A Zona Central, as Zonas Industriais e o Centro Administrativo se localizam próximas aos eixos viários que cortam o município, inclusive as Zonas Industriais ao longo da Via Dutra. Na escala da macroacessibilidade, o transporte intermunicipal é majoritariamente realizado por meio de trens e de ônibus. Uma melhor distribuição de transporte público na escala de mesoacessibilidade, que atenda à população como um todo, demanda a revisão de trajetos das linhas. Na escala da microacessibilidade torna-se necessário investir em ciclovias como transporte complementar e local, a partir dos CBs.

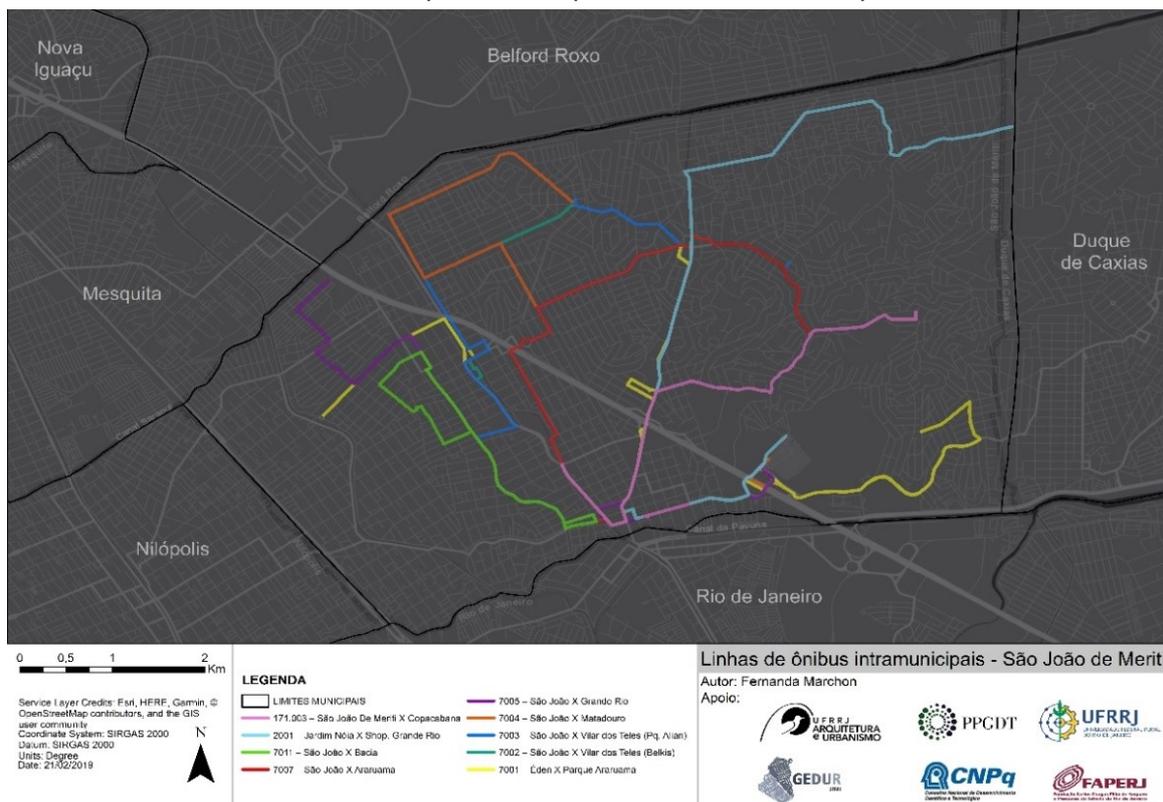


Imagem 3: Mapa das linhas de ônibus intramunicipais do município de São João de Meriti. (Fonte: Acervo GEDUR, 2019)

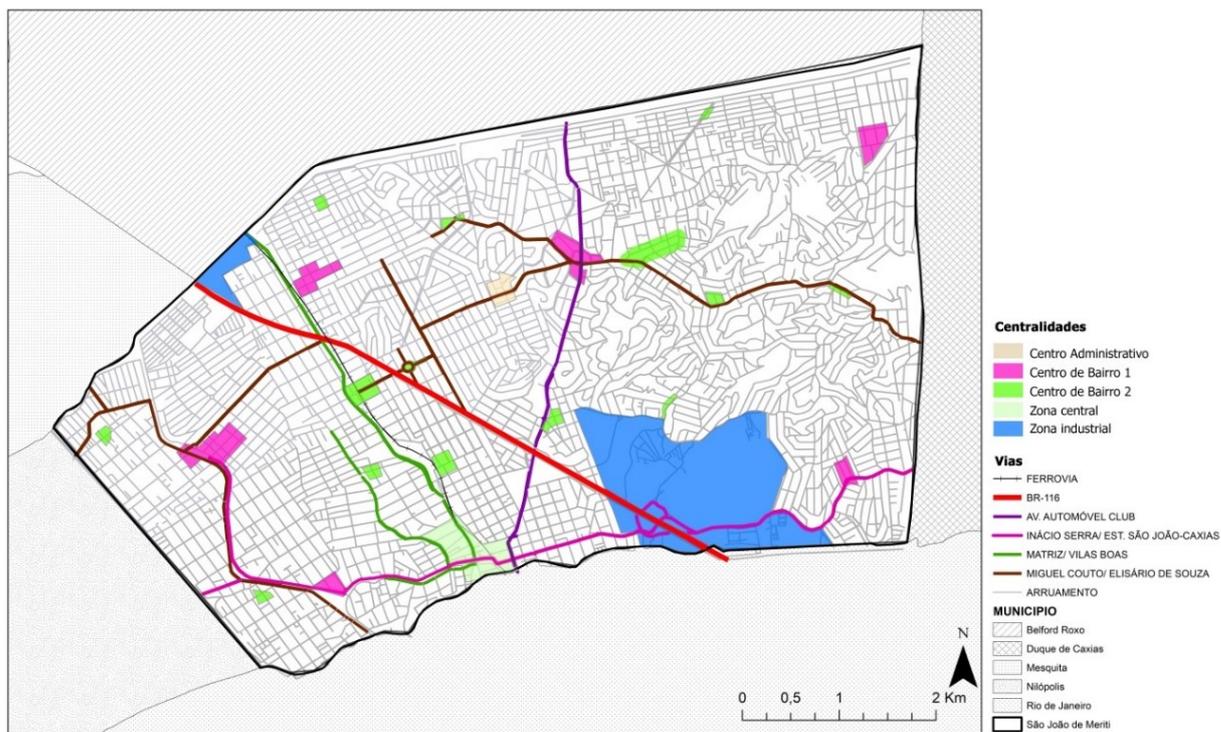


Imagem 4: Mapa dos principais eixos viários e centralidades do município de São João de Meriti. (Fonte: Acervo GEDUR, 2019)

A observação do território empregado na confecção dos mapas temáticos permite constatar que [SJM](#) dispõe de poucos espaços livres de edificações e áreas verdes em seu território. Apenas 30,1% das vias públicas são arborizadas, colocando Meriti na 86ª posição em um total de 92 municípios em todo Estado (IBGE, 2010). Desse modo, é indiscutível que as carências do município não se detêm a ineficiência da mobilidade urbana intramunicipal.

Através da pesquisa pode-se perceber que os problemas presentes em São João de Meriti e toda a região da Baixada Fluminense são decorrentes de décadas de descaso e não implementação de políticas públicas. Assim, a análise do município por meio de mapeamentos faz-se fundamental para identificar e classificar as disfunções em escala macro.

Referências

ABREU, M. **A Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IMPLANRIO, 1997.

ROLNIK, R. **O Que é Cidade?**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996.

SOUZA, M. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.



Especulação imobiliária na Baixada Fluminense e Intensificação na Mobilidade Populacional

Jonathan da Silva Araujo –
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
jonathanaraujoufrj@gmail.com

Profa. Dra. Lirian Melchior
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
lirianmelchior@hotmail.com

Introdução

Este trabalho tem como objetivo apresentar as transformações sofridas na mobilidade populacional após a implantação de condomínios na região da Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro. Será utilizado como recorte amostral o Condomínio Jardim Paradiso, situado no Bairro Campo Alegre, em Nova Iguaçu. Transformações essas que estão atreladas ao processo de reestruturação econômica na Baixada Fluminense e que influencia na reestruturação urbana, também. Logo, essa análise parte da compreensão desses dois processos de reestruturação (econômica e urbana) e a influência dessas e o interesse populacional por essa região.

Um ponto importante é que o Condomínio está administrativamente inserido no Bairro Campo Alegre, de acordo com a divisão de Bairros do Município. Porém, Cabuçu, é reconhecido como uma das UGR's (Unidades Regionais de Governo) que compõem Nova Iguaçu, colocando Campo Alegre dentro da UGR Cabuçu. Onde, os mercados, lojas, bares, lanchonetes, praças; frequentados pelos seus moradores estão todos inseridos na Região de Cabuçu. Sendo Campo Alegre um bairro composto por uma área expressivamente "rural".

Os dados agrupados nessa pesquisa foram obtidos após entrevistas com os moradores, onde todos aprovaram a divulgação de seus nomes em artigos e pesquisas acadêmicas, mais um trabalho de campo no Condomínio Jardim Paradiso e no seu entorno e relacionando todos com textos bibliográficos onde abordam a temática da Geografia da População, que ressalta a mobilidade populacional no espaço. Também o fato de morar próximo ao Condomínio facilitou toda visão que se tem com essa alteração no espaço urbano e na presença de uma mobilidade populacional na região com bastante expressividade, deixando claro a proximidade com o cam-



po de estudo para esta análise sobre as transformações na Baixada Fluminense.

Foi feita uma análise onde constatou-se toda alteração na estrutura de transporte e no comércio ao seu entorno. Tendo em vista o número expressivo populacional alcançado com esse efeito da implementação de moradia. Com isso nota-se que com a presença do Condomínio Jardim Paradiso na região de Cabuçu em Nova Iguaçu, pôde presenciar um novo traçado populacional, influenciado pelo traçado imobiliário e a especulação nesse território.

Condomínio Paradiso: localização e mobilidade

O condomínio possui um localização estratégica ficando a cerca de, 55Km do Centro do Rio de Janeiro e cerca de 12, 8Km do Centro de Nova Iguaçu e cercado por importantes estradas que facilitam o acesso. Ele possui 1.817 unidades (casas) distribuídas em 275.097,02m²; tendo as residências plantas com tamanhos variados, pois a Construtora possibilitou a construção de casas maiores ou menores de acordo com o poder aquisitivo do comprador. Este trata-se de uma construção recente, que fica numa área mais distante do centro do Município de Nova Iguaçu, porém valorizando áreas verdes e um ambiente mais bucólico.

As obras tiveram início em 22/04/2008 e a inauguração ocorreu em 25/11/2010. A construtora responsável foi a CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A, esta é uma das principais construtoras que atuam no eixo Rio – São Paulo e que tem como objetivo central se diferenciar das incorporadoras tradicionais do Brasil. É importante destacar que houve um investimento da Caixa Econômica Federal, na modalidade do projeto Minha Casa Minha Vida voltado para pessoas que possuíssem renda acima de três salários mínimos, no período de venda das casas. O indivíduo que fosse adquirir o imóvel, ganharia um subsídio de até R\$ 25.000, 00 em desconto, na compra do mesmo.

O Condomínio apresenta uma estrutura bastante peculiar em relação ao seu entorno que, em geral, possui um infra-estrutura mais precarizada. A construção de suas casas fazem referência ao padrão norte americano, ou seja, construções uniformes, com gramados na frente e sem muros. O Condomínio também dá aos que ali residem o sentimento de segurança tendo um grande muro envolvendo todo o empreendimento, seguranças e uma única portaria. Nove entrevistados mencionaram a preferência pelo Condomínio em relação ao lugar onde moravam anteriormente, dizendo terem preferência por aquela Região por conta do ambiente bucólico apresentado (com bastante verde, árvores, pastos e todo um contexto de vivência rural).

Na tentativa pela melhor forma de viver, a construção desses condomínios; acabam se-



gregando e fragmentando o contexto social como um todo. Tirando do foco as ideias que precisam ser trabalhadas no que tange a cidades, entendendo que esta é o berço dos relacionamentos, das memórias. Uma aglomeração humana localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas onde funcionam de acordo com as relações que existem nesse contexto. Em síntese a cidade gira em torno de pessoas se relacionando entre si e com as construções evidentes desses espaços. A segregação em torno de habitações, construções, e gestão de setores não possibilita o convívio. Logo, quando se pensa em segregar um grupo seletivo nessas cidades, é possível permitir o desapego das relações que estão intrínsecas à elas.. Os muros e as cercas que esses condomínios possuem, bloqueiam as ligações que trazem beleza para aquilo se entende como cidade.

Para esta pesquisa foi realizado um trabalho de campo, onde buscou-se coletar dados para caracterizar o perfil dos moradores do condomínio, bem como entender as relações de trabalho e mobilidade que estes estabelecem com Nova Iguaçu e os municípios vizinhos. As entrevistas possibilitaram ainda compreender as perspectivas e expectativas dos moradores ao residirem no Condomínio

Onze entrevistados alegaram não dependerem exclusivamente do Centro Urbano do Estado do Rio de Janeiro, provocando uma relação de Moradia x Emprego, entre os próprios Municípios da Baixada Fluminense. Este elemento pode ser entendido como sendo fruto de Novas Centralidades fruto de uma reestruturação urbana que vem ocorrendo na Baixada Fluminense. Assim, o Município de Queimados apresentou um número expressivo de pessoas (entrevistadas) que se deslocam para o trabalho. O município de Itaguaí, também tem sido alvo de trabalhadores, dado o seu crescimento, após a reestruturação de seu porto e o término da Construção do Arco Metropolitano, que corta toda Região da Baixada. Além do próprio Município de Nova Iguaçu que possui uma importante reestruturação econômica local, gerando uma importante centralidade. Vale salientar, que, essa abordagem parte da análise relacionada ao que se obteve com as entrevistas.

“ A centralidade, como aspecto de um processo mais amplo, a própria estruturação e reestruturação urbana, vem sofrendo profundas alterações na atualidade que se traduzem, dentre outros elementos, em um policentrismo e em um multicentrismo” (AJONAS, Andréia, 2008, p. 3)

Nove entrevistados relataram que realizam a mobilidade pendular para a cidade do Rio de Janeiro. Este é um elemento de análise importante porque o condomínio se localiza “relativamente distante” do centro da metrópole, mas a necessidade de se manter o empre-



go, implica que esta mobilidade seja executada. Haja vista, mesmo com a moradia sendo alterada, a dependência da região central, ainda é muito forte. O Morador Eduardo Ribeiro, Analista de Sistema, alegou: *“Que mesmo Morando numa área periférica, sente o peso da distância entre sua casa e seu trabalho. Que se pudesse, trocaria de local de trabalho, dado a distância que tem que enfrentar todos os dias ao ir e voltar do trabalho”*. Pois, segundo ele, o nível de estresse aumenta cada vez que o período no trânsito aumenta. Ele trabalha na Barra da Tijuca, bairro da Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro. Ele alegou, também que uma das melhorias que gostaria que tivesse no Município, seriam quanto às condições de transportes que são ineficientes, caracterizados por uma estrutura sucateada, e muitas vezes tendo que passar por sufoco no coletivo.” (Entrevista em campo, 2018).

O estudo sobre a mobilidade pendular implica na compreensão da organização cotidiana do trabalhador buscando analisar as configurações espaciais representativas para este indivíduo.

“O trabalhador, migrante temporário, passa por uma socialização específica. No lugar de origem, suas relações são baseadas na produção direta dos meios de vida, o convívio familiar, lugar de encontro com o conhecido; no lugar de destino, suas relações são mediatizadas pelo dinheiro e é por meio deste que elas adquirem um caráter social – relações desenvolvidas por meio do trabalho realizado.” (MELCHIOR, Lirian, 2012, p. 10)

Assim, este trabalho possibilita análises sobre as relações sociais atribuídas aos moradores do Condomínio Jardim Paradiso e a mobilidade pendular que realizam em seus dias para o trabalho.

Conclusão

Essa Mobilidade Pendular é muito pontual e significativa para essa análise, haja vista os resultados da reestruturação urbana que culminaram na migração populacional para o Condomínio e resultaram na intensificação dessa população dentro dos coletivos (ônibus e vans). Esses fenômenos levaram a refletir sobre: como as políticas de transporte se adequarão ao perfil imobiliário traçado ao longo de todo o Município.(?), dando a população que utiliza desses meios, qualidade de serviço e comodidade, principalmente para deslocar-se ao ambiente de trabalho. E, sobretudo favorecendo, também, a população que já sofre com questões estruturais urbanas, ao longo de muitos anos, localizada na área externas ao Condomínio.

Também cabe refletir acerca da importância de Nova Iguaçu e Cabuçu no crescimento imobiliário, haja vista a valorização especulativa dos terrenos. A especulação imobiliária tem de forma significativa implementado investimentos na região, com isso, percebe-se um crescimento populacional e, conforme a população começa a crescer, é fundamental pensar a infra-



estrutura urbana a ser traçada a partir dessa lógica. Por exemplo, o Condomínio Jardim Paraíso conta com 1.817 casas, e uma população estimada de 10 mil moradores. Implicando uma análise de que a população aumentou. Porém, de acordo, principalmente, com a insatisfação dos moradores entrevistados, nota-se uma ausência de infraestrutura adequada para essas áreas. Ou seja, o serviço especulativo imobiliário é inserido, novas construções são feitas, casas com padrões que geram o desejo populacional são construídas, mas a estrutura para comportar essa população tem sido contraditória - cabe, a reflexão de como ficará ao longo dos próximos anos a formação urbana nesse traçado(?). E se de forma expressiva conseguirá comportar essa população que tem migrado para a região, sobretudo de Cabuçu, Bairro próximo ao Centro de Nova Iguaçu e, que enfrenta desafios na estrutura urbana e administração pública adequada.

Com isso finalizo esse trabalho trazendo a reflexão crítica sobre esse viés urbano trabalhado na região de Cabuçu e suas proximidades, e as contradições que ele enfrenta. É claro que existe uma reestruturação urbana e econômica eminente na região, mas essa reestruturação precisa, alcançar de forma significativa toda população presente na região.

Bibliografia

AJONAS, Andréia, REESTRUTURAÇÃO URBANA, Centro e Centralidade em Itu - São Paulo – 2008.

JARDIM, Antônio, **MOBILIDADE INTRAMETROPOLITANA NO RIO DE JANEIRO** – Revista Tambois - Rio de Janeiro – 2005.

MELCHIOR, Lirian - **MOBILIDADE PENDULAR NA NOVA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO-BRASIL** – UFRRJ – FAPERJ – 2012.

ROCHA, André, **OS EFEITOS DA REESTRUTURAÇÃO ECONÔMICA METROPOLITANA NA BAIXADA FLUMINENSE**: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região./ Rio de Janeiro – 2015.

RIBEIRO, Luiz Cesar – RODRIGUES, Luciano – CORREA, Felipe, **TERRITÓRIO E TRABALHO**: Segregação e segmentação urbana e oportunidades ocupacionais na Região Metropolitana do Rio de Janeiro – Caxambu– 2008



MOBILIDADE URBANA: A VISÃO DO CICLISTA NAS CIDADES DA BAIXADA FLUMINENSE

FLÁVIO JÚLIO FELIX DA SILVA,

GRADUANDO EM LICENCIATURA EM GEOGRAFIA NO INSTITUTO MULTI DISCIPLINAR – UFRRJ.

Introdução:

Este trabalho busca analisar as perspectivas do ciclista no trânsito da Baixada Fluminense. A partir disso, o direito à cidade, garantido na Constituição Federal Brasileira, determina que os ciclistas precisem de um espaço garantido para sua circulação. Com isso, examinaremos o porquê de alguns indivíduos conseguem ter mais acesso aos artefatos urbanos em detrimento de outros, e, como esse tipo de ação acaba influenciando a marginalização do modal de ciclismo. Além disso, é de grande relevância observar a apropriação dos ciclistas nos espaços públicos, reconhecendo os principais riscos nesse processo de ocupação, e traçando soluções para democratização desse acesso. Nesse sentido, identifica-se que além do deslocamento espacial, a bicicleta também pode ser atribuída pelos usuários outras intencionalidades, sendo elas: econômicas, lazer, ativismo, trabalho, esporte, saúde e entre outros.

Recorte teórico e analítico:

Esta pesquisa é realizada através de um recorte ideográfico, no qual traz o ciclista como sujeito e objeto. Relacionando, dessa forma, os métodos de desenvolvimento de análises da geografia crítica e cultural. Dispondo como fontes de informações para confecção deste trabalho: artigos e livros científicos, matérias de jornais, leis e entrevista em campo. Para isso, utilizaremos Lefebvre, 2001, para explicar o crescimento e as intencionalidades do espaço urbano:

A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade. Ela mesma, a cidade, obra, e atos perpétuos, dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na cidade política, militar, religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas culturais. Motivo de certas continuidades notáveis através das mudanças da sociedade. (Lefebvre, 2001, p.59)



A partir desta citação podemos relacionar com o processo de emancipações dos municípios fluminenses e o desenvolvimento das estruturas urbanas. Que teve como intuito inicial de atender demanda por territórios para as instalações industriais e interesses econômicos das classes políticas e dominantes que lideraram o processo de emancipação.

Métodos:

A metodologia aplicada nesse trabalho, em um primeiro momento, consiste em uma revisão teórica, através de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, relacionada aos espaços urbanos, mobilidade, direitos e deveres dos cidadãos. Em um segundo momento, será realizado um estudo e análise, aos meios de informações midiáticos que explicitam a situação das ausências de políticas públicas referentes ao modal cicloviário. Seguindo para o terceiro momento, serão realizadas observações do comportamento do trânsito nos centros dos municípios. Por fim, no quarto momento, serão realizadas entrevistas com indivíduos que frequentam os espaços públicos, como praças e centros comerciais nos três municípios que compõem a Baixada Fluminense, sendo eles: Belford Roxo, Nova Iguaçu e Mesquita. Com isso, será se ampliará a compreensão da população sobre a bicicleta e suas potencialidades e observações de trajetos de um município com outro.

Resultados e Discussões:

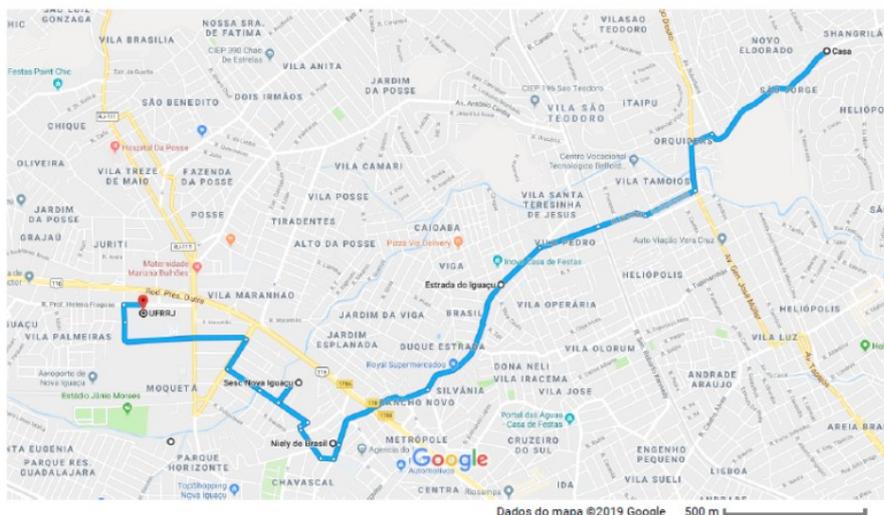
Esta pesquisa está em fase inicial e os resultados ainda não estão completos. No entanto é importante apresentar as primeiras impressões das observações e reflexões realizadas no comportamento do trânsito e na infraestrutura no trajeto do Shangri-lá bairro do município de Belford Roxo até o bairro de Moquetá no município Nova Iguaçu (Imagem 1), durante o período de janeiro a fevereiro 2019:

As obras de recapeamento de asfalto ocorridas em 2017 e 2018 na Avenida General Muller no bairro de Heliópolis Belford Roxo foram retiradas a ciclo faixa que existia no local (Imagem 2). Assim dificultando a circulação e marginalizando cada vez mais a apropriação do espaço feita pelos usuários de bicicleta. (Imagem 3), Além disso, ferindo os princípios e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012) que prevê acessibilidade universal, prioridade de transporte não motorizado e coletivo em relação ao motorizado individual.



30 SEMINÁRIO DE ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE BAIXADA FLUMINENSE

Google Maps de Estrada Itaipu-Babi a UFRRJ - Moquetá, RJ Bicicleta 7,9 km, 29 min



 via Estr. Itaipu-Babi 29 min

Imagem 1: Trajeto analisado, GOOGLE MAPS, 2019.



Imagem 2: Av. General Muller com a ciclo faixa em 2016. GOOGLE STREET VIEW, 2016.

Segunda observação a ser apresentada consiste na ocupação de veículos motorizados na calçada e ciclovia da Estrada Iguaçu no município de Nova Iguaçu (Imagem 4), sendo que este tipo de ação está classificado como infração gravíssima de acordo com Código de Trânsito Brasileiro (BRASIL, 1997). Este comportamento hierárquico de veículos motorizados individuais em relação aos ciclistas e pedestre acaba geralmente desestimulando os adeptos ao ciclismo e provocando o deslocamento irregular dos usuários das calçadas e ciclovias.

Portanto, apesar de que no campo legislativo o Estado apresentar medidas e soluções para construção de infraestrutura urbana integradora. Percebemos a contradição quando os direitos do



pedestre e do ciclista não são respeitados pela figura do Estado como a dos motoristas que não cumpre os deveres no cotidiano do trânsito. Perpetuando desta forma, a construção da cidade em um viés neoliberal, individualista e não democrático.



Imagem 3: Av. General Muller após o reaparelhamento, 2019.



Imagem 4: Ciclovias ou Estacionamento? 2019.

Referências Bibliográficas:

BRASIL, Advocacia-Geral da União. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Institui o Código de Trânsito Brasileiro. **Diário Oficial da União**, 1997.

BRASIL, União. Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política nacional de mobilidade Urbana. **Diário oficial da União**, v. 4, 2012.

DO BRASIL, Constituição Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 2010.

LEFEBVRE, Henri; FORTUNA, Carlos. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp, 2002.

SCHETINO, André Maia. **Pedalandando na modernidade: a bicicleta e o ciclismo na transição do século XIX para o XX**. Apicuri, 2008.

SILVEIRA, Marina Oliveira da. **Mobilidade sustentável: a bicicleta como um meio de transporte integrado**. 2010.155 p. 2010. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado)-Curso de Engenharia de Transportes, Coppe, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.



FEIRAS DE ARTESANATO E GASTRONOMIA: POTÊNCIAS CULTURAIS E ECONÔMICAS NA BAIXADA FLUMINENSE

Gabriela Sousa Ribeiro.

Docente e pesquisadora do IFRJ, campus Belford Roxo

Beatriz Rodrigues Moreira

Graduanda em Produção cultural, IFRJ campus Nilópolis

A partir de García Canclini (1983), entendemos artesanato como forma de expressão dos aspectos socioculturais da população de uma localidade que, a partir de matérias primas, mão de obra e significantes socioculturais locais, os materializa em distintos artefatos, tanto objetos utilitários como decorativos. Para o autor, há no artesanato um aspecto comunicador entre artesão-peça-receptor, seja este último um visitante, um comprador, um membro da comunidade ou o próprio artesão e seus colegas de trabalho. A partir das peças artesanais, há a possibilidade de representar aspectos de seus modos de vida, contribuindo tanto para o fortalecimento de sua identidade sociocultural e de seus pares, como para o entendimento dos aspectos socioculturais da região por visitantes externos.

No mesmo sentido, entendemos a gastronomia e a culinária típica como uma forma autêntica de traduzir usos, costumes, modos de fazer, materiais e sabores de uma localidade. A forma como os alimentos e as bebidas são preparados e degustados, com seus rituais de preparo, significação de acordo com a época e o modo como são saboreados (modos de apreciá-los, pessoas que são escolhidas para acompanhar a degustação) dizem muito sobre a região e seus aspectos socioculturais, passando diversas mensagens àqueles que se inserem neste processo.

Lima (2011), em entrevista à Paulo Keller, explica que a riqueza do artesanato brasileiro decorre de sua diversidade em termos dos materiais empregados, das técnicas usadas para sua confecção e das diferentes realidades vividas por aqueles que o produz. Muitas são as razões pelas quais se faz um objeto artesanal, “desde a necessidade mais imediata de sobrevivência, desde o instrumento que é feito para o trabalho ou para o conforto: como um prato, uma colher, uma cama, até objetos de significados muito mais amplos, como a imagem de um sobrenatural, de um santo, um objeto religioso” (p. 189).

A partir dos espaços de venda de artesanato e gastronomia, é possível perceber essa riqueza e apreender os aspectos socioculturais concernentes à realidade da localidade em que estão inseridos, tanto pelos produtos expostos como pelas manifestações e trocas sociais presentes nos locais. Entendemos, portanto, que esses espaços figuram na cidade tanto como espaços turísticos quanto como espaços comerciais carregados de valores e símbolos a serem apreendidos e trocados entre os diversos usuários do local, população local e externa, o que os faz ser considerados bens culturais.



Florissi e Valiati (2009) discutem a importância da manutenção dos bens culturais na cidade à medida que traduzem o modo de vida de um povo, agregando manifestações de identidade, valores e crenças da sociedade. A validade de um bem cultural traz benefícios no âmbito econômico e é incomensuravelmente favorável ao bem-estar da sociedade. Tal argumento corrobora com Miguez (2009) e Yúdice (2004), que encaram a cultura como recurso para melhoria social, conseguindo, a partir de projetos de incremento cultural urbano, alcançar o desenvolvimento urbano sustentável. Assim, encarar os espaços comerciais de artesanato como bens culturais propicia o usufruto dos espaços, dos objetos e de seu entorno pela população como um todo, reafirmando, a partir do lugar de convívio, valor e identidade às pessoas.

A partir de nossas pesquisas, percebemos uma propagação de feiras de artesanato e gastronomia na cidade do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana. Dois aspectos se destacam nessa propagação: 1- entendimento do artesanato e da gastronomia como fonte de trabalho e renda, daí a necessidade de propagar locais para venda desses produtos; 2- ocupação do espaço urbano para, a partir da cultura, captar renda para os expositores, sejam esses ligados a artesanato, gastronomia, manualidades, arte, bazar, entre outros. Nesse sentido, geralmente, se atrelam manifestações culturais da localidade como forma de agregar mais público para essa ocupação do espaço. Assim, quanto mais atrações a feira oferece, mais pessoas se sentem convidadas a vivenciá-las. E é a partir dessa oferta de atrações concernentes aos hábitos socioculturais da população em consonância com a ocupação do espaço urbano que as pessoas terão mais oportunidades de entender seus espaços como território, ainda que, muitas vezes, o interesse principal dos organizadores das feiras de artesanato e de gastronomia seja o aspecto financeiro.

Esse fenômeno corrobora com a utilização da cultura como instrumento para esse retorno financeiro. Conforme Vaz e Jacques (2001), um dos usos da cultura é como instrumento de desenvolvimento econômico capaz de gerar revitalização urbana. Este processo acontece em um período neoliberal globalizado, em que as questões econômicas passam a ser prioritárias e defendidas como solução para questões sociais. Mesmo passados 15 anos da publicação das autoras, a agenda neoliberal continua vigente e, cada vez mais a cultura vem sendo usada como ferramenta para a disputa entre as cidades de qual consegue ser mais vendável por meio da cultura e, em função disso, ser capaz de atrair mais investimentos externos.

Diante do exposto, questionamos: como se dão as especializações culturais e econômicas nas feiras de artesanato e de gastronomia na Baixada Fluminense? Por que o poder público ainda não percebeu seus potenciais cultural e econômico?

Objetivamos entender em que medida o artesanato, a gastronomia e seus espaços de venda contribuem cultural e economicamente para a ocupação do espaço urbano da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, particularmente para os municípios de Belford Roxo e Duque de Caxias, de modo a ser possível trazer melhorias urbanísticas aos locais em função das trocas socioculturais e econômicas potencializadas a partir dessas feiras.

Para responder às questões da pesquisa e atingir o objetivo pretendido, foram realizadas pesquisas bibliográficas, aplicação de questionário online e pesquisa de campo, a partir de observações



assistemáticas e entrevistas semiestruturadas com artesãos de duas feiras de artesanato e gastronomia, a FeirArt Bel, em Belford Roxo, e a Feira da 25 de agosto, em Duque de Caxias, ambas na Baixada Fluminense.

A FeirArt Bel possui cerca de 10 barracas localizadas no calçadão de Belford Roxo. As artesãs são as próprias vendedoras e são, majoritariamente, mulheres com mais de 40 anos e pouca escolaridade, sendo o resultado obtido com a feira sua fonte de renda principal. As peças comercializadas são de artesanato utilitários, como panos de prato, puxas-saco, bolsas, entre outros.

A feira se localiza em um local de grande movimento de pedestres, ou seja, a feira busca os frequentadores e não o contrário. Em contrapartida, ela não se localiza no ponto mais movimentado da cidade. Além disso, levando em conta que a feira é bem menor do que as demais pesquisadas, podemos inferir uma certa desvalorização governamental para com as artesãs, de não lhes possibilitar um local com mais atratividade. Isso reflete na forma como o público frequenta a feira, não indo até a mesma como primeira opção de compra ou mesmo de cultura.

Pudemos constatar que a FeirArt Bel perdeu espaço e tamanho nos últimos anos. Conforme entrevista realizada em 2016 com a Superintendência da Mulher do município de Belford Roxo, a FeirArt Bel contava com cerca de 30 barracas e era realizada em três locais diferentes da cidade, de modo itinerante.

A Feira da 25 de agosto acontece todos os domingos, no bairro 25 de agosto, no município de Duque de Caxias. "Começa na Avenida Duque de Caxias, na esquina com a Rua Cardoso Bessa, e continua pela Avenida Presidente Vargas até a altura da Rua Paulo Lins. Depois prossegue pela Rua Prefeito José Carlos Lacerda (...), até o seu final" (PORTAL DE TURISMO DUQUE DE CAXIAS, 2018). É conhecida por suas barracas de culinária nordestina, tendo, ainda, um forró que acontece no fim da tarde como ponto alto da feira. Muitas barracas comercializam vestuário, acessórios, produtos importados, produtos agrícolas, alimentos. O artesanato encontrado na feira é, principalmente, utilitário, como tapetes, panos de prato, mas também é possível encontrar brinquedos feitos de madeira e de latas de alumínio. No entorno da feira, margeando a linha do trem, acontece também uma extensão da mesma, com venda de plantas, animais (como peixes e aves), instrumentos para construção (desde pincéis de pintor, lâminas para serras, a parafusos), alimentos industrializados com preço abaixo do mercado, entre outros. Ao todo, possui cerca de mil barracas.

Muitos dos imigrantes que, atualmente, compõem os moradores da Baixada Fluminense são vindos do Nordeste do país. Assim, um local que ofereça culinária típica do Nordeste aliado a oferta de vários produtos com atrações culturais, como o forró, torna-se um atrativo para que as pessoas se reconheçam em suas identidades e memória, ainda que longe de seu território original. E o prolongamento da Feira da 25 de agosto demonstra também a importância da ocupação do espaço urbano a partir do artesanato e da culinária que remeta a identidade e memória de uma população, além da oferta de produtos diversos que facilitam a vida das pessoas por ter opção de compra e venda de produtos aliadas ao lazer próximos de casa.

Identificar e analisar a dinâmica da venda do artesanato e da gastronomia torna-se, portanto, ins-



trumento político para entender as relações de poder que se instalam nesses espaços, possibilitando compreender de que modo forças internas e externas se articulam, interferindo nas práticas cotidianas no território, por conseguinte, na identidade da população. Faz-se fundamental, então, analisar a dinâmica cultural e econômica tanto no que diz respeito à vivência da população local nessas feiras como na possibilidade de conseguir viver com dignidade a partir do trabalho artesanal.

É preciso perceber e valorizar o fazer artesanal e gastronômico para além de uma mera fonte de sobrevivência. Ele pode ser instrumento político de luta e afirmação da identidade sociocultural, assim como por espaços de venda dignos que tragam para a população reforço de seus aspectos sociais, culturais, identitários, de lazer, além da possibilidade turística.

As feiras de artesanato, em função da efervescência cultural que propiciam ao espaço, junto com as manifestações socioculturais propagadas pela população local podem se tornar atrativos sociais, culturais, de lazer e turísticos importantes para cidades com menos investimentos e apelo turístico, como Duque de Caxias, Belford Roxo e demais cidades da Baixada Fluminense.

Referências

FLORISSI, Stefano; VALIATI, Leandro. Construção de lugares de consumo e práticas culturais. In: CRIBARI, Isabela. (Org.). **Economia da cultura**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 2009.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **As culturas populares no capitalismo**. Tradução: Cláudio Novaes Pinto Coelho. São Paulo: Editora brasiliense, 1983.

LIMA, Ricardo Gomes. Artesanato em Debate. Entrevista por Ricardo Gomes Lima por Paulo Keller. **Revista Pós Ciências Sociais**, v.8, n.15, p. 187-210, jan./jun. 2011

MIGUEZ, Paulo. Aspectos de constituição do campo de estudos em economia da cultura. In: CRIBARI, Isabela. (Org.). **Economia da cultura**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Massangana, 2009.

PORTAL DE TURISMO DUQUE DE CAXIAS. Feira de Duque de Caxias. Disponível em http://visiteduquedecaxias.com.br/8981_feira-de-duque-de-caxias. Acesso em 30/04/18, às 14h53min.

VAZ, Lilian Fessler; JACQUES, Paola Berenstein. Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana. **Anais**. Encontros nacionais ANPUR, v. 9, 2001.

YÚDICE, George. **A Conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004.



ESPAÇO URBANO E INJUSTIÇA AMBIENTAL NO ENTORNO DO ANTIGO ATERRO METROPOLITANO DE JARDIM GRAMACHO, DUQUE DE CAXIAS/RJ¹

Natália Burity de Almeida Teixeira²,

Fernando Souza Damasco³,

Letícia de Carvalho Giannella⁴

1 Trabalho de pesquisa desenvolvido para a conclusão do curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Análise Ambiental e Gestão do Território pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

2 Bacharela em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Análise Ambiental e Gestão do Território pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

3 Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Programa de Pós Graduação em Análise Ambiental e Gestão do Território da Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Pesquisador da Coordenação de Estruturas Territoriais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

4 Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professora do Programa de Pós Graduação em Análise Ambiental e Gestão do Território da Escola Nacional de Ciências Estatísticas. Pesquisadora em Informações Geográficas e Estatísticas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas.

INTRODUÇÃO

Historicamente, a dinâmica controversa do gerenciamento dos resíduos sólidos é um grande desafio para as sociedades, sobretudo nas cidades (KAZA *et al.*, 2018). No tocante à escolha locacional do destino final dos resíduos sólidos urbanos, destaca-se que esse processo é orientado por um critério de distanciamento das áreas mais valorizadas economicamente do espaço urbano e concomitante imposição das exteriorizações negativas do descarte às áreas já carentes de infraestrutura e serviços públicos. Conjuntamente, as áreas receptoras quando tolhidas do devido monitoramento, proporcionam condições favoráveis para, em meio à insalubridade, se produzirem territórios sustentados pela economia da reciclagem/reaproveitamento de resíduos, o que favorece uma precária expansão urbana.

Com base na problemática apresentada, a temática do estudo se refere à (in)justiça ambiental materializada no espaço urbano face ao gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos. O recorte adotado é a área de ocupação recente de Jardim Gramacho, situada no território de Jardim Gramacho, no 1o Distrito do município de Duque de Caxias/RJ. Tal recorte abrange localidades que tiveram como vetor de expansão a chegada do antigo Aterro Metropolitano de Jardim Gramacho (AMJG) e/ou possuíam maior vínculo com a economia ligada aos resíduos sólidos ali consolidada (CÁRCAMO, 2013; JUNCÁ, 2004). Nesse sentido, o objetivo da pesquisa consiste em caracterizar os elementos histórico-geográficos do contexto de injustiça ambiental em que estão inseridas as comunidades do entorno do antigo AMJG.

RECORTE TEÓRICO ANALÍTICO



O método de interpretação da pesquisa parte do conceito de justiça ambiental (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2008; BULLARD, 2002) e desigualdade ambiental (COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL, 2012). O debate proposto ganha contornos mais amplos ao compreender a noção de justiça ambiental sob a perspectiva do conflito ao atentar para a contraditoriedade que se manifesta nessa área de excreção, pois se por um lado expressa a sobreposição de diversas formas de desigualdade de grupos populacionais bem definidos, por outro viabiliza a (re)invenção da luta pela sobrevivência. Sendo assim, as análises serão ainda enriquecidas com a compreensão tida por Galvão (1992) em relação ao ambiente sob a perspectiva geográfica da totalidade espacial, que corrobora com as considerações de Santos (1996) ao conceber o espaço enquanto uma síntese entre sistemas de objetos e sistemas de ações no qual a história se dá, modificando-se a partir de diversas intencionalidades.

METODOLOGIA

A pesquisa incorporou análises de caráter qualitativo e quantitativo através (i) da observação participante realizada desde 2014 junto a Organização Não Governamental Casa Semente e desde 2018 junto ao Movimento Nosso Jardim, ambos situados na área de interesse (ii) do levantamento bibliográfico, (iii) do levantamento documental e (iv) da manipulação de dados estatísticos levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), Teto (2013) e Maia *et al.* (2017). As variáveis utilizadas no estudo são: pertença étnica, renda, educação, regularização fundiária, saneamento básico, características construtivas dos domicílios e infestação de animais nocivos.

A apresentação dos dados oficiais foi realizada através do mapeamento do 1o Distrito do município de Duque de Caxias através do software Qgis 2.18, recorte adotado por ser o distrito com maior investimento de planejamento urbano do município e por abranger as quatro áreas selecionadas para fins de comparação no estudo: a área de ocupação recente de Jardim Gramacho, a área de ocupação antiga de Jardim Gramacho e o território de Gramacho que compõem o bairro Gramacho, bem como o bairro Jardim 25 de Agosto, bairro com maior rendimento nominal mensal do município. Os resultados verificados através dos dados oficiais foram ainda confrontados com as escalas municipal, metropolitana, estadual e nacional.

Quanto aos princípios éticos da pesquisa, foi preservado o anonimato dos moradores que contribuíram com o estudo com relatos das principais demandas locais.

RESULTADOS

A incursão histórica realizada sobre a ordem global-local de formação da área de interesse evidenciou que não há neutralidade política numa organização espacial que impõe os ônus desproporcionais do gerenciamento inadequado dos resíduos metropolitanos à uma área precária e residida por populações que direta ou indiretamente dependiam das atividades da catação realizada no AMJG. De acordo com a escala analítica adotada, o território pode ser tido com certa homogeneidade estigmatizada pelo lixo sob a perspectiva das territorializações dominantes. Além disso, ainda manifesta de forma pronunciada as relações contraditórias da sociedade e do Estado

com o espaço, tendo como munição desta ignição o fator de troca desse espaço. Ao reduzir a escala de análise, a ordem local de formação fortemente impulsionada por um clássico caso de injustiça ambiental que inseriu os moradores no (dito) sustentável circuito da reciclagem, viabilizou a produção do território dotado de uma economia interna dinâmica, sendo posteriormente ocupado por diversos grupos sociais também discriminados que não possuíam relação direta com o lixo, culminando em um território heterogêneo.

Sendo assim, é importante considerar que a existência do AMJG na área consolidou a conformação e dinâmica territorial local orientadas sob uma ordem externa ao território, dadas as contradições inerentes à reciclagem no Brasil, quanto sob a ordem local através do surgimento de hierarquias pautadas em interesses distintos, sejam aquelas oriundas do mercado imobiliário de vazadouros gerenciado pelo tráfico de drogas, como também aquelas advindas, por exemplo, de instituições unicamente assistencialistas que estabelecem uma relação de dependência dos moradores.

Considerando esse contexto de formação precária, o estudo partiu da dialética das diferenciações étnicas expressas e expressadas no/pelo espaço para analisar a atual conjuntura das comunidades locais. Para tal, a verificação do racismo ambiental foi realizada através da análise conjunta dos indicadores "raça" e "classe", dado o papel incisivo que o componente étnico-racial tem na estrutura de classe brasileira (PORTO-GONÇALVES, 2006). As Figuras 1 e 2 mostram o mapeamento, por setor censitário, dos indivíduos que se declararam pretos e pardos, bem como do rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* no 1o Distrito do Município de Duque de Caxias, respectivamente.

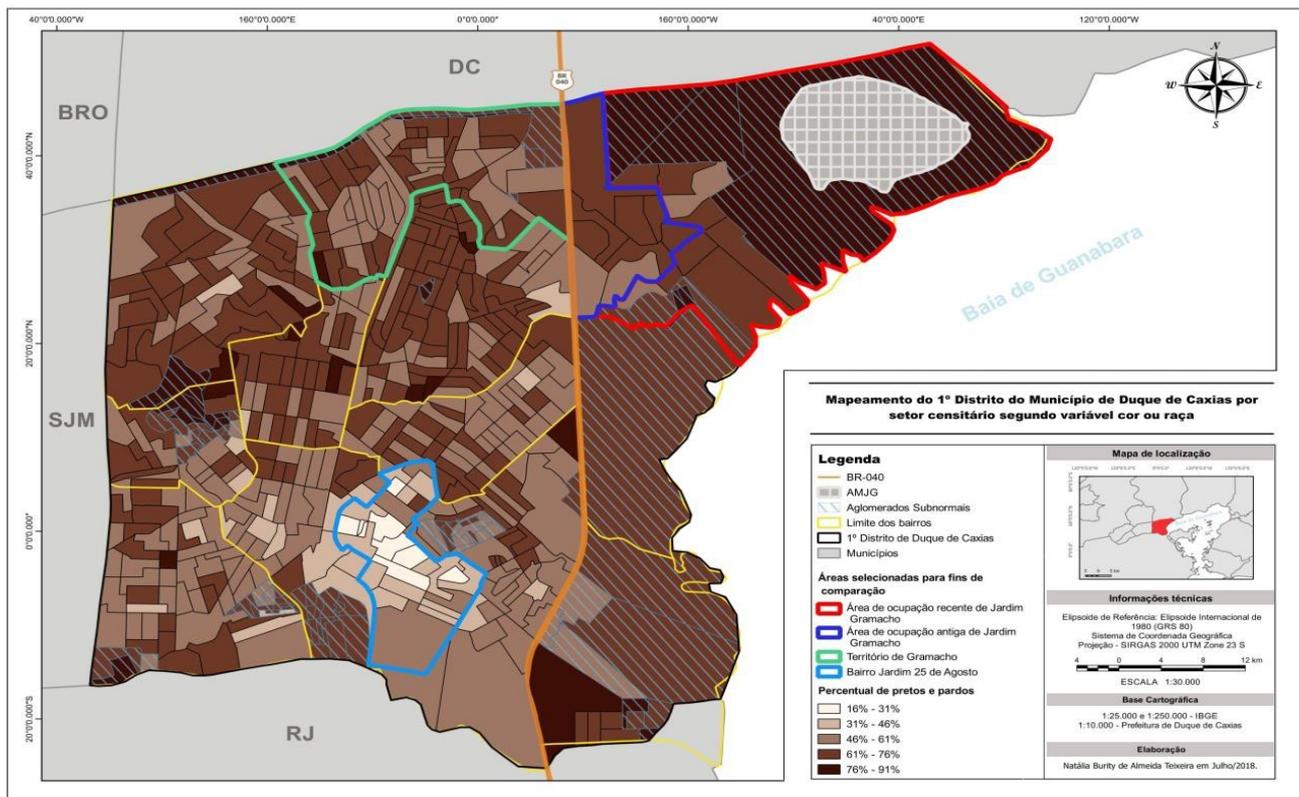


Figura 1 - Mapeamento do 1o Distrito do município de Duque de Caxias por setor censitário segundo a variável cor ou raça, com identificação de áreas de interesse para fins de comparação.

Fonte: Censo 2010. Elaboração: Natália Burity, 2018.

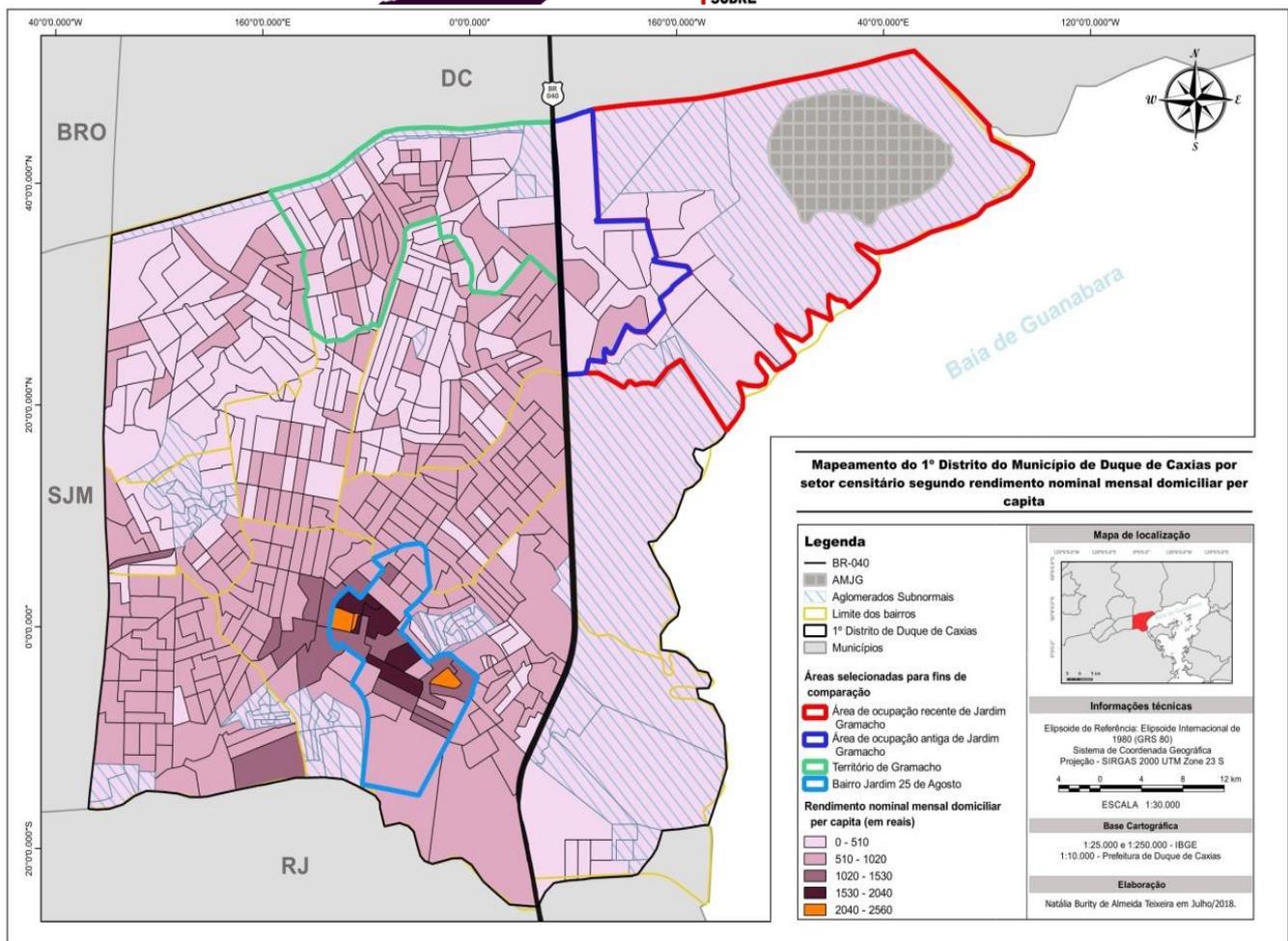


Figura 2 - Mapeamento do 1o Distrito do município de Duque de Caxias por setor censitário segundo rendimento nominal mensal domiciliar *per capita*, com identificação de áreas de interesse para fins de comparação.

Fonte: Censo 2010. Elaboração: Natália Burity, 2018.

A fratura delimitada pela BR-040 evidencia o aumento da população preta e parda em direção com o AMJG, assim com a redução drástica da renda. Em contrapartida, o bairro Jardim 25 de Agosto se destaca por concentrar os setores com menores percentuais de pretos e pardos, porém maiores rendimentos. A partir disso, o estudo ainda verificou os rebatimentos de habitar esse espaço opaco da cidade, pois pertencer a ele significa mais do que estar separado fisicamente da “cidade formal”, mas também implica na desigual exposição à possibilidades, tendo em vista a defasagem de acesso aos demais serviços públicos e infraestrutura verificado na área de interesse em relação ao restante do 1o Distrito.

Com base nos resultados, o estudo evidenciou que o processo de encerramento do aterro desprovido de quaisquer ações efetivas de inclusão integral dos moradores reiterou as suas condições desiguais e injustas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do Amaral; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental?** Rio de Janeiro: Garamond. 2008.



BULLARD, Robert Doyle. Confronting environmental racism in the twenty-first century. **Global Dialogue**, Nicosia, v. 4, p.34-48, 2002.

CÁRCAMO, Maria Inês Corrêa. **Configuração territorial e problemas de saúde e ambiente em uma periferia metropolitana**: o caso do bairro Jardim Gramacho – Duque de Caxias. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.

COLETIVO BRASILEIRO DE PESQUISADORES DA DESIGUALDADE AMBIENTAL. Desigualdade ambiental e acumulação por espoliação: o que está em jogo na questão ambiental? **E-cadernos CES (Online)**, v. 17, p.164-183, 2012. Disponível em: <<https://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos17/07.ColetivoBras.Pesq.DesigualdadeAmbiental.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

GALVÃO, Maria do Carmo. Focos sobre a questão ambiental no Rio de Janeiro. In: ABREU, Maurício de Almeida (Org.). **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentos e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. p. 13-26.

JUNCÁ, Denise Chrysóstomo de Moura. **Mais que sobras e sobrantes**: trajetórias de sujeitos no lixo. 2004. 238 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/4387/2/187.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

MAIA, Adriane; KRAFT, Kathryn; ARAÚJO, Ana Beatriz; PECHIM, Patricia; ANJOS, Fernanda. **Vulnerability context of Jardim Gramacho**: an exploration of the livelihood opportunities for children and families. Rio de Janeiro: Served, 2017. 57 p. Disponível em: <http://served.ngo/wp-content/uploads/2017/08/REPORT_VULNERABILITY-CONTEXT-OF-JARDIM-GRAMACHO.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2017.

KAZA, Silpa; YAO, Lisa C.; BHADA-TATA, Perinaz; VAN WOERDEN, Frank. **What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050**. Washington: World Bank, 2018. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/30317>>. Acesso em: 29 set. 2018

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther. **Los desafios de lãs emancipaciones en um contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

TETO. **Relatório enquetes Jardim Gramacho 2013**. [S. l.]: Teto, 2013.



O DESENVOLVIMENTO DO SANEAMENTO BÁSICO NA BAIXADA FLUMINENSE: A DIMENSÃO HISTÓRICA NA ANÁLISE DO RISCO E DA VULNERABILIDADE

Paulo Guilherme Barbosa Bragança

Graduando do curso de geografia da UERJ/FEBF

Guilhermebraganca@outlook.com

Introdução

A falta de saneamento básico configura-se como um dos principais fatores de risco para a sociedade, ao mesmo tempo sua disponibilidade pode representar um grande fator para o desenvolvimento. A exemplo disso pode-se apresentar a questão do saneamento básico na Baixada Fluminense, a qual delineou a expansão da região Metropolitana do Rio de Janeiro, porém ao mesmo tempo evidenciou as disparidades existentes entre a cidade do Rio de Janeiro e a Baixada.

A questão do saneamento na Baixada tornou-se relevante principalmente no século XIX, com a chegada do transporte ferroviário a região começou a se transformar e passar por um processo de franca decadência. O trem tomou lugar do transporte hidroviário e, conseqüentemente, os rios que antes se apresentavam como principais rotas para os viajantes, começaram a ser abandonados gerando assim um cenário de insalubridade. Com isso as Comissões de Saneamento Básico da Baixada Fluminense tiveram um papel fundamental no desenvolvimento da região.

Outro marco importante para o desenvolvimento do saneamento da região é ilustrado pelo desenvolvimento do sistema Guandu, que com o intuito de levar água para a cidade do Rio de Janeiro, explorou as águas do Rio D'ouros na Serra do Tinguá, em Nova Iguaçu. O sistema Guandu foi ampliado ao longo do século XX, passando seu encanamento por todo o território da Baixada, porém essa água não tinha como destino as casas dos habitantes da região, essa água era explorada com o intuito principal de suprir as necessidades dos cidadãos do então Distrito Federal.

Assim, tendo como perspectiva a dimensão temporal, o presente trabalho busca analisar a questão do saneamento básico da Baixada Fluminense por intermédio dos conceitos de risco e vulnerabilidade apresentados por Veyret (2013). Sendo assim busca evidenciar através da história que a gestão do risco, visto aqui como a percepção de um perigo possível (Veyret, 2013, p.24), pode proporcionar o desenvolvimento de uma região, porém a não gestão desse risco pode levar à crise, ou seja a realização concreta do perigo evidenciado pelo risco, ou até mesmo chegar em uma catástrofe. Ainda procura entender o nível da vulnerabilidade, ou seja, a magnitude do impacto de um perigo, nesse caso a falta de saneamento básico, sobre a população da Baixada ao longo do tempo.



Metodologia

Foi realizado o levantamento bibliográfico referente à história do desenvolvimento do saneamento básico da Baixada Fluminense, tendo como ponto de partida os trabalhos de Fadel (2006), Souto (2016) e Britto e Quintslr (2017), buscando relacionar o desenvolvimento do saneamento na Baixada Fluminense com os conceitos de risco e vulnerabilidade apresentados por Veyret (2013).

Resultados parciais

O presente estudo faz parte de um trabalho de conclusão de curso em andamento, portanto apresenta-se em desenvolvimento, porém ao analisar o histórico do desenvolvimento do Saneamento Básico da Baixada Fluminense, pode-se perceber que a região passou por importantes momentos de gestão do risco causado pela falta de saneamento básico, a exemplo disso temos as Comissões de Saneamento Básico, as quais transformaram a Baixada em uma região habitável, proporcionando a expansão da região metropolitana do Rio de Janeiro. Em contrapartida pode-se perceber que a gestão do risco causado pela falta de saneamento básico não foi efetiva, tendo em vista que um de seus principais componentes, a disponibilidade de água potável, é disponibilizada de forma precária e quase inexistente para a população.

Bibliografia

BRITTO, Ana Lucia; QUINTSLR, Suyá. Redes técnicas de Abastecimento de água no Rio de Janeiro: história e dependência de trajetória. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS*, São Leopoldo/RS, v. 9, n. 18, p. 137-162, jul. 2017. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2018.

FADEL, S. **Meio Ambiente, Saneamento e Engenharia no período do Império a Primeira República: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense**. São Paulo: USP, 2006. (Tese de doutorado em geografia).

FIGUERÊDO, Maria Aparecida. Gênese e (re)produção do espaço da Baixada Fluminense. *Revista geo-paisagem*, Niterói (RJ), n. 5, p. 1-17, jan. 2004. Disponível em: . Acesso em: 20 jan. 2019.

SOUTO, Adriana Branco Correia. **As Comissões Federais de Saneamento da Baixada Fluminense (1910/1933)**. 2016. 135p Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial). Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2016.

VEYRET, Y (2013). **Os riscos: o homem como vítima e agressor do meio ambiente**. 2.ed. São Paulo: Contexto.p.320.



A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS POSSESSÓRIOS INDIVIDUAIS PELA DEFENSORIA PÚBLICA EM NOVA IGUAÇU, RJ

Pedro Henrique Fernandes das Chagas

Discente do curso de Direito do IM/UFRRJ e pesquisador no “Direito Civil além do Judiciário” – DiCAJ/DIALOGOS (UFRRJ/CNPq).

Lívia Pitelli Zamarian Houaiss;

Doutoranda em Sociologia e Direito (UFF), mestra em Direito (ITE), professora assistente do curso de Direito na UFRRJ (DCJUR/IM) e coordenadora do “Direito Civil além do Judiciário” – DiCAJ/DIALOGOS (UFRRJ/CNPq).

INTRODUÇÃO:

A concepção atual da posse e dos efeitos que desta decorrem tem especial importância para a tutela de direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, ligada ao desenvolvimento da sua personalidade e dignidade. A proteção da posse ganha contornos na efetivação do direito fundamental à moradia, especialmente em regiões periféricas e marcadas por políticas habitacionais pouco efetivas. A posse tem função social, caracterizada como direito autônomo, complementar e não excludente em relação à propriedade (ZAVASCKI, 2004), posto que “[...] leva em conta a atividade, e não a titularidade sobre a coisa [...]” (COSTA, 1998, p. 116). Tal concepção considera a destinação dada à coisa para identificar seu legítimo possuidor, e está desatrelada da titularidade do domínio. A tutela possessória corresponde a um meio de efetivação e exercício do direito à moradia constitucionalmente garantido (art. 6º, CF), e o Código Civil, partindo da teoria objetiva de Ihering, confere ao mero possuidor legitimidade para defender sua posse. Neste âmbito temático, o Poder Judiciário ainda é visto como principal via de resolução de controvérsias, muito embora, a primazia e a efetividade da jurisdição vem sendo repensada. A partir da perspectiva do efetivo acesso à justiça, muito se discute acerca da ineficiência de dirimir lides apenas pela via judicializada, em razão da morosidade do Judiciário e a incapacidade de se alcançar a pacificação e a satisfação das partes através do processo judicial. A autotutela, por exemplo, dentro dos limites legais da imediatidade e proporcionalidade dos meios empregados, afigura-se como uma das raras possibilidades de um indivíduo defender por sua própria força seu direito de possuidor. A autocomposição, outrossim, outrora entendida como alternativa à jurisdição, passou a ser concebida como o meio adequado de resolução de conflitos, sendo a Resolução n. 125 de 2010 do CNJ, a Lei de Mediação (Lei n. 13.140 de 2015) e Código de Processo Civil (CPC) os marcos norma-



tivos da institucionalização da autocomposição no Brasil. Tal característica é fundamentada pela adoção do método mais propício a depender das peculiaridades do caso concreto. Como um dos métodos autocompositivos, a mediação pode ser vislumbrada como a técnica de facilitação do diálogo com o auxílio de um facilitador, o mediador. Contrapondo-se à jurisdição, a mediação objetiva dirimir a controvérsia com o auxílio de um terceiro, que facilita o diálogo, mas coloca as próprias partes como protagonistas na tomada de decisão para resolução do litígio, sendo, portanto, um exercício de cidadania e autodeterminação. **RECORTE TEÓRICO-ANALÍTICO:** O direito à posse – e a ser possuidor – ganha contornos sociais mais expressivos em regiões como a Baixada Fluminense, com desigualdades habitacionais e fundiárias. Enquanto periferia urbana (SILVA, 2017), seu histórico de habitação fora marcado pela inobservância ou supressão de restrições que, outrora, dificultavam o parcelamento do solo. Tal cenário originou-se no íterim da II Guerra Mundial, a partir do fim da produção de laranja em Nova Iguaçu. A prefeitura que antes se esforçava para evitar o retalhamento da terra, aliou-se a esse processo a partir do final da década de 1940, “[...] à medida que reduz ao mínimo as exigências legais para a criação de loteamento e praticamente abandona a fiscalização nas áreas periféricas” (SIMÕES, 2006, p. 121). O Estado não foi um grande produtor de moradia para a população de baixa renda, tendo a produção do espaço urbano na Baixada Fluminense se deu a partir da autoconstrução, em que o trabalhador e sua família, sozinhos ou com auxílio de terceiros, executam toda ou grande parte da edificação de sua moradia por conta da insuficiência de renda para arcar com os custos da compra de uma residência (SIMÕES, 2006). Constata-se, assim que a linha do tempo da habitação urbana da Baixada Fluminense, está diretamente ligada à aquisição de direitos possessórios sobre um bem independentemente da titularidade da propriedade. Nesse sentido, ressalta-se a importância da concepção autônoma da posse a partir de sua função social destinada à moradia, efetivando a garantia e a defesa de direitos fundamentais. Além disso, dada essa construção histórica da formação habitacional urbana, em Nova Iguaçu, os bairros formados pela autoconstrução concentram a população de baixa renda e piores índices de qualidade de vida (SIMÕES, 2006). Destaca-se, outrossim, que considerável parte da população da região possui baixa renda, já que, segundo dados estatísticos do IBGE, no município de Nova Iguaçu, o rendimento médio mensal é de 2.0 salários mínimos por família e 38,7% da população possui renda nominal per capita de até meio salário mínimo por mês (BRASIL, 2018). Considerando as características econômicas do espaço e da população iguaçuana, bem como a escassez de estudos quanto ao tema, justifica-se a relevância de pesquisas que visam analisar o acesso de indivíduos com carência de recursos à justiça não judicializada como forma de assegurar a tutela sobre os bens que possuem.



PROBLEMA DE PESQUISA: Assim como outros métodos autocompositivos, a mediação depende da capacidade de autodeterminação das partes, o que torna sua aplicação mais difícil, já que não faz parte da cultura jurídica latino-americana (WARAT, 2018), que enquadra o Judiciário como superego destas sociedades (MAUS, 2000). A adoção de métodos conciliatórios para resolução de litígios quando os indivíduos com insuficiência de recursos figuram como partes, todavia, não é o mais recomendável, segundo Owen Fiss (2004, p. 124). Para o autor, “o acordo, no processo civil, é análogo à transação penal: geralmente, o consentimento é obtido via coação [...]” e para tal grupo, não deve ser preferível a um julgamento ou institucionalizada ilimitadamente, eis que acarreta “[...] uma rendição às condições da sociedade de massa e não deveria ser encorajado ou valorizado” (FISS, 2004, p. 124). Partindo-se desse marco teórico, faz-se necessário investigar se, no âmbito das mediações de conflitos possessórios individuais realizadas em Nova Iguaçu, os métodos conciliatórios atendem seus objetivos de resolução adequada de controvérsia, ou se, em via contrária, acabam confirmando a afirmada rendição.

OBJETIVO DA PESQUISA:

Busca-se uma análise qualitativa da autocomposição disponível aos habitantes economicamente hipossuficientes de Nova Iguaçu. Considerando as características da formação habitacional urbana da região, examina-se a mediação extrajudicial que é disponibilizada aos assistidos pelo Núcleo de Primeiro Atendimento Cível da Defensoria Pública em Nova Iguaçu. O *lócus* da pesquisa é justificado em razão da atribuição constitucional desse órgão público de prestar assistência jurídica integral e gratuita a indivíduos com carência de recursos. Sobre este viés, a presente pesquisa se dispõe a investigar a eficiência e adequação do acesso à justiça conciliativa por partes hipossuficientes.

METODOLOGIA:

A fim de se alcançar os resultados adequados, utilizou-se a abordagem teórico-analítica partindo de uma lógica dedutiva. Empreendendo-se o método histórico, através de revisão bibliográfica específica, buscou-se estabelecer a pertinência da mediação nos conflitos civis referentes ao direito das coisas. Ao analisar a atividade autocompositiva da Defensoria Pública em Nova Iguaçu, procedeu-se também um estudo qualitativo para apurar a estrutura física disponível para realização das sessões por meio de perspectivas etnográficas como base exploratória para futura pesquisa de levantamento (*survey*) com as partes mediadas.



RESULTADOS PROVISÓRIOS:

O propósito final da pesquisa é a análise empírica, mas nesta fase o estudo ainda é primordialmente teórico e com objetivo exploratório. A partir de formulações doutrinárias, foi possível estabelecer a pertinência da mediação, enquanto método adequado de resolução de conflitos, para solucionar litígios relacionados ao direito das coisas, o que inclui os conflitos possessórios (TARTUCE, 2018). Partindo dessa assertiva, a mediação extrajudicial realizada pelo Núcleo Cível da Defensoria Pública em Nova Iguaçu nos conflitos possessórios individuais se mostra relevante, dadas as características socioeconômicas da população iguaçuana e a construção histórica da habitação no município. Além disso, a prática conciliativa está alinhada com a função institucional da entidade (art. 4º, inc. II, Lei Complementar n. 80/94). Destaca-se que à pessoa com insuficiência de recursos é constitucionalmente garantida assistência jurídica de forma gratuita e integral, o que inclui os procedimentos extrajudiciais. Essa missão incumbida à Defensoria Pública garante ao assistido, por exemplo, acesso à informação sobre as consequências judiciais e extrajudiciais decorrentes da aceitação de acordo, e assim, a assistência jurídica prestada pelo(a) defensor(a) público(a) tem o condão de evitar potenciais danos por conta de cláusulas prejudiciais. Em Nova Iguaçu, a sessão é feita em uma sala estruturada, com refrigeração e possibilita a privacidade dos envolvidos. As partes e o mediador se sentam em uma mesa redonda, que é utilizada por diversas câmaras de autocomposição, e que permite a circulação do diálogo, evitando a polarização e hierarquização das partes. Importante destacar que o órgão, quanto a questão possessória, realiza mediação de conflitos individuais, haja vista que, nos conflitos possessórios coletivos, há diferenças procedimentais legalmente previstas (por exemplo, art. 565, CPC). Nesse sentido, a atuação da Defensoria Pública em Nova Iguaçu denota corresponder à propícia adoção da sociologia das ausências (SANTOS, 2011), cujo objetivo é “transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças” (SANTOS, 2002, p. 246). Ao proporcionar ao economicamente hipossuficiente acesso à justiça não judicializada, garantindo a assistência integral e gratuita, a Defensoria Pública demonstra ter potencial para modificar, no plano dos direitos, uma situação jurídica que, outrora, era prejudicada em algo plenamente viável. Desta forma, ao menos em tese, a atuação da Defensoria, tem o condão de afastar o risco de rendição alertado por Fiss, muito embora tal hipótese ainda demande uma pesquisa sob o a ótica dos mediados para ser comprovada.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cadastro Central de Empresas 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018.
- COSTA, Dilvanir José da. O sistema da posse no Direito Civil. **Revista de informação legislativa**, v. 3, n. 139, p. 109-117, jul./set. 1998.
- FARIAS, Cristiano Chaves; BRAGA NETTO, Felipe; ROSENVALD, Nelson. **Manual de Direito Civil** – volume único. Salvador: Ed. JusPodivm, 2017.
- FISS, Owen. Contra o Acordo. *In*: **Um novo Processo Civil**: estudos norte-americanos sobre Jurisdição, Constituição e sociedade. Coordenação de tradução Carlos Alberto de Salles. Tradução de Daniel Porto Godinho da Silva e Melina de Medeiros Rós. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.
- MAUS, Ingeborg. Judiciário como superego da sociedade: o papel da atividade jurisprudencial na “sociedade órfã”. Tradução de Martonio Lima e Paulo Albuquerque. *In*: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 3, n. 58, p.183-202, nov. 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 237-280, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SILVA, Lúcia. Baixada Fluminense como vazio demográfico? População e território no antigo município de Iguaçu (1090/1910). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 34, n. 2, p. 415-425, maio./ago. 2017.
- SIMÕES, Manoel Ricardo. **Cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense**. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.
- TARTUCE, Fernanda. **Mediação nos conflitos civis**. 4. ed., rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2018.
- WARAT, Luis Alberto. Ecologia, psicanálise e mediação. *In*: WARAT, Luis Alberto (Org.). **Em nome do acordo**: a mediação no direito. Florianópolis: EModara, 2018, p. 17-61.
- ZAVASCKI, Teori Albino. A Tutela da Posse na Constituição e no Novo Código Civil. **Revista Direito e Democracia**, vol.5, n.1, p. 7-28, 1º sem. 2004.



ALIENAÇÃO DO ESPAÇO E A LEGISLAÇÃO NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU

Raul Rosa de Oliveira Junior

Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Contato: raul-27-@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A atualidade do debate sobre a alienação se mantém latente, enquanto durante séculos as teorias de Friedrich Hegel (1999) e, em especial, de Karl Marx (2002) foram base para diversas análises das sociedades capitalistas, as mesmas sociedades se mantêm reproduzindo formas de alienação do indivíduo, do coletivo e do ambiente como forma manutenção do próprio modelo capitalista.

Analisaremos nesse artigo de forma inicial como o direito, especificamente os instrumentos normativos de política urbana, reproduzem a alienação que Marx classifica como alienação da relação com a natureza, ou nos termos do próprio autor: a apropriação da natureza, a qual tem direta relação com a forma como o homem modifica, produz e reproduz o espaço que vive, conforme podemos observar no seguinte trecho da obra de Karl Marx (2002, pg. 122):

Já observamos que, a respeito do trabalhador, o qual pelo trabalho se apropria da natureza, a apropriação surge como alienação, a atividade pessoal como atividade para outro e de outro, a espontaneidade vital como sacrifício da vida, a produção do objeto como perda do objeto a favor de um poder estanho, de um homem estranho.

Para isso faremos uma abordagem teórica conceitual, entendo os conceitos de alienação e suas implicações nos estudos do capitalismo, bem como, faremos uma breve análise sobre a teoria marxiana e de alguns teóricos marxistas que, mais recentemente, analisaram a teoria, abordaremos como o direito brasileiro organiza as normas de planejamento urbano e algumas implicações dessas normas sobre a relação do homem com o espaço. Buscaremos entender se o meio de produção dominante se relaciona com a legislação vigente para alienar o homem e o espaço, ou, ao menos, manter a alienação que é construída por outros instrumentos típicos dos sistemas econômicos capitalistas.

METODOLOGIA

O trabalho que será realizado tem como base para sua elaboração o paradigma estrutural do conflito, tendo em vista que a análise decorre da relação de uma superestrutura, representada pela norma jurídica derivada da correlação de forças que estruturam a sociedade contemporânea, e o território organizado com base nas atuais formas de produção de riquezas.

Para o desenvolvimento deste trabalho utilizaremos a análise de dados secundários. As legislações estudadas e os dados referentes a elaboração de tais legislações, a saber: o plano diretor, lei de uso e ocupação do solo e plano metropolitano, deverão ser colhidos junto à Prefeitura de



Nova Iguaçu, à Câmara Metropolitana do Rio de Janeiro. Os dados colhidos serão analisados com base na literatura básica adota para a elaboração do artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho se dedicou a apresentar a teoria da alienação em Marx e como alguns autores mais recentes a usaram para desenvolver outras teorias sobre a sociedade e sobre o capitalismo.

Apresentamos também ao leitor, de forma breve, a teoria de Guy Debord denominada a Sociedade do Espetáculo e introduzimos outros pensadores como Hegel e Jappe. A teoria apresentada serviu de base para analisarmos como o espaço é transformado pelo capitalismo e como se usa instrumentos de estado, no caso específico a legislação e os demais instrumentos jurídicos, para transformar o espaço.

Percebemos que o espaço, no capitalismo baseado em produção em massa de mercadoria, é transformado de acordo com a forma mais eficiente de produção e consumo das mercadorias, gerando mais riquezas para os detentores do capital dominante. Analisamos também que há resistências as transformações do espaço visando apenas o lucro, mas essas resistências tendem a ser dominadas pelos próprios instrumentos legais que deveriam protegê-las, tendo em vistas que esses instrumentos podem ser modificados de forma bem fácil pelos interesses do capital.

O caso da invisibilidade das áreas rurais do município de Nova Iguaçu é um claro exemplo disso, enquanto houve um avanço significativo com a mudança de legislativa introduzida no começo da década de 2010, não se sabe quanto tempo essa conjuntura irá permanecer e se, atualmente, essas populações ainda continuam tendo uma participação ativa dentro do município.

Concluimos que a sociedade do espetáculo, delineada por Guy Debord, tende a uniformizar toda a sociedade transformando os espaços em espaços homogêneos voltados a mais eficiente produção e consumo de mercadorias e a geração de lucro, alienando cada vez mais os indivíduos que constroem esses espaços e neles vivem.

BIBLIOGRAFIA

DEBORD, GUY (1997). A Sociedade do Espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto.

HEGEL, G.w.f.. Fenomenologia do Espírito: Parte II. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

JAPPE, Anselm. Guy Debord. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Martin Claret, 2002.

SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na baixada fluminense. Mesquita: ed. Entorno, 2007.

TINOCO, Victor; CAPRILES, Ana Huara; PACÍFICO, Alan. OS PLANOS DIRETORES (1997-2008) DA



CIDADE DE NOVA IGUAÇU: UMA ANÁLISE DO (RE) ORDENAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO E A QUESTÃO RURAL. 2010. Disponível em: . Acesso em: 01/08/2019. Legislação BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU - Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu do ano de 1997

PREFEITURA DE NOVA IGUAÇU - Plano Diretor do Município de Nova Iguaçu do ano de 2011



ANALISANDO E REFLETINDO SOBRE A CONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO TURÍSTICA "BAIXADA VERDE".

Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Isabela de Fátima Fogaça

Teresa Cristina Viveiros Catramby

Maria Angélica da Costa Maciel

(Departamento de Administração e Turismo, Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- DAT/IM/UFRRJ)

Introdução

Neste início de século XXI, o turismo é considerado uma atividade com capacidade de gerar desenvolvimento e fomentar o crescimento econômico mundial, diretamente relacionado ao desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) de diversos países. O Turismo se torna, assim, uma das forças transformadoras do mundo pós-industrial. No Brasil, a partir da década de 1990, o turismo avança como estratégia político-econômica do país e começa, juntamente com outros temas, a auxiliar no desenvolvimento econômico nacional.

Como estratégia de política pública em nível federal, o Brasil é dividido em regiões turísticas, conforme Programa Nacional de Regionalização do turismo criado em 2003 (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007; BRASIL, 2009). O estado do Rio de Janeiro, por exemplo, é dividido em 11 regiões turísticas: Metropolitana, Agulhas Negras, Caminhos da Mata, Costa Doce, Costa do Sol, Costa Verde, Noroeste das Águas, Serra Noroeste, Serra Verde Imperial, Vale do Café e a Região Turística da Baixada Fluminense, atualmente chamada de "Baixada Verde". O novo nome é resultado de uma iniciativa da Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (SETUR), que após pesquisas constatou que a região metropolitana mantém 36,27% de seu território verde conservado. Do total, 10,96% — cerca de um terço — estão localizados nos 13 municípios que integram a Baixada Fluminense (SETUR, 2017).

Diante de uma invisibilidade política-territorial, historicamente, a região turística da Baixada Fluminense nunca teve o incentivo da Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro — SETUR para sua efetiva implementação. A partir do resultado da pesquisa realizada surgiu, então, uma nova perspectiva para o turismo na Baixada Fluminense. Inicia-se, assim, uma série de reuniões entre 10 municípios que compõem da região turística Baixada Verde: Nova Iguaçu, Mesquita, São João de Meriti, Seropédica, Nilópolis, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Queimados, Belfort Roxo. Este processo levou à criação do Fórum de Turismo da Baixada Verde em 2017. Ou seja, em que pese o estigma de "região pobre e violenta" e com imagens de degradação socio-



espacial que a Baixada Fluminense traz consigo, a região se insere em estratégias política-organizacionais tendo o turismo como uma alternativa para o desenvolvimento.

Desta forma, tendo a pesquisa iniciada em 2017, este trabalho busca descrever e analisar o processo de construção da região Turística Baixada Verde diante de um contexto de medo social. Para atingir ao objetivo, a metodologia de pesquisa utilizada foi a exploratória e descritiva utilizando o método qualitativo para análise dos dados: a pesquisa documental e bibliográfica e a pesquisa de campo, envolvendo observação direta, com a participação nas reuniões do Fórum Regional de Turismo da Baixada Verde e de Conselhos Municipais de Turismo e com coleta de dados na realização dos inventários de oferta nos municípios (MARQUES;BISSOLI,2002; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2017) abrangidos pela Região Baixada Verde.

Baixada Verde: turismo, medo social e desenvolvimento regional

Ribeiro (2001) no texto “Segregação, acumulação urbana e poder: classes e desigualdades na metrópole do Rio de Janeiro” cita que a hierarquia socioespacial da metrópole fluminense é caracterizada por um núcleo formado pelas áreas litorâneas dos municípios do Rio de Janeiro e de Niterói, onde existe a maior concentração nessas áreas de equipamentos e serviços urbanos, acima de tudo de qualidade. Ou seja, área onde se constata uma maior qualidade de vida comparativamente com o restante da metrópole. A este fato, o autor considera que ainda é acrescentado o valor dados aos recursos naturais devido à proximidade com a praia e áreas verdes. Ele destaca que a partir desse centro, surgem diversas distâncias sociais até as periferias da cidade Rio de Janeiro, exemplificado pela Zona Oeste e pelas favelas, e a metrópole fluminense, em alguns municípios da região da Baixada Fluminense, que indica tendências à diversificação social de parte da periferia.

Na Baixada Fluminense, sendo uma das maiores concentrações urbanas do Brasil e da América Latina, se configura uma realidade socioespacial onde se condensam as dramáticas contradições vivenciadas pela sociedade brasileira, entre elas, de acordo com Alves (2002, p. 60), “uma formação histórica, espacial e social marcada por um padrão comum de segregação da classe trabalhadora, originada pela extrema violência expressa na média de aproximadamente dois mil assassinatos por ano, ou 74 homicídios por 100 mil habitantes. Atualmente, a Baixada continua com a realidade de região violenta. Em 2018, o Atlas da Violência, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, indicou o município de Queimados como o mais violento o país. Segundo pesquisa, a cidade tem taxa de 134,9 mortes violentas para cada 100 mil habitantes. Já o município de Japeri é o lugar



com o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Rio de Janeiro, conforme divulgado pelas Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Enne (2004, p. 14) ao analisar o processo de produção de representações sociais sobre a Baixada Fluminense tendo como referência o material produzido pela imprensa carioca da década de 50 até o ano 2000, identificou que a imagem da região passou a ser associada plenamente com as imagens de “terra sem lei”, “maior violência do mundo”, “terra em que até galinha cisca pra trás”, “faroeste fluminense”, dentre outras classificações negativas.

Desta forma, pensar o desenvolvimento do turismo na Baixada Fluminense, ou seja na Baixada Verde, traz as reflexões feitas por Machado (2012, 2013) sobre turismo e medo social. Para Machado (2012, p. 49) caracteriza-se como medo social “... o medo construído socialmente e que afeta a coletividade. “(...) isso se agrava pela forma corriqueira do crime e, principalmente, pela ineficiência e impunidade no papel da polícia e do Estado frente à questão social” (BAIERL, 2001, p. 20)”. O medo social que vem, segundo Machado (2013), alterando o território e o tecido urbano de muitas cidades brasileiras e a vida das suas populações. E diante da relação entre turismo e medo social o autor alerta que “O temor em vivenciar experiências indesejadas é relevante fator limitante na escolha de um destino turístico.” (MACHADO 2012, p. 48).

O Fórum, representado pelas secretarias que possuem o tema turismo em suas pastas, superando a imagem e a realidade da Baixada Fluminense e pelos recursos escassos, problemas de dívidas com a União e motivado pelo SETUR, trabalha diariamente com a possibilidade do turismo como vetor de desenvolvimento regional. Em 2018, desenvolveram e finalizaram o “Estatuto do Conselho da Região Turística Baixada Verde” como forma de instituir e validar este nível de governança e buscar apoios institucionais, políticos e da sociedade civil.

Como um dos resultados deste processo, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro (SEBRAE/RJ) elaborou e lançou o “Plano Estratégico da Região Turística - Baixada Verde”. Na apresentação do documento destacam-se as afirmativas da possibilidade de inserção da Baixada Fluminense no contexto do turismo regional e nacional tendo o novo título – Baixada Verde - como elemento importante devido à nova conotação referida à Baixada Fluminense.

As ações do Fórum e a criação da Região Turística Baixada Verde estão alinhadas ao Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (PRT), lançado em abril de 2004. O PRT foi considerado estratégico para a consecução da Política Nacional de Turismo 2002-2007 que tinha a premissa de atuar de forma descentralizada e regionalizada. As avaliações fei-



tas sobre o PRT mantiveram a proposta da regionalização que foi incorporada ao Plano Nacional de Turismo 2013-2016 (BRASI, 2007; BRASIL, 2013).

Considerações Finais

Assim, considerando o turismo como um importante vetor de desenvolvimento local e regional, este trabalho ao analisar a relação entre turismo, desenvolvimento regional e a imagem de violência da Baixada Fluminense busca identificar as possibilidades de um projeto de desenvolvimento turístico que seja capaz de auxiliar na mudança do estigma de região pobre e violenta que a Baixada possui. Os resultados de pesquisa (inventário da oferta turística) conseguem, dentro da realidade da Baixada Fluminense, revelar os potenciais naturais e culturais da região que indicam tanto a possibilidade de usufruto para lazer dos moradores como para de visitantes (projetos sociais, áreas naturais e rurais, patrimônios histórico-culturais materiais e imateriais, etc.).

Se revela, desta forma, a Baixada Verde, não ainda no cenário do turismo regional e nacional, mas em alguns meios de comunicação locais e na web. Durante busca na web com a denominação Baixada Verde é revelada ao público uma nova imagem da Baixada ligada às áreas naturais, de lazer e o patrimônio histórico dos municípios. Diante da relação Baixada Fluminense-Baixada Verde, se fortalece a premissa do turismo e do lazer como ferramentas de desenvolvimento que possibilitem dar um dinamismo econômico local e regional levando a equalização com a preservação/conservação ambiental; a valorização da identidade cultural; a preservação de locais históricos; a qualificação de espaços para recreação e lazer dos moradores e visitantes, a melhoria nas paisagens naturais ou urbanas; além do incentivo às produções agrícolas, industriais e artesanais.

Referencias Bibliográficas

ALVES, José Cláudio Souza. "Violência e religião na Baixada Fluminense: uma proposta teórico metodológica", in: **Revista Rio de Janeiro**. No 8. Rio de Janeiro: Fórum Rio de Janeiro, Nape/ Departamento de Extensão/SR-3/UERJ. Setembro-dezembro. 2002. p. 59-80.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil**: Introdução à Regionalização do Turismo / Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo/ Secretaria Nacional de Políticas de Turismo / Departamento de



Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico / Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo**: Diretrizes. Ministério do Turismo/Secretaria Nacional de Políticas de Turismo/Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico/Coordenação Geral de Regionalização. Brasília, 2013

ENNE, A. L. S. **Imprensa e Baixada Fluminense**: múltiplas representações. N.14. Niterói, RJ: Revista eletrônica Ciberlegenda, 2004. Disponível em: <http://www.uff.br/mestcii/enne1.html> Acesso em: 19/03/2019.

MACHADO, M. de B. T. Medo Social e Turismo no Rio de Janeiro. **TMStudies** [online]. 2012, n.8, p.48-54.

_____. Turismo, Medo e Violência. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 6, n. 1, p. 225-228, janeiro de 2013.

MARQUES, M. A.; BISSOLI, A. Planejamento Turístico Municipal com Suporte em Sistemas de Informação. São Paulo: Futura, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Inventário de Oferta**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004. Disponível em: <<http://www.inventario.turismo.gov.br/invtur/>>. Acesso em 07 de outubro de 2017.

SEBRAE/RJ. **Plano Estratégico da Região Turística** - Baixada Verde. Rio de Janeiro: SEBRAE/RJ, novembro 2017.

SETUR. **A BAIXADA FLUMINENSE É VERDE (08/08/2017)**. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/setur/exibeconteudo?article-id=3897989>> Acesso em: 12 de novembro de 2018.



Questão Econômica



Reestruturação Econômica sob a Forma Condomínio Logístico em Duque de Caxias: contextos iniciais

Gabriel Souza Alves

Mestrando do PPGEQ-UFF

O trabalho aqui desenvolvido tem como objeto de análise o processo de reestruturação econômica associados à expansão da forma condomínio logístico em Duque de Caxias (RJ). Essa reflexão precisa levar em conta tanto as reflexões acerca do espaço produzido pelo sistema capitalista, quanto a literatura que aborda a reestruturação urbano-produtiva desencadeada desde o final da década de 1970 de maneira mais concreta. Entendemos que este é um processo complexo, que abriga diferentes e concomitantes causalidades, resultando em um emaranhado de determinações regionais, sistêmicas, históricas, geográficas que precisam ser vistas hora em separado e hora no espectro da totalidade. Através de um retrospecto geo-histórico acerca do capitalismo, desde sua escalada no interior do feudalismo, é possível reconhecer padrões sistêmicos em seu funcionamento. A constante expansão do capitalismo ao longo dos séculos necessitou de consecutivos ciclos Sistêmicos de acumulação, que ampliaram o comércio, as finanças e a escala de atuação do capital (ARRIGHI, 1996). Ao olharmos para a situação atual do capitalismo, é possível reconhecer semelhanças com o comportamento sistêmico que ele mesmo adotava em outros momentos de sua história. Diante deste novos termos, a inserção de Duque de Caxias na economia internacional é cada vez mais habilitada pelas escala internacional dos investimentos que recebe. Reconhecer quais são os dilemas e padrões de funcionamento gerais do sistema passa a ser fundamental para entender a reestruturação no município.

Assim como em outros ciclos sistêmicos, passamos atualmente por um momento de expansão financeira que desloca a centralidade da reprodução do capital, jogando-o para além do ambiente produtivo e das indústrias de grande escala, como as corporações verticalizadas. Há também adequações e flexibilizações no meio produtivo (HARVEY, 1992), que continua extremamente importante, mas não com a mesma centralidade, o fato é que multiplicaram-se as formas de se acumulação e uma expressiva parcela destas se realizam através do espaço urbano (LENCIONE, 2017). O mercado imobiliário urbano, o setor de serviços, os patrimônios, os ativos urbanos, são todos novos caminhos para o lucro e ainda se combinam cada vez mais com o rentismo e com os mecanismos financeiros. Nos valem de estudos geográficos sólidos sobre as mudanças que ocorrendo em Duque de Caxias através da dinâmica imobiliária (ROCHA, 2015) e dos novos investimentos em estruturas associadas ao comércio e ao terciário (DIAS, 2017). Aqui fica explícita a reorientação econômica e as alterações na apropriação e no uso do solo da cidade, que antes detinha um perfil industrial bastante setorizado e delimitado, ao lado de um extenso uso habitacional e com algumas manchas de atividade agrícolas. O produção de



novas vias e infraestruturas no município, no entanto, como a construção do Arco Metropolitano, a duplicação da antiga Avenida Presidente Kennedy (atual Avenida Leonel de Moura Brizola) e a promessa de futuras obras, como Transbaixada I e Transbaixada II, alteraram todo o arranjo econômico e imobiliário, provocando especulações e um acirramento nas disputas por propriedades fundiárias bem posicionadas.

Segundo Harvey (2014), os investimentos em infra-estrutura é uma maneira de lidar com o excedente de capital sem ter que subjugar-lo aos riscos relacionados ao processo produtivo e à uma possível crise de sobreacumulação. Isso é duplamente verdade na medida que atualmente é muito mais complicado obter lucros através da simples ampliação da produção, como no período do fordismo-keynesiano (que durou aproximadamente entre 1940 e 1970), de acordo com as próprias causalidade sistêmicas. Entretanto, a novas infra-estruturas repercutem também no próprio arranjo espacial herdado até aquele momento, irrompendo em uma série de transformações de formas, funções e estruturas do espaço geográfico (SANTOS, 2014).

A reestruturação é tanto um processo de inovação do espaço, quanto de reaproveitamento das espaço-temporalidades que se mantiveram erguida até aquele instante, numa luta competitiva entre diferentes maneiras de se organizar o espaço, combinando rupturas e continuidades em uma nova versão da cidade (SOJA, 1993). Ou seja, todo um legado de ocupação humana e de uma formação social e histórica de Duque de Caxias (SOUZA, 2014) nos é fundamental para estabelecermos paralelos entre o “antes” e o “durante” do processo de reestruturação econômica. E neste contexto, um forma espacial tem ganho destaque por sua multiplicação e pela proporção de seu crescimento econômico: os condomínios logísticos. Eles podem até ser reconhecidos popularmente como “galpões”, mas o aprimoramento dos equipamentos técnicos destas infra-estruturas proporcionaram uma velocidade e uma coordenação às atividades industriais e comerciais sem precedentes. Dependendo do condomínio logístico, é possível encontrar toda uma rede de segurança e de alarme remoto, uma arquitetura adaptada para uma carga e descarga veloz de veículos, salas de reunião, equipamentos informatizados e até estruturas de mostruários e vendas no próprio local. Isso oferece meios mais eficazes de circulação de mercadoria e de negócios para as empresas, mas o lucro deste tipo de investimento depende igualmente da localização terreno em relação à geografia das vias de circulação e do comércio metropolitano.

Os lucros e vantagens desta forma espacial, entretanto, são um achado para o capital que investiu em sua construção e organização por outros motivos: a) o investimento se beneficia das flutuações do mercado imobiliário, incorporando preços associados ao elemento monopolista da propriedade fundiária adquirida; b) a locação repartida dos condomínios logísticos garante flexibilidade na captação de clientes/empresas inquilinas, que estão em constante rotação (intensificado pelo regime flexível de produção); c) alta correlação com a esfera financeira, seja na aquisição de empréstimos para a construção, seja no financiamento de clientes, seja na comercialização de ações e especulações próprias do rentismo.

O notório crescimento desta atividade no município ainda tem resultado em relações entre o Estado e investidores que beneficiam amplamente os interesses do capital. Um exemplo disto é a aceitação do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) elaborado por um consórcio de



empresas interessadas na expansão do setor logístico em Duque de Caxias. Apesar das críticas e ponderações em audiência pública, feita por representantes da sociedade civil, a proposta caminha rumo à uma licitação, que deverá assegurar a concessão do Campo do Bombal, área que no passado fazia parte da Área de Preservação Ambiental (APA) - São Bento. O terreno previsto para a concessão não apresenta condições ideais para a construção, exibidos no próprio PMI, devido à sua localização em solo de turfa e receber o transbordos dos rios Sarapuí e Iguaçu. Entretanto, o projeto do Centro de Abastecimento do Rio de Janeiro (CEARJ) segue adiante, o interesse do capital em construir um polo de condomínios logísticos ali acabou sendo incorporado pela própria prefeitura. O discurso do progresso e de oportunidades de empregos acabou por interditar qualquer preocupação do poder público com relação aos impactos sobre a drenagem no município ou sobre possíveis impactos ambientais na região. O projeto do CEARJ, na realidade, apenas coroa a relação de beneficiamento ao capital que o Estado vem consolidando historicamente. O Plano Diretor de Duque de Caxias, aprovado em 2006, já apontava positivamente para o capital através da retirada do Campo do Bomba I de sua respectiva APA e da sinalização desta área como Zona Especial de Negócio VII - Centro Atacadista. Na realidade, o pretense interesse pelo abastecimento se traduz muito mais em oportunidade de negócios, através de uma atividade em crescimento no município, do que em interesse por políticas públicas de segurança alimentar.

Existem ainda outros exemplos desta relação entre Estado e instituições públicas que tendem a estimular o processo de reestruturação e crescimento da logística na região, como o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sob responsabilidade da Câmara Metropolitana. Além de documentos estratégicos formulados pelo próprio setores privado e com o intuito de influenciar o planejamento público, como os documentos "Visões do Futuro", elaborados pelo Sistema FIRJAN. Enfim, o contexto dos condomínios logísticos e da reestruturação em Duque de Caxias exige tanto uma análise do arranjo espacial em transformação na cidade, quanto um mapeamento dos atores ali envolvidos. As escalas do capital que incidem, na busca por investimentos lucrativos, no município é tão multifacetado, ou menos, quanto a variedade de sujeitos e grupos sociais que se beneficiam ou sofrem com as consequências negativas deste processo. O forma espacial aqui investigada, assim como os atores envolvidos em sua produção, são o grande enigma por de trás de algumas das mais drásticas alterações contemporâneas na cidade caxiense.

Referências

ARRIGHI, G. O longo século XX : dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. São Paulo: Editora UNESP, 1996.

DIAS, D. As grafias do Foras em Duque de Caxias : capturando a produção do espaço em ato. Dissertação - PUC-Rio. Rio de Janeiro, p.127. 2017.

HARVEY, D. A condição pós-moderna . São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, D. O novo imperialismo . São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LENCIONI, S. MetrÓpole, metropolização e regionalização . Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.



ROCHA, A. O s efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. Revista Espaço e Economia , Rio de Janeiro, v. 6, 2015.

SANTOS, M. Espaço e método . São Paulo: EDUSP, 2014.

SOJA, E. Geografias pós-modernas : a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

SOUZA, M. Escavando o passado da cidade : história política da cidade de Duque de Caxias. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2014.



RODOVIA WASHINGTON LUÍS (BR-040): INSERÇÃO DE NOVOS ARRANJOS ECONÔMICOS E DE NOVAS RELAÇÕES DE PODER NO MUNICÍPIO DE DUQUE DE CAXIAS.

André Luiz Teodoro Rodrigues

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFFRJ)

Introdução

O município de Duque de Caxias está situado no estado do Rio de Janeiro, na região denominada de Baixada Fluminense. A cidade abriga atualmente mais de novecentos mil de habitantes em seus 465 km². Seus limites estendem-se, atualmente, aos municípios de Miguel Pereira, Petrópolis, Magé, Rio de Janeiro, São João de Meriti e Nova Iguaçu. A hidrografia pode ser resumida em quatro bacias principais: Iguaçu, Meriti, Sarapuí e Estrela. O município é dividido em quatro distritos: 1º- Duque de Caxias, 2º- Campos Elíseos, 3º- Imbariê, 4º- Xerém. Em cumprimento à Lei Orgânica, a sede municipal, que se encontrava no 1º distrito, foi transferida, a partir de 29 de maio de 1991, para o 2º distrito.

A história de Duque de Caxias confunde-se com a dos municípios que lhe são vizinhos. Isso porque, até a década de 1940, Duque de Caxias, São João de Meriti e Nilópolis, juntos com Nova Iguaçu, formavam um só município. A região onde está inserido o município, desde o período da ocupação europeia, teve sua história estreitamente relacionada à da cidade do Rio de Janeiro. Situando-se às margens da Baía da Guanabara, teve seu desenvolvimento ligado à extensa rede hidrográfica que a cortava. Através dos rios, realizava-se o escoamento da produção local e estabeleciam-se os elos de comunicação entre o interior e o litoral, favorecendo a ocupação das cercanias da Baía pelo interior serrano.

A Rodovia Washington Luís (BR-040) configura peça chave fundamental na construção do município de Duque de Caxias, foi através dele, principalmente que o local conseguiu se emancipar de Iguaçu e receber investimentos do Estado por meio da Fábrica Nacional de Motores (FNM), nos anos de 1930, posteriormente com a Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), depois da segunda metade do século XX e após a redemocratização, principalmente nos anos 2000, a Baixada Fluminense e de preferência Duque de Caxias de modo geral, tornaram-se um lócus de inves-



timento e consumo no estado do Rio de Janeiro. Antes apresenta uma visão pejorativa e estigmatizada, atualmente é apresentada como o cerne de grandes fluxos de expansão econômica. O propósito do artigo será elucidar e fomentar as discussões acerca da incorporação de novos empreendimentos ao entorno da rodovia e suas consequências para a cidade de Duque de Caxias.

Apresentação do Recorte Teórico Analítico

A Baixada Fluminense é tratada por vários autores, cada uma com sua expertise e perspectiva, como Simões (2006), Alves (2003), Rocha (2014), Souza (2002), Enne (2003), a partir da interpretação e trabalho de cada um deles podemos auferir o que foi, o que é e o que poderá ser essa área que circunda a metrópole carioca. Mediante análises sobre as novas nuances econômicas, especialmente com os estudos acerca da reestruturação territorial produtiva do estado do Rio de Janeiro e da região da Baixada Fluminense, com Oliveira (2008) e Oliveira (2013), aspectos culturais e ideológicos, violência e militarização do espaço urbano, políticos e sociais, a Baixada, e principalmente Duque de Caxias/RJ, a qual é o objeto de estudo e reflexão desse trabalho, são grandes laboratórios e ainda sim, em especial Caxias, é pouco explorado pelo meio acadêmico, esse município está entre os três mais ricos do Estado e entre as vinte cidades mais ricas do Brasil.

Portanto, através dessas características, conceitos-chaves da geografia como Território (Poder), Espaço (Objetos e Ações) e Paisagem (Transformações Temporais) nos proporciona uma melhor percepção dos processos que se relaciona à constituição da Rodovia Washington Luís (BR-040) como o maior agente modificador da morfologia e organização de Duque de Caxias.

A via expressa é o lócus das atividades econômicas e políticas do município, características que garantem a cidade que recebe o nome do Patrono do Exército Brasileiro, o protagonismo na região da Baixada Fluminense e no estado do Rio de Janeiro. O principal objetivo desse trabalho é explicitar como a Rodovia Washington Luís (BR-040) foi e é fundamental para a cidade de Duque de Caxias/RJ, concentrando a maior parte dos arranjos econômicos, por meio do Complexo Petroquímico de Duque de Caxias, concentrando em um só local a Refinaria de Duque de Caxias e o Pólo Gás Químico, Condomínios Logísticos, Shopping Centers, Comércio Varejista, Indústria Brasileira de Filmes, Ciferal/Marcopolo, Pólo Moveleiro do Estado do Rio de Janeiro, redes de hotelaria e além disso, a Prefeitura de Duque de Caxias, que representa o poder executivo desse ente federativo.

Metodologia



O objeto do estudo será avaliado metodologicamente, a partir de trabalhos de campo, se possível com entrevistas a políticos, gestores de empresas instaladas ao entorno da Rodovia, moradores antigos de bairros próximos à via expressa. Além disso, é essencial visitar as bibliotecas públicas do município, Biblioteca Municipal Governador Leonel de Moura Brizola, Biblioteca Pública do Jardim Primavera Rodolfo Arltdt, o Instituto Histórico Vereador Thomé Siqueira Barreto, os quais reúnem inúmeros materiais acerca sobre a história da Baixada Fluminense e de Duque de Caxias/RJ. O registro fotográfico também é primordial simultaneamente com mapas do município, fotos e reportagens antigas para reverberar a um trabalho mais completo e didático. Portanto, mediante todo o trabalho metodológico realizado e uma revisão bibliográfica, o estudo acerca da Rodovia Washington Luís (BR-040) será mais uma à auxiliar na construção e memória de Duque de Caxias/RJ e da Baixada Fluminense.

Resultados Parciais

A Rodovia Washington Luís (BR-040), no trecho que compreende Duque de Caxias (Km 100 ao Km 125), é um eixo econômico, político e social de suma importância para o município e para o estado do Rio de Janeiro. Desde sua concepção anterior a cidade e atualmente com diretrizes e incumbências da desestatização, a partir da concessão a iniciativa privada na metade da década de 1990 para o grupo Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio (CONCER). A reestruturação territorial produtiva que agregou novas dinâmicas financeiras ao município e a rodovia, criou novas relações de poder e novas especializações econômicas, sociais e produtivas, engendrando o aparecimento de novos investimentos e o incremento de antigas bases produtivas. A instituição de novos espaços de consumo evidencia o atual contexto desse protagonista, que inicialmente, por benfeitoria do Presidente da República da época, Washington Luís, que tinha no seu projeto de governo a promoção e institucionalização das estradas pavimentadas, seria uma via de deslocamento entre dois pontos, a capital e a cidade imperial. Nos dias de hoje, o que anteriormente eram espaços opacos, agora são espaços luminosos (SANTOS e SILVEIRA, 2001). Portanto, a partir da nova conjuntura político, econômica e social do Brasil e do estado do Rio de Janeiro devemos aguardar o desenvolver das novas dinâmicas do objeto.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Pereira Passos, 1987.

ALVES, José Claudio. **Dos barões ao Extermínio**: uma história de violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.



BARAT, Josef. **A evolução dos transportes no Brasil** | Josef Barat .- Rio de Janeiro :IBGE : IPEA, 1978.

COSTA, Pierre Alves. **Duque de Caxias (RJ)** – de cidade dormitório à cidade do refino do petróleo: um estudo econômico-político, do início dos anos 1950 ao início dos anos 1970. Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF, (tese de doutorado), 2009.

ENNE, A. L. S. . Do Faroeste Fluminense ao Futuro que já chegou: as representações da grande imprensa carioca acerca da Baixada Fluminense. In: **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** - Intercom 2003, Belo Horizonte. Cd-rom, 2003

LOPES, A. C. . A RODOVIA WASHINGTON LUÍS E AS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO DE DUQUE DE CAXIAS. História, Natureza e Espaço - **Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF**, Internet, 05 ago. 2014.

OLIVEIRA, Leandro dias; ROCHA, André Santos. Desenvolvimento, Reestruturação produtiva, e economia espacial: o processo de ordenamento territorial no oeste metropolitano fluminense. In. **Anais do XIII Simpósio de Geografia Urbana, Rio de Janeiro/UERJ, 2013**. Disponível em: < http://www.simpurb2013.com.br/wpcontent/uploads/2013/11/GT13_Leandro.pdf> data do acesso: 10/03/2019

ROCHA, André Santos da. "As representações ideais de um território": dinâmica econômica e política, agentes e a produção de sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense. **Programa de Pós-Graduação em Geografia UFRJ**. (tese de doutorado), 2014.

RODRIGUES, André Luiz Teodoro . Duque de Caxias: novos e velhos desafios em questão. **ESPAÇO E ECONOMIA** , v. 10, p. 1-8, 2017.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: RECORD, 2001.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Escavando o passado da cidade. A construção do poder político local em Duque de Caxias. **Dissertação de mestrado em História, UFF**, 2002.

SIMÕES, Manoel Ricardo. A cidade Estilhaçada – reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. **Programa de Pós-Graduação em Geografia UFF**. (tese de doutorado), 2006.



O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÍ FRENTE A GRANDES EMPREENDIMENTOS

Dayenne Gomes Brandão de Oliveira

Mestranda em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER/UFRRJ) e Bacharel em Economia (UFRRJ)

Lamounier Erthal Villela

Professor do Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária (PPGCTIA/UFRRJ) e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ)

Maria Viviana de Freitas Cabral

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento (PPGER/UFRRJ) e professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT/UFRRJ)

1. Introdução

O município de Itaguaí, região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, durante os últimos anos foi palco de transformações produtivas, territoriais, econômicas e sociais, devido a interesses do capital, privado e público, que trouxeram empreendimentos para a região nos ramos siderúrgicos e portuários. O interesse deste capital no município se deu pela sua característica de favorecimento logístico e geográfico, afinal Itaguaí está localizado numa área estratégica por sua proximidade ao Rio de Janeiro e pelas questões hidrográficas e de relevo, por conta da Baía de Sepetiba e pela Restinga de Marambaia. Além disto, Itaguaí tem acesso a outras cidades e Estados por via da malha rodoviária, pela BR – 101 (Rio Santos), BR -116 (Presidente Dutra), e desde 2014 conta com BR 493 (Arco Metropolitano). Enquanto que o acesso ferroviário que faz a ligação do Porto de Itaguaí principalmente a Minas Gerais é feito pela MRS Logística. A região se destaca pelo favorecimento logístico, pois possui acesso seja através de rodovias, ferrovia e também o aquaviário.

Durante os anos de 1960 e 1970, Itaguaí e a Baía de Sepetiba receberam vultosos investimentos do governo federal para o início de um processo de industrialização, previstos no I e II Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs). A partir de então, Itaguaí passou a receber seus primeiros investimentos nos ramos siderúrgico e portuário, sendo elas: o Porto de Sepetiba (atualmente Porto de Itaguaí), inauguração da empresa Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep). Nos anos recentes, novos grandes investimentos ocorreram, entre os quais: A ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Porto Sudeste do Brasil S/A, Estaleiro da Marinha do Brasil, o Arco Metropolitano e o Centro de Tratamento de Resíduos do Rio de Janeiro (CTR RIO), que pertencia ao município de Seropédica até o início de 2016, além de outros empreendimentos no Distrito Industrial de Santa Cruz.

Com a entrada desses investimentos, Itaguaí passou por transformações produtivas e socioeconômicas. Neste processo, houve uma transição da principal atividade econômica passando da



produção agrícola para a terceirização da economia local devido às atividades portuárias desenvolvidas no município. Essa alteração da atividade econômica gerou um novo dinamismo econômico e produtivo para a cidade em face do aceleramento e políticas para urbanização do território.

É nesse contexto que se busca responder se os investimentos em Itaguaí e proximidades, e seus desdobramentos, foram capazes de gerar melhorias reais para a população que resultassem em um desenvolvimento local do município que, além da ótica econômica, contempla também outras particularidades como as características sociais, políticas, ambientais, culturais e históricas.

2. Referencial Teórico

O desenvolvimento local é uma das formas de análise das transformações ocorridas em Itaguaí nos últimos anos, visto a multidimensionalidade presente. Neste sentido, as características territoriais devem ser consideradas, o que se sobrepõe à análise econômica, uma vez que a análise de produção e renda é tão somente uma das múltiplas dimensões do desenvolvimento territorial.

No modelo de desenvolvimento local, questões particulares ao território assumem função estratégica, visto que se deve levar em consideração aspectos culturais, sociais, históricos. A população também tem papel de importância, pois deve ser um agente ativo nas transformações em curso, sempre se considerando estes fatores culturais, sociais e históricos em relação ao contexto econômico, cultural, político e social (ALBUQUERQUE, 1998).

Buarque (2008) define que desenvolvimento local é um processo endógeno. Este processo movimenta a economia e condiciona uma melhora de vida da população. Para o autor, no desenvolvimento local se deve dar importância ao dinamismo da economia, garantindo às regiões pobres e periféricas o aumento da renda e riqueza local. Através do desenvolvimento local é possível superar o atraso, o subdesenvolvimento, via mudanças sociais em um território.

Brandão (2012) alerta para o fato de que, apesar das questões territoriais terem passado a ganhar novamente espaço em discussões sobre desenvolvimento econômico, este processo de valorização do local leva a um processo de competição entre diferentes regiões. Os locais se tornam tão competitivos quanto empresas tentando mostrar seu diferencial pelo retorno que poderiam trazer a um determinado investimento.

Neste sentido, Santos (2006, p. 166), evidencia que "essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infraestrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laborais)." Sob esta ótica, o local também assume uma lógica produtivista, onde as atividades ali presentes vão atrair mais investimentos.

Apesar das críticas à valorização das questões locais frente a um processo de progresso, este tipo de desenvolvimento caracterizado pela valorização territorial busca a articulação, a mobilização entre seus atores, de modo a potencializar as vantagens existentes em determinada região. Este processo endógeno de desenvolvimento se preocupa com o bem coletivo e com as conexões das transformações ocorridas no território. Ainda que sejam externas, tais transformações devem ser



capazes de se articular e internalizar no contexto existente naquele território para, com isso, gerar uma melhora da qualidade de vida para a população e dinamismo para a economia de forma mais sustentável.

3. Metodologia

As pesquisas bibliográfica e documental foram realizadas de modo a embasar a discussão a respeito de conceitos relacionados a temática de crescimento e desenvolvimento econômico, além de conceituar elementos-chave para compreensão do processo de desenvolvimento local frente a fatores como as instituições presentes na região, investimentos, o processo de globalização e territorialidade.

De maneira complementar, a análise estatística descritiva foi utilizada como forma de empreender um estudo de caso sobre o município de Itaguaí, o recorte territorial definido nesta pesquisa. A utilização dos índices socioeconômicos da região nos períodos *ex ante* e *ex post* ao ano de 2010, período que marca a retomada dos grandes investimentos, possibilita o entendimento da dinâmica da evolução socioeconômica da região, a fim de compreender as transformações e os desafios que o município tem enfrentado em busca de um desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, contextualizando todo este processo no âmbito histórico e geográfico.

4. Análise e Discussão dos Resultados

O município de Itaguaí ao longo da sua história e durante os últimos anos, de fato, assistiu uma transformação em sua estrutura produtiva e transformações no território, que vão desde o crescimento econômico e a subjacente transformação produtiva (Gráfico 1a) ao salto populacional pelo qual a cidade passou (Gráfico 1b).

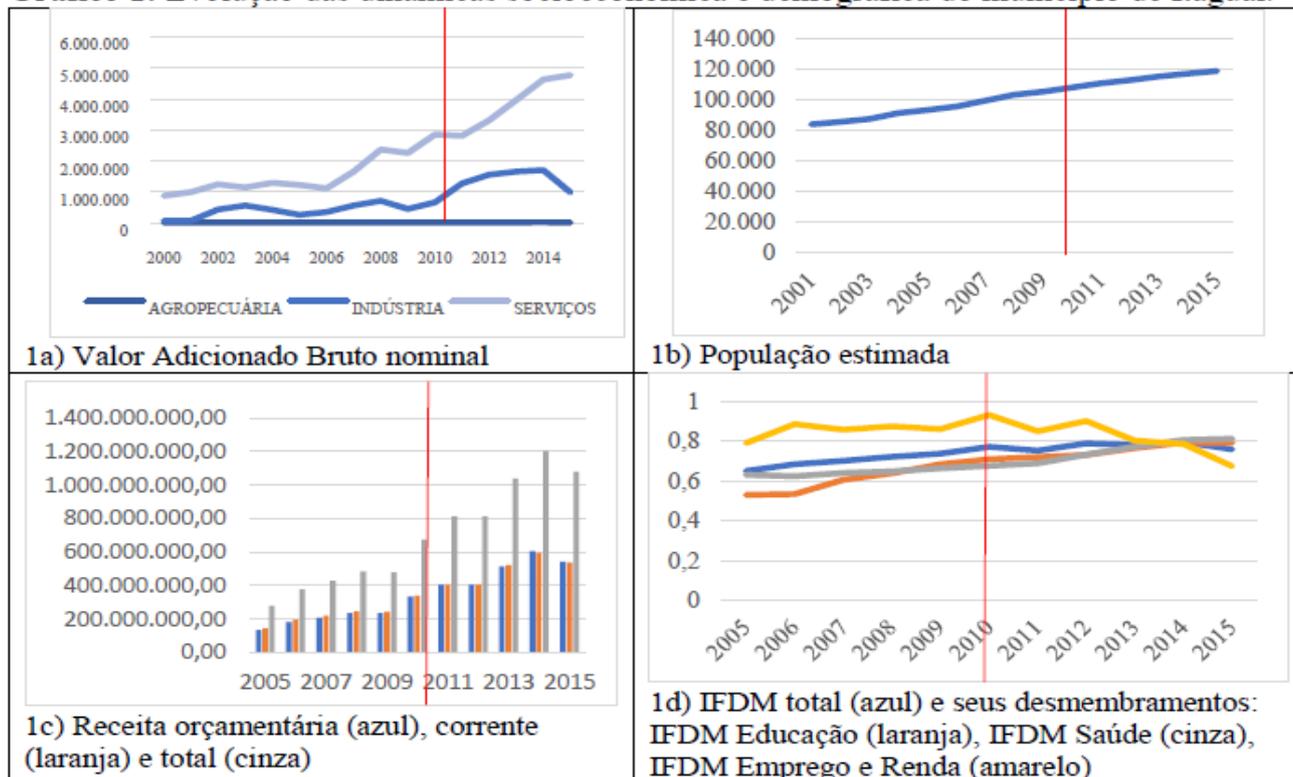
A partir do ano de 2010, aproveitando da questão logística e geográfica de Itaguaí, houve concentração dos projetos de investimentos, sendo perceptível a atração destes para toda a região. O bairro de Santa Cruz na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, recebeu empreendimentos como a implantação da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), cujo início da operação data de 2010.

A contextualização histórica de Itaguaí evidencia que o processo de crescimento econômico da região seria difícil pela ação local, visto que no período *ex ante* à entrada desses novos investimentos, a economia não possuía dinamismo econômico (Gráfico 1a). Os grandes investimentos, mesmos que externos, possibilitaram o crescimento econômico no município (Gráficos 1a e 1c) e, por conseguinte, a oportunidade e as condições para estabelecimento de círculo virtuoso de desenvolvimento.

Entretanto, não houve articulação com o contexto territorial, não explorando as potencialidades existentes. As medidas foram tomadas de forma externa ao território, não respeitando as características, a história, a cultura, as estruturas produtivas e questões ambientais do local. Sendo assim, como é perceptível pela análise do Gráfico 1d, apesar da ligeira melhora no desenvolvimento da cidade, o IFDM emprego e renda sugere que, ao contrário do que se esperava em termos de



Gráfico 1: Evolução das dinâmicas socioeconômica e demográfica do município de Itaguaí.



Fonte: Elaboração Própria.

Nota: A linha tracejada vermelha objetiva explicitar ao leitor as transformações ocorridas em Itaguaí no período *ex ante* e *ex post* à retomada dos grandes investimentos na cidade, sendo 2010 o ano considerado como divisor entre os dois períodos.

geração de emprego e renda, os grandes investimentos ocorridos no município deixaram à margem a massa de trabalhadores. De outro modo, uma vez que para atuação nestes grandes empreendimentos é exigida a qualificação profissional, isto não possibilitou o recrutamento da grande maioria dos trabalhadores de Itaguaí, tendo em vista a baixa escolaridade e qualificação da mão de obra.

5. Considerações finais e implicações políticas

Devido às suas características geográficas e logísticas, a cidade de Itaguaí pode ser considerada um polo de atração de grandes investimentos. Em termos produtivos, a partir de 2010, ano de retomada e intensificação de vultosos investimentos, houve aumento do PIB e das receitas no município de Itaguaí. Entretanto, a desarticulação com as potencialidades características da cidade e sua estrutura produtiva, com sua história, cultura e questões ambientais do território, culminaram em um processo de desenvolvimento incompleto, não caracterizando um processo de desenvolvimento local. Apesar da ligeira melhoria observada no desenvolvimento municipal, o mesmo não foi convertido em geração efetiva de emprego e renda à mão de obra local.

Este fato sugere a falta de governabilidade por parte do poder público local que, aliado ao envolvimento com casos de corrupção e desvio de verba pública, prejudicaram o investimento em áreas primordiais para a população, como educação. Fica evidente a incapacidade e, até mesmo



interesse, dos *policy makers* locais em construir uma base sólida, principalmente no aumento dos níveis de qualificação da mão de obra local, para que o capital entrante fosse convertido em melhoria de vida para a população, ensejando uma maior absorção dos trabalhadores locais e, assim, gerar uma maior inclusão dos itaguaienses com o processo de transformação ocorridas no território.

Sendo assim, é urgente a formulação e implementação de políticas públicas na área da educação, principalmente políticas de qualificação da mão de obra disponível da cidade, para que a população participe e se beneficie das transformações econômicas e produtivas ocorridas no município de Itaguaí. Por meio da existência de profissionais qualificados, as empresas atraídas pela localização geográfica estratégica do ponto de vista logístico e/ou pelos benefícios fiscais poderão empregar os trabalhadores locais e não somente explorar as vantagens locacionais e fiscais, como atualmente ocorre.

Referências

ALBUQUERQUE, Francisco. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico**. Fortaleza: BNB, 1998

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BUARQUE, Sergio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Edusp, 2006.



“MAS, TEM HOTEL AQUI?”: UM ESTUDO SOBRE A MALHA

HOTELEIRA DE ITAGUAÍ

Ingra Maia Medeiros Santos –
Bacharelanda de Hotelaria da UFRRJ
Dan Gabriel D’Onofre
DEDH/UFRRJ

Introdução

O município de Itaguaí possui sua atual história econômica ligada à expansão de zonas portuárias (Porto Sudeste, citar os demais portos), bem como aos eixos rodoviários que permitem acesso qualificado a estas zonas, como é o caso do Arco Metropolitano (BR 493) e Rodovia Rio – Santos (BR 101). Nesse sentido, parte dos esforços da mídia e da academia tem sido girado para dar conta dessa tradição industrial e logística de Itaguaí, sendo quase inexistentes os registros sobre setores econômicos sobre o setor terciário, por exemplo. Assim, este trabalho tem como objetivo trazer à tona como a malha hoteleira da zona central do município de Itaguaí se consolida, ressaltando a invisibilidade que é dada à mesma, bem como relacionando-a com os movimentos econômicos que o município tem vivenciado.

Apresentação do corte teórico analítico

O município de Itaguaí está localizado na Região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro, distando aproximadamente 70 quilômetros da capital fluminense. Dados do IBGE dos anos de 2017 e 2018, respectivamente, dão conta de que Itaguaí possui uma área territorial de 273,368 km², bem como contém uma população estimada de 125.913 pessoas, sendo a 25ª cidade mais populosa do estado.

No século XIX, a sua localização estratégica já voltava olhares a Itaguaí, haja visto que era por suas terras que se dava parte do deslocamento entre as regiões produtoras de café e a cidade do Rio de Janeiro. No ano de 1841, houve a inauguração do primeiro Porto de Itaguaí - também conhecido como Porto Real, dando início ao complexo portuário (MINISTÉRIO DA CULTURA). Quase 180 anos após o início das atividades portuárias itaguaienses, no momento em que o município celebrou seus 200 anos (em 2018), o Ministério da Cultura junto a empresa Vale disponibilizaram uma cartilha sobre o marco; relatando que o alemão Carl Seidler observou em uma das viagens a região em 1830 que essa possuía um esquema comercial grande e lucrativo. Diante de tal fato, iniciou-se o investimento do governo para aprimorar o transporte dali, e também o projeto da construção do Porto, tendo o objetivo de aprimorar a produção de



café da época.

Passados muitos anos, em maio de 1982, houve a reinauguração da área portuária. O Porto de Sepetiba, o qual também fica em Itaguaí, gerou empregos, atraiu indústrias e moveu a economia municipal. Para atender o Porto, foram trazidas empresas para prover terminais necessários para a região, a Companhia Docas do Rio de Janeiro – autoridade portuária – cita, atualmente, os ativos: a Sepetiba Tecon, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), ValeSul Alumínio e Companhia Portuária Baía de Sepetiba (CPBS). A escolha do nome original do Porto se deu por ele estar localizado na baía de Sepetiba, mas como Sepetiba também é um bairro da cidade do Rio de Janeiro, isso gerou uma polêmica. Tal nomeação permaneceu até o ano de 2006, quando houve a troca do mesmo para Porto de Itaguaí através da Lei Nº 11.200, sancionada pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A Companhia Docas do Rio de Janeiro relata a importância do complexo portuário:

Os modernos terminais especializados do Porto de Itaguaí o tornam um dos principais pólos de exportação de minério do país. O Porto destaca-se também pelos sucessivos incrementos registrados na movimentação de contêineres, demonstrando que o mesmo desfruta de notórias condições para assumir o papel de grande canal de escoamento da economia brasileira e principal porto concentrador de cargas do Mercosul (COMPANHIA DOCAS DO RIO).

O site da prefeitura de Itaguaí cita que os estudos dos projetos do Arco Metropolitano se iniciaram na década de 70, sendo sua construção estabelecida em 2008. Tendo a primeira parte do trajeto sido inaugurada em 2014, a Secretaria do Estado de Obras e Habitação (SEOBRAS) menciona que o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro tem como objetivo ligar o município de Itaboraí ao de Itaguaí, em especial, ao Porto de Itaguaí; atravessando a Baixada Fluminense, e evitando o tráfego nas principais rodovias.

Atualmente, mesmo com a crise nacional e a calamidade pública financeira do estado, o Porto de Itaguaí ainda cresce referente a movimentação de Carga Containerizada no ano 2018 em comparação a 2017 (COMPANHIA DOCAS DO RIO/CDRJ). Gerando, assim, mesmo que com dificuldades, empregos e despertando olhares de empresas e setores comerciais, sendo um deles, o setor hoteleiro.

Até o ano de 2011, uma pesquisa de serviços de hospedagem feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tinha categorizado a presença de, aproximadamente, 580 unidades habitacionais na cidade, sendo os meios de hospedagem do tipo hotel, pousada, pensão e motel. Após essa análise, não há mais nenhum dado sobre esses serviços por parte do IBGE. Porém, no site da prefeitura de Itaguaí, encontra-se uma estimativa que tal número de UH's aumentaria para até 1.200 unidades no decorrer dos anos; essa expectativa foi gerada pela implan-



tação do porto - sendo um dos mais importantes do país - na região.

Referente aos meios de hospedagem, o portal online da prefeitura também disponibiliza todos os empreendimentos da área que são cadastrados pela mesma; sendo eles hotel, *apart hotel* e pousada, em distintos bairros. Já sendo possível perceber a entrada de mais um tipo de meio de hospedagem - o *apart hotel*. De todas as organizações apresentadas no site, somente o Hotel Tulip Inn Itaguaí do grupo BHG (Brazil Hospitality Group) possui cadastro no CADASTUR, sistema executado pelo Ministério do Turismo em conjunto a órgãos oficiais de turismo, para prestadores de serviços do mesmo setor.

Já em relação a hospitalidade, para Camargo (2003), sendo ela doméstica, pública, comercial ou virtual, apresenta uma relação em comum, fazendo com que até se arrisque em uma nova definição. Podendo ser essa como o ato humano em recepcionar, hospedar, alimentar e entreter pessoas que estão temporariamente fora de suas casas.

Reconhecer a hospitalidade como troca humana faz com que transpareça ainda mais a sua importância na Hotelaria. Mesmo que comercial, a interação entre pessoas, e o entendimento de suas necessidades e expectativas, ajudam a compreender o hóspede como ser humano, e não somente uma "máquina" de dinheiro que pode estar ou não disposta a pagar por certo serviço oferecido.

A hospitalidade não está relacionada somente a Hotelaria, mas nesse caso, em especial, destaca-se também o receber público que designa se uma cidade é ou não hospitaleira em seu cotidiano, através da sua urbanização, recepção, sinalizações viárias, códigos e seus costumes e tradições locais (CAMARGO, 2003). É interessante a percepção hospitaleira sobre Itaguaí, levando em consideração que o aumento da rede hoteleira, por exemplo, não se deu por um viés turístico. Mesmo assim, trouxe muitas pessoas a buscarem a cidade seja para hospedagens rápidas e/ou longas, seja para somente ser um local onde se encontram durante o trajeto/localidade do trabalho.

Vale ressaltar que o município é dividido em 41 bairros desde a sanção da Lei Nº 3.204 - que entrou em vigor em 2014 -, que "Estabelece o abairramento do município de Itaguaí", pela Câmara Municipal de Itaguaí e pelo prefeito Luciano Carvalho Motta. Considerando essa divisão, será trabalhado os meios de hospedagem dos bairros localizados entre a Rodovia Rio Santos (saída 394B), seguindo pela RJ-099 até o bairro Centro. As margens das ruas principais Estrada Deputado Octávio Cabral e Dr. Curvelo Cavalcanti, encontram-se os seguintes empreendimentos: Hotel Tulip Inn Itaguaí no bairro Ibirapitanga; Pousada Caminho da Costa Verde no bairro Santa-



na; Pousada Arvoredo no bairro Santana; Itaguaí Hotel no bairro Jardim América; Hotel Promenade Itaguaí no bairro Jardim América; Pousada Árvore da Vida no bairro Independência, Pousada La Belle no bairro Independência; IT Grande Hotel Itaguaí no bairro Monte Serrat; Hotel Europa no bairro Monte Serrat; Pousada Fragoso no bairro Monte Serrat; Pousada da Cidade no bairro Centro e Pousada Palmeira Real no bairro Centro.

Metodologia

A pesquisa realizada pode ser classificada como exploratória, vista que busca aprimorar ideias, levantar hipóteses e certifica-las ou não. Apresenta um planejamento mais flexível, junto com um levantamento bibliográfico. E encontram-se estudos do cunho qualitativo, embora apresentem alguns dados quantitativos. Para sua realização, foram buscadas informações em livros sobre a hospitalidade, estudados no decorrer da graduação, livros sobre a história de Itaguaí encontrados na biblioteca municipal, junto com documentos da cidade disponibilizados pela Câmara e pela Casa de Cultura de Itaguaí. Para o melhor entendimento dessa linha do tempo, também foram recorridos moradores que contribuíram com a memória oral e detalhamentos. E o presente trabalho é, na realidade, a fase inicial de um posterior que ainda está em via de desenvolvimento.

Bibliografia

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ. **Leis 2014 da Câmara Municipal de Itaguaí - RJ**. Disponível em: <<http://cpdoc.camaraitaguai.rj.gov.br/index.php/leis/item/137-2014.html>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

CAMARGO, L. O. L. Os domínios da Hospitalidade. In: DENCKER, A. F. M.; BUENO, M. S. (org.) **Hospitalidade: cenários e oportunidades**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO. **Porto de Itaguaí**. Disponível em: <<http://www.portosrio.gov.br/itaguaí/>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO. **Porto de Itaguaí - Características gerais**. Disponível em: <<http://www.portosrio.gov.br/node/show/106>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/itaguaí.html?>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de serviços de hospedagem**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaguaí/pesquisa/34/62873?ano=2011>>. Acesso em: 24 jan. 2019.



JORNAL ATUAL. **Porto de Itaguaí registra 83% na movimentação de contêineres.** Disponível em: <<https://jornalatual.com.br/2018/09/12/porto-de-itagua-i-registra-83-na-movimentacao-de-containers/>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

PORTAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÍ. **Especial Itaguaí 200 anos.** Disponível em: <<https://itagua-i.rj.gov.br/200anos/>>. Acesso em: 16 jan. 2019.

PORTAL DO GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Arco Metropolitano do Rio de Janeiro.** Disponível em: <<http://rj.gov.br/web/seobras/exibeconteudo?article-id=214848>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

PRESSREADER. **Cartilha histórica.** Disponível em: <<https://www.pressreader.com/brazil/o->



O ESPECTRO DA BARBÁRIE: O CRESCIMENTO ECONÔMICO E A EXPLOÇÃO DA VIOLÊNCIA EM QUEIMADOS

Miguel Pinho

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e professor da rede pública estadual do Rio de Janeiro e municipal de Japeri.

INTRODUÇÃO

Queimados, município da Baixada Fluminense, periferia da Região metropolitana do Rio de Janeiro, experimentou um crescimento econômico substancial nos últimos 12 anos. Em 2007 o Produto Interno Bruto Municipal era de aproximadamente 964 milhões de reais e no ano de 2016, segundo IBGE, foi de aproximadamente 4.67 bilhões de reais. Em 2016, Queimados tornou-se a cidade mais violenta do Brasil, isso se daria pelo elevado número de homicídios, foram 134,9 para cada 100 mil habitantes. Como em um intervalo pequeno de tempo, o crescimento econômico saí de cena e o município vira manchete nacional por causa do elevado número de homicídios? Através da análise das contradições do crescimento econômico levantaremos algumas hipóteses para tal mudança.

O DISTRITO INDUSTRIAL DE QUEIMADOS: DA ESTAGNAÇÃO AO CRESCIMENTO EXPO- NENCIAL

O desenvolvimento econômico do município está intimamente às indústrias que ocuparam o Distrito Industrial de Queimados (DIQ), atraídas por incentivos fiscais. Com isso chegaram novos investimentos - em especial - públicos, em infraestrutura e privados como a construção de novas indústrias e expansão imobiliária, interligando Queimados ao processo de reestruturação regional e produtiva que ocorre desde a década de 1990 no estado do Rio de Janeiro (OLIVEIRA, 2008).

Criado em 1976 por decreto do governo estadual, o Distrito Industrial de Queimados (DIQ) correspondeu em larga medida às acelerações e desacelerações da economia brasileira e fluminense. Desde a década de 1990 está em curso no estado do Rio de Janeiro um processo



de reestruturação regional-produtiva, com uma mudança na alocação de atividades industriais para o interior do estado e na borda da região metropolitana, pois a cidade do Rio de Janeiro perde potencial de atração pelo alto custo da terra, política fiscal menos competitiva e problemas decorrentes do inchaço urbano. Teremos com isso uma atenuação da tendência secular do município central da metrópole, o Rio de Janeiro, de concentrar recursos e investimentos (OLIVEIRA, 2008; MORAIS, 2017). Queimados ainda não parecia plenamente inserida nesse processo de reestruturação, não recebendo acréscimos significativos de investimentos. Em 2009, das 19 empresas presentes no DIQ apenas 10 estavam ativas. A partir de 2010, com aprovação de lei estadual nº 5636/2010 que reduziu o Imposto sobre Circulação Mercadorias e Serviços (ICMS) de 19% para 2%, ocorreu a redinamização do distrito, e chegou-se ao ano de 2013 sem empresas inativas; e as empresas ativas e em processo de implantação chegaram ao total de 40 (MORAIS, 2017). A política de isenções iscais é um dos principais instrumentos de atração de empresas, e necessita de um esforço coordenado entre o estado e o município para tornar uma localidade atrativa para os investimentos. Essa política é de uma lógica similar a de um leilão, em que o vencedor é aquele que oferece mais vantagens para o capital.

Ao longo da história, os processos de reestruturação são precedidos por um momento de crise e de uma necessidade de adequação do capital para continuar se reproduzindo (SOJA, 1993). A crise econômica do início da década de 1970, tendo como marco o ano de 1973, gerou uma mudança nos regimes de acumulação e no movimento do capital na busca dos superlucros em novos territórios (HARVEY, 2008; MANDEL, 1975 apud SOJA, 1993). A política de criação de distritos industriais ia ao encontro do projeto desenvolvimentista do “Brasil Potência” e foi parcialmente frustrada pela estagnação da economia brasileira no fim dos anos de 1970 e 1980. Ao longo dos anos de 1990 e 2000, o DIQ entrou em obsolescência, com baixo índice de ocupação e empresas ativas. Quando as condições da economia brasileira melhoraram, a partir de 2005, alavancadas pelo elevado preço internacional das commodities e no Rio de Janeiro, por causa dos elevadíssimos preços do petróleo e de maciços investimentos para receber megaeventos, as condições macroeconômicas para redinamização DIQ estavam dadas.

Investimentos, aumento da oferta de empregos, vertiginoso crescimento econômico e aumento do orçamento municipal são alguns elementos que marcam um período de ouro (2007-2015) em Queimados.

DA EUFORIA AO PURGATÓRIO DO CRESCIMENTO

O discurso dominante atrela a chegada de investimentos, grandes obras e indústrias à ge-



ração de empregos, ao desenvolvimento municipal e o passaporte para deixar em um passado cada vez mais distante os estigmas negativos que marcam os municípios da Baixada Fluminense. Contudo, dada as características da indústria contemporânea as benesses em termos de emprego podem ser relativas, como afirma Moraes:

Percebemos como a questão do emprego no setor industrial enfrenta uma realidade em que os investimentos em modernização tecnológica, diminuem o emprego na linha de produção, criando os empregos majoritariamente na área administrativa, ou altamente especializados nas áreas de engenharia, informática e etc., e considerando que grande parte dos escritórios e centros administrativos das empresas ficam nos centros urbanos das grandes cidades podemos afirmar que criação de empregos acaba repercutindo em outros lugares que não na cidade em que a unidade produtiva se instala. (MORAIS, 2014, p.53)

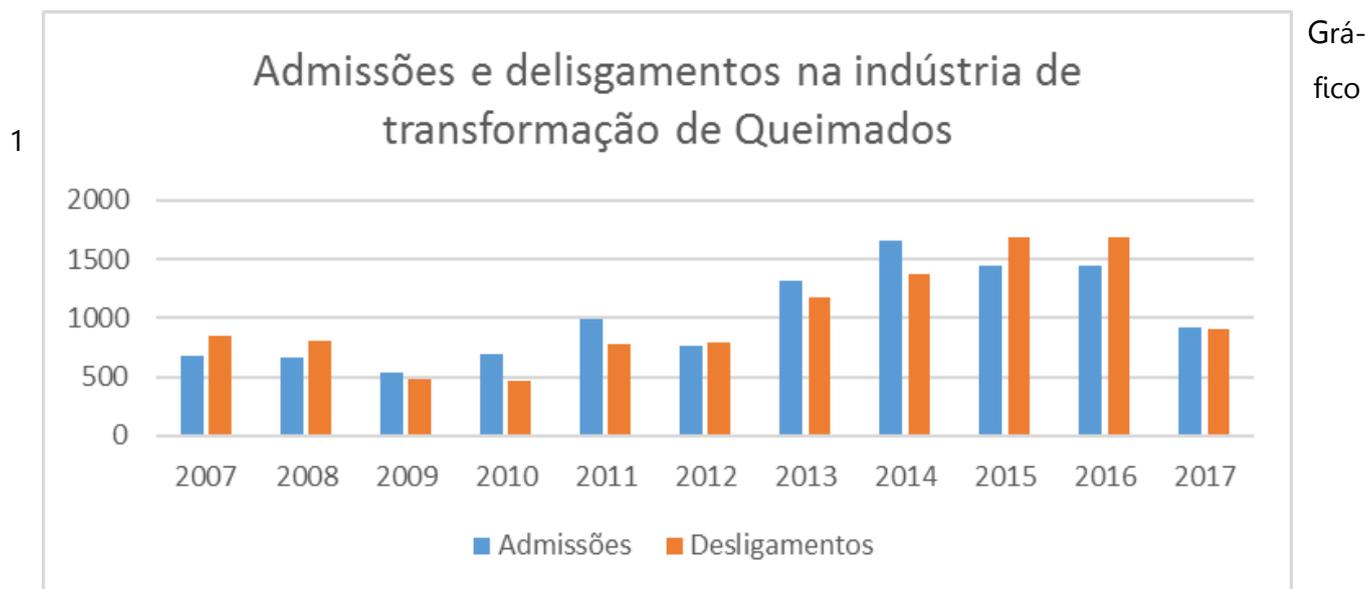
A questão do crescimento econômico de Queimados e os empregos gerados pela instalação de indústrias no DIQ tem uma relação, em nossa hipótese, com o capital fixo. David Harvey, leitor e comentador da obra de Marx, nos dirá que, "Apenas os instrumentos de trabalho realmente utilizados para produção de mais-valor são classificados como capital fixo" (HARVEY, 2013, p.324). O capital fixo é definido a partir de seu uso nas relações sociais de produção, ou seja, um mesmo objeto técnico pode ser e não ser capital fixo, vai depender da forma de sua inserção no processo produtivo. O valor de um maquinário está diretamente ligado a uma relação de três fatores: o seu preço inicial, o mais-valor que ajuda a produzir e o custo de sua substituição – pois durante a vida útil de uma máquina, ela deve gerar um excedente necessário para sua substituição – e para nosso entendimento, o mais-valor que a máquina ajuda a produzir é elemento central para este trabalho. Pois ampliar o mais-valor gerado no processo de produção significa aumentar a produtividade do trabalho, e isto em um regime flexível de acumulação, a depender do aspecto conjuntural – lembrando que o capitalismo vive uma crise global desde 2008 - teremos ao invés de mais mercadorias produzidas, menos trabalhadores necessários para produção do valor.

Analisamos os dados Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CADEG) e coletamos os saldos entre admissões e desligamentos entre janeiro e dezembro de cada ano compreendido entre 2007 e 2017 da indústria de transformação de Queimados. Poderemos observar que apenas em três anos, 2010, 2013 e 2014 o número de admissões foi superior ao de desligamentos.

O processo de reestruturação produtiva no qual o DIQ se insere, e novas instalações logísticas e fabris um movimento duplo de investimento em capital fixo ocorre. Por um lado o investimento dos industriais em maquinários e construção física das instalações e por outro o investimento em infraestrutura por parte do poder público, para melhor ofertar as empresas, que são o



capital fixo "autônomo" que funciona como "as condições gerais de produção". O investimento .



em capital fixo, obriga o capitalista a usá-lo até que a transferência do valor ser recuperado e "Quanto mais o capital circula na forma fixa, mais o sistema de produção e consumo fica fechado em atividades específicas adequadas para a realização do capital fixo." (HARVEY, 2013, p.341). Entendemos no mesmo sentido do autor que o investimento em capital fixo é um saída para a superacumulação de capital, para que sua reprodução ocorra precisa ser reinvestido, mas o investimento no capital fixo não possuiu a liquidez do capital na forma dinheiro e limita o capitalista às atividades para realização do capital fixo

O COTIDIANO DA BARBÁRIE: APONTAMENTOS CRÍTICOS SOBRE A CIDADE MAIS VIOLENTA DO BRASIL

Até aqui abordamos as razões para o crescimento econômico e também tendências de estagnação ou mesmo crise do modelo de desenvolvimento. Em 2016, Queimados apareceu como a cidade mais violenta do Brasil, com 139,9 mortes violentas para cada 100 mil habitantes. Mais que uma análise sobre as causas aparentes do crescimento da violência, entendemos esse processo como parte uma certa falência da sociabilidade burguesa na atual quadra histórica,



onde um oásis de “desenvolvimento” não só é incapaz de espantar para longe o espectro da barbárie, como o alimenta.

O que entendemos como barbárie? Seguindo Menegat, que analisando os escritos de Marx e Engels, a definiu como uma “regressão da sociabilidade devido à decomposição das forças produtivas e a não superação das relações sociais” (MENEGAT, 2006, p.29). Ou seja, o avanço da capacidade da sociedade de produzir itens para satisfazer as necessidades de homens e mulheres, sejam elas fisiológicas ou socialmente construídas, em contradição com relações sociais de produção que privam uma parte considerável da humanidade da plenitude dessas benesses. Ainda na mesma trilha ideológica o autor prossegue, “Marx e Engels ressaltam a destruição das forças produtivas acumuladas como ponto central da caracterização da barbárie, em meio a relações de produção que haviam se esgotado.” (MENEGAT, 2006, p.29).

O fim de grandes obras no estado, das obras de infraestrutura no município e os ventos ruins tanto da economia fluminense, como da economia nacional, afetaram o crescimento municipal. E em um sistema baseado no crescimento “infinito”, como o sistema capitalista, que entra em crise quando para de crescer, temos a agudização dos conflitos latentes na sociedade.

A riqueza gerada concentrada nas mãos de poucos, o enorme contingente de desempregados, que cada vez mais formam um exército industrial de reserva permanente são componentes corrosivos para a sociabilidade. Queimados no ano de 2016 foi a cidade mais violenta do Brasil e isso é fruto da sociabilidade de uma sociedade organizada para acumulação de capital. Todo modo de produção entra em decadência como há um descompasso dentre as forças produtivas e as relações sociais de produção. No mundo de hoje seria perfeitamente possível que todos tivessem a civilização em excesso produzida pela sociedade, que menos tempo fosse despendido para o trabalho e que cada indivíduo pudesse usar seu tempo livre para explorar suas potencialidades. A ordem burguesa para manter o funcionamento da sociedade com esse descompasso necessita recorrer a destruição de forças produtivas para manter as relações sociais e isso tem se materializado no aumento da letalidade dos braços repressivos do Estado e na decomposição da sociabilidade com a explosão da violência. Estes são os elementos estruturais que levamos como possibilidade para entender o aumento da violência em Queimados.

BIBLIOGRAFIA

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013

_____. **Condição pós-moderna**. 17º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008

MENEGAT, Marildo. **O olho da barbárie**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MORAIS, Marcelo Loura de. **A Baixada Fluminense respira os ares do progresso: um estudo do Distrito Industrial de Queimados**. Monografia (licenciatura em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

_____. **Os novos usos do espaço urbano periférico: o processo de reestruturação urbana em Queimados-RJ**. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências – Departamento



COMERCIALIZAÇÃO DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DOS MUNICÍPIOS DE JAPERI E QUEIMADOS NO CEASA/RJ-IRAJÁ

Luanna de Oliveira Moreira

Bolsista de Iniciação ao Extensionismo CNPQ, Discente do Curso de Geografia

Leonardo da Costa Valle

Bolsista de Iniciação ao Extensionismo CNPQ, Discente do Curso de Geografia

André Santos da Rocha

Professor Curso de Geografia, IA/UFRRJ e do PPGGEO/UFRRJ

Regina Cohen Barros

Professor do Curso de Geografia, IA/UFRRJ

Anelise Dias

Professora do DF/IA/UFRRJ.

Introdução

Sob o ponto de vista geomorfológico, a expressão Baixada Fluminense, muito comum no Estado do Rio de Janeiro, corresponde a todas as superfícies planas e de baixas altitudes que se estendem desde a linha de costa até as falésias dos Tabuleiros. Em segundo plano falar de baixada fluminense é se prender à história da conquista, ocupação e evolução social e econômica de parte da Baixada da Guanabara, isto é, da periferia da cidade do Rio de Janeiro. Analisar a grande importância que os municípios da periferia têm com a produção agrícola com muito pouco fomento advinda das suas respectivas prefeituras, deixando a deriva essa prática econômica de suma importância para toda a população.

Apresentação do objeto

Os municípios de Japeri e Queimados, ambos tem um perfil muito semelhante de caráter histórico, social e econômico. De caráter histórico, são municípios que serviam como “dormitórios”, pois no centro da cidade se tornava inviável a moradia e que a implantação da linha ferroviária para a periferia foi mais um facilitador para a ocupação dessas terras, porém a estrutura de saneamento básico, saúde e educação continuam muito deficientes.

Na atualidade, e com toda a mudança estrutural das cidades como a implantação das vias (Dutra e arco metropolitano) e lógica capitalista onde as indústrias saíram dos grandes cen-



tos procurando se instalar nas vias de grande circulação e escoamento de produtos, a baixada fluminense hoje se tornou o lócus das fabricas, atraindo assim maior contingente de pessoas e eventual fixação de moradia dessas famílias.

Apesar desse foco econômico industrial, o caráter de produção agrícola ainda se manteve e dessa fonte advém o sustento de muitas famílias da região, mesmo que as políticas públicas e consequente a falta de investimento diminuam a produção e principalmente qualidade dos alimentos.

Metodologia

Foram utilizados dados de comercialização cedidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os dados foram coletados entre os anos de 2009 a 2018 referentes aos municípios de Japeri e Queimados. Este trabalho busca compreender quais os gêneros alimentícios mais comercializados ao longo dos últimos 10 anos na Instituição advinda dos municípios estudados. Por ser um resumo expandido, tivemos que fazer uma escala temporal (2009/2013/2015/2018) para que fosse possível fazer uma análise dos dados através dos gráficos.

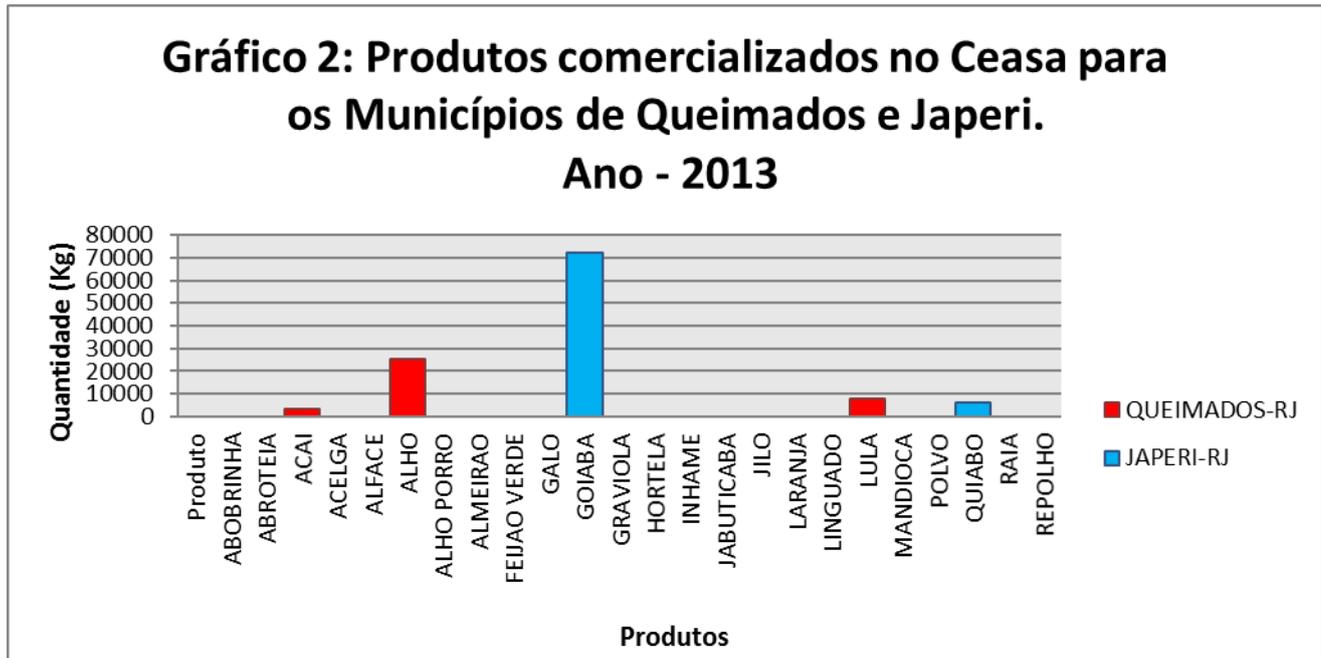
Resultados parciais e/ou finais.



No ano de 2009, a comercialização do município de Queimados foi o alho e da cebola, a contribuição discreta de Japeri foi somente da goiaba. Podemos observar que não há muita repre-



sentatividade de ambos os municípios no cenário comercial.



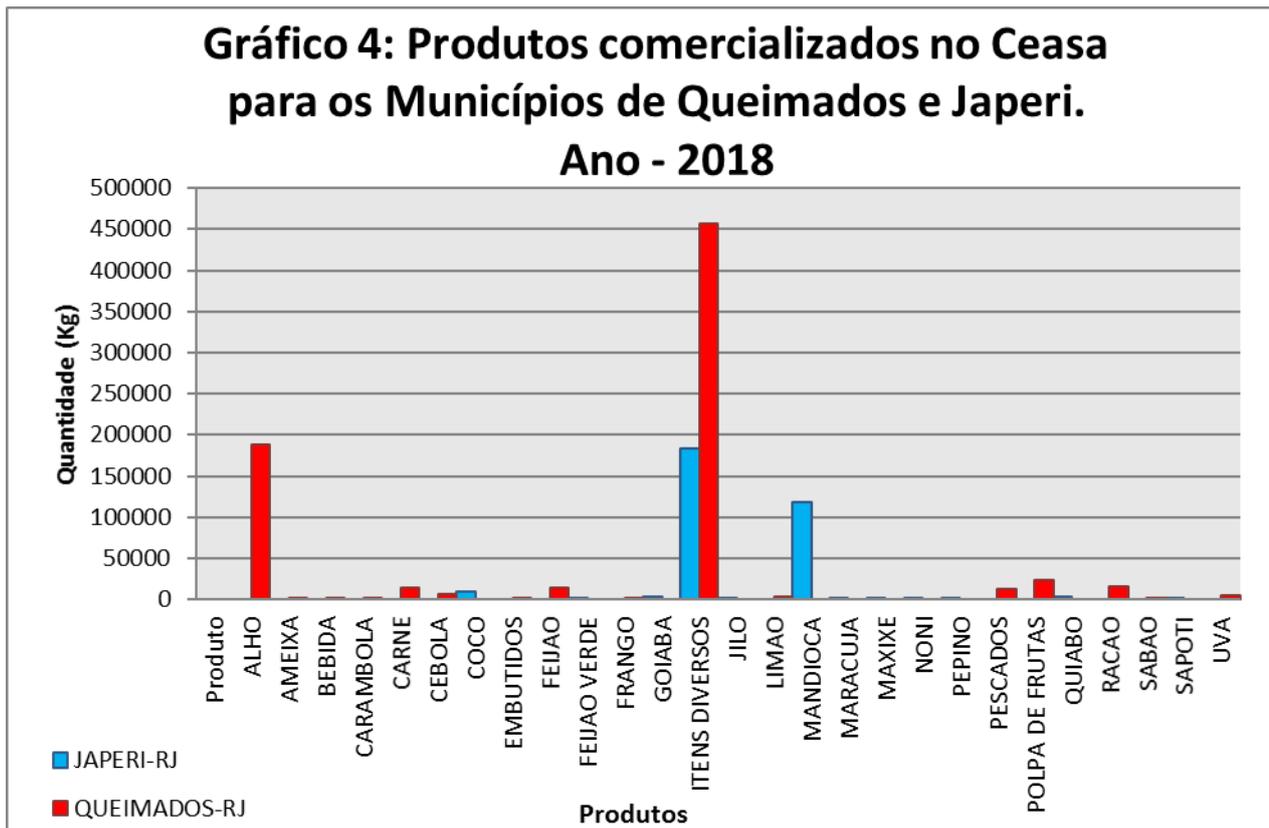
No ano de 2013, podemos observar que dois dos gêneros alimentícios se mantiveram em relação ao período anterior, trazendo assim um padrão na comercialização do alho e goiaba. Uma diferença é a entrada de frutos do mar para o comércio.



No gráfico três em Queimados se mantém com a comercialização do alho e também alho poró e em Japeri o foco foi a batata doce, com uma diminuição drástica na comercialização dos outros gêneros alimentícios.



Gráfico 4: Produtos comercializados no Ceasa para os Municípios de Queimados e Japeri. Ano - 2018



No gráfico quatro, foi a maior e mais diversificada comercialização de diversos alimentos em ambos os municípios. Japeri obteve a maior variedade comparando os 10 anos de dados, com a comercialização de frutas, legumes e itens variados com grande expressividade. O município de Queimados também aumentou sua variedade de produtos, tendo destaque mais uma vez ao alho e aos itens diversos.

Referenciais bibliográficos

BRASIL, Companhia Nacional de Abastecimento, 2019.

FAGUNDES, Gustavo Trindade. O que é o rural na cidade da Universidade Rural? Um estudo sobre ruralidades no município de Seropédica, RJ. 2017. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

ROCHA, André Santos da. Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: Apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. **Revista brasileira de geografia econômica Espaço e economia**, ano III, n.6, p.1-19, 2015.

SANTOS, Letícia Ribeiro Pinto. Residência agrônoma com enfoque agroecológico: o caso dos canais de venda direta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2018. 155 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.



Comercialização dos gêneros alimentícios produzidos nos municípios de Itaguaí, Seropédica e Paracambi no Ceasa RJ – Irajá

Leonardo da Costa Valle

Bolsista de Iniciação ao Extensionismo CNPQ, Discente do Curso de Geografia,

Luanna de Oliveira Moreira

Bolsista de Iniciação ao Extensionismo CNPQ, Discente do Curso de Geografia,

Anelise Dias

Professora do DF/IA/UFRRJ,

Regina Cohen Barros

Professora do DG/IA/UFRRJ

André Santos da Rocha

Professor do DG/IA/UFRRJ.

(I) Introdução

Os municípios de Itaguaí, Seropédica e Paracambi fazem parte de um aglomerado de municípios denominados de Baixada Fluminense, em que este constitui-se como uma área periférica pertencente à Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A Baixada Fluminense por estar localizada no entorno da capital Rio de Janeiro, passou por diversas transformações nos âmbitos territoriais, políticos, sociais e econômicos ao longo dos anos.

Até os anos 50, a sua paisagem era composta de características rurais, em que esta paisagem começou a ser remodelada a partir da explosão dos empreendimentos industriais onde a capital Rio de Janeiro não tinha mais condições de suportar, devido a limitação de seu espaço físico. Devido a este fato as indústrias começaram a se instalar na Baixada Fluminense. A Baixada Fluminense se beneficiou com a realização de algumas obras públicas, como por exemplo, o Arco Metropolitano e o Porto de Itaguaí, contribuindo para a dinamização da economia da Baixada Fluminense.

Apesar dos avanços de diversos setores da economia da Baixada Fluminense, há um setor que foi bastante prejudicado: a agricultura. A queda da produção agrícola deve-se ao fato da perda de seu espaço para outros empreendimentos e a ausência de políticas públicas para este setor.

(II) Apresentação do objeto

Analisar a comercialização dos gêneros alimentícios de três em três anos dos respectivos municípios da Baixada Fluminense, Itaguaí, Seropédica e Paracambi ao Ceasa RJ - Itaguaí, visando observar um aumento ou queda da comercialização a partir da confrontação dos dados.



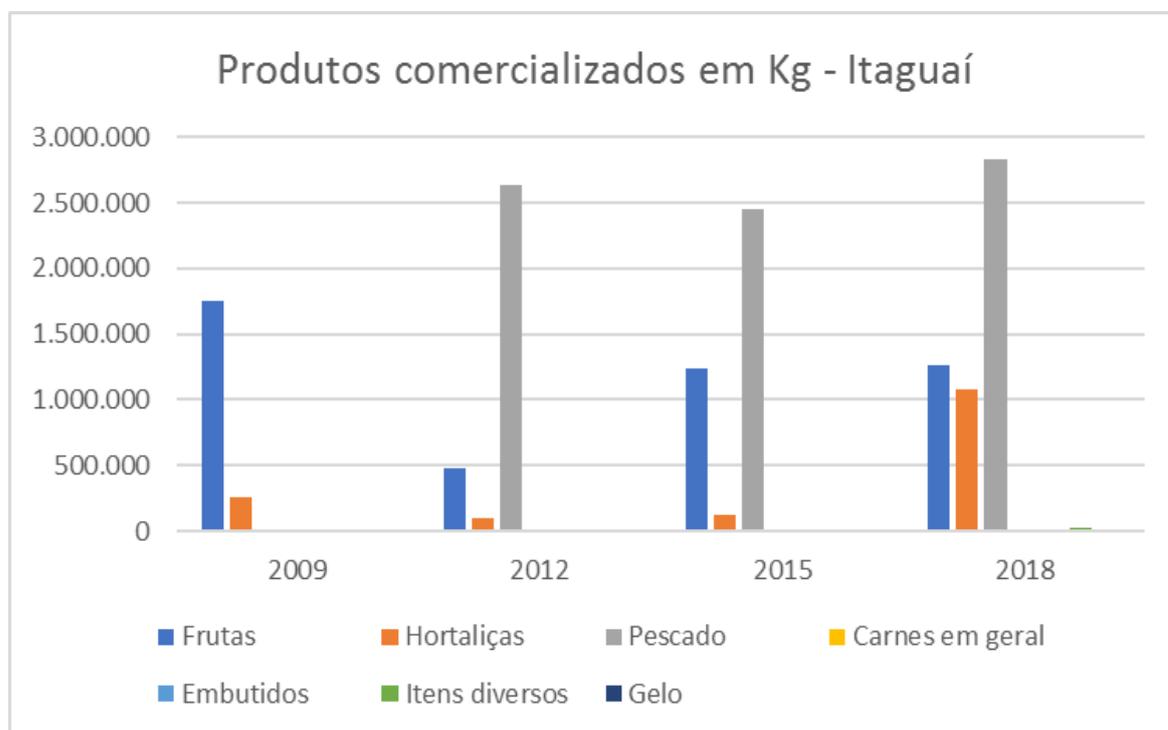
(III) Metodologia

Foram utilizados dados de comercialização cedidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os dados foram coletados entre os anos de 2009 a 2019 referente aos municípios de: Itaguaí, Seropédica e Paracambi.

Por se tratar de um resumo, achou-se necessária a filtragem desses dados, em que ao invés de confrontar todos os dados de 2009 a 2019, seria mais viável fazer um tratamento dos dados de três em três anos. Devido a isso, iniciou-se o tratamento dos dados a partir do ano de 2009, seguido pelos anos de 2012, 2015 e 2018.

(IV) Resultados parciais e/ou finais

Itaguaí:

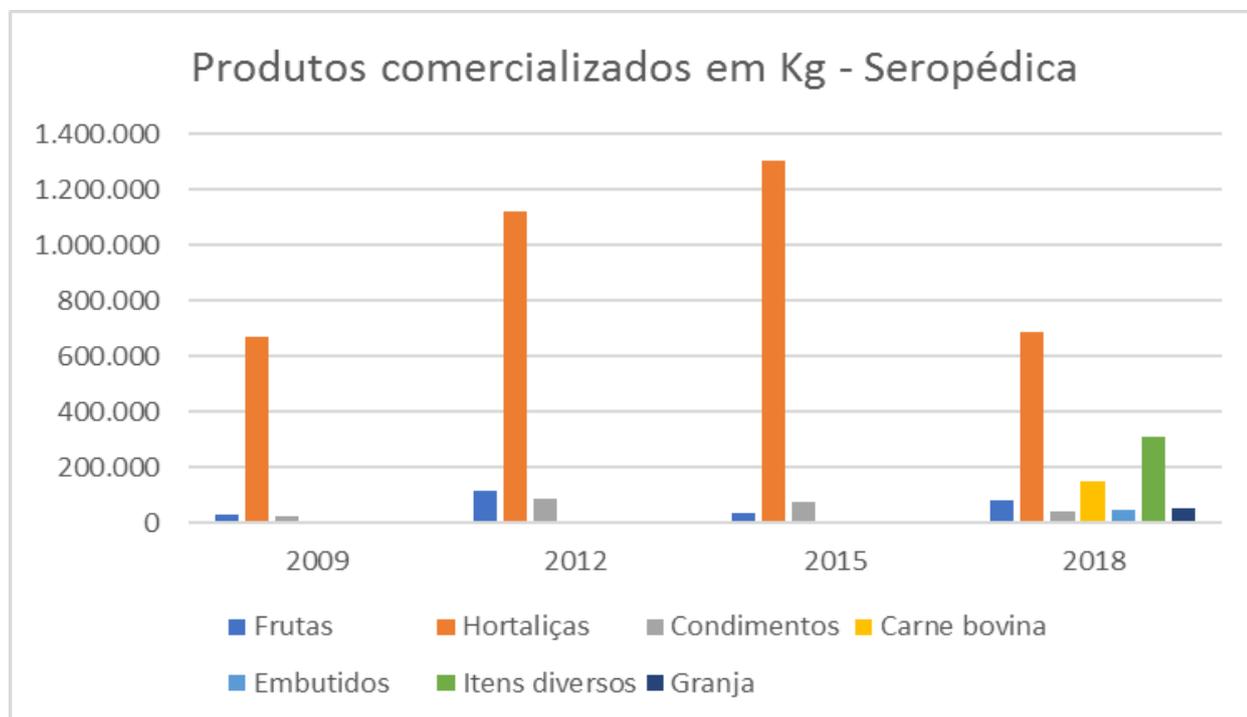


No ano de 2009, a categoria frutas apresentou o maior registro de produtos comercializados em kg. Em contrapartida as categorias de hortaliças e pescado apresentaram os menores registros do ano. No ano de 2012, as categorias tiveram um comportamento diferente ao ano de 2009. As categorias frutas e hortaliças apresentaram os menores registros de produtos comercializados em kg. Em contrapartida a categoria pescado apresentou o maior registro do ano. No ano de 2015, novamente a categoria pescado apresentou o maior registro de produtos comercializados em kg. As categorias frutas e hortaliças apresentaram os menores registros do ano. No ano de 2018, sur-



gem mais quatro categorias: carnes em geral, embutidos, itens diversos e gelo. A categoria pescado apresentou o maior registro de produtos comercializados em kg. As categorias embutidos e gelo apresentaram os menores registros do ano.

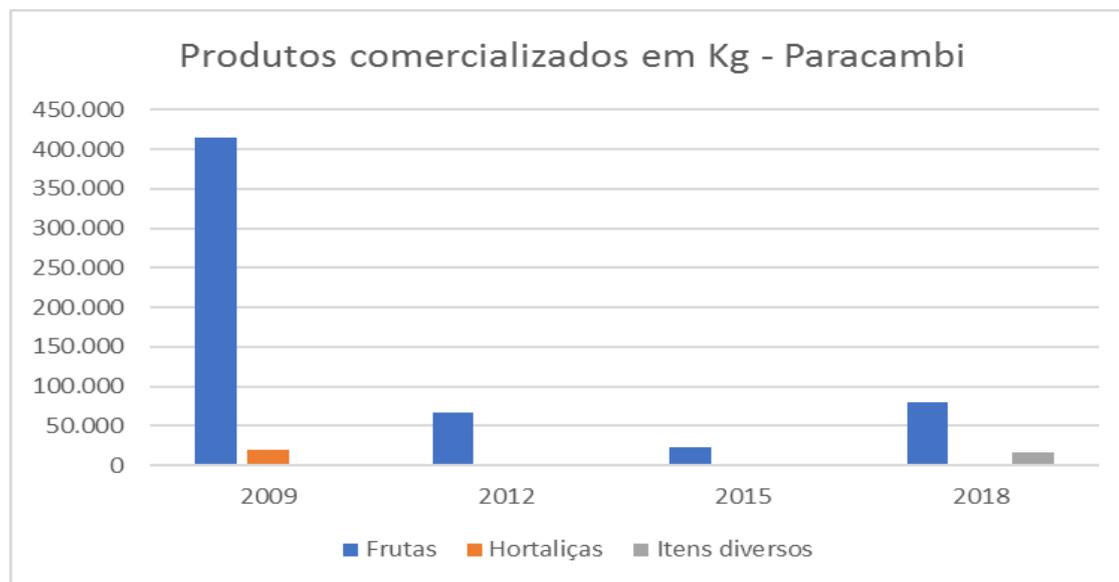
Seropédica:



No ano de 2009, as categorias frutas e condimentos apresentaram os menores registros de produtos comercializados em kg. Em contrapartida a categoria hortaliça apresentou o maior registro do ano. No ano de 2012, segue a tendência da categoria hortaliça apresentar o maior registro do ano de produtos comercializados em kg. Em contrapartida as categorias frutas e condimentos apresentaram os menores registros do ano. No ano de 2015, novamente a categoria pescado apresentou o maior registro do ano. Em contrapartida as categorias frutas e condimentos apresentaram os menores registros de produtos comercializados em kg. No ano de 2018, surgem mais quatro categorias: carne bovina, embutidos, itens diversos, granja. A categoria hortaliça apresenta uma queda considerável na sua comercialização em relação aos últimos dois anos estudados (2012 e 2015), mas ainda configurou como a categoria com maior registro de produtos comercializados em kg. Em contrapartida as categorias condimentos e embutidos apresentaram os menores registros do ano.



Paracambi:



Em comparação aos últimos dois municípios estudados (Itaguaí e Seropédica), Paracambi é o município com menor comercialização e menor variedade de produtos comercializados em kg no Ceasa RJ – Irajá. No ano de 2009, a categoria frutas apresentou o maior registro de produtos comercializados em kg. Em contrapartida a categoria hortaliças apresentou o menor registro do ano. No ano de 2012, a categoria frutas apresentou o maior registro de produtos comercializados em kg, porém houve uma queda drástica na sua comercialização comparado ao ano anterior de 2009. A categoria hortaliças apresentou o menor registro do ano. No ano de 2015, a categoria frutas foi a única comercializada no Ceasa RJ – Irajá. No ano de 2018, a categoria frutas apresentou o maior registro de produtos comercializados em kg. Nesse ano, surge uma nova categoria: itens diversos. A categoria itens diversos apresentou o menor registro do ano.

Referências bibliográficas:

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. A evolução do espaço agrário fluminense. **Revista GEOgraphia** – Ano 7 – Nº 13 – 2005

FAGUNDES, Gustavo Trindade. O que é o rural na cidade da Universidade Rural? Um estudo sobre ruralidades no município de Seropédica, RJ. 2017. 135 f. **Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**, Seropédica, 2017.

SANTOS, Letícia Ribeiro Pinto. Residência agrônômica com enfoque agroecológico: o caso dos canais de venda direta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2018. 155 f. **Dissertação**



REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO ESPAÇO E SUSTENTABILIDADE: O CASO DA CIDADE DE SEROPÉDICA

Letícia Mello de Mendonça

Graduanda em Relações Internacionais/UFRRJ

A cidade de Seropédica, localizada na borda metropolitana da cidade do Rio de Janeiro e pertencente à região da Baixada Fluminense, recebeu nos últimos anos a instalação de grandes indústrias multinacionais e complexos logísticos. A realocação destas fábricas no entorno da cidade se dá, principalmente, pela facilidade de escoamento da produção por meio do Arco Metropolitano – uma das principais vias logísticas do estado do Rio de Janeiro – que corta a cidade, percorrendo a borda fluminense até o Porto de Itaguaí. Dessa forma, Seropédica transita entre seu caráter rural original e a modernização industrial que chega à cidade, se tornando símbolo da reconfiguração do espaço pela produção na Baixada Fluminense (OLIVEIRA, 2016).

As atuais tendências econômicas mundiais, decorrentes do processo de globalização, evidenciam a acumulação de capital como fator principal da organização do sistema produtivo internacional, de acordo com a lógica capitalista (WALLERSTEIN, 2003). A realocação das indústrias pelo mundo atende essa demanda de uso dos recursos naturais e do potencial logístico dos territórios para a produção. Da mesma maneira, a organização do espaço se replica na escala local, em que as necessidades da produção são colocadas em um patamar superior à preservação do meio ambiente (HARVEY, 2008). Desse modo, o desenvolvimento tecnológico influencia diretamente na dinâmica de degradação-preservação da natureza, e a preservação do meio ambiente acompanha a demanda do uso da natureza como matéria-prima produtiva, não permitindo a conservação ambiental por si só, sem o acompanhamento do lucro econômico (BAUMAN, 1999).

Esse processo é definido pelo conceito de reestruturação produtiva do espaço (OLIVEIRA, 2016) que explica a sua reconfiguração pelas novas dinâmicas de produção e acumulação de capital. Nesse sentido, observa-se a reconstrução de cidades para atender às demandas capitalistas de escoamento da mercadoria, de alocação de indústrias e de utilização da natureza como recurso.

Sob influência da chegada das empresas, a prefeitura de Seropédica adotou em 2013 o título de “Cidade Sustentável”, um projeto que visava a melhoria da qualidade de vida da população local e a preservação do meio ambiente por meio de políticas sustentáveis. Um dos exemplos das práticas adotadas pelo projeto seria a implementação de “eco-pontos” de coleta seletiva de lixo pela cidade. Desse modo, a chegada das empresas traria um novo modelo de gestão para a cidade, incluindo a sustentabilidade como uma das forças motriz da sua reconfiguração. O projeto exemplifica o novo modelo produtivo, que propõe o alinhamento entre a produção em larga escala e a preservação ambiental.

Todavia, o projeto “Cidade Sustentável” de Seropédica foi interrompido pela mudança da prefeitura de Seropédica durante as eleições de 2016, em que a nova gestão adotou o slogan de



“Governo do Povo”. Não há registros oficiais de que as práticas sustentáveis relacionadas ao projeto tenham sido implementadas ou que tiveram inferência direta da chegada das empresas à cidade na melhoria da qualidade de vida da população local. Assim, pode-se concluir que o desempenho de projetos como “Cidade Sustentável” ficam submetidos à dinâmica de governança (NOGUEIRA, 2006), se tratando de discursos políticos nem sempre realizados para além do exercício da gestão política, uma vez que a instalação dos complexos industriais não contribuiu para a melhoria da qualidade de vida da população ou na preservação do meio ambiente local.

Nesta pesquisa, foram utilizados teóricos clássicos que discorrem sobre o funcionamento do sistema internacional – como Bauman, Harvey e Wallerstein – para a análise da reestruturação econômica-espacial-ecológica global e da ingerência do capitalismo e suas ramificações na questão ambiental. Esta análise também se apresenta no âmbito local, exemplificado pelo trabalho do Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira, que atenta tanto para a construção do conceito de desenvolvimento sustentável durante as conferências ambientais internacionais das Nações Unidas, como para o caso específico da reestruturação territorial-produtiva da cidade de Seropédica. Por meio da revisão de documentos oficiais da Prefeitura de Seropédica – como o Plano Diretor da cidade – foi possível a análise sobre as práticas não implementadas do projeto “Cidade Sustentável”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004 [1989].
- HARVEY, David. **O Neoliberalismo – Histórias e Implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.
- LENCIONI, Sandra. **Urbanização difusa e a constituição de megarregiões – O caso de São Paulo-Rio de Janeiro**. E-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais, nº 22, ano 6, setembro de 2015. Disponível em: http://emetropolis.net/system/edicoes/arquivo_pdfs/000/000/022/original/emetropolis_n22.pdf?1447896390. Acesso em: 10 de março de 2019.
- NOGUEIRA, Fernando do Amaral. **Continuidade e Descontinuidade Administrativa em Governos Locais: Fatores que sustentam a ação pública ao longo dos anos**. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Administração da FGV, 2006.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Construção do Desenvolvimento Sustentável na Cidade de Seropédica. In: André Santos da Rocha; Leandro Dias de Oliveira; Regina Cohen Barros. (Org.). **A Geografia de Seropédica: reflexões teóricas e práticas educativas no PIBID**. 1ed. Nova Iguaçu: Entorno, 2015.
- OLIVEIRA, Leandro Dias de. **“Seropédica Sustentável”: Transformações Ecológico-econômico-espaciais recentes em um Lacônico Julgamento**. Recôncavo: Revista de História da UNIABEU. Vol. 6, número 11. 2016.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Mundialização ou Era de Transição? Uma Visão de Longo Prazo da Trajetória do Sistema-Mundo. In: CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; WALLERSTEIN, I. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.



ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO: O IMPACTO SOBRE OS PREÇOS DOS IMÓVEIS

Maria Viviana de Freitas Cabral

Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas ambos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Joilson de Assis Cabral

Docente permanente do Programa de Pós-graduação em Economia Regional e Desenvolvimento da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1. INTRODUÇÃO

A implantação do Plano Real no Brasil em 1994 propiciou estabilidade econômica e queda da inflação, condicionantes favoráveis ao retorno dos investimentos (internos e externos) no País, criando as condições necessárias à propulsão do crescimento econômico. O aumento de investimentos externos se deu, basicamente, por meio das privatizações das empresas estatais. O Estado do Rio de Janeiro (ERJ) se beneficiou com a retomada dos investimentos no Brasil por intermédio dos investimentos nos setores de infraestrutura e petroquímico (CABRAL *et al.*, 2014).

No que se refere à infraestrutura, o ERJ, em parceria com o Governo Federal (Programa Brasil em Ação), inicia o processo de modernização do Porto de Sepetiba/Itaguaí em meados da década de 1990. A modernização possuía o objetivo logístico-estratégico de ampliar o volume de cargas em circulação na região desafogando, por conseguinte, os portos de Santos e da capital fluminense (BRASIL, 2012). O projeto de modernização do Porto de Sepetiba/Itaguaí faz com que o ERJ assumisse o papel de importante centro logístico regional na economia regional e global. Deve-se adicionar a isso, o anúncio da Cidade do Rio de Janeiro como Sede dos Jogos Pan-Americanos de 2007, dos Jogos Mundiais Militares de 2011, cidade-sede da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 e, aliado à descoberta do pré-sal na bacia de Campos no ano de 2007, promoveram a retomada dos investimentos em infraestrutura no ERJ.

Com a descoberta do pré-sal, a PETROBRAS objetivava viabilizar a extração e produção do óleo e do gás natural existente nesta camada. Para tanto, diversos investimentos (refinarias, plataformas e complexos petroquímicos) foram iniciados, entre os quais pode ser citado o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) situado na cidade de Itaboraí.



A primeira fase do COMPERJ possui um investimento estimado em torno de 8,30 bilhões de dólares, sendo o maior investimento da história da PETROBRAS além do maior investimento industrial em andamento no País. Neste contexto, o COMPERJ vem sendo colocado pelo poder público como um dos investimentos estratégicos centrais para o desenvolvimento econômico da região metropolitana fluminense.

Diante da importância da modernização do porto de Itaguaí e do COMPERJ para o plano de desenvolvimento do ERJ, o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (AMRJ), um projeto idealizado pelo governo militar em 1974, tornou-se novamente um projeto de infraestrutura relevante e estratégico para a economia Fluminense. O AMRJ é capaz de gerar nova oferta logística no ERJ integrando o Porto de Itaguaí à malha rodoviária nacional, ligando os cinco eixos rodoviários beneficiados pelo projeto sem a necessidade de conexão via Avenida Brasil e Ponte Presidente Costa e Silva (Ponte Rio-Niterói). Este projeto, ainda, aumenta a acessibilidade dos municípios localizados próximos ao AMRJ, gerando uma integração logística da Baixada Fluminense com o restante do Estado do Rio de Janeiro assim como, com os demais Estados do Brasil além de escoar a produção do COMPERJ.

Dada a importância estratégica do AMRJ, o projeto foi incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal em 2007. A inclusão do AMRJ no PAC tinha como objetivo dar suporte aos empreendimentos industriais do PAC na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) no que se refere à infraestrutura. As obras do AMRJ iniciaram em 2008 sendo caracterizada como o maior empreendimento viário do PAC no Estado do Rio de Janeiro com um custo final na ordem de R\$ 1,9 bilhão de reais.

O AMRJ liga o COMPERJ (Itaboraí) ao Porto de Itaguaí, cruzando os municípios de Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí, todos na Baixada Fluminense, perfazendo um total de 145 quilômetros de extensão. Cabe salientar, que o AMRJ, inaugurado em primeiro de julho de 2014, é o único projeto de integração logística ocorrido nos municípios da baixada fluminense no período recente. A Figura 1 esquematiza a malha viária percorrida pelo AMRJ.

Diante do supracitado, o AMRJ será capaz de reduzir os custos de transporte da economia fluminense aumentando, por sua vez, a produtividade da economia e, logo, estabelecendo uma nova dinâmica de crescimento e desenvolvimento econômico no ERJ (FIRJAN, 2008). Tentando aproveitar dos ganhos de produtividade, a empresa de alimentos e agronegócio Bunge do Brasil e a Rolls Royce equipamentos navais investiram em novas instalações em Duque de Caxias. Já a Petrobrás, Gerdau, CSN, Usiminas e a Marinha fizeram investimentos em Itaguaí, enquanto a Procter & Gamble fez investimento em Seropédica. Estes investimentos têm gerado especulações e preocupações por parte dos *policy maker* acerca dos impactos e transformações econômicas, sociais e demográficas.



Figura 1: Malha Viária do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro

Fonte: Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro.

2. OBJETIVO

Diante do exposto na seção anterior, uma preocupação recai sobre o preço dos imóveis, pois com a atração de novos postos de trabalho é esperado uma migração de trabalhadores para estes municípios e, conseqüentemente, um aumento da demanda por habitação. Sendo assim, é esperado que os ofertantes de habitação elevem os preços dos imóveis devido a uma demanda crescente. Contudo, este aumento do preço da habitação nos municípios do entorno do AMRJ levaria a uma perda da utilidade por parte dos trabalhadores (demandantes de habitação), uma vez que segundo os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o percentual médio de gasto mensal com a habitação foi da ordem de 29% do salário já nos anos de 2008 e 2009, culminando no maior percentual de gasto das famílias brasileiras. Diante do exposto, um aumento do preço dos imóveis nestes municípios poderia levar a um crescimento/desenvolvimento econômico abaixo do esperado além de poder aumentar o processo de favelização destas regiões como ocorrido em outras regiões do Estado e do País que receberam grandes investimentos, como por exemplo, Macaé e Altamira.

Diante da importância do ARMRJ para a estratégia de crescimento/ desenvolvimento dos municípios da Baixada Fluminense, bem como para o ganho de produtividade da economia fluminense como um todo, o objetivo deste trabalho é verificar se a construção do AMRJ foi capaz de influenciar os preços dos imóveis dos municípios de Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí.

3. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo proposto, será feita uma integração, a partir de um painel de dados de dois períodos 2007 e 2014, do modelo de preços hedônicos utilizando características socioeconômicas dos municípios cortados pelo AMRJ (características de localização) com o método de



diferenças em diferenças espacial (SDID). O modelo de preços hedônicos possui aderência para verificar como as variáveis socioeconômicas contribuem para formação dos preços dos imóveis. Já o modelo de SDID é capaz de estimar o impacto do AMRJ sobre os preços dos imóveis dos municípios no seu entorno bem como se estes preços transbordam para os municípios vizinhos. Salienta-se que o modelo de preços hedônicos será controlado pelas características socioeconômicas em detrimento das características estruturais e locais da habitação por este trabalho tentar mensurar o impacto do AMRJ sobre o preço médio dos imóveis de forma agregada nos municípios. O modelo é formalizado como segue:

$$P_{imoveis}_{ij}^t = \alpha + \beta_1 D^t + \beta_2 D_j + \emptyset D_j^t + \varepsilon_{ij}^t \quad (1)$$

em que i denota os municípios do Estado do Rio de Janeiro (ERJ); j é o subscrito que indica o grupo no qual o município pertence sendo que $j=1$ é o grupo de tratamento (os oito municípios interceptados pelo AMRJ) e $j=0$ trata-se do grupo de controle (os demais municípios do ERJ); t é o tempo onde $t=0$ refere-se ao período pré-intervenção e $t=1$ ao período pós-intervenção, sendo que intervenção refere-se à construção do AMRJ. D^t trata-se de uma *dummy* temporal que refere-se aos efeitos específicos do tempo, sendo $D^t=1$, o período pós tratamento e 0, caso contrário. A variável *dummy* D_j é definida como sendo $D_j=1$ se o indivíduo faz parte do grupo de tratamento e 0 caso o indivíduo pertença ao grupo de controle. Os parâmetros α e β_1 são coeficientes a serem estimados em que α capta o efeito fixo no tempo e β_1 é o efeito específico do tempo, capturando os efeitos comuns e homogêneos a todos os indivíduos, tratados ou não. O termo de erro ε_{ij}^t trata-se, por suposição, de um ruído branco, ou seja, possui média zero e variância constante.

Já a variável D_j^t é uma *dummy* que assume valor 1 para indicar o indivíduo tratado no período pós intervenção e 0, caso contrário. O coeficiente \emptyset da *dummy* D_j^t a ser estimado é o parâmetro de interesse que fornece o efeito do tratamento. De outra forma, o coeficiente \emptyset estimado fornecerá a medida do impacto da construção do AMRJ sobre o preço dos imóveis dos oito municípios em seu entorno. Os parâmetros da Equação 1 são estimados de maneira consistente e eficiente pelo estimador de mínimos quadrados ordinários (MQO).

4. RESULTADOS PARCIAIS

Por meio dos resultados pôde-se concluir que o preço dos imóveis nos municípios do ERJ são espacialmente dependente no espaço, uma vez que o modelo que melhor define o processo gerador dos dados é o modelo SDID-SEM. Com base neste modelo, foi possível inferir que o AMRJ não impactou o preço das habitações nos municípios do seu entorno e que choques exó-



genos advindos dos vizinhos reduzem os preços dos imóveis em 1,37%. Conclui-se, ainda, que o gasto de saúde per capita municipal é capaz de aumentar o preço das habitações em 8,20% e a densidade demográfica aumenta o preço dos imóveis em 33,09%. Já o IFDM, número de empregos formais e a taxa de homicídios, apesar de apresentarem sinal esperado, não se mostraram significativas para explicar o preço dos imóveis no estado do Rio de Janeiro.

Diante dos resultados encontrados, pode-se indagar que os novos trabalhadores esperados nos municípios interconectados pelo AMRJ não terão a renda do trabalho reduzida por pressão do custo da habitação pelo menos no curto prazo. Esta renda poderá ser gasta com outros produtos da região podendo culminar em um círculo virtuoso de crescimento/desenvolvimento econômico destes municípios além de aumentar a utilidade da população. Apesar desta conclusão, cabe aos *policy maker* proporem planos de ocupação do território de modo a evitar o processo de gentrificação, a ocupação das áreas rurais, o crescimento desordenado das áreas periféricas e evitar o processo de favelização nos municípios como vem ocorrendo em outras regiões do país que receberam grandes investimentos e ou que foram beneficiadas com grandes rodovias.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Portos da Presidência da República. **Pesquisas e Estudos para a Logística Portuária e Desenvolvimento de Instrumentos de Apoio ao Planejamento Portuário**, 2012.

CABRAL, J. A., CABRAL, M. V. F., SILVA, T, M, K, Análise dos impactos econômicos regionais e inter-regionais dos megaeventos esportivos sediados no Estado do Rio de Janeiro. **Análise Econômica**, vol 34, n. 66, p. 343-373, 2014.

FIRJAN. Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **Avaliação dos Impactos Logísticos e Socioeconômicos da Implantação Do Arco Metropolitano Do Rio De Janeiro**. In: Estudos para o Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, 2008.



ARCO METROPOLITANO DO RIO DE JANEIRO:

TRANSFORMAÇÕES E REPRESENTAÇÕES

Victor Tinoco

Doutorando do PPGEU PUC-RIO

Introdução

O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro é um projeto de intervenção no espaço com intencionalidades multiescalares. Sob o aspecto econômico e social, ele representou, e ainda representa, um projeto de desenvolvimento nacional que partia das premissas do chamado novo desenvolvimentismo, como matriz macroeconômica da escala governamental federal. Já nas escalas estaduais e municipais, esse equipamento ganhou outros significados de desenvolvimento econômico e social, muito mais atrelados ideologicamente à ordem neoliberal e articulados com as forças conservadoras locais.

Analisar o Arco Metropolitano significa refletir sobre o movimento dos mecanismos de acumulação do capital em suas diferentes percepções ideológicas, em suas contradições e, especialmente, nos conflitos promovidos por esse movimento em relação ao desenvolvimento geográfico desigual.

O presente trabalho busca analisar o Arco Metropolitano em suas diferentes dimensões e escalas de atuação nas transformações espaciais da dinâmica metropolitana fluminense, especificamente da região da Baixada Fluminense, tendo como exemplificações os municípios de Japeri e Seropédica. Busca ainda refletir sobre suas representações como imaginário de desenvolvimento para o estado do Rio de Janeiro. Observaremos o Arco em seus diferentes momentos: como um equipamento técnico que tem como objetivo ser um eixo de integração de rodovias federais, promovendo o deslocamento de mercadorias, pessoas e serviços; como parte de um plano de desenvolvimento nacional conhecido como Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e como parte do movimento contemporâneo do capital em uma base geográfica, trabalhando com os mecanismos de acumulação como elementos de transformações espaciais desiguais que levam à geração de conflitos territoriais.

O momento contemporâneo está centrado em um capitalismo globalizado. Cada vez



mais, o ideário do neoliberalismo adquire predomínio mundial, como “ideologia e prática, modo de compreender e agir, forma de gestão do mercado e poder político, concepção do público e privado, ordenação da sociedade e visão do mundo” (IANNI, 1993, p. 59). Analisar o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro significa pensar os efeitos econômicos, sociais e geográficos desse momento nas áreas de sua abrangência, especialmente na Baixada Fluminense.

Desenvolvimento

O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro representava, como hoje ainda representa, um projeto complexo na política nacional e estadual, não só de escoamento da produção, e sim como ação que agrega um conjunto de iniciativas multiescalares. Ele é um dos projetos de integração nacional, criados para superar os chamados gargalos infraestruturais que marcam o território brasileiro, por meio do PAC, o principal projeto do segundo governo Lula (2007-2010), que visava a uma intervenção direta do estado na economia a partir de uma série de obras infraestruturais e de urbanização por todo o território.

Em uma outra escala, a estadual, significou um projeto de atração de investimentos e formação de um eixo de desenvolvimento para o estado, que agrega não mais o escoamento, mas todo um mercado logístico-industrial para o espaço metropolitano fluminense, abrindo novas fronteiras mercantis e de serviço. E, por extensão, também teve significação para as prefeituras cujos territórios municipais são cortados pelo Arco e estão em sua área de influência, que receberam investimentos e atraíram uma série de obras que fomentaram o mercado de trabalho local.

O histórico da implementação do Arco expressa não apenas um projeto de intervenção técnica para circulação mercantil. Consiste em uma lógica de acumulação que marca o atual metabolismo do capital, que compreende o espaço como uma mercadoria, ou seja, a produção do espaço do Arco Metropolitano e de seu entorno é tomada como mercadoria.

A Baixada Fluminense, conhecida historicamente como uma região marcada pela segregação e por altos índices de violência, foi vista por parte dos investidores imobiliários como o Novo El Dorado da especulação, incentivada pelas prefeituras, e como parte da estratégia elaborada pelo Governo do estado do Rio de Janeiro do Plano Estratégico do Arco Metropolitano, em que havia uma projeção de se alcançar, segundo a Firjan (2012), uma série de investimentos diretos e indiretos para a economia fluminense.

Esse crescimento de investimentos imobiliários na Baixada Fluminense, que se mantém até o atual momento de crise econômica e social nacional e estadual, se dá pelo potencial lo-



gístico do Porto de Itaguaí, região que, pela disponibilidade de espaços livres, é uma área de forte interesse para a implantação de projetos como os dos condomínios logístico-industriais presentes em Seropédica e Japeri.

O trabalho de Oliveira (2016) compreende parte da Baixada Fluminense, que vem se destacando por uma atividade industrial recente e por investimentos em empreendimentos vinculados à logística e ao armazenamentos como galpões, garagens e firmas logísticas, em uma regionalização a partir dessa especialização, denominando-a de Região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense,

O Extremo Oeste Metropolitano surge como uma alternativa aos grandes centros urbanos. Cenário ideal para esses investimentos, ele configura-se como uma área de expansão de investimentos logístico-industriais devido ao baixo preço da terra e à proximidade com fatores locais como o Porto de Itaguaí, o Arco Metropolitano, a Rodovia Presidente Dutra etc. Trata-se da parte mais oeste da região metropolitana, composta pelos municípios de Itaguaí, Seropédica, Paracambi, Queimados e Japeri.

Oliveira (2017) indica que a quantidade de condomínios empresariais tem maior relevância nos municípios de Seropédica e Queimados. Essas são as localizações que são favorecidas para receber esse tipo de investimento, pela disponibilidade de terras baratas e próximas de vias de escoamentos de grandes fluxos. Queimados tem como destaque o distrito industrial próximo à Rodovia Presidente Dutra, com proximidade de Seropédica, onde se encontra o entroncamento do Arco, a antiga Rio-São Paulo e a Presidente Dutra.

Dentro do plano diretor do Arco Metropolitano, Seropédica tem destaque por ser área mais próxima ao Porto de Itaguaí e por ter potencial para ser o concentrador da atividade logística por causa da instalação de centros de distribuição atacadista e varejista. Japeri é classificado no plano diretor como área de expansão futura do capital, que se instala em Seropédica devido à potencialidade de terras a serem exploradas.

No município de Japeri, o desenvolvimento do condomínio industrial tem sido a grande proposta política de desenvolvimento das últimas gestões, que trabalham, segundo o plano diretor, para oferecer condições de bom ambiente para a permanência das empresas em seus territórios. A vantagem logística apresentada em Japeri é o fato de ser um dos municípios cortados pelo Arco Metropolitano, ter acesso também à Rodovia Presidente Dutra e, como Seropédica, ser cortado pela linha ferroviária da MRS, que tem ligação direta com o Porto de Itaguaí.

Em suma, os municípios de Japeri e Seropédica são exemplificações dos discursos de mo-



dernização promovida pelas diversas escalas estatais e, ao mesmo tempo, de igualização dos territórios com a territorialização dos capitais imobiliários e industriais na região da Baixada Fluminense como um retrato das transformações e representações produzidas em volta do Arco Metropolitano.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Nathalia Figueiredo de. **As desigualdades territoriais no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense: um estudo de caso sobre o Município de Japeri**, 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BINSZTOK, Jacob. Crise e construção de uma nova ordem territorial no estado do Rio de Janeiro. *GEOgraphia*. Ano 1, nº. 2, 1999.

FERREIRA, Álvaro; RUA, João (Org.); MATTOS, Regina Célia de (Org.). **O espaço e a metropolização: cotidiano e ação**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LOPES, Gabriel Oliveira. **"Novos" espaços: os condomínios logísticos e a expansão capitalista no município de Seropédica (RJ)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emersão da região logístico-industrial do extremo Oeste Metropolitano Fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-productiva. *Revista Espaço e Economia*, Ano IV, nº. 7, 2015.

OLIVEIRA, Patrícia Matias de. **Empreendedorismo urbano periférico: um estudo sobre os municípios da Borda Oeste Metropolitana Fluminense**, 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Patrícia Matias de; SILVA, Robson Dias. Baixada Fluminense? RJ: Notas sobre os Impactos Iniciais do Arco Metropolitano. *Revista Continentes*, v. 6, p. 75-94, 2017.

TÂNGERI, Vera Regina; REGO, Andrea Queiroz; MONTEZUMA, Rita de Cássia Martins (Orgs.). **O Arco Metropolitano do Rio de Janeiro: integração e fragmentação da paisagem metropolitana e dos sistemas de espaços livres de edificação**. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU, 2012.



30 SEMINÁRIO
DE ESTUDOS
CONTEMPORÂNEOS
SOBRE
**BAIXADA
FLUMINENSE**



30 SEMINÁRIO
DE ESTUDOS
CONTEMPORÂNEOS
SOBRE
**BAIXADA
FLUMINENSE**

Questão Ambiental



Caracterização dos Principais Talhões de Espécies Arbóreas do Bioma Amazônico Presentes na Floresta Nacional Mário Xavier

Karine Bueno Vargas

Professora do DEGEO - UFRRJ

Andrezza Gomes Alves

Graduanda em Geografia - UFRRJ

I. Introdução

A Floresta Nacional Mário Xavier localiza-se no município de Seropédica (Figura 1), região metropolitana do Rio de Janeiro, em uma extensão de terras baixas, com relevos que variam de suaves a levemente ondulados, cobertos por depósitos flúvio-marinhos que formam a Bacia Sedimentar de Sepetiba, correspondendo a região também conhecida como Baixada Fluminense. A área da Flona MX ocupa integralmente a bacia hidrográfica do rio Guandu, corpo hídrico responsável pelo abastecimento de grande parte da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Encontra-se também inserida no perímetro urbano de Seropédica, município pertencente a região também conhecida como Baixada Fluminense, sendo cercada por bairros populares e propriedades rurais, ainda é cortada por importantes rodovias: a antiga Rio-São Paulo (BR 465); a Presidente Dutra (BR 116); o Arco Metropolitano (BR493) (Figura 1).

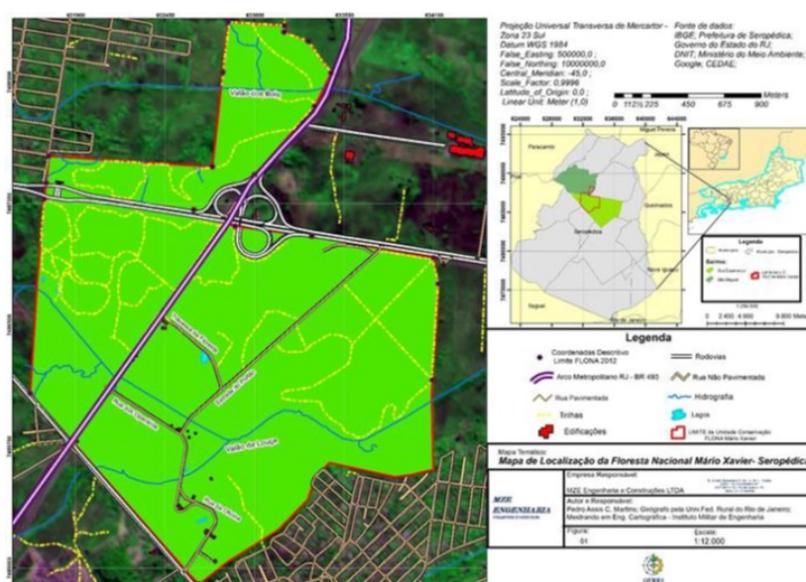


Figura 1 - Localização da Floresta Nacional Mário Xavier. Fonte: SOUZA (2017)



A extensão da Flona MX conta com uma área de 496 hectares sob o domínio do bioma Mata Atlântica que, assim como destaca Ab'Saber (2003), há uma vasta gama de biodiversidade de flora e fauna, característica esta propiciada por sua localização geográfica. Sua composição vegetal é constituída de 16% de mata nativa e o percentual restante por áreas de reflorestamento, havendo predominância de espécies exóticas. A área que compreende a Unidade de Conservação também é abrigo para duas espécies endêmicas, a rã *Physalaemus soaresi* e o *Notholebias minimus*, conhecido como peixe-das-nuvens (também identificado em municípios vizinhos). Ambas as espécies se encontram no Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção (ICMBIO, 2016).

A estrutura vegetal da Flona MX é resultante de um histórico de funções atribuídas a esta área ao longo dos anos. Criada nos anos 40 durante o governo de Getúlio Vargas, a área inicialmente correspondia a um Horto Florestal, localizado estrategicamente próximo a Escola Nacional de Agronomia (atual UFRRJ), tendo os objetivos principais voltados à experimentação, demonstração, divulgação de práticas silviculturais, e a produção de mudas de essências nativas e exóticas (SOUZA, 2017). Em seguida, a área se tornou uma Estação Experimental Florestal, funcionando como um "laboratório experimental de mudas". No entanto, no ano de 1986, sob o Decreto nº93.369 de 08 de outubro de 1986, o horto florestal passa a se tornar uma Unidade de Conservação, ganhando a classificação de Floresta Nacional, sendo a única do estado do Rio de Janeiro até os dias de hoje. Com o crescimento das espécies arbóreas ali inseridas, a Flona MX passa a ganhar o status de "floresta construída", apresentando grande número de espécies exóticas, muitas delas trazidas do Bioma Amazônico. Com a promulgação da Lei nº9.985 de 2000 e a constituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUCs), a Flona MX passou a estar sob as normas desse instrumento jurídico, sendo categorizada como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, estando atualmente sob administração do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

A Flona MX se destaca na paisagem local por ser uma das poucas áreas verdes presentes na região, e por apresentar um dos últimos fragmentos de mata nativa do município, apresentando também vegetações secundárias bem desenvolvidas. Apesar de sua notável importância ambiental para região, a Unidade de Conservação em questão é alvo constante de tensões proveniente de pressões antrópicas. Gontijo (1997) destaca o papel da biogeografia enquanto ciência ambiental, por se apresentar como ciência de elo metodológico entre o meio biótico e o meio físico,



uniformizando o conhecimento e buscando soluções para a mitigação de impactos ambientais. A presente pesquisa tem como intuito reconhecer a distribuição de parte de seu patrimônio florestal, numa perspectiva biogeográfica, objetivando-se caracterizar os principais talhões de espécies arbóreas do Bioma Amazônico presentes na Flona Mário Xavier, bem como algumas evidências que justifiquem a boa adaptação destas espécies numa região bem diferente da sua natural de origem.

II. Metodologia

A pesquisa teve início com o levantamento bibliográfico e documental da época que era horto florestal até o momento presente. A análise documental teve como base o inventário e avaliação da cobertura florestal (AMORIN, 2007), assim como os registros documentais de espécies arbóreas que foram inseridas na Flona MX, e que encontra-se em fichas de identificação impressas na sede da unidade. Posteriormente foram realizados trabalhos de campo na área da Flona MX, utilizando materiais básicos, como: caderneta de campo, *GPS Garmin* e câmera fotográfica.

A partir de tais ferramentas, foram registradas as informações em campo que possibilitaram identificar espécies nativas da Amazônia a partir de pesquisas sobre a origem das espécies. E em gabinete, foram pesquisadas em bibliografia especializada informações extras sobre as respectivas espécies e a análise dos dados, afim de gerar este trabalho, que é parte da monografia de conclusão de curso de geografia da primeira autora deste trabalho, com previsão de defesa no ano de 2019.

III. Resultados e Discussões

Ab'Saber (2003) descreve o Domínio da Amazônia brasileira como um cinturão de máxima biodiversidade do planeta, com vastas áreas de terras baixas continuamente florestadas, dispondo de amplas redes hidrográficas, sutis variações de ecossistemas. Devido a sua localização e características geográficas a formação de predomínio é a de Floresta Ombrófila Densa (IBGE, 2012).

O IBGE (2012) classifica a formação fisionômica das Florestas Ombrófilas Densas (ou Floresta Pluvial Tropical) como sendo condicionada a fatores climáticos tropicais, como elevadas temperaturas e alta precipitação bem distribuída durante o ano. Tal formação ocorre tanto na região Amazônica, quanto na Mata Atlântica nas regiões da costa brasi-



leira. A partir disso é possível relacionar a boa adaptabilidade das espécies oriundas da Amazônia na Flona Mário Xavier. Além dos fatores climáticos similares, há a presença de áreas de várzea e de semelhança dos solos. Segundo Amorin (2007), na área da Flona Mário Xavier predominam Argilossolos, assim como os que ocorrem na região Amazônica (DO VALE JÚNIOR *et al.*, 2011). Ambos os solos também apresentam alto teor de acidez, caracterizando mais uma evidência do sucesso do processo de introdução destas espécies na Flona MX. Os resultados demonstram que as principais espécies arbóreas do Bioma Amazônico presente na Flona MX (listadas na Tabela I) encontram agrupados em talhões com predominância de uma única espécie (listadas na Tabela I), é o caso da Sumaúma (*Ceiba pentandra* (L.) Gaertn), Lanterneira (*Lophanthera lactescens* Ducke), Abriçó-de-macaco (*Couroupita guianensis* Aubl.) e Seringueira (*Hevea brasiliensis* (Willd. ex A. Juss.), no entanto, esta última apresenta um talhão bem fragmentado, e ainda apresenta espécies isoladas ao longo da área da Flona MX, sendo possível visualizar espécies isoladas também da penúltima espécie citada.

Espécie	Nome Popular	Família
<i>Ceiba pentandra</i> (L.) Gaertn	Sumaúma	Bombacaceae
<i>Lophanthera lactescens</i> Ducke	Lanterneira	Malpighiaceae
<i>Couroupita guianensis</i> Aubl.	Abriçó-de-macaco	Lecythidaceae
(<i>Hevea brasiliensis</i> (Willd. ex A.Juss.)	Seringueira	Euphorbiaceae

Tabela I - Principais espécies arbóreas oriundas do Bioma Amazônia presentes na Flona Mário Xavier

Os talhões possuem dimensões variadas ocupando, porém, área considerável na Unidade de Conservação, como é o caso da Lanterneira (*Lophanthera lactescens* Ducke) que apresenta mais de dois talhões na Unidade de Conservação, no entanto foram as últimas espécies a serem introduzidas, facilmente identificados pelo CAP dos troncos, ou seja, apresentam troncos finos e estruturação morfológica jovem. Como mencionado anteriormente, a introdução de espécies da Amazônia (assim como as demais espécies não nativas da Mata Atlântica), decorrem de históricos anteriores da Flona MX. O plantio de tais espécies são frutos da função de “laboratório vivo” e estação experimental florestal atribuída durante muitos anos a atual Unidade de Conservação. Muitos indivíduos arbóreos também foram plantados em pequenos grupos ou de forma individu-



al por meio de funcionários da Flona, com o intuito de enriquecer o componente vegetacional da unidade.

IV. Considerações Finais

A área que compreende a Flona MX é alvo de tensões de diversas frentes, seja por falta de conhecimento da população local ou pela escassez de recursos necessários para manutenção de uma unidade de conservação, diante disto o conhecimento de seu componente vegetal e as demais pesquisas científicas são de suma importância para auxílio da conservação desta área, por meio de projetos de reflorestamento, auxílio ao plano de manejo, recuperação de áreas degradadas, projetos de educação ambiental, entre outros.

V. Referências bibliográficas

- AB'SÁBER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas**. 7ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- AMORIM, H. B. **Mapeamento, inventário e avaliação da cobertura florestal da Floresta Nacional Mário Xavier, Seropédica, RJ**. Rio de Janeiro, 2007.
- BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L9985.htm>. Acesso em: 21 Janeiro de 2019.
- DO VALE JÚNIOR, José Frutuoso et al. Solos da Amazônia: etnopedologia e desenvolvimento sustentável. **Revista Agro@mbiente On-line**, v. 5, nº. 2, p. 158-165, 2011.
- GONTIJO, B. M. Biogeografia no contexto das avaliações de impacto ambiental. **Revista Geonomos**, Belo Horizonte, v.5, nº. 2, p. 39-42, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Manuel técnico da vegetação brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro, 2012.
- ICMBIO. **Livro vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção**. 2016. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/dcom_sumario_executivo_livro_vermelho_ed_2016.pdf. Acesso em: 25 de Janeiro de 2019.
- LORENZI, H. **Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil**. 1. ed, v. 3. Nova Odessa, São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2009.
- SOUZA, R. L. N. **Restauração da Mata Atlântica: Potencialidades, Fragilidades, e os Conflitos Ambientais na Floresta Nacional Mario Xavier, Seropédica/RJ**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia UFRRJ. Seropédica, 2017. 90 f.



IDENTIFICANDO O TECNÓGENO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DA GUARDA, NA BAIXADA DE SEPETIBA (RJ)

Beatriz Peixoto Dias

Graduanda em Geografia - UFRRJ

Laura Delgado Mendes

Prof.º Drª do curso de Geografia/IM — UFRRJ

1. Introdução

A atuação humana sobre o ambiente, modificando-o e adaptando-o às suas necessidades fez com que o homem passasse a ser caracterizado como um novo agente geológico. De acordo Oliveira *et al.* (2005, p. 365), o homem destaca-se por seu papel de transformador da paisagem não apenas pelo resultado das formas modificadas, mas por sua característica temporal que supera seus equivalentes naturais.

Segundo Ter-Stepanian (1988), ao contrário de outros organismos, que extraem do ambiente apenas o necessário à sua sobrevivência, o ser humano apropria-se economicamente dos recursos naturais, extraíndo mais do que consome e relacionando-se de forma predatória com esse ambiente. Esse mesmo autor defende que as alterações provocadas pelo homem em seu curto tempo de existência, como extinções de espécies e alterações profundas na paisagem (antes comandadas por eventos tectônicos), o caracteriza como um importante e exclusivo agente geológico, sugerindo que estamos caminhando rumo ao “tecnógeno”, o período geológico na qual as paisagens quaternárias são predominantemente substituídas por modelados antropogênicos.

Nesse período marcado pela técnica, surgem novas morfologias, os **terrenos tecnogênicos**. Esses terrenos são produtos da geotecnogênese, ou seja, a atuação geológica do homem sobre o meio, que Peloggia e Oliveira (2005) classificam em três níveis de abordagem: alterações das fisionomias das paisagens, com mudanças na velocidade dos processos geodinâmicos externos; criação de novos relevos; e a formação de depósitos tecnogênicos. Os terrenos tecnogênicos ou antropogênicos são morfologias transformadas pela atuação humana direta ou indiretamente, através de processos de acumulação ou remoção de material, podendo ser classificados quanto a classe em: **terrenos tecnogênicos de agradação**, formados pela acumulação de material ou indução de processos de deposição sedimentar; **terrenos tecnogênicos de degradação**, que são superfícies que sofreram perda de material, seja por ação antrópica direta ou indireta; **terrenos tecnogênicos modificados**, formados por coberturas superficiais que sofreram alteração quími-



ca e física; e **terrenos tecnogênicos complexos**, formados pela sobreposição complexa de feições tecnogênicas, que não são diferenciáveis em determinadas escalas (PELOGGIA, 2017).

Desta forma, procurando compreender a influência da atuação humana na modificação das paisagens, o presente trabalho tem como objetivo identificar e mapear terrenos tecnogênicos na bacia hidrográfica do rio da Guarda, na Baixada de Sepetiba (RJ), área que apresenta diferentes condições de cobertura e uso da terra que podem resultar na formação dessas novas morfologias.

2. Metodologia

A identificação e mapeamento das feições tecnogênicas foram realizadas em três etapas: A primeira consistiu em uma análise de imagens de satélite do ano de 2018 disponíveis no programa Google Earth Pro, na escala de 1:20000, para detectar feições artificiais, levando-se em consideração características como cor, associação com atividades antrópicas e discordância com os relevos contíguos. Em seguida, na segunda etapa, foi realizado um levantamento de campo, com observação direta para confirmar se essas estruturas poderiam ser classificadas como tecnogênicas, além de registros fotográficos dos pontos analisados. Os terrenos tecnogênicos confirmados foram categorizados seguindo a proposta de classificação de Terrenos Tecnogênicos de Peloggia (2017), utilizando as classes de terrenos de agradação, degradação e complexo. Por último, as feições classificadas como tecnogênicas foram delimitadas com o uso do programa de Sistema de Informação Geográfica Quantum GIS (v. 2.18). Os terrenos modificados não foram incluídos na classificação, pois necessitam de uma análise mais detalhada, que não corresponde aos objetivos do presente trabalho.

3. Área de Estudo

A bacia hidrográfica do rio da Guarda (Figura 1) localiza-se na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro (RMRJ), abrangendo os municípios de Seropédica, Itaguaí e Rio de Janeiro e compreende uma área de aproximadamente 346 km² (ANA, 2007).

Situada no sub-gráben Guandu-Sepetiba (ZALÁN e OLIVEIRA, 2005), a geologia da região é marcada pela presença de rochas metamórficas pré-cambrianas do Complexo Rio Negro e por depósitos flúvio-lagunares do Quaternário, que sofreram sucessivos retrabalhamentos durante as diferentes fases climáticas e alterações eustáticas desse período (SILVA, 2001), sendo compostos por areias quartzo-feldspáticas e cascalhos que são, na atualidade, alvo de extração mineral para abastecer a construção civil na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (TUBBS et al., 2001).

Além da extração mineral, essa bacia de drenagem também foi alvo de fortes intervenções do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS) entre 1935 e 1941, tendo, assim, seus canais desobstruídos, dragados e canalizados (SEMADS, 2001). Além dessas intervenções, o processo de industrialização ocorrido em Itaguaí após a década de 1970 e as atividades do Distrito Areeiro de Seropédica-Itaguaí e a construção do Eixo Rodoviário Arco Metropolitano do Rio de



Janeiro (AMRJ), reconfiguraram as relações de uso e ocupação do território que, consequentemente, promoveram outras modificações.

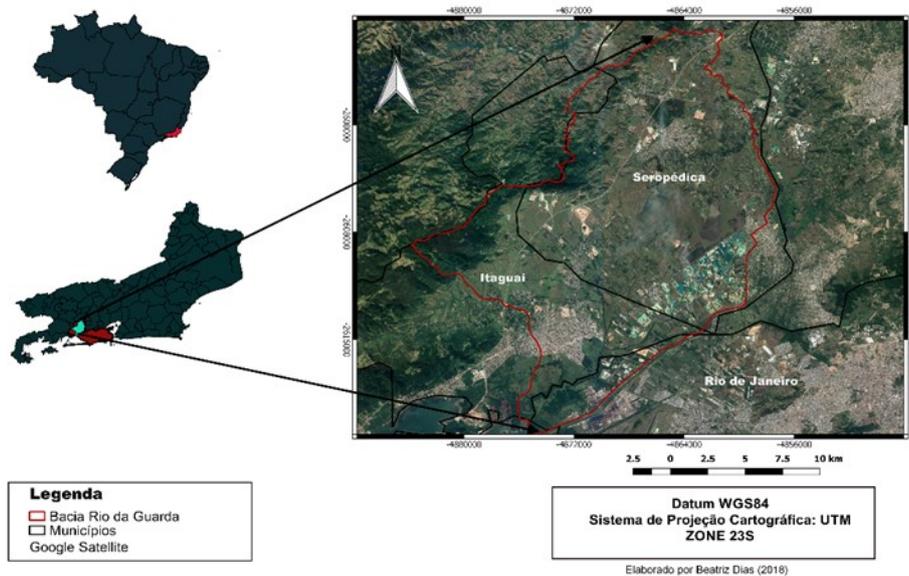


Figura 1- Mapa de localização

4. Resultados e discussões

O mapeamento preliminar (Figura 2) permitiu identificar uma predominância de **Terrenos de Degradação**, relacionados principalmente às atividades de extração mineral, voltadas tanto para a construção civil quanto para a construção do AMRJ explicando a concentração desses relevos degradados ao longo da rodovia. É possível observar que o processo de construção desse eixo rodoviário resultou na interrupção de diversos canais de drenagem, resultando em alguns pontos no acúmulo e eutrofização da água e possíveis modificação das dinâmicas naturais.

Os **Terrenos de Agradação** possuem maior expressão com o Aterro Sanitário de Seropédica e em toda extensão do AMRJ, áreas que são topograficamente mais elevadas que os relevos circundantes. É possível observar que o Aterro Sanitário também provocou alterações nos canais de drenagem, visto que sua construção resultou no aterramento de dois canais sobre a qual ele se encontra. O Distrito Areeiro Itaguaí-Seropédica pode ser classificado como **Terreno Complexo**, pois possui múltiplas dinâmicas de formação de terrenos tecnogênicos, sendo encontradas feições tanto de degradação, oriundas das cavas de extração, quanto de agradação, representadas pela formação de depósitos de materiais remobilizados (produtos das escavações) e construídos (compostos exclusivamente de materiais de construção).

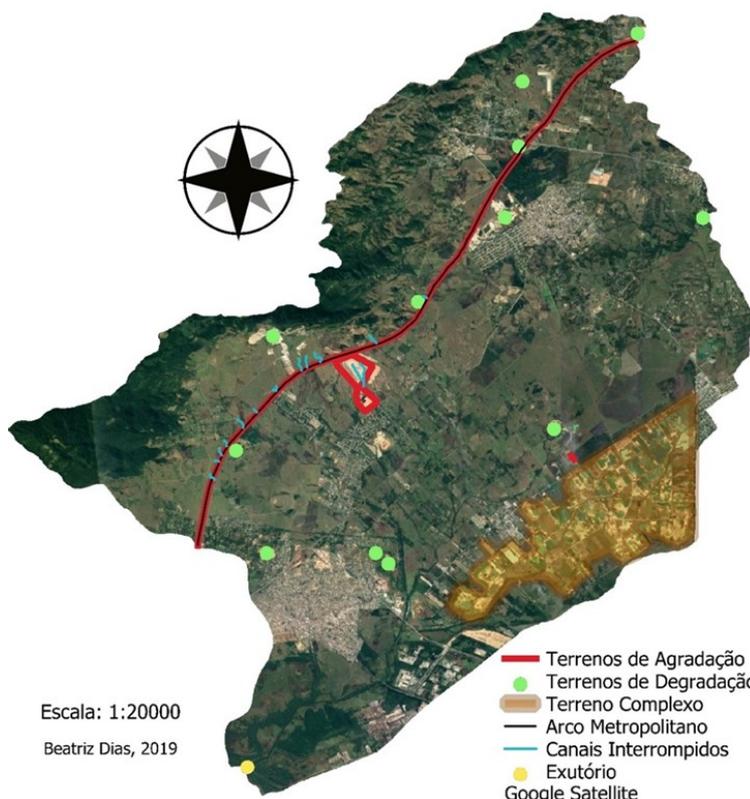


Figura 2 - Mapeamento tecnogênicos na bacia da Guarda

Escala: 1:20000
Beatriz Dias, 2019

— Terrenos de Agradação
● Terrenos de Degradação
Terreno Complexo
— Arco Metropolitano
— Canais Interrompidos
● Exutório
Google Satellite

5. Conclusões

O mapeamento evidencia como a mineração voltada à construção civil devido à condicionante geológico-geomorfológica, além de sua localização estratégica, produz grandes alterações na fisiografia local. Ademais, a criação dessas feições tecnogênicas modifica dinâmicas naturais e intensifica processos morfogenéticos que induzirão novas alterações e formações de novos relevos. Observa-se também uma crescente substituição de morfologias quaternárias por relevos tecnogênicos, sinalizando a importância de pesquisas referentes a atuação humana sobre a paisagem nessa área, a fim de contribuir para os estudos do “Tecnógeno”.

6. Referências Bibliográficas

CBH - Comitê Guandu. **Plano estratégico de recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu Mirim: relatório síntese**. Brasília: ANA, 2007. 327 p.

OLIVEIRA, A. M. S.; BRANNSTROM C.; NOLASCO, M. C.; PELOGGIA, A. U. G.; PEIXOTO, M. N. O.; COLTRINARI, L. Tecnógeno: Registros da ação geológica do homem. In: SUGUIO, K. et al. (Org.) **Quaternário do Brasil**. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2005. p. 363- 376.



PELOGGIA, A. U. G. O que produzimos sob nossos pés? Uma revisão comparativa dos conceitos fundamentais referentes a solos e terrenos antropogênicos. **Revista Geociências**, v. 16, n. 1, p. 102-127, 2017.

PELOGGIA, A. U. G.; OLIVEIRA, A. M. S. Tecnógeno: um novo campo de estudos das geociências. In: CONGRESSO ABEQUA, 10., 2005, Guarapari. Anais... Disponível em: http://www.abequa.org.br/trabalhos/0268_tecnogeno.pdf. Acesso: 05 mai. 2012.

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos da Macrorregião Ambiental 2 - Bacia da Baía de Sepetiba**. Rio de Janeiro: SEMADS, 2001, 79 p.

SILVA, L. C.; CUNHA, H.C.S. (Org.). **Geologia do Estado do Rio de Janeiro: texto explicativo do mapa geológico do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília: CPRM, 2001. 85 p.

TER-STEPANIAN, G. Beginning of the Tecnogene. **Bulletin I. A. E. G.**, v. 38, p. 133-142, 1988.

TUBBS, D.; MARQUES, E. D.; GOMES, O. V. O.; SILVA-FILHO, E. V. Impacto da Mineração de Areia sobre a Química das Águas subterrâneas, Distrito Areeiro da Piranema, Municípios de Itaguaí e Seropédica, Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geociências**, v. 41, n. 3, p. 472-485, 2011.

ZALÁN, P. V.; OLIVEIRA, J. A. B. Origem e evolução estrutural do Sistema de Riftes Cenozoicos do Sudeste do Brasil. **Boletim de Geociências da PETROBRAS**, v. 13, n. 2, p. 269-300, 2005.



RESISTÊNCIA CAMPONESA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO RIO DE JANEIRO (COMPERJ) - UMA PROPOSTA

Bruno Milan Carneiro de Albuquerque

Mestre em Geografia - UFF

Jacob Binsztok

Professor Titular de Geografia Humana do Departamento de Geografia - UFF

Introdução

Trata-se de um projeto sobre os impactos socioambientais enfrentados pela Comunidade Tradicional do Faraó (CTF), no distrito de Japuíba, município de Cachoeiras de Macacu, no entorno do Parque Ecológico dos Três Picos (PETP), na Bacia Hidrográfica do Guapi-Macacu (BHGM), inserida na Bacia da Baía de Guanabara, Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), decorrentes da reestruturação espacial promovida pela construção do COMPERJ, agravados pela sua paralisação em 2015, inviabilizando uma série de pequenos estabelecimentos comerciais locais, liberando significativo contingente da força de trabalho utilizada direta e indiretamente em atividades de apoio ao empreendimento petrolífero. Cerca de 100 famílias tiveram o cotidiano alterado e sua permanência em risco por problemas como: grande número de ocupações irregulares na faixa marginal dos cursos fluviais, principalmente no balneário do Baixo Faraó; cultivo da banana em áreas de encostas sem curvas de nível no Alto Faraó; caça predatória e comércio ilegal de animais aumentando o número de espécies em extinção; proliferação de queimadas nos fragmentos florestais; turismo predatório de fins de semana; invasão de espécies exóticas de peixes e moluscos; uso inadequado de agrotóxicos nos sítios e áreas de propriedades de especuladores imobiliários para a construção de haras e expansão de pastagens para equinos e aumento das tensões envolvendo camponeses e funcionários do PETP, em relação ao uso da terra na área de amortecimento da unidade de preservação ambiental; extração de areia provocando alterações nos cursos fluviais; juventude rural ociosa; invisibilidade sobre trabalho feminino típico das comunidades camponesas; ausência de iniciativas agroecológicas e agroflorestais e de saneamento ambiental. A CTF está localizada na Microbacia Hidrográfica do Faraó (MHF), em Cachoeiras de Macacu, município fluminense situado a 22°27'45" de latitude sul e 42°39'11" de longitude oeste, com área territorial de 956 km², fazendo limites com a Baixada Litorânea e a Região Serrana, a 75 km de distância da capital fluminense e sendo parte da RMRJ. Possui estreitas relações socioeconômicas com municípios no entorno como Guapimirim, Magé e Itaboraí apresentando em 2019 uma população de cerca de 60 mil habitantes. Destes, 86% concentrados na área urbana e 14% no campo, constituindo-se uma relevante diferenciação socioespacial na distribuição de sua população em relação aos demais núcleos da RMRJ. O clima é caracterizado como Tropical



Úmido, com amplitude térmica variando entre 13°C e 35°C, onde constatamos significativa policultura camponesa, representada pelos cultivos de inhame, aipim, abobrinha, abóbora, berinjela, quiabo, milho, jiló, predominando a banana nas encostas. O município possui 40% de sua área total protegida pelas Unidades de Conservação como o PETP, a Estação Ecológica do Paraíso, da APA do Macacu e ainda pelo Corredor Ecológico Sambê-Santa Fé, cobertas pela Floresta Ombrófila Densa, que se encontra muito fragmentada, caracterizada como mata sempre verde, cujo dossel é de até 50 metros e com árvores emergentes atingindo até 40 metros de altura. A MHF é caracterizada como contribuinte relevante da BHGM, sendo fundamental para o abastecimento de água de importantes centros urbanos fluminenses, como Niterói, São Gonçalo e Itaboraí, sob a gestão das empresas de abastecimento CEDAE e Águas de Niterói.

Recorte Teórico Analítico

Constatamos a presença de articulações entre a CTF e atores envolvidos na construção do COMPERJ, contrariando pressupostos teóricos de autores como DOLLFUS (1972), SANTOS (1997), SOJA (1993), LEFEBVRE (1999) e BAUMAN (1999), que apontaram para a terminalidade do segmento em função do avanço da industrialização e da urbanização do campo, retirando o campesinato da terra e transformando-os em proletários rurais ou urbanos. Assim, fundamentados nas recomendações de MACHADO (2013), CAVALIN & MONTEIRO (2010), FIDALGO et al (2008) e TRINDADE NETTO (2006) sobre as possibilidades do fortalecimento de comunidades tradicionais temos como objetivos específicos a realização de ações de fomento e formativas ancoradas em práticas agroecológicas e agroflorestais, biomonitoramento dos recursos hídricos, equidade de gênero, mobilização da juventude rural e expansão do turismo ecológico e comunitário, mitigando a exclusão social e econômica da CFT, que encontra-se relativamente isolada em relação a outras áreas rurais do município, com o acesso limitado a uma estrada de terra, em precário estado de conservação. O isolamento, embora possa contribuir para a preservação de características identitárias territoriais (HAESBAERT, 2004), reforçando laços de parentela e afetividade, típicos do campesinato e observadas nas relações da CFT, acarreta dificuldades para o desenvolvimento local, bloqueando o funcionamento do sistema de trocas, responsável pelo intercâmbio, complementaridade e estabelecimento de redes de inovação (SANTOS, 1997), justificando as ações de ampliação e aperfeiçoamento dos canais de comercialização da produção rural local.

Metodologia

A metodologia elaborada na pesquisa está prevista no projeto através da execução dos seguintes procedimentos: trabalho de campo exploratório para apurar a atual situação social, ambiental e econômica da população, traçando estratégias conjuntas para resolução de conflitos, vulnerabilidades e potencialidades da CFT através de questionários, observações participantes e técnicas de cartografia social; monitoramento dos serviços ecossistêmicos de polinização e de



controle biológico realizado em áreas convencionais e no interior do PETP, avaliadas através de métodos participativos (MARCONI & LAKATOS, 2008) e acadêmicos com a geração de conhecimento e sensibilização das comunidades; fundamentação empírica e teórica das informações disponíveis e revisão da literatura pertinente analisando autores como SINGER (1973) que ressalta as deseconomias de escala decorrentes dos processos de industrialização e urbanização nas áreas metropolitanas; CORREIA (1992) que destaca as estratégias espaciais utilizadas pelas grandes corporações industriais; PIQUET (2012) que analisa a dimensão regional da cadeia produtiva de petróleo no nosso Estado; BINSZTOK e MONIÉ (2012) enfatizando os impactos territoriais e ambientais da implantação do COMPERJ e suas repercussões na RMRJ; TRINDADE NETO (2003) difundindo a experiência de recuperação de áreas degradadas implantadas, corroborando observações feitas por DIAMOND (2006) sobre os procedimentos flexíveis adotados pelas empresas da cadeia produtiva de petróleo, em relação ao entorno dos seus empreendimentos, realçando a importância dessa indústria extrativista, em comparação com outros setores minerais, igualmente agressivos ao ambiente, que no entanto, participam da recuperação de áreas degradadas. No âmbito global, mencionamos o estudo de ROSS (2015), na linha de DIAMOND (2006), recomendando revisão do conceito de enclave na cadeia produtiva de petróleo, pois, esta configuração espacial pode ser relativizada pelas ações de fortalecimento das redes de fornecedores locais, tentando reduzir isolamentos formados pelo segmento petrolífero. O incentivo ao desenvolvimento local (SOUZA, 2013) ressalta a construção de laboratórios de autonomia, atuando como suportes experimentais, diluindo os efeitos de um planejamento concebido de cima para baixo e criando desigualdade das apropriações territoriais feitas pelos enclaves, conforme o modelo de desenvolvimento ditado pelos padrões da modernização conservadora, recomendados parcialmente por MERCADANTE (2010) e adotado pelas iniciativas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), onde foi ancorado o COMPERJ; analisamos as contribuições de MACHADO (2013), CAVALIN e MONTEIRO (2010) e FIDALGO et al (2008) que recomendam procedimentos agroecológicos e agroflorestais fortalecendo os agricultores locais, diante do agravamento dos problemas socioambientais enfrentados pela comunidade, cerceada pelas restrições impostas pela fiscalização ambiental e atingida pela expansão de pastagens dos haras de propriedade de capitalistas urbanos, atraídos pelas perspectivas de valorização do preço da terra na região do COMPERJ; Planejamento Participativo junto aos agricultores da comunidade, visando estratégias conjuntas que implementem as ações previstas na pesquisa, referenciadas pelas orientações conceituais das contribuições de GUSMÃO (2009), MARCONI & LAKATOS (2008) e SOUZA (2015), enfatizando a necessidade de articulação entre o conhecimento científico e o senso comum das práticas sócio-espaciais locais.

Considerações Finais

Os resultados serão amplamente divulgados e debatidos em seminários e encontros realizados com a CFT e eventos previstos, contando com o apoio das organizações parceiras. As contri-



buições serão encaminhadas às instituições responsáveis pelo aperfeiçoamento das políticas públicas locais e dos municípios do entorno do COMPERJ, ampliadas pelas redes de intercâmbio, para difusão em instituições e comunidades localizadas na Área de Influência Direta de empreendimentos da Petrobras distribuídos pelo país. Assim, esperamos que além de adotada no Faraó, a proposta apresente condições de ser reaplicada em outras comunidades localizadas no entorno do COMPERJ e em áreas influenciadas diretamente pelos empreendimentos da Petrobras, que estejam vivenciando transformações sociais, econômicas e ambientais similares. A difusão das ações para outras comunidades do entorno do COMPERJ e demais empreendimentos da Petrobras, seria realizada com a participação das instituições parceiras, representadas pela UFF e EMBRAPA e as respectivas redes apontadas por essas organizações dotadas de excelente capilaridade no país e no exterior.

Referências Bibliográficas

- BAUMAN, Z., Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1999.
- BINSZTOK, J. Petróleo e desenvolvimento regional no Brasil. In: Binsztok, & Monié (Orgs). Geografia e Geopolítica do petróleo. Mauad X. Rio de Janeiro. 2012.
- CAVALIM, M.O. e MONTEIRO, J.M.G. Boas práticas agrícolas recomendadas para o cultivo de banana na Comunidade do Faraó em Cachoeiras de Macacu, RJ. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 210. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2012.
- CORRÊA, L. R. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. Revista Brasileira de Geografia, nº 54. 1992. pp. 115 – 121.
- DIAMOND, J., Colapso: Como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. Rio de Janeiro: Record, 2006
- DOLLFUS, O. O Espaço Geográfico. São Paulo. Difel, 1972.
- FIDALGO, E. C. C.; THOMPSON, D.; TORRES, F. E. N. de; MENDONÇA, R. N. A, Análise comparativa entre estimativa de perda de solos e ocorrências de erosão: estudo de caso na Bacia Hidrográfica do Rio Guapi-Macacu, RJ, in II Seminário da Rede AgroHidro Impactos da agricultura e das mudanças climáticas nos recursos hídricos, Brasília: EMBRAPA, 2014.
- GUSMÃO, P. P. Gestão ambiental do território e capacidade de resposta dos governos locais na área metropolitana do Rio de Janeiro. In: Questões metodológicas e novas temáticas na pesquisa geográfica. Orgs: Bicalho & Gomes. Rio de Janeiro. Publit. 2009. pp. 163 – 184. HAESBAERT, R. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. Terra Livre Goiânia Ano 20, v. 2, n. 23 p. 35-52 Jul-Dez/2004.
- LEFEBVRE, H. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MACHADO, F.S. Agricultura e Reestruturação Espacial na Interface Rural-Urbana: O Exemplo do Município de Cachoeiras de Macacu (RJ), Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. UFRJ: Rio de Janeiro, 2013.
- MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo:



Atlas, 2008.

MERCADANTE, A. As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: análise do Governo Lula (2003-2010) Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SANTOS, M.A. Técnica espaço tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional. 3a. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOJA, E. W. Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUZA, M. L. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

TRINDADE NETO, I.Q., Reintegrando a floresta a natureza humana -Um estudo sobre conservação florestal em consórcio com agricultura e produção de petróleo, Carmópolis/Japarutuba, Sergipe. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Pós Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe, São Cristovão, SE:2003.



CASO DA COMPANHIA MERCANTIL E INDUSTRIAL INGÁ S/A, O RISCO EMINENTE CONTINUA

Carlos Alberto Sarmiento do Nascimento

Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - PPGCTIA/UFRRJ

Riyuzo Ikeda Júnior

Doutorando em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - PPGCTIA/UFRRJ

Joyciene Carolina Fagundes

Graduanda em História - UFRRJ

Lamounier Erthal Villela

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária - PPGCTIA/UFRRJ

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem o intuito de realizar um panorama sócio-histórico e ambiental sobre a Companhia Mercantil Industrial Ingá, que realizou entre os anos de 1962 e de 1998 atividades industriais no ramo de processamento de minério para a produção de zinco de alta pureza, na região conhecida como praia do saco do engenho, no bairro da Ilha da Madeira, município de Itaguaí - Baía de Sepetiba / Costa Verde e Região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro.

Deixando como consequência dessa sua atividade o maior passivo ambiental do Brasil (a época), afetando definitivamente o estuário marinho e ambiental de todo seu entorno, inclusive a qualidade de vida da população local. Seus mais de trinta anos de atividade alteraram os aspectos paisagísticos, sociais e ecossistêmicos nessa localidade, deixando como espólio o acúmulo de resíduos tóxicos a céu aberto.

O local de atuação do empreendimento da Indústria Ingá, era a região da baía do Saco do Engenho, descrito pela população local como a capital da ilha "ali ficava a igreja, padaria, armazéns, salão de barbeiro, armarinho e um comércio popular bem diversificado" (Itaguaí, 2010), essa localidade situa-se na região norte da baía de Sepetiba, onde Segundo a Lei municipal nº 3.204 de 23 de dezembro de 2013, "estabelece o abairramento do município de Itaguaí", determina o bairro em questão como o 41º do município de Itaguaí/ RJ, tendo seu início a partir da foz do rio cação e pelo leito deste até subir o encontro com o rio Mazomba.

2. OBJETO

O objeto a ser analisado por essa pesquisa é o passivo ambiental da Indústria Mercantil INGÁ / AS, que deixou após os encerramentos de suas atividades, á época, o maior passivo ambiental do Brasil, superado somente pelo rompimento das barragens da Samarco/Vale / SA, em novembro de 2015. O objeto também perpassa por uma análise e diagnostico socioambiental sobre os eminentes processos de alagamento e indícios de futuros rompimentos nas barragens dos dejetos o que causa apreensão a população do território e os riscos de degradação de forma ir-



reversível da Baía de Sepetiba, manguezais e outros estuários de fauna e flora que dependem desse bioma específico para sua sobrevivência.

3. METODOLOGIA, RECORTE TEMPORAL E ESPACIAL

Baseado no livro de Gil (2002), Temos como objetivos:

1. Proporcionar uma contextualização sócio-histórica e ambiental sobre como ocorreu o impacto ambiental da Indústria Ingá.
2. Apresentar como e quais foram os mecanismos para amenização dos impactos ocasionados após mais de 30 anos de poluição ambiental intensa na região.
3. Indicar um entendimento da atual situação da região, assim como traçar um panorama das famílias que moram no entorno desse passivo ambiental.

O recorte espacial dar-se à no município de Itaguaí mais especificamente no bairro da Ilha da Madeira, com um recorte temporal dos últimos trinta e seis anos (1962-1998), justamente o período de atividade da Companhia Mercantil Industrial Ingá e a partir dos meados da década de 2000 até os dias de hoje, por ser o período de início das atividades que buscaram amenizar/solucionar os problemas ocasionados pelo impacto ambiental.

Este artigo busca desenvolver uma análise histórica descritiva, com uma pesquisa de campo, que teve o intuito de conhecer a atual situação da região assim como a realidade dos moradores, além de uma análise bibliográfica e documental de relatórios técnicos (Coppe - UERJ¹, UFRRJ² e INEA³) com finalidade de embasamento na descrição das perspectivas desenvolvidas para amenizar / solucionar o passivo ambiental deixados pela Indústria Ingá.

3. ASPECTO HISTÓRICO PAISAGÍSTICO E ECOSISTÊMICOS DA ILHA DA MADEIRA

O bairro da Ilha da Madeira está localizado a aproximadamente 72 quilômetros da capital do estado (Rio de Janeiro) e conta com uma população de aproximadamente 900 moradores. (a prefeitura local, tampouco a associação de moradores do bairro não tem um número preciso sobre quantas pessoas moram atualmente nessa localidade).

Segundo Carl Sauer que define o conceito de morfologia da paisagem como o Estudo da composição, forma e arranjo espacial da paisagem, associado às ideias de dinâmicas e evolução das paisagens (SAUER, 1925). Podemos definir que ao analisar uma paisagem deve-se levar em conta todo o contexto da percepção e aparência do local e que é “formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores e sons” (Santos, 2008, p. 67-68). Podemos assim estabelecer a partir desses parâmetros que uma paisagem é constituída para além de seu contexto “ambiental”.

¹ Coppe – UERJ : Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

² UFRRJ : Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

³ Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro.



Utilizando desses conceitos podemos definir que até a primeira metade do século XX o bairro da Ilha da Madeira vivia com um aspecto paisagístico de comunidade tipicamente pesqueira e rural, com um complexo econômico próprio e características de uma pequena “cidade” autônoma em comparação ao município de Itaguaí e demais vizinhos.

4. 1962-2015, O MAIOR PASSIVO AMBIENTAL DO BRASIL

Instalou-se no ano de 1962 na região do Saco do engenho no bairro da Ilha da Madeira a Companhia Mercantil e Industrial Ingá, com um empreendimento que atuava no ramo de processamento de minério para a produção de lingotes de zinco de alta pureza (99,99%). Porém, por sequências de acidentes ambientais e o rompimento do dique de contenção construído em 1984, associado a uma má gestão, o resultando é fechamento da Indústria Ingá no ano de 1998 deixando um passivo ambiental no valor total de mais de R\$ 20 milhões.

O descaso na estocagem dos dejetos utilizados na produção dos lingotes de zinco, deixam impactos significativos na fauna na flora e na qualidade de vida da população local, alterando sua paisagem natural e afetando toda a rotina desse até então arquipélago, comprovado no relatório do laboratório de biofísicas da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) que apresentou uma série de análises comprovando a contaminação do bioma local por zinco e cádmio até sessenta vezes mais elevados do que o permitido pelo ministério da saúde.

Como consequências desse descaso, ocorreram desequilíbrios e destruição do ecossistema dessa localidade, afetando e alterando diversas espécies da fauna e flora da região, as áreas de mangue e as zonas estuarianas existentes. Além de tornar a massa falida da Ingá S/A o maior “passivo ambiental” do Brasil.

O desequilíbrio ocorrido devido o caso da indústria Ingá S/A alterou a rotina econômica da região, que era basicamente de “atividade pesqueira um importante suporte econômico e social para a região” (PUC-RJ, p. 38). Após sua falência no ano de 1998, os sistemas de alertas de contaminação, principalmente os pluviométricos foram simplesmente abandonados, consequentemente no ano de 2003 o dique de contenção chega a seu limite faltando menos de 30 centímetros para que se transborde totalmente o que ocasionaria problemas de magnitudes extremas para toda a região.

Imagem 01 - Área da Ingá



Fonte : COPPE- UERJ (2003)



Em caráter de emergência o governo do estado custeou uma obra de barragem do dique no valor de R\$ 2.3 milhões realizados pela empresa Carioca Engenharia sob supervisão da COPPE/UERJ, mesmo com essa nova contenção, devido e aumento pluviométrico nesse período ocorreram pequenos vazamentos o que causou a mortalidade de uma variedade de peixes na Baía de Sepetiba, durante os anos de 2003 e 2004. Outros problemas posteriores surgiram entre os anos de 2004 e 2010 com vazamentos para a Baía e danos no solo do entorno.

Atualmente toda a região do passivo ambiental encontra-se sobre a responsabilidade da Usiminas S/A e Marinha do Brasil, sobre constante fiscalização do INEA. O local ainda está em processo de atividades que visam a redução dos impactos ambientais resultantes de mais de 30 anos de descaso e poluição ao meio ambiente, a empresa Usiminas S/A detentora do terreno mesmo tendo interesse na construção de um ponto exportador de minério de ferro nesse local, não começou, tampouco sinalizou, uma previsão para o início de suas obras.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o Passivo ambiental que ocorreu após mais de trinta anos de descaso, deve ser um alerta de como gerir empreendimentos que causam impactos aos aspectos ambientais e sócio-ambientais, onde todo o tecido social e o bioma local têm total e estreita relação entre si, e qualquer alteração nessa cadeia será sofrida de forma escalar, propagando-se para gerações futuras.

O maior passivo ambiental do Brasil (até o ano de 2015, quando ocorreu o acidente do rompimento da barragem de Mariana - MG), encontra-se em um processo de remediação, desde que a Usiminas S/A comprou o terreno e a Legislação ambiental de recuperação foi concedida, porém, é ilusório definir que somente a empresa e a legislação são mecanismos suficientes para a fiscalização e recuperação da praia do Saco do Engenho e da Ilha da Madeira, uma inspeção constante das esferas públicas, nesse caso representado pe-

los relatórios do INEA e com uma participação atuante da população local, são as principais formas de garantia de continuidade nas obras de recuperação do bioma local evitando assim novos problemas decorrentes desse passivo.

Aparentemente fica no esquecimento de como o impacto do passivo ambiental da Ingá foi nocivo para toda região, visto que novos empreendimentos tornam-se eminentes causadores de novos problemas ambientais na região da Ilha da Madeira, desde o início da construção dos megaempreendimentos do Porto Sudeste do Brasil S/A e o estaleiro naval PROSUB – EBN / Odebrecht. Outro problema desses novos empreendimentos na região se faz devido à alça portuária instalada na região da Ilha da Madeira (Baía de Sepetiba) que afeta de forma direta o tráfego dos barcos dos pescadores, o padrão das correntes marítimas, assim como sua vida marinha. Além do impacto mais nítido que é o paisagístico, principalmente para moradores e turistas que já conheciam a localidade.

Cabe o Alerta para que em um futuro próximo, esses novos empreendimentos, que ali também veem se instalando não tornem-se “novas Ingás”, advertindo que o atual passivo ambiental



da extinta indústria, ainda se encontra em eminente perigo de novos rompimentos tornando-se este artigo de antemão um alerta, para a atual situação riscos para a região da baía de Sepetiba e seu entorno.

6. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2002.

ITAGUAÍ. Lei 3.204 de 23 de dezembro de 2013. **Estabelece o abairramento do município de Itaguaí**. 6 de janeiro de 2014.

PUC-RJ. **Cia Mercantil e Industrial Ingá**. Certificação digital nº 0812382/CA. Disponível em : http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/Tesesabertas/0812382_10_cap_03.pdf >, acesso em : 22 de novembro 2014.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo/ SP, EDUSP, 2008

SAUER, Carl. **Morfologia da paisagem**. 1925. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, Roberto Lobato.

Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro/ RJ. UERJ, 1998.



AS FRATURAS SOCIOAMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DE MERITI, RJ: UMA ESPACIALIZAÇÃO DA CALAMIDADE

Diego de Castro Souza

Bacharel em Geografia - PUC/RIO

Este trabalho busca dar continuidade à discussão realizada no trabalho conclusão de curso: “Aqui é tudo valão, esgoto e lixão: uma análise da Vulnerabilidade Socioambiental do Município de São João de Meriti” realizado pelo autor, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

A Baixada Fluminense pode ser compreendida como uma região historicamente associada à problemas socioambientais. Edson Fialho (2004) destaca que na região, os ciclos humanos e ambientais se deram em grande descompasso, fruto de um processo de ocupação que se deu de maneira rápida e desenfreada em toda a região, na qual seus brejos, manguezais e regiões alagadas foram encarados como um obstáculo a ser vencido pela ocupação humana e não como um meio de garantia de condições adequadas de vida.

Além da crise ambiental, outra característica associada ao intenso processo de ocupação da região é a ausência de serviços adequados para estabelecimento de moradias. A população da Baixada Fluminense, se estabeleceu na região sem contar com toda sorte de serviços básicos por parte do estado, tais como: serviços de energia elétrica, pavimentação, água, esgoto, saúde, educação, construindo uma paisagem que de abandono que perdura até os dias de hoje.

Essa ausência de serviços adequados pode ser percebida quando nos debruçamos sobre dados como disponibilizados pelo Instituto Trata Brasil (2018), segundo o Ranking de Saneamento do ano de 2018, os municípios de Belford Roxo, São João de Meriti, Duque de Caxias e Nova Iguaçu ocupam respectivamente as posições: 86º, 88º, 92º e 93º em um Ranking que categoriza as maiores cidades brasileiras quanto à suas condições de saneamento básico. Tendo a Baixada Fluminense 4 (quatro) de seus municípios considerados como em piores condições em todo o país, fato que demonstra parte do quadro de calamidade socioambiental em que vive a região.

Na cidade de São João de Meriti, recorte do trabalho em tela, essa condição é ainda mais severa, sua ocupação se deu de maneira tão intensa e desordenada que nos dias de hoje, o município detém dentro de seus limites a maior densidade demográfica de toda a América Latina (IBGE, 2010). O elevado adensamento populacional do município, se manifesta em sua paisagem, que segundo o IBGE (2010) detém uma taxa de urbanização de cerca de 100%.

O quadro apresentado serviu de motivação para analisarmos a Vulnerabilidade Socioambiental existente no município de São João de Meriti por compreendermos que além das variáveis supracitadas no que diz respeito à toda região da Baixada Fluminense, a alta densidade demográfica do município impõe uma pressão ainda maior sobre seus recursos ambientais, complexificando



ainda mais nossa discussão. Que tem como objetivo geral: analisar a vulnerabilidade socioambiental existente no município de São João de Meriti, a partir da confecção de um mapa, que buscará demonstrar sobre quais áreas se localizam as populações em maior fragilidade do ponto de vista socioambiental no município. Este objetivo será atingido a partir da construção de uma caracterização socioambiental do município de São João de Meriti, que irá enfatizar além das características geográficas da paisagem do município, mapas diagnóstico de suas condições de saneamento básico.

Quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizado um levantamento e caracterização das condições histórico, socioeconômicas e ambientais do município. Visando compreender as condições socioambientais geradoras do quadro de vulnerabilidade socioambiental expresso na paisagem da cidade; posteriormente, foi realizada uma caracterização da paisagem de São João de Meriti com o uso de SIG, com o uso de dados de diferentes fontes e órgãos oficiais, como o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o CPRM (Serviço Geológico do Brasil), visando catalogar as características do sítio da cidade, suas condições geológicas e geomorfológicas, aspectos socioeconômicos e informações associadas a estruturas de saneamento, etc. Gerando a partir do cruzamento dos diferentes mapeamentos, o mapa das Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental do município de São João de Meriti, que terá seus resultados analisados junto da conclusão do trabalho.

REFERÊNCIAS

- FIALHO, E. S. (2004). Enchente, meio ambiente e planejamento: um estudo de caso no município de Duque de Caxias. Em R. d. Oliveira, *Baixada Fluminense: novos estudos e desafios* (pp. 133-148). Rio de Janeiro: Paradigma.
- INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento 2018. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/images/estudos/itb/ranking-2018/realatorio-completo.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2018.
- JÚNIOR A. C. (2013). A Paisagem da Baixada Fluminense: Uma análise na perspectiva Geoecológica. *Revista Brasileira de Geografia Física*, 195-210. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/rbgfe/article/view/232836/26831>>. Acesso em: 29 nov. 2018.
- REGO, L. F. G. O uso de sistemas de informações geográficas para o estudo do espaço geográfico. In: RUA, J. et al. (org.). *Paisagem, Espaço e Sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2007.
- SÃO JOÃO DE MERITI. (2014) Plano Municipal de Saneamento Básico de São João de Meriti – RJ. São João de Meriti: Prefeitura Municipal de São João de Meriti. Disponível em: <<http://200.20.53.7/guanabara/Content/DOWNLOAD/Planos%20completos/PMSB%20-%20SJ%20MERITI.pdf>> Acesso em: 15 nov.2018.
- SÃO PAULO. Ranking TRATA BRASIL. São Paulo. Instituto Trata Brasil, 2012. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/pdfs/relatorio-ranking.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2018.



SILVA, L. H. (Dezembro de 2013). Do recôncavo da Guanabara à Baixada Fluminense: leitura de um território pela história. *Revista de História da UNIABEU*, 3, 45 - 63.

SOARES, M. T. S. Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: *Revista Brasileira de Geografia, IBGE*, vol. 2, n. 24, 1962.

SOUTO, Adriana Branco Correia. As Comissões Federais de Saneamento da Baixada Fluminense (1910/1933). 2016. 135p Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial). Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2016.

SOUTO, Adriana Branco Correia (27-31 de 07 de 2015). Nilo Peçanha e a Primeira Comissão Federal da Baixada Fluminense: Política e Saneamento nos anos 10. XVIII SIMPOSIO NACIONAL DE HISTORIA, (p. 13). Florianópolis - SC.



AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO MUNICIPAIS DA BAIXADA VERDE: DESAFIOS E POTENCIALIDADES

Geovane Alencar Xavier Matos
Mestrando do PPGGEO - UFRJ

Recorte teórico analítico

O presente artigo visa discutir as unidades de conservação municipais da “Baixada Verde”, a baixada verde por ser intitulada, por uma demanda da secretaria estadual de turismo, a mesma criou um recorte regional da Baixada Fluminense, contendo quase todos os municípios da Baixada Fluminense, exceto os municípios de Guapimirim, Itaguaí e Paracambi, que já estão inseridos em outras regiões turísticas, respectivamente as regiões são “Serra Verde Imperial”, “Costa Verde” e “Vale do Café”. Essa regionalização visa ampliar o turismo, pois a região da Baixada Verde, contém uma das maiores taxas de preservação ambiental da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro e também conta com inúmeras áreas de conservação, por estar em uma região metropolitana, cercada de importantes rodovias sofre pressões antrópicas, as mesmas que podem facilitar o transporte do turista, também podem dificultar a preservação. De acordo com Richter et al (2018) é também neste cenário de transformações que se encontram importantes remanescentes de Mata Atlântica. Segundo o Governo do Estado do Rio de Janeiro (2017), a: A região metropolitana do Rio de Janeiro mantém 36,27% de seu território verde conservado e desse total 10,96%, ou seja, praticamente um 1/3, está na região da Baixada Fluminense. A mudança de nome, pois a Baixada Fluminense carrega estigmas, que normalmente são adjetivos pejorativos, de outros moradores de outras regiões do estado ou da própria baixada. Como a especulação imobiliária e “invasões de terras”, em zonas de amortecimento das unidades de conservação, para serem criados loteamentos ou mesmo favelização. Outras questões relevantes como falta de material humano, infraestrutura, falta de placas de atrativos turísticos e sinalizações para trilhas, que afetam parte dos ecoturistas ou potencialmente qualquer visitante ou turistas. As unidades de conservação oferecem diversos serviços ambientais e para a população. De acordo com CONSTANZA, R. et al. (1997) os serviços dos sistemas ecológicos e os estoques de capital natural que os produzem são críticos para o funcionamento do sistema de suporte à vida da Terra. Contribuem para o bem-estar humano, tanto direta como indiretamente, e, portanto, representam parte do valor econômico total do planeta. A biodiversidade e os serviços ambientais que as Unidades de Conservação promovem, são de extrema importância, e se fossem monetizados, seriam de muito valor. A riqueza da biodiversidade com várias espécies da fauna e da flora, com espécies endêmicas e os serviços ambientais que as UCs promovem como: os fluxos de matéria, energia e informação de estoque de capital natural, os bens produzidos e proporcionados pelos ecossistemas, incluín-



do alimentos, água, combustíveis, fibras, recursos genéticos, medicinas naturais; serviços obtidos da regulação dos processos ecossistêmicos, como a qualidade do ar, regulação do clima, regulação da água, purificação da água, controle de erosão, regulação de enfermidades humanas, controle biológico e mitigação de riscos; benefícios não materiais que enriquecem a qualidade de vida, tais como a diversidade cultural, os valores religiosos e espirituais, conhecimento – tradicional e formal –, inspirações, valores estéticos, relações sociais, sentido de lugar, valor de patrimônio cultural, recreação e ecoturismo; serviços necessários para produzir todos os outros serviços, incluindo a produção primária, a formação do solo, a produção de oxigênio, retenção de solos, polinização, provisão de habitat e reciclagem de nutrientes.

Metodologia ou método.

Pesquisa e levantamento bibliográfico, através de livros, revistas especializadas, jornais e sites, referente ao objeto de estudo e a temática proposta pelo autor. Entrevista com moradores que moram próximos as unidades de conservação, funcionários da prefeitura e secretários das prefeituras. Utilização de um SIG, para elaborar mapa sobre a temática proposta. Criação e estruturação da redação e do texto introdutório e as devidas observações e citações.

Resultados parciais.

As unidades de conservação, municipais da Baixada Verde, são 48 unidades todas com decreto municipais e no caso da unidade de Nilópolis protocolo por ser uma unidade, que era uma área militar. Estimasse que somente 12 unidades tem planos de manejo e as mesmas que tem plano de manejo carecem de infraestrutura, material humano, como maior contingente de guardas ambientais, funcionários administrativos, pesquisadores, trabalhadores para ajudar no reflorestamento, carecem de sinalização para o turista e para o morador das redondezas. Faltam gestores e outros profissionais, como foi mencionado. Lembrando que a própria biodiversidade oferece inúmeros serviços ambientais, que podem ser utilizados por todos. A falta de gestão em diversas escalas, e fiscalização e descaso podem ser fatores que podem tornar precários os serviços e até mesmo aumentar a degradação e o desmatamento. Da mesma forma, é preciso ainda estabelecer com maior precisão a integração das áreas protegidas com as diversas escalas de planejamento e gestão do território, hoje formalmente identificadas através dos mosaicos e dos corredores ecológicos. O próprio SNUC reconhece e consagra em seu texto a importância dessas ferramentas para o processo de gestão das áreas protegidas, porém, na prática, as experiências e os resultados são ainda muito pouco numerosos e bem avaliados (MEDEIROS 2006)

REFERENCIAS



GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. TURISMO. A baixada é verde: Nova Iguaçu, com 66%, e Duque de Caxias, com 44% são os municípios com maior percentual de área preservada.

08/08/2017. Disponível em: <http://www.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo;jsessionid=0DC8298AD7062157F534C17DEB648C59.lp>

o r t a l 2 ?
p_p_id=exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ&p_p_lifecycle=0&refererPlid=369043&exibeconteu
do_INSTANCE_2wXQ_struts_action=%2Fext%2Fexibeconteudo%
2Frss&exibeconteudo_INSTANCE_

2wXQ_groupId=369039&exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_articleId=3897988 . Acesso
10/02/2019.

AEMERJ. ICMS Ecológico. 2016, disponível em :<http://aemerj.org.br/images/pdf/icmsEcologicoDistribuicao2016.pdf> acesso em

BELCH, Israel. Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada. Rio de Janeiro: Record,
1986.

BINSZTOK, Jacob. Principais vertentes da (des)ordem ambiental. In Território, territórios Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia PPGEU UFF/AGB. 3ª ed 2007.

BRASIL. 2000. Lei 9985/00 que institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza.

CONSTANZA, R. et al. 1997. "The value of the world's ecosystem services and natural capital". Nature, volume 387, nº6230, p.253-260. Disponível em: https://www.biodiversity.ru/programs/ecoservices/library/common/doc/Constanza_1997.pdf . Acesso em 10/02/2019.

FIGUERÊDO, Maria Aparecida de. Revista geo-paisagem (on line) Ano 3, nº 5, janeiro/junho de 2004. ISSN Nº 1677-650 X Revista indexada ao Latindex. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/baixada.htm>. Acesso 21/10/2018.

FONSECA, Mônica, et. Al. O Papel das Unidades de Conservação, Scientific American Brasil, 2010

FREITAS, André Vieira. A EVOLUÇÃO DO MODELO BRASILEIRO DE ÁREAS PROTEGIDAS: CAMINHO PARA UMA ARTICULAÇÃO SISTÊMICA? Periódico Científico Projeção, Direito e Sociedade | v.6, n.2, 2015 | ISSN: 2178-6283

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. TURISMO. A baixada é verde: Nova Iguaçu, com 66%, e Duque de Caxias, com 44% são os municípios com maior percentual de área preservada.

08/08/2017. Disponível em: http://www.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo;jsessionid=0DC8298AD7062157F534C17DEB648C59.lportal2p_p_id=exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ&p_p_lifecycle=0&refererPlid=369043&exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_struts_action

= % 2 F e x t % 2 F e x i b e c o n t e u d o %
2Frss&exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_groupId=369039&exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_a
rticleId=3897988 . Acesso 10/02/2019.



UMA ANÁLISE DO USO DA RESERVA BIOLÓGICA DO TINGUÁ PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Guilherme Preto Guimarães

Mestrando do PPGGEO - UFRRJ

Edileuza Dias de Queiroz

Professora Doutora do DEGEO/IM - UFRRJ

Renato Gadioli Augusto

Graduado em Geografia - UFRRJ

Introdução

A Educação Ambiental (EA) é uma temática amplamente debatida em todas as esferas da sociedade, desde as instituições de ensino às lideranças governamentais. Nas escolas, a EA atravessa os currículos desde o início do ensino básico tendo como norte os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, entendem a EA como um tema transversal que deve ser trabalhado por todas as disciplinas.

Da mesma forma, a EA é uma exigência legal a ser implementada em Unidades de Conservação (UC), em acordo com a Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), a qual estabelece os critérios e as normas para a criação, implantação e gestão dessas Unidades. Destaca-se, dentre seus objetivos, o artigo 4º o qual estabelece que os espaços destinados à criação de UC devem

(...) XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;

XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente. (BRASIL, 2000)

Com base nestas assertivas objetiva-se, através deste, apresentar os resultados alcançados através de uma pesquisa que buscou investigar o uso da Reserva Biológica do Tinguá por uma escola de seu entorno para a promoção da EA.

Em face das diversas problemáticas enfrentadas por esta UC, partiu-se da hipótese de que a EA promovida em seu entorno encontra-se fragilizada, uma vez que a maior parte das problemáticas estão relacionadas a atividades de caça ilegal, invasão de território, captação irregular de água, entre outros problemas.

Para um embasamento teórico acerca das investigações, utilizou-se como base a Educação Crítica pois, percebe-se nesta o maior alinhamento com a questão ambiental, uma vez que acredita-se que, para que a EA seja de fato efetiva, ela deve buscar a emancipação dos sujeitos



nela envolvidos.

A pedagogia crítica pauta-se na capacitação dos agentes envolvidos no processo de ensino aprendizagem, buscando desenvolver uma compreensão crítica e consciente de sua relação com o mundo, como nos diz Vicentini ao citar Au (2011): “essa pedagogia ao desenvolver a conscientização do sujeito, auxilia na capacitação de professores e alunos a se tornarem pessoas cada vez mais conscientes de seu contexto e de sua condição enquanto ser humano” (Au, 2011 apud VICENTINI, 2015).

Desenvolvimento da Pesquisa

Para as investigações, utilizou-se de questionários aplicados a 13 professores do Colégio Estadual dos Lírios, compreendendo as diversas áreas de ensino, por enxergar a EA de acordo com os PCNs no que tange à sua transdisciplinaridade. Para além, foram observadas algumas aulas e algumas ações propostas por tais professores, a fim de alinhar os discursos escritos aos discursos práticos vividos.

O questionário estruturou-se em duas etapas: a primeira foi elaborada para traçar os perfis dos professores que aceitaram participar da pesquisa; a segunda etapa buscou investigar suas metodologias de trabalho de acordo com as propostas apresentadas.

Para a primeira parte do questionário, foram elaboradas as seguintes questões: Idade; gênero; formação (curso, instituição e ano da graduação); turmas em que atua; disciplina(s) que leciona; há quanto tempo leciona (1 – 3 anos, 4 – 6, 7 – 9, mais de 10 anos); há quanto tempo trabalha na escola (1 – 3 anos, 4 – 6, 7 – 9, mais de 10 anos).

Percebeu-se, através das respostas obtidas, que todos os professores participantes da pesquisa possuem idade superior a trinta (30) anos, e que a maioria além de ter obtido graduação antes do ano de 2010, é formada em instituição de ensino superior particular e leciona há dez anos ou mais.

A segunda parte do questionário constitui-se com questões acerca das práticas docentes em relação à EA. Para tanto, foram elaboradas as seguintes perguntas: O que é Educação Ambiental, sob seu ponto de vista? Você trabalha a Educação Ambiental em sua disciplina? Na sua opinião, em quais disciplinas pode-se trabalhar as questões ambientais? A escola utiliza a Rebio de Tinguá para trabalhar a Educação Ambiental?

Para análise desses questionários, aplicou-se a metodologia de Análise Textual Discursiva (ATD), pois se trata de uma metodologia vinculada à pesquisas qualitativas e, para além, ela Assume pressupostos da fenomenologia, de valorização da perspectiva do outro, sempre no sentido da busca de múltiplas compreensões dos fenômenos. Essas compreensões têm seu ponto de partida na linguagem e nos sentidos que por ela podem ser instituídos, implicando a valorização dos contextos e movimentos históricos em que os sentidos se constituem. Nisso estão implicados múltiplos sujeitos autores e diversificadas vozes a serem consideradas no momento da leitura e interpretação de um texto (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 80)

Buscando uma análise mais fidedigna e organizada, elaborou-se uma categorização da EA de modo a fundamentar as análises, pois “(...) no seu conjunto, as categorias constituem os



elementos de organização do metatexto que a análise pretende escrever. É a partir delas que produzirão as descrições e interpretações que comporão o exercício de expressar as novas compreensões possibilitadas pela análise” (MORAES, 2003, p.197).

Dessa maneira, buscou-se o entendimento do eixo EA de acordo com a divisão adotada por Oliveira (2012, p. 68-73), configurando-se conforme o quadro a seguir:

Quadro I: Eixo Temático Categorias e Tendências

Eixo Temático	Categorias e Tendências	
1. Concepções de Educação Ambiental	1.1 Cognitiva focada no individual	
	1.2 Romântica, preservacionista	
	1.3 Comportamentalista	
	1.4 Sensibilizadora	
	1.5 Crítica	1.5.1 Práxis
		1.5.2 Relacional
		1.5.3 Dimensão política

As categorias foram pensadas e divididas de acordo com suas características analíticas, de modo que cada qual assume uma metodologia de trabalho partindo de metodologias mais tradicionais/conservadoras à metodologia crítica. Ao analisarmos o quadro acima, o item 1.1 estaria mais direcionado às práticas conservadoras enquanto o item 1.5.3, está mais alinhado à pedagogia crítica.

Com base nas respostas obtidas buscou-se o cruzamento com a teoria das categorias elaboradas, de modo que foram identificadas cinco diferentes concepções de EA, conforme o quadro a seguir.

Quadro II: Categorias e número de unidades de análise obtidas nas entrevistas semiestruturadas com os professores da Escola Estadual dos Lírios com relação às Concepções de EA

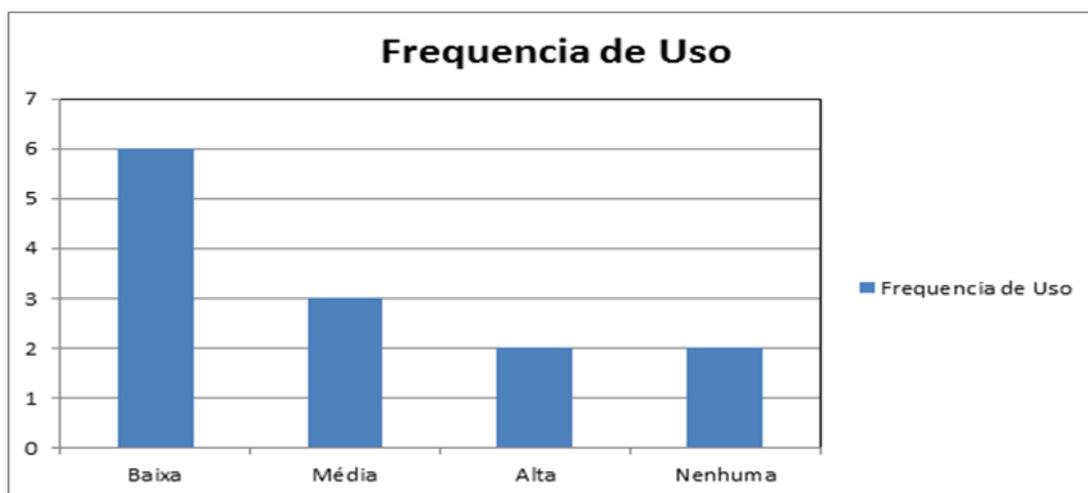


Eixo Temático	Categorias e Tendências	Nº de unidades de análise/sentido	
1- Concepções de Educação Ambiental	1.1 Cognitiva focada no individual	2	
	1.2 Romântica, preservacionista	5	
	1.3 Comportamentalista	1	
	1.4 Sensibilizadora	----	
	1.5 Crítica	1.5.1 Práxis	----
		1.5.2 Relacional	4
		1.5.3 Dimensão política	1

Fonte: Os autores, adaptado de Oliveira, 2012

No que tange ao uso da Rebio de Tinguá para a promoção da EA, percebeu-se que a maioria dos professores respondeu que faz uso deste espaço, no entanto, a frequência de uso é baixa conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 1: Frequência de uso da Rebio pelos professores ao longo do ano de 2017.



Fonte: Os próprios autores

De acordo com o referencial apresentado e com as análises dos questionários, concluiu-se que na escola em questão entre os professores que participaram da pesquisa, os quais compõem cerca de 80% do quadro docente, a maioria se aproxima mais das macrotendências conservacionista e pragmática. Outro destaque é para o uso da Rebio de Tinguá como um espaço para a promoção da EA que, apesar de ser utilizado, a frequência de uso ainda é baixa.



O alinhamento da educação, em especial a EA com a frente conservadora, conforme discutido ao longo do texto, é prejudicial ao processo de formação cidadã, uma vez que o pensamento e as práticas conservadoras buscam a manutenção da ordem das coisas como estão e, ressalte-se, de forma fragmentada, poucos são aqueles que conseguiram alcançar a liberdade em nossa sociedade, poucos são os cidadãos brasileiros.

Considerações Finais

Este breve texto objetivou apresentar os resultados alcançados na pesquisa acerca do uso da Reserva Biológica do Tinguá por um colégio de seu entorno, o Colégio Estadual dos Lírios. Percebe-se que o uso desta Unidade de Conservação por este colégio para a promoção da EA ainda é pouco explorado, apesar do mesmo está localizado a cerca de 600 metros do acesso à sede da UC. Diante dos fatos apresentados e das problemáticas levantadas, acredita-se que uma maior aproximação da sociedade à gestão da Rebio possa ser um dos caminhos para a resolução de tais problemas. Enxerga-se na escola o início desta aproximação, uma vez que neste espaço encontram-se todas as realidades sociais de seu entorno.

Referências Bibliográficas

- AU, W. Lutando com o texto: contextualizar e recontextualizar a pedagogia crítica de Freire. In: APPLE, Michael W; AU, Wayne; GANDIN, Luís A. Educação crítica: análise internacional. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos XII e XIII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília.
- MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. *Ciência e Educação*, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.
- MORAES, R; GALIAZZI, M. do C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. *Ciência e Educação*, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006.
- OLIVEIRA, A. L. de, 1985-. A perspectiva participativa para a inserção da educação ambiental crítica em escolas da Baixada Fluminense / Aline Lima de Oliveira. – 2012. 143 f.: il.
- VICENTINI, D. (org.) A Pedagogia Crítica no Brasil: A Perspectiva de Paulo Freire. In: XVI Semana da Educação: desafios atuais para a educação e VI Simpósio de pesquisa e pós graduação em educação, 2015, Londrina. XVI Semana da Educação e VI Simpósio de Pesquisa e Pós-graduação em Educação do Departamento de Educação, 2015.



RELAÇÃO ENTRE OS FATORES CONDICIONANTES E PROCESSOS EROSIVOS NO SOLO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU (RJ)

Lais Oliveira Carvalho Fontes Domingues

Graduanda em Geografia - UFRRJ

Tales Gaspar de Mattos Reis

Graduando em Geografia - UFRRJ

Sarah Lawall

Professora Doutora do DEGEO/IM - UFRRJ

1. Introdução

O Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu é considerado uma Unidade de Conservação (UC) as quais desempenham um papel fundamental no sentido de serem estudadas, diagnosticadas e preservadas, tendo como ponto de partida a não-degradação do meio ambiente (GUERRA, 2010). O Parque se estabelece em meio à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, onde a expansão da mancha urbana exerce uma pressão sobre essa área natural. Essa especificidade faz com que os gestores tenham dificuldade para controlar o uso pelos moradores do entorno, causando impactos ambientais principalmente no solo pela retirada da vegetação em trilhas irregulares e para pastagem que geram modificações nas propriedades físicas e consequentemente a degradação do mesmo, por processos erosivos.

A erosão, tema recorrente nos estudos Geográficos, pode ser classificada, antes de tudo, como um processo natural, e que compreende um fenômeno de desagregação, remoção e transporte de partículas (ou fragmentos) provenientes dos solos e rochas, pela atuação de agentes como a água, vento, gelo ou até mesmo organismos (plantas e animais) (IPT, 1986). Neste caso a erosão pode implicar na diminuição das condições edáficas do solo, a interrupção do fluxo gênico entre espécies e comprometer o uso do Parque pelos visitantes. Neste sentido as práticas e pesquisa e planejamento podem subsidiar o melhor controle dos impactos nessa Unidade de Conservação.

Desta forma, objetiva-se analisar a natureza dos fatores condicionantes que geram os processos erosivos observados nos solos do Parque Natural municipal de Nova Iguaçu (PNMNI).



2. Materiais e Métodos

A área de estudo localiza-se no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, conforme mostra no mapa apresentado na Figura (1), é uma unidade de conservação (UC's) de proteção integral que compõe o grupo de UC's, que cobrem o Maciço do Marapicu-Gericinó-Mendanha, entre os municípios de Nova Iguaçu e Mesquita. A criação do Parque se deu também pela necessidade de proteção de um sistema hidrológico muito importante para a região, integrante da Baía de Guanabara.

Essa área é caracterizada por vários ciclos de exploração e uso do solo, contudo foi declarada como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, homologada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1992 (OLIVEIRA, 2013). O parque protege os remanescentes presentes no maciço junto com outras Unidades de Conservação, como a APA Gericinó-Mendanha. Ela está na Zona de Amortecimento e atua como um grande cordão na proteção entre a área *core* do parque e os municípios do entorno que fazem pressão pela expansão urbana. Essa APA sofre com queimadas, intensificadas pelas condições climáticas em períodos secos do ano, que combinadas com as ações antrópicas, potencializam esses focos de incêndios. Além disso, outro processo que pode agravar a degradação do solo é o pisoteio, tanto por atividade pastoril como em trilhas irregulares.

Após o reconhecimento das características do entorno do Parque, o trabalho se encontra na fase de reconhecimento, mapeamento e caracterização das feições em campo. Foram feitas fotografias das feições previamente identificadas de imagens do GoogleEarth, com o intuito de classificá-las com base nos estudos do Instituto de Pesquisa Tecnológicas de São Paulo. Com os dados levantados no último estágio da pesquisa propomos aplicar um método de mitigação que envolva pelo menos uma feição erosiva.

3. Resultados e Discussão

Na terceira etapa da pesquisa foi realizado o trabalho de campo ao PNMNI, onde foi identificado diversas áreas degradadas por intermédio de agentes erosivos, sobretudo a erosão hídrica que se destaca por ser um dos maiores responsáveis pelo processo em áreas de clima tropical, com altos índices pluviométricos no verão, neste caso a chuva se configura como o principal agente erosivo nesta região (GUERRA, 1999). Dentre o grupo de feições erosivas que se obser-



vam, temos nas encostas e em trilhas a presença de sulcos e ravinas atrelado a curva de nível. Os topos dos solos expostos no parque são condicionantes no avanço da erosão sobre essa área, que somado à erosividade (GUERRA, 1999) e a erodibilidade (ARAUJO, 2009) determinam o nível das taxas de erosão no solo dessa UC.

As duas incisões previamente levantadas por intermédio das imagens do Google Earth, foram identificadas in situ no percurso da trilha da “Rampa do Voo Livre”, é importante ressaltar que nesta área do Parque há um grande fluxo de pessoas para variados tipos de usos. A trilha é realizada na vertente Norte onde o seu acesso é permitido livremente por todos, além de ser a área mais próxima da área urbanizada dentro da zona de amortecimento do PNMNI. O Sulco Figura (3) encontrado no percurso com alta declividade e próximo à curva de nível, corresponde a uma incisão de um pouco mais de 20 cm, nota-se na imagem o processo de desgaste e selagem do solo provocado pelo pisoteio, contribuindo para o arraste de sedimentos para as partes mais baixas da encosta. A Ravina Figura (2) encontrada também durante o percurso, apesar de estar em uma área com um pouco mais de vegetação ao redor, apresenta um cisalhamento em “V” estreito com profundidades de até 1,5 m podendo chegar em alguns pontos até 1,60 m.

Ambas feições demonstram o poder da ação combinada dos fatores condicionantes atuantes sobre o solo, onde se destacam a retirada da cobertura vegetal pela ação antrópica, que também pode ser vista na abertura de trilhas irregulares e nas áreas de pastagens na zona de amortecimento, portanto é importante ressaltar a importância da preservação dos topos dos solos, pois apesar do processo ser de ordem natural observa-se a ação acelerada, que compromete as diversas dinâmicas dessa área natural pela perda de fertilidade do solo no desgaste provocado.

Considerações Finais

A pesquisa visa contribuir com o estudo sobre áreas naturais, sobretudo o PNMNI que traz uma grande importância histórica-geográfica para a região. Disso soma-se a importância de se compreender os processos erosivos sobre os solos que podem ser grandes responsáveis pela perda da biodiversidade do PNMNI.



5. Figuras e Tabelas

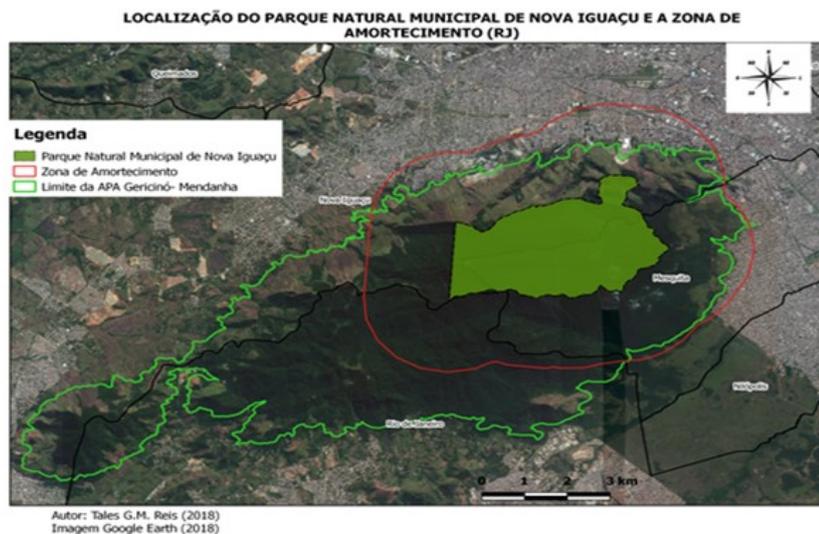


Figura 1: Mapa da localização do PMNNI e Zona de Amortecimento



Figura 2: Ravina



Figura 3: Sulco

6. Referências

- ARAUJO, G. H. S. ALMEIDA, J. R.; GUERRA, A. J. T. **Gestão Ambiental de Áreas Degradadas**. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 320 p.
- GUERRA, AJT. O Início do Processo Erosivo. In: **Erosão e Conservação dos Solos**. Orgs. AJT, 1999. P. 17-55.
- GUERRA, A. J. T. Processos erosivos nas encostas. In: GUERRA, Antônio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Org.). **Geomorfologia: exercícios, técnicas e aplicações**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Cap. 4. p. 139-152.



INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS - IPT. 1986. **Orientações para o combate à erosão no Estado de São Paulo, Bacia do Peixe – Paranapanema.** São Paulo. 6 V. (IPT. Relatório, 24 739). (CP; ME).

OLIVEIRA, F. L.; DA COSTA, N. M. C. PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU: Um peculiar patrimônio geológico-geomorfológico na Baixada Fluminense, RJ. **História, Natureza e Espaço-Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF**, v. 2, n. 2, 2013.



FEIRAS AGROECOLÓGICAS COMO ESPAÇO DE DIÁLOGO DE SABERES EM NOVA IGUAÇU (RJ)

Mariane do Rosário Silva

Graduanda em Geografia - UFRRJ

INTRODUÇÃO

As feiras agroecológicas são espaços em que os feirantes agricultores conseguem tirar sua renda monetária com a venda de seus produtos próprios (ou de cooperativas). Entretanto, esta relação entre estes sujeitos com os frequentadores e com o espaço vai além da visão mercadológica. Nelas há a dinâmica que ocorre através do diálogo dos saberes dos produtores entre eles e com os frequentadores, ressignificando aquele espaço através desse conjunto de ações.

A Agroecologia perpassa entre o saber científico e o tradicional, aglutinando-os através das práticas em produção. Porém, a questão pouco visibilizada neste estudo é a importância das feiras agroecológicas como um dos condicionantes para a expansão deste conhecimento e dos saberes atrelados a ele, a fim de trazer novos adeptos ao consumo dos produtos agroecológicos. Essa defasagem é percebida na área da Baixada Fluminense, em que há espaços para as feiras agroecológicas, no entanto, há pouca adesão de grande parte da população.

Portanto esta pesquisa tem como objetivo geral compreender as feiras agroecológicas como espaço de diálogo de saberes tradicionais entre agricultores/feirantes e frequentadores; e como objetivos específicos explicar a Agroecologia como ciência e prática que promove a conservação ambiental e a qualidade alimentar; Identificar a utilização do espaço para feiras agroecológicas como lugar para diálogo de saberes; verificar os benefícios do diálogo de saberes para propaga-los e multiplicar os adeptos da produção agroecológica em Nova Iguaçu (RJ). Para a execução desta pesquisa os espaços escolhidos para campo são a Feira da Roça (Praça Rui Barbosa, Centro, Nova Iguaçu –RJ) e a Feira da Agricultura Familiar do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ.

RECORTE TEÓRICO ANALÍTICO

O conceito de Agroecologia surge através do movimento da agricultura alternativa na década de 1970 como distinção e contestação ao modelo dominante da revolução verde, o qual foi difundido massivamente dos países centrais para os países periféricos. Nesse novo modelo de manejo alternativo, a preocupa-



ção dos conteúdos vai além da técnica agrícola e começam a refletir também sobre a questão social no espaço rural brasileiro, concomitantemente surgem nos âmbitos não governamentais e nos espaços institucionais, associações e da vinculação dos projetos à políticas públicas e universidades, novos movimentos políticos pautando demandas ecológicas sobre as dimensões ecológicas-ambientais e sociais sobre a agricultura brasileira e nesse contexto, na década de 1990, surgem os primeiros movimentos da Agroecologia no Brasil (Costa, 2017, p.59-80).

A Agroecologia, segundo o agrônomo Miguel Altieri, “trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (2004, p.23) e esta ciência/prática objetiva trabalhar com sistemas agrícolas complexos em que as interações ecológicas e sinergismos criam a fertilidade do solo, a produtividade e a produção das culturas (Altieri, 1987, apud ibid). O autor supracitado defende que “[...] a Agroecologia enfatiza as inter-relações entre seus componentes [dos agroecossistemas] e a dinâmica complexa dos processos ecológicos” (Altieri, 2012, p.105). Diferenciando-se dos agrossistemas comuns,

Os agroecossistemas são comunidades de plantas e animais interagindo com seu ambiente físico e químico que foi modificado para produzir alimentos, fibras, combustíveis e outros produtos para consumo e utilização humana (Altieri, 2012, p.105)

O agrônomo salienta a importância do conhecimento camponês sobre os ecossistemas, o qual gera estratégias produtivas de uso de solo, dentro de limites ecológicos e técnicos, e com isso a autossuficiência alimentar de determinadas comunidades da região (Toledo et al, 1975, apud Altieri, 2004, p.26). Para ele, “a sustentabilidade não é possível sem a preservação da diversidade cultural que nutre as agriculturas locais” (p.26), logo, a cultura está diretamente ligada aos modos de produção de alimentos sustentáveis, destacando a preservação cultural de povos e agriculturas tradicionais que mantêm relações simbióticas com a natureza, o vínculo estabelecido entre eles por gerações e como isso beneficia no cuidar da terra.

Nessa perspectiva, o modo camponês se caracteriza pela priorização dos saberes e das experiências familiares de produção, contato com pessoas, coletividade na produção, solidariedade comunitária e relações afetivas e simbólicas com o meio em que se produz, onde as famílias se diferem da produção capitalista dominante pela característica da mão de obra familiar para reprodução social, e não por fins lucrativos, de acordo com Carvalho e Costa (2012, p.26). Desse modo, o auto reconhecimento dos camponeses como agricultores familiares influi na visibilidade de sua existência em que torna-se

[...] termo de mobilização política referenciador da construção de diferenciadas e institucionalizadas adesões a espaços políticos de expressão de interesses legitimados por essa mesma divisão classificatória do setor agropecuário brasileiro (agricultura familiar, agricultura patronal, agricultura camponesa); como termo jurídico que define a amplitude e os limites da afiliação de produtores (agricultores familiares) a serem alcançados pela categorização oficial de usuários reais ou potenciais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996). (Neves, 2012, p. 34).



A Feira da Roça e a Feira da Agricultura Familiar, onde são expostos e vendidos produtos agroecológicos oriundos da área delimitada como Baixada Fluminense, ocorrem em espaços públicos, em que estes caracterizam-se como lugares

“[...]onde os problemas se exprimem tensões, o conflito se transforma em debate e a problematização da vida é posta em cena [...] constitui, por isso, uma arena de debates, mas também um terreno de reconhecimento e de inscrição dos conflitos sociais (Gomes, 2015, p.24).

Desse modo, estes espaços, são lugares onde se instituem o debate, a visibilidade e o reconhecimento aos problemas, em que podem surgir soluções e compromissos (ibid, p.25). A partir desta análise, é perceptível a concretização destas características através do diálogo de saberes presente nos espaços das feiras agroecológicas, em que se visibilizam a problemática do ínfimo incentivo e apoio governamental à produção de alimentos que respeite as relações sociais e ambientais do processo em detrimento do modelo de produção do agronegócio.

O diálogo de diferentes atores que constroem este espaço promove o fortalecimento e a permanência da pequena produção agroecológica. O fluxo dos saberes tradicionais dos agricultores/feirantes entre eles e seus frequentadores tornam-se um ato de resistência cultural (ainda que a agricultura seja esquecida como tal devido ao processo de industrialização desta), da qualidade nutricional, das relações humanas, da biodiversidade e conservação ambiental.

Esta afirmação constata a importância dos agricultores para a prática dos estudos agroecológicos. Não apenas como mão de obra e experimento, mas como agentes fundamentais para essa prática, atrelando nela seus saberes e conhecimentos sobre o campo. Esta junção promove a construção da racionalidade ambiental, que Enrique Leff denomina como saber ambiental que, segundo o autor, “[...]problematiza o conhecimento fragmentado em disciplinas e a administração setorial do desenvolvimento, para construir um caminho de conhecimentos teóricos e práticos orientado para a rearticulação das relações sociedade e natureza” (2008, p.145).

Conforme o autor supracitado, esse conhecimento se estende além do campo de articulação das ciências para abrir-se ao terreno dos valores éticos, dos conhecimentos práticos e dos saberes tradicionais, atrelados às práticas tradicionais de manejo dos recursos naturais e às ciências e técnicas que servem de suporte às estratégias do desenvolvimento sustentável (ibid., p.145-150). A vinculação do conhecimento científico, no caso específico da Agroecologia, com os saberes tradicionais e ambientais, somente é possível, segundo Paulo Freire, através da comunicação entre os agentes representativos desses conhecimentos para que a contribuição da ciência incida de modo assertivo sobre a sociedade, enfaticamente os agricultores (Freire, 1988).



METODOLOGIA

A metodologia aplicada se baseia na obra de Michel Thiollent “Metodologia da Pesquisa-ação” (2011), de acordo com o autor

[...]é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo e participativo. (THIOLLENT, 2011, p.20).

As etapas para a construção da pesquisa foram:

- A) Levantamento dos materiais teóricos selecionados e adicionais, efetuando a revisão teórica da aplicabilidade destes na temática proposta;
- B) Trabalho de campo, realizados através do acompanhamento das feiras, avaliando o volume de frequentadores destas e a relação dos sujeitos (frequentadores-agricultores/frequentadores) que utilizam esses espaços. Ao final são analisados os resultados do relatório de campo;
- C) Aplicação de questionários aos agricultores/feirantes e aos frequentadores, que serão pré-estabelecidos com perguntas sobre dados pessoais como nome, idade, ocupação profissional, a importância da feira e da Agroecologia para eles e como eles descrevem a sua relação com os sujeitos e o espaço em que são realizadas as feiras. Apesar da definição das principais perguntas surgem outras espontaneamente, de acordo com o diálogo. Os dados são analisados qualitativamente e articulados com o relato de campo e com o referencial teórico.

RESULTADOS PARCIAIS

A Feira da Roça, que opera desde 2006 com a venda de produtos de agricultores familiares do município de Nova Iguaçu, possui grande número de frequentadores, principalmente pela sua localização na Praça Rui Barbosa (local de grande fluxo devido à proximidade com o Calçadão). Os agricultores dialogam constantemente entre eles e com seus fregueses sobre os produtos, política, vida pessoal, dicas sobre saúde, plantio e cuidado de animais.

A Feira da Agricultura Familiar opera desde o dia 13 de março de 2018 no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, com cerca de 6 feirantes e com a mesma dinâmica da dialogicidade dos saberes. Entretanto, a maior diferença comparada a feira supramencionada é a adesão dos sujeitos que frequentam a Universidade. A diferença do público adepto à feira e aos tipos de produtos são muito distintos, algo percebido também pelos feirantes, em que os mais jovens procuram produtos de consumo imediato e os mais velhos, geralmente servidores da instituição, procuram os produtos para preparo doméstico, algo que influi no balanço de vendas deles.



Os resultados ainda não foram fechados pois esta pesquisa está em processo de construção como Monografia de conclusão de curso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, M. Agroecologia: objetivos e conceitos. In: _____. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4 ed., Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004, p.23-28;

ALTIERI, M. Agroecologia: Princípios e estratégias para o desenho de sistemas agrícolas sustentáveis. In: _____. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3 ed., São Paulo Rio de Janeiro: Expressão Popular, ASP-TA, 2012, p.103-116;

COSTA, M. B. B. **Agroecologia no Brasil: histórias, princípios e práticas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular. 2017;

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 9 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988;

GOMES, P. C. C. Espaços públicos: um modo de ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E. (et al). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.19-41;

LEFF, E. A formação do saber ambiental. In: LEFF, H. **Saber ambiental: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 6 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.145-154;

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 18 ed., São Paulo: Cortez, 2011.



ANÁLISES DO PROGRAMA VOLUNTARIADO NO PARQUE NATURAL MUNICIPAL DE NOVA IGUAÇU-RJ

Renato Gadioli Augusto

Graduado em Geografia - UFRRJ

Guilherme Preto Guimarães

Mestrando do PPGGEO - UFRRJ

Ester Ribeira Moreira

Graduanda em Geografia - UFRRJ

Gabriel Mandes D'Ávila

Geaduando em Geografia - UFRRJ

Edileuza Dias de Queiroz

Professora Doutora do DEGEO - UFRRJ/IM

Introdução

Dentre os principais problemas que envolvem as Unidades de Conservação localizadas em áreas urbanas, destacam-se o uso irregular destes espaços, a caça ilegal, até mesmo o loteamento de áreas para fins de construção de moradias ou de cultivo de pequenas plantações. Acredita-se que os principais fatores ligados a estes problemas estão relacionados ao desconhecimento da população local acerca da importância que essas Unidades têm para o seu entorno.

Partindo desta hipótese, foi feito um trabalho voluntariado de monitoramento no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, o qual buscou analisar os perfis de seus visitantes bem como dos moradores da sua zona de amortecimento a fim de traçar um plano de ações para minimizar algumas problemáticas.

Pretende-se, através deste, apresentar os caminhos trilhados bem como alguns resultados produzidos a partir das pesquisas e dos trabalhos de extensão que foram coordenados pela a professora Edileuza Queiroz (DEGEO-IM-UFRRJ), resultando em parte de sua tese, concluída no ano de 2018 na Universidade Federal Fluminense.

O Parque

Conforme o plano de manejo, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI) foi criado pelo Decreto nº 6001, de 5 de junho de 1998 visando não somente à proteção da fauna e flora existentes,



do espaço o conforto, segurança, oportunidades de lazer e educação ambiental, bem como assegurar a realização de atividades de fiscalização e pesquisa, tornando o frequentador um aliado na luta pela manutenção da Unidade, além de ampliar o campo de pesquisa sobre a área explorando com competência e racionalidade suas potencialidades naturais, históricas e culturais.

O PNMNI está localizado na Baixada Fluminense e o acesso principal à sua sede se dá pelo o município de Mesquita, onde sofre grande pressão da população do entorno que tenta avançar em direção às dependências do Parque com moradias irregulares. Além da pressão urbana, o Parque sofre com o preconceito que muitas vezes é alimentado com as falas da própria população do entorno que afasta os visitantes com o discurso de que não é um local seguro para visitação. A Baixada Fluminense sofre esse estigma de ser um local ruim onde não se encontra nada de bom, mas esse estigma   derrubado quando estamos em uma Unidade de Conserva o (UC) como o PNMNI, como relata Queiroz (2018):

Ao ser entrevistado em março de 2016, um morador das proximidades do PNMNI, fez a seguinte coloca o quando perguntado sobre a UC: “Nem parece que estamos na Baixada Fluminense...”. Isto demonstra o sentido pejorativo que a região carrega, tendo em vista, também, o desprezo que vem sendo dado pelo poder público, desde o período da ocupa o até os dias atuais. (QUEIROZ, 2018, p. 48).

O PNMNI   uma unidade de conserva o com grandes potenciais biológicos, hídricos e geológicos, que sofreu e ainda sofre com a intensa extra o de minérios rochosos do local, com duas grandes pedreiras em sua zona de amortecimento imediata, a pedreira Vign  desativada em 2014, que hoje abriga o Shopping de Nova Iguaçu e a pedreira Santo Ant nio em exercício há 66 anos. A forma o de seu corpo hídrico que já foi fonte de abastecimento para a popula o do bairro Caonze, o que contribuiu fortemente para a cria o do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, como cita Queiroz (2018):

[...] observamos que o recurso hídrico foi fundamental para a cria o do Parque. E a água continua sendo o principal atrativo, uma vez que o uso público para o lazer se d  em fun o dos poços e pequenas quedas d’água localizados ao longo do rio Dona Eug nia. (QUEIROZ, 2018, p. 57).

Sendo um dos principais atrativos do parque, as cachoeiras bem como os poços que se formam ao longo do curso d’água chegam a receber cerca de mil visitantes aos finais de semana durante o período de intenso calor. Com base nestes dados, instalou-se um programa voluntariado o qual buscou integrar saberes acadêmicos   gestão do Parque, de modo a analisar o uso deste espaço na busca por estabelecer a oes que direcionassem a um uso mais proveitoso e menos danoso às suas áreas de reserva.



O Projeto

O programa voluntariado buscou trabalhar, entre outros aspectos, a importância do voluntariado e da integração da sociedade com o Parque. Pensa-se que, quanto maior o sentimento de pertencimento por parte dos moradores locais - principais frequentadores do Parque - maior o cuidado e a preservação do que se tem ali.

Para tanto, foi proposto aos voluntários a divisão em equipes, buscando trabalhar com a comunidade de maneira que atingisse o maior público possível. Sendo assim, os voluntários foram divididos em quatro equipes: 1) gestão, que ficou responsável pela parte burocrática do projeto, envio de memorandos, ofícios, arquivamentos dos relatórios, etc.; 2) educação ambiental, que focou nas escolas do entorno do parque que se situam dentro da comunidade; 3) monitoramento, que trabalhou a percepção dos frequentadores do parque e buscou formas para iniciar ali uma educação ambiental com estes frequentadores, e; 4) mutirões, que consistiram na junção das três equipes juntamente à equipe gestora do Parque e alguns moradores locais para realizarem trabalhos de limpeza, melhorias de acesso às cachoeiras bem como das trilhas, entre outros serviços em busca de melhorias para o Parque.

Objetiva-se, através deste, descrever as atividades do grupo de monitoramento e na busca pelo entendimento acerca de como o trabalho voluntário pode contribuir aos espaços públicos que mesclam o usufruto público e a preservação ambiental.

Participaram efetivamente, durante o tempo em que o programa foi desenvolvido, cerca de nove voluntários no grupo de monitoramento, apesar de em alguns momentos participarem quatorze membros. Dentre esses, participaram graduandos dos cursos de História, Pedagogia e Geografia do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (IM - UFRRJ), o que enriqueceu muito as propostas de atividades para o grupo devido à interdisciplinaridade estabelecida durante os debates.

A primeira ação do grupo de monitoramento foi a de reconhecimento do local, a fim de elaborar um plano dedicado aos serviços que deveriam ser realizados com maior urgência. Foi constatado, junto à administração, a falta de cuidado e responsabilidade de grande parte dos utilizadores do parque. Outro ponto importante era a necessidade de um campo, para reconhecimento do local.

Para maior entendimento acerca do contexto do entorno do Parque, foi necessário um estudo sobre a percepção ambiental dos moradores que o circunvizinham. Para isso, foram desenvolvidos trabalhos de campo e entrevistas com esses moradores a fim de traçar um perfil de uso e pertencimento do/ao local. A partir destes trabalhos, observou-se a necessidade de uma aproximação dos moradores com o parque para o desenvolvimento da percepção, por parte desses, sobre a importância da existência de uma área ambiental em uma região altamente urbanizada.

O primeiro campo de reconhecimento ocorreu no setor norte, a partir da administração, para identificar os principais pontos atrativos e para a observação das atividades dos frequentadores, onde foi identificado que os pontos de maior procura, em dias de calor, são os poços e quedas d'água, e em dias mais ame-



nos, uma alta procura para atividades físicas (caminhadas e corridas). Mesmo com dias de tempo fechado e com chuva, também foi identificada a presença de banhistas, alertando-nos para a necessidade de advertências nas abordagens, principalmente para perigos de enxurradas e cheias dos poços.

Já no setor mais a oeste, onde a vegetação é mais escassa e a aproximação de residências é mais intensa, foram identificadas atividades distintas. O local tem alta utilização religiosa, onde ocorrem cultos e orações de denominações cristãs. Outras atividades muito comuns, principalmente aos fins de semana, são o *mountain bike* e o *motocross*, devido a declividades e pistas acidentadas, além da prática de vôo livre, já que no alto da serra possui uma rampa de decolagem, sendo considerado pelos pilotos um dos vôos mais radicais do Brasil, devido à possibilidade de vôos por *lift* e boas formações de térmicas mais para a zona urbana (quase que no “pé” da serra). Outro atrativo turístico é o suposto vulcão extinto existente no maciço. Também foi identificado no decorrer da caminhada, a utilização do espaço para atividades econômicas, como criação de gados e plantações de bananas. O gado, por muitas vezes, se encontram soltos no espaço, e podem apresentar perigo para os frequentadores, em especial quando acompanhadas por bezerros. Por muitos momentos fomos surpreendidos por encontros com estes animais e equinos soltos.

Com posse destes dados produzidos em campo, elaborou-se um planejamento visando uma abordagem direta na guarita do parque, onde eram realizadas entrevistas e conversas com o intuito de estimular uma utilização do espaço de forma consciente. O grupo se organizou em escala de três voluntários por dia durante os finais de semana (sábados e domingos) pois são dias com maior circulação, de maneira que a escala se repetia a cada quinze dias.

Essa atividade de abordagem ocorreu nos fins de semana dos meses de outubro e novembro do ano de dois mil e dezesseis (2016) – exceto em dias de fortes chuvas – nos horários de 8h até 12h. Foram abordados frequentadores de diversas localidades, mas em especial das comunidades próximas, bem como outros municípios da região metropolitana. O perfil destes frequentadores se caracteriza, em geral, por famílias que estão a procura de lazer. Já os ciclistas e praticantes do voo livre variam de localidades. Foi relatado por eles, que o circuito da Serra do Vulcão é um dos mais admirados pelos praticantes de *mountain bike* e voo livre, o que faz aumentar a procura dessa região para essas atividades.

Um dos maiores incômodos durante as atividades do grupo foi a baixa participação dos moradores das comunidades do entorno em mutirões e nos assuntos internos do parque. Percebe-se uma falta de interesse e de sentimento de pertencimento, além do desconhecimento da existência do parque por parte dos moradores do entorno.

Para tentar sanar essa situação, foi necessário sair do interior do Parque e partir para o corpo a corpo nas comunidades. O objetivo era divulgar o trabalho voluntário e os mutirões para os moradores da comunidade. Para tanto, foram feitas panfletagens na região da Coréia – bairro de acesso à administração do parque, localizado na cidade de Mesquita – durante o mês de dezembro convidando a comunidade para o



mutirão. Para além, efetivaram-se abordagens diretas com moradores para divulgar o parque e o trabalho voluntário que estava em curso, iniciando um trabalho acerca da importância de um parque, como o de Nova Iguaçu, para a região.

Foi constatado exatamente o que é percebido através das entrevistas com moradores que frequentam o Parque: a inexistência do sentimento de pertencimento e identidade, além do medo dos acessos, uma vez que, além de todos os estigmas produzidos acerca da região da Baixada Fluminense, há uma acentuação desse estigma no que diz respeito ao entorno do Parque com relatos de confrontos armados na disputa pelo território.

Conclusões

Em conversas durante todo o trabalho realizado, percebemos a urgência de se trabalhar com Educação Ambiental em todas as esferas da sociedade pois, percebe-se que a maior parcela desta sociedade desconhece a importância de se preservar o pouco do “verde” que ainda nos resta, e acreditamos que através da EA podemos ter um resultado mais positivo no que tange à esta preservação (no sentido de cuidar).

O grupo prevê continuar com as estratégias acima mencionadas, acreditando que uma aproximação com a comunidade e a sensibilização seja de grande importância junto a administração do Parque, os voluntários e o poder público para a manutenção dessa riqueza da Baixada Fluminense.

Referências

PREFEITURA DA CIDADE DE NOVA IGUAÇU - Plano de manejo extensivo do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, vols. I, II, III. ABTEC Engenharia Sanitária e Ambiental Ltda - Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu - Instituto Estadual de Florestas - Fundo Estadual de Controle Ambiental, Nova Iguaçu, 2000.

QUEIROZ, Edileuza Dias de - Uso Público No Parque Natural Municipal De Nova Iguaçu: Trilhando Entre Possibilidades e Dificuldades - Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense - Niterói, 2018.



PROPOSTA DE ESTUDO FENOMENOLÓGICO NA FLONA MÁRIO XAVIER: PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS FUNCIONÁRIOS E USUÁRIOS DA FLONA MÁRIO XÁVIER - SEROPÉDICA – RJ

Vitor Abreu – Discente do curso de Geografia da UFRRJ – e-mail: vitor.faculdade@hotmail.com

Karine Bueno Vargas – Docente do curso de Geografia UFRRJ – e-mail: karinevargas@gmail.com

1. Introdução

A Floresta Nacional (FLONA) Mário Xavier é uma unidade de conservação localizada na Baixada Fluminense, inserida no município de Seropédica, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo a única Flona do estado. A cidade dista 75 km da capital do estado, e faz divisa com os municípios de Queimados, Japeri, Itaguaí, Nova Iguaçu, Paracambi, Japeri e Rio de Janeiro. Em 2017 Seropédica foi apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como o 31º município mais populoso do estado, contando com uma população estimada em 84.416 mil habitantes, e uma área de 283.794 km².

A Flona Mário Xavier está localizada a 1km de distância do centro de Seropédica (km 49) e a 4 km da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e, do Centro de Pesquisa da EMBRAPA/Agrobiologia e da Estação Experimental de Seropédica da PESAGRO-Rio, que possuem grande importância no cenário do ensino superior e da pesquisa nacional. A entrada principal desta unidade se dá pela BR 465 (antiga Rio São Paulo) km 51, sendo cortada pelo Arco Metropolitano do RJ e pela Rodovia Presidente Dutra (BR 116).

A Flona Mário Xavier definida e regulamentada pela Lei 9.985/00 que corresponde ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), sendo uma área de vegetação mista (nativa e exótica) destinada a conservação, e protegida por lei. A unidade se enquadra na categoria de uso sustentável e tem como objetivo geral: o manejo e o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais, além da pesquisa científica com ênfase em métodos para exploração sustentável e conservação vegetal, o que permite conciliar a preservação da natureza com seu uso sustentável, incluindo atividades de coleta e uso dos recursos naturais de forma assegurar a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos. As Flonas têm o papel de assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis dos diferentes habitats, populações e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, a fim de preservar o patrimônio biológico existente.

As FLONAS dispõem de um conselho consultivo, formado por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e representantes da comunidade. O órgão responsável pelas FLONAS é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) criado em 2007, autarquia federal que sucedeu ao IBAMA na competência de gerir as unidades federais de conservação da natureza (art. 3º da Lei n.º 11.516/2007).

A história da FLONA inicia-se em 1945, quando é inaugurado o Horto Florestal de Santa Cruz para fins de



desenvolvimento madeiro e tecnológico, pelo governo Getúlio Vargas com uma área de aproximadamente 1250 ha, porém anos mais tarde a área foi reduzida para 750 ha, havendo mudanças em sua nomenclatura ao longo dos anos. Durante o anos de 1970, já nomeada por Estação Florestal de Experimentação de Santa Cruz passou a se chamar Estação Florestal de Experimentação Engenheiro Agrônomo Mário Xavier, em homenagem ao importante trabalho do engenheiro florestal Mário Figueiredo Xavier que administrou a unidade por muitos anos - E em 08/10/1986 a área é transformada em Floresta Nacional Mário Xavier através do Decreto Federal n.º 93.693, abrangendo uma área de 496 ha, sob administração do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, que posteriormente é transformado no Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, incorporando objetivos de caráter econômico e social.

Como observado já são quase um século de história desse espaço, sendo portanto uma floresta construída, onde inúmeros funcionários se dedicaram por esta área, e criaram vínculos afetivos, ainda mais que no passado os funcionários podiam morar dentro da unidade, sendo facilmente encontrado memórias vivas desse passado pelas ruas de Seropédica, e nos municípios ao entorno. No entanto nos deparamos com muitas pessoas que desconhecem dessa história e desconhecem a área como Flona, tendo a designação de horto ainda muito forte para os moradores mais antigos do município.

Dessa forma, o presente trabalho apresenta uma proposta de estudo para esta unidade, que resultará no trabalho de conclusão de curso de graduação em geografia com defesa prevista para o fim de 2019. A pesquisa pretende reconhecer as diferentes percepções ambientais dos usuários e funcionários da Floresta Nacional Mário Xavier, identificando e caracterizando os locais topofílicos e topofóbicos presentes na unidade, bem como identificar os vínculos afetivos dos usuários/visitantes com esta área.

2. Metodologia

O trabalho iniciou-se com a revisão bibliográfica, tendo como base principalmente os autores: Yi-Fu Tuan; Gil; e Santos. Yi-Fu Tuan (2012) afirma que a percepção de um indivíduo quanto ao lugar em que vive, ou um outro lugar qualquer, é moldada tanto pelo meio social quanto pelo meio físico, e que em ambas circunstâncias a percepção é condicionada principalmente pelas vivências e experiências que cada ser traz consigo previamente. Dessa forma, optou-se por desenvolver trabalho de campo com a aplicação de questionários quali-quantitativos com 12 perguntas a serem respondidas pelos diferentes usuários/visitantes da Flona Mário Xavier, sendo previstas visitas a unidade 2 dias da semana no primeiro semestre, correspondendo aos dias de atuação do projeto de extensão "Guarda Compartilhada Flona Mário Xavier".

A passagem do campo filosófico para o campo empírico nos estudos de caráter fenomenológico exige que as estruturas percebidas sejam reunidas e agrupadas, a fim de se obter um conjunto de estruturas essenciais que dirão respeito aos diferentes sentidos das vivências ambientais do grupo de participantes, possibilitando uma generalização lógica dessas estruturas, visto a variedade de respostas que se pode obter graças a amplitude e heterogeneidade desses grupos (Giorgi, 2008, p. 401).

3. Resultados Parciais



Influenciada pela corrente filosófica conhecida como Fenomenologia, a percepção ambiental, se atenta a subjetividade existente entre a paisagem e o sujeito, valorizando a noção de espaço como algo construído a partir dessa relação pessoal. O emprego de tal método, prioriza a atitude filosófica ou fenomenológica olhando “para” o que habitualmente olhamos “por intermédio”, ao invés de adotar uma atitude dita natural (que observa o mundo como algo dado) (Sokolowski, 2004, p. 59). A origem da concepção fenomenológica se deu na transição do século XIX para o século XX pelo filósofo e matemático alemão Edmund Husserl, sendo adaptada posteriormente a outras áreas de conhecimento. Como proposto originalmente por Husserl, essa corrente epistemológica tem por objetivo estudar a manifestação dos fenômenos a consciência humana de acordo com as diferentes experiências individuais (Bello, 2004).

Como declarado por Pickles (1985), Holzer (1998) e Nogueira (2008), no campo da geografia humanista, mais especificamente na área da percepção ambiental, a fenomenologia é utilizada de maneira implícita. Por seu caráter de investigação filosófica (direcionado ao raciocínio individual), se faz necessário o emprego rigoroso e direto do método, a fim de se obter resultados sérios para pesquisa empírica. A transposição do método filosófico para o método empírico passou a ser esboçado de maneira gradual e especial pelo campo da Psicologia, no início do século XX passando a ser abordado com mais frequência em meados do mesmo (MOREIRA, 2002; ANDRADE E HOLANDA, 2010).

Experiências que consideram não apenas a percepção, mas também as lembranças, a imaginação e a reflexão pessoal que constituem atos da nossa estrutura transcendental (Bello, 2004). A partir dessa linha de pensamento, o geógrafo Yi-Fu Tuan cria nos Estados Unidos, os conceitos de topofobia e topofilia.

O primeiro, trata-se do sentimento de rejeição por um determinado lugar, que se desenvolve a partir das experiências e vivências do observador naquele local. Enquanto que o segundo, topofilia expressa a ideia de amor atribuído a determinado lugar pelo observador, sendo este um sentimento estritamente particular, que leva em consideração o sentido e o significado atribuídos aquela paisagem, “o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal” (TUAN, 1983, p.5).

A percepção ambiental da comunidade e de todos os envolvidos com a Flona Mário Xavier podem contribuir como uma importante ferramenta de apoio a políticas públicas e a gestão do meio ambiente, subsidiando um processo participativo para uma gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade, dessa forma o uso da fenomenologia ambiental se torna uma importante base teórica a embasar a presente pesquisa.

4. Considerações Finais

A proposta de estudo apresentada acima, cujo os procedimentos metodológicos e as reflexões foram compartilhadas, tem se mostrado um bom caminho para compreensão de múltiplas percepções ambientais dos usuários da Flona Mário Xavier. As perspectivas são que no futuro a pesquisa auxiliará no desenvolvimento de políticas públicas para a gestão consciente do ambiente, além da elaboração de projetos para a aproximação da comunidade de Seropédica. O município sede da unidade carece de espaços adequados para o lazer, e também de paisagens naturais preservadas, por isso é



importante entender a perspectiva dos visitantes, assim como a percepção dos funcionários e estudantes que estão na FLONA MX, para que em um trabalho conjunto possa ser desenvolvido, buscando fomentar o sentimento de pertencimento dos usuários a fim de melhorar a conservação desta área.

5. Referências Bibliográficas

BARBOSA, Lucas e SOUZA. Percepção ambiental e fenomenologia: possibilidades de adaptação do método e alguns exemplos de pesquisas.

SOUZA, R. L. N. Restauração da mata atlântica: potencialidades, fragilidades e os conflitos ambientais na Floresta Nacional Mário Xavier, Seropédica/RJ

TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.



30 SEMINÁRIO
DE ESTUDOS
CONTEMPORÂNEOS
SOBRE
**BAIXADA
FLUMINENSE**

História e Cultura Regional



XERÉM, PANDEIRO E PENTECOSTALISMO

Artur Costa Lopes

Doutor em Musicologia - UFRJ

Este é um recorte de uma pesquisa que ocorre desde 2014, oriunda de uma motivação específica, frequente nas aulas de música em que ministro. Quando apresento – ao pandeiro – um baião, ou um gênero similar e peço para as estudantes adivinharem qual o ritmo, imediatamente gritam: “ritmo de igreja”. A fim de desvendar porque usam tal denominação, passei a visitar igrejas evangélicas e organizar uma revisão de literatura a respeito do tema, buscando compreender em que medida o pandeiro pode ser considerado um elemento da cultura pentecostal, quais condições são mais propícias para seu uso e como ocorre a relação entre sua produção sonora e o corpo da igreja.

Segundo esta investigação, intenta-se esboçar conclusões oriundas da observação e diálogo com os sujeitos íntimos do campo. Como ela é realizada *in loco* e inclui análises fora do campo, segundo Ingold (2016), ela apresenta elementos de uma investigação etnográfica. Entretanto, na categorização de Clifford (1998), ainda que o presente trabalho se valha de um conjunto de vozes em formato polifônico (BAKHTIN, 1997), não está configurada como de autoria plural, já que meu papel é o de editor final. A proposta é problematizar as ideias à luz de interpretações minhas e dos sujeitos íntimos do campo.

As principais características das igrejas analisadas exibem uma divisão relativamente significativa entre o secular e o sagrado, liberdade ritual, fidelidade institucional dos membros e discurso da Teologia da Prosperidade. Por isso, foram de grande importância debates acerca da cultura *gospel* (CUNHA, 2007) e de teologias neopentecostais (MARIANO, 2014). Estas ideias forneceram estímulo para reflexões sobre práticas realizadas nos cultos e compreensão da estruturação de ações, transversais a muitos templos observados em outras partes de Duque de Caxias, que denominei de pentecostalismo de periferia.

A noção de periferia tem relação direta com escritos de Ginzburg (1989), que aponta para a valorização de fenômenos aparentemente marginais, como ritos de fertilidade ou de casos obscuros, protagonizados pelos pequenos e pelos rejeitados. Ao privilegiar estes segmentos



excluídos, situados em zonas de clivagem, ele faz emergir conflitos entre configurações socioculturais. Problematizando a relação centro-periferia para além de binômios, revela que a dedução de que centro produz a cultura e a periferia é uma extensão encontra-se na ordem tautológica, e amplia as dificuldades de análise ao invés de superá-las. Portanto, a periferia, aqui, não é entendida apenas como um grupo que reproduz padrões de uma elite do centro, ou teria conotação simplesmente geográfica ou política, mas dentro do contexto da circularidade cultural, que, portanto, também detém poder de autoria em diferentes circunstâncias, mesmo que discriminado e subjulgado.

Nesta pesquisa, o ambiente acústico é de suma importância para a compreensão do contexto cultural, pois pode destacar elementos que talvez passem despercebidos por estudiosos de outros campos.

Assim, este texto foi formulado segundo a noção de trabalho acústico (ARAÚJO, 1992), uma forma de análise que, além de levar em consideração o escopo sonoro interligado aos demais acontecimentos dentro de um espaço/tempo, pretendem compreender como esta paisagem foi construída. Ou seja, que elementos compõem a acústica pretendida como objeto de pesquisa e como o "trabalho", no sentido da construção, é realizado.

As opções metodológicas foram: gravações em áudio e vídeo, fotografias, e, num período concomitante ao campo (porém também fora dele), diálogos com interlocutores, busca por literatura próxima ao tema e materiais disponíveis na internet. Assim, foi possível organizar transcrições destes materiais, como de entrevistas e alguns toques dos pandeiros. Além disso, os cultos semanais foram privilegiados em detrimento dos dominicais, já que o pandeiro - como único instrumento - está mais presente nestes encontros. Com relação ao contato com os interlocutores, vale destacar que eles ocorreram de três maneiras distintas. 1 – músicos e musicistas evangélicos(as) que, em algum momento vivenciaram a utilização do pandeiro; 2- pandeiristas que tocam nas igrejas analisadas; 3 – membros (não são instrumentistas) das igrejas analisadas.

Parte da zona urbana do 4º Distrito de Duque de Caxias (recorte espacial escolhido) começou a ser constituída como zona de ocupação mais intensa no final da primeira metade do século XX, a partir de um projeto político do período do presidente Getúlio Vargas (SOUZA, 2002), que visava criar a Cidade Motor, no qual foram construídas vilas operárias e regiões de abastecimento de alimentos para a fábrica e redondezas. Este processo de ocupação gerou diversos atritos, sobretudo com relação a disputas territoriais entre Estado, posseiros e grileiros. Atualmente, seu território é formado por latifúndios, que estão cedendo lugar ao crescente polo industrial e di-



Nas igrejas sempre há alguém que toca pandeiro, não como um leigo, mas como um instrumentista que conhece os códigos interpretativos do contexto em que está inserido, alguém que sabe as convenções dos corinhos cantados pela membrasia. Quem se propõe a tocar, geralmente tem conhecimentos prévios a respeito de como conduzir uma música, com propriedade da linguagem do instrumento. Mas como esta experiência é adquirida? Existem práticas para o uso do pandeiro que se repetem nas diferentes igrejas observadas? Quais os gêneros mais executados? Estas perguntas foram geradas no seio do campo, que não ficou restrito às igrejas pentecostais de Xerém, também foi desenvolvido na minha vivência como professor de música em escolas municipais do Rio de Janeiro, como citado na introdução. De antemão, nota-se que a oralidade e a “vivência cultica” foram as formas mais significativas de aprendizagem, observadas e relatadas pelos interlocutores.

Conversei com dois pandeiristas (dois homens, um de 65 anos e outro, de 44 anos) que atuam em Xerém, dois estudantes (faixa etária de dez anos) de música de uma escola pública do Rio de Janeiro, e cinco membros evangélicos(as), músicos e musicistas em sua maioria. A opção de organizar um diálogo entre estes três grupos foi exibir as visões de diferentes idades e bagagens culturais, uma vez que em Xerém não tive oportunidade de observar nenhuma criança tocando pandeiro, fato que não é muito comum, pois, conforme vão aprendendo, aos poucos ganham oportunidade de atuar no culto. Embora o pandeiro seja visto, por alguns, com certo preconceito, também é valorizado, seja pelo seu “toque empolgante”, ou por ser o único instrumento que caracteriza o espírito pentecostal do “fogo” regido pelo Espírito Santo, como observado em diversos relatos.

Segundo Cunha (2007), os músicos *gospels* podem ser classificados em duas grandes áreas: cantores (artistas) e ministérios. O primeiro grupo é composto por cantores cujo trânsito no meio evangélico é maior. Eles se apresentam constantemente em espaços fora da igreja e são reverberados pela mídia *gospel* e secular, ademais, não possuem fidelidade a apenas uma denominação evangélica. O segundo é formado por grupos presentes nos cultos dominicais, porém, também estão nas mídias evangélicas e, por vezes, realizam saídas.

Os/as pandeiristas e outro(a)s instrumentistas (principalmente violonistas) que atuam em suas comunidades não estão contemplados nas características destacadas acima. Embora eles/elas estejam relacionados/das aos ministérios, suas participações normalmente são solitárias. Além disso, não conduzem o louvor, acompanham-no, fato comprovado durante as performances que, na maioria das vezes, são iniciadas pela voz e, posteriormente, o/a pandeirista participa.



Ainda que o acompanhamento possa ser considerado uma forma de condução, optei por esta afirmação levando em consideração o modo “improvisado”, e muitas ocasiões, de atuar dos(as) músicos e musicistas apoiadores. Ou seja, na maioria dos casos, não há uma seleção previa do repertório e eles e elas esperam o(a) cantor(a) começar para iniciar sua performance. Deste modo, elaborei uma terceira classificação, a de (músicos/musicistas) apoiadores(as) (LOPES, 2016).

A escolha por esta classificação também apresentou outros argumentos: Os/as apoiadores (as) se distinguem das outras duas categorias por três particularidades: 1 – Não estão no mercado fonográfico; 2 – Não fazem parte de nenhum grupo “fixo” da igreja. 3 – São presença constante em cultos dominicais e semanais. No entanto, esta categorização não contempla somente os/as pandeiristas, uma vez que muitos violonistas também retratam estas características. Outro dado constatado foi que a maior parte dos músicos e das musicistas apoiadores(as) é “formada por pessoas da terceira idade” (LOPES, 2016: 161).

Em todas as fases da pesquisa os pandeiros analisados tinham pele de nylon. Esta escolha está pautada em duas suposições: baixo custo para aquisição; proporciona alto volume. Além disso, observou-se que a maioria das músicas executadas com voz e pandeiro, podem ser categorizadas por derivações de forró, samba e bolero. Ele foi observado sozinho e em conjunto. Em algumas situações houve mais de um pandeiro (2 ou 3), em outras, ele atuava junto a um playback ou com outros instrumentos (LOPES, 2016). Verificou-se que a maneira de tocar não variava muito com relação ao gênero sexual, normalmente executado com as duas mãos, em constante movimento e sempre tocado com bastante força, que demanda do(a) instrumentista considerável vigor físico.

Este instrumento atua em uma posição dúbia, considerado, “titular e reserva”, já que em algumas igrejas estão presentes apenas em cultos semanais ou reuniões nas casas. Quando o culto é maior, ele até pode ser utilizado, mas não recebe a mesma atenção que outros instrumentos da banda, sendo considerado algo que pode atrapalhar o conjunto. Esta última situação pode causar alguns conflitos, principalmente quando o conjunto musical é de fora (visitante), como destaca Adriano Pimentel: “O único problema é o seguinte: você pode ir lá com sua banda na igreja tudo ensaiado (...) e você apresenta o louvor, adoração, tudo, tudo tranquilo, mas se tiver um irmãozinho com o pandeiro na mão, ele vai querer tocar com você. Mas no resto o pandeiro ajuda mesmo”.

Outra questão, diz respeito à tradição pentecostal. Ainda que o uso pandeiro caracterize um caso de hibridismo cultural, para muitos evangélicos(as) ele é considerado um símbolo de que a igreja é atrasada, utiliza práticas de “macumba” (mesmo com forte atuação contra segmen-



tos afro-brasileiros) ou “de velho”, mesmo que tenha um grande número de jovens participando. Logo, em concordância com Ginzburg (1989), o que pode ser considerado atraso pode ser também uma resistência coerente por parte de quem atua nestas práticas periféricas.

Do ponto de vista do trabalho acústico verificou-se que a construção de conflitos de discursos a respeito da utilização do pandeiro o transformaram, pelo menos no recorte espacial da pesquisa, num elemento de identidade do pentecostalismo de periferia. Pessoas de fora, inclusive, podem reconhecer alguns tipos de toque, e, evangélicos(as) consideram este instrumento uma característica deste segmento, independentemente de concordarem ou não com seu uso. Deste modo, o resultado sonoro do uso do pandeiro e a em(anti)patia que este instrumento recebeu dos fiéis, pode ser fruto da capacidade humana universal de transformar o mundo sensível em objetos humanizados (ARAÚJO, 2013). Neste sentido, a prática dos(das) pandeiristas na igreja pode ser analisada como um fazer musical que seria capaz de gerar status social ao(à) praticante, mas, ao mesmo tempo, coloca-lo(la) em uma posição inferior a outros(as) músicos e musicistas. Sobre este assunto, ainda vale mencionar que, nas igrejas observadas, muitos(as) pandeiristas não tocavam outros instrumento, e quando estavam aprendendo, ou quando há possibilidade de troca, o pandeiro era deixado de lado.

Referências

ARAÚJO, Samuel. *Acoustic Labor in the Timing of Everyday Life; A Historical-Ethnographic Approach to Samba in Rio de Janeiro (1917-1988)*, Ph.D. Dissertation, Musicology Division, School of Music, University of Illinois at Urbana-Champaign, 1992.

_____. Entre muros, grades e blindados: trabalho acústico e práxis sonora na sociedade pós-industrial. *El Oído Pensante*, vol. 1, n. 1, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

CUNHA, Magali do Nascimento. *A explosão gospel: Um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação*. Porto Alegre, v. 39, p. 404-411, set.-dez. 2016

LOPES, Artur Costa. *A música como instrumento para o diálogo inter-religioso*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.



PESQUISAR COM UM COLETIVO DE MULHERES PRODUTORAS CULTURAIS NA BAIXADA FLUMINENSE: EFEITOS SOBRE NÓS

Camilla Cristine Ignácio Ferreira

Graduanda em Psicologia - UERJ

Giovanna Marafon

Professora Doutora do PPFH - UERJ

Neste trabalho nos propomos a apresentar o campo da pesquisa que iniciamos com o interesse de investigar processos, relações de gênero e reinvenções feministas na Baixada Fluminense ao acompanhar as produções de um coletivo de mulheres produtoras culturais. Elas estão envolvidas com festivais de rock, com cineclubes e promovem a participação de mulheres diretoras e atoras no cinema, bem como viabilizam a realização de oficinas e laboratórios feministas voltados à arte, à história e à cultura locais. Possuem um canal do Youtube¹, no qual disponibilizam vídeos de festivais anteriores e duas temporadas de programas audiovisuais com a divulgação de seu modo de pensar, fazer e reivindicar direitos culturais e direitos das mulheres a vidas dignas na periferia.

Percebemos, no entanto, que para levar à frente nosso interesse de pesquisa, seria importante abordarmos nossas implicações com esse campo e falarmos de onde vemos e pensamos a singular aproximação com a Baixada. Estamos em uma universidade pública com um campus em Duque de Caxias, a Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Somos duas mulheres pesquisadoras: uma professora do ensino superior na formação de professores e na pós-graduação interdisciplinar em ciências humanas; e uma estudante de Psicologia no campus central da universidade na capital fluminense.

Por implicação, entendemos que não há neutralidade científica e, portanto, não a almejamos. Diferentemente, com a referência da Análise Institucional (Lourau, 1993), aprendemos que é preciso pôr fim a essas ilusões e trabalhar com a implicação no campo da investigação, entendendo que qualquer observação é feita dentro (e não fora do campo) e que as intervenções modificam, alteram o que pesquisamos e nós mesmas, ou seja, também nos transformamos com o

¹ Trata-se do Canal RoquePense: <<https://www.youtube.com/user/roquepense>> Acesso em 23 de março de 2019.



pesquisar. Se implicadas sempre estamos, então é importante analisar essas implicações e utilizá-las como matéria do trabalho. Para nós, inspiradas pela sugestão de Roberta Romagnoli (2014), é importante analisar as relações de poder, inclusive as que nos atravessam. Ao abordarmos as implicações, fazer aparecer as instituições, aquilo que nos constitui e que passa por naturalizações, trata-se então de estranhar para problematizar, transformar (relações) para conhecer, tensionar formas instituídas e forças instituintes de outros modos de fazer, pesquisar e produzir (na) cultura. Junto a esse movimento, precisamos também estar atentas às sobreimplicações, àquilo que nos faz repetir as naturalizações, os automatismos e a reiterar o mesmo que, ao não se perceber, bloqueia o que emerge como diferença.

Por isso, compreendemos que existe um movimento da pesquisa com as mulheres produtoras culturais na Baixada que passa por nós mulheres pesquisadoras. Hoje, ao escrever sobre feminismos, é impossível pensar o campo como algo homogêneo. Os movimentos acontecem a partir de histórias muito diferentes e, portanto, possuem objetivos e razões também diferentes. Na condição de professora universitária, proveniente do interior do sul do Brasil, as questões das vidas das mulheres se impunham desde muito cedo, porém, eram outros sujeitos, em outras latitudes, com histórias outras. Chegar a ser professora de psicologia da educação na Baixada Fluminense, região nunca antes habitada, mas já transitada como psicóloga em atividades de militância profissional em cidades como Nova Iguaçu e Belford Roxo, construiu uma memória de acontecimentos em que há espaço para discussões mais habituais na capital, desejadas e almeçadas na Baixada, onde aparecem mais escassas, entre outros motivos, pelas dificuldades nos transportes, pelos conservadorismos, pela dificuldade de articulação de profissionais e políticas públicas, tais como saúde mental, educação (inclusiva), assistência social e o campo dos direitos de crianças e adolescentes e LGBT's.

Enquanto ouvia de muitos colegas da formação psi que sempre habitaram a cidade do Rio de Janeiro e, geralmente, locais muito específicos em zonas privilegiadas de sul a norte (sem o oeste na maioria das vezes): “o que você vai fazer na Baixada?”, escutava também o incentivo de colegas moradores e/ou trabalhadores da Baixada acerca desse território: “há muito que fazer na Baixada!” e que havia redes importantes de afeto e relações que mereciam ser conhecidas/ integradas. Fazer parte do quadro docente da FEBF desenhou, desde 2015, uma paisagem nova, em contato com atmosferas diferentes daquelas já conhecidas. Rapidamente fez redimensionar a referência que sobrecodifica a Baixada como lugar de pobreza e violência e sem produção cultural. O antigo Ciep em que se localiza a FEBF, no bairro da Vila São Luís em Duque de Caxias apresentou colegas professoras e professores que conheciam a Baixada e muitos desenvolviam pesquisas pertencentes ao território, com as marcas dele.

Um colega envolvido com a rádio contava dos shows de rock na região e não tardou a contar das “minas do rock”, as produtoras do Rock Pense! Surpresa e descoberta para quem havia gostado muito do gênero musical rock ainda na juventude sulista, onde se ouvia bandas estrangeiras e dominadas por homens, não raras vezes pela cultura machista, protagonizada por homens nas músicas, nas letras, no estilo,



na organização, no esquadramento espacial. Mulheres fazendo rock e produzindo variações culturais em uma geografia que sabíamos, inclusive pelos relatos de estudantes das licenciaturas, oferecia poucas opções artísticas e culturais para lazer e fruição. Muitas e muitos estudantes sequer sabiam dos shows, dos festivais, das oficinas e discussões, por que também entre suas famílias circula o temor de que sair à noite na Baixada pode ser perigoso, e assim as vidas e suas possibilidades muitas vezes se reduzem. Mas e se elas e eles soubessem o que faz o Roque Pense!? E se soubéssemos? E se pesquisássemos?

Um projeto de pesquisa era necessário, concorrer a editais e selecionar uma estudante de graduação para a iniciação científica. Enquanto estudante cotista da graduação na UERJ, o encontro com a pesquisa que passei a integrar, e que se propunha a investigar a produção cultural de mulheres da Baixada Fluminense, foi algo completamente novo para mim, pois apesar de ser moradora da Zona Norte do Rio de Janeiro, e de ter estudado em escola pública por quase toda a minha vida, as referências que eu tinha sobre feminismo sempre foram distantes dessa realidade, e da realidade das mulheres que passaram pela minha vida.

Até começar a fazer iniciação científica nesse processo de pesquisa, apesar de estar geograficamente próxima da Baixada Fluminense (mais precisamente de Caxias), estava muito distante quanto a conhecer os movimentos que aconteciam e acontecem lá, e igualmente distante de narrativas e movimentos que dessem voz a minha história, e de tantas outras mulheres. Os movimentos sociais, que envolvem uma grande produção cultural que dá voz à Baixada dificilmente chegam na capital, o que fez com que eu desconhecesse completamente uma realidade mais próxima da minha, bem como a possibilidade de se produzir diferentes discursos, que estivessem mais próximos à minha realidade.

Acredito que a importância de um movimento de mulheres, declaradamente feminista e antirracista, que emerge de um coletivo de mulheres na Baixada, com o objetivo de chegar principalmente em pessoas da Baixada e da periferia, se dá exatamente aí, na construção de um movimento próprio, com a articulação de vozes das próprias necessidades, desejos e histórias de vida. Foi a partir do contato com a pesquisa, e com tantas leituras diferentes sobre os diversos feminismos possíveis, que pude entrar em contato também com meus próprios processos. Percebi que as teorias e leituras que havia tido contato até então diziam respeito principalmente a um feminismo branco que, em partes, enquanto uma mulher branca, me contemplavam, mas que não dialogavam e não representavam as lutas e as vidas de tantas outras mulheres não brancas.

O mergulho no estudo dos feminismos tem sido crítico por fazer perceber a importância do deslocamento das perspectivas mais tradicionais, as que ainda se centram em um olhar de supremacia branca nos estudos feministas. É inegável que as experiências de mulheres negras e brancas, no Brasil, são diferentes e desiguais. Muitas vezes e há muito tempo, como bem apontaram Flavia Rios e Alex Ratts (2010), retomando a história e a produção de Lélia Gonzalez, a liberdade das mulheres brancas se assenta e assentou na exploração de classe e de raça de outras mulheres que não dispõem dos mesmos privilégios.

Para reparar isso, um (des)aprendizado constante em vias de sempre se efetuar é fazer calar a branquidade, a referência classe média escolarizada e universitária repleta de teorias de como o mundo funciona ou deveria funcionar, os ideais de família higiênica, cisheteronormativa, que se instalou e habita recôn-



ditos pontos de nossa formação subjetiva, entre tantas formas dominantes que nos constituem. É uma desaprendizagem quanto a relações raciais que nos constituíram sem que muitas vezes percebêssemos as desigualdades, também por que de algum modo habitávamos zonas de conforto e privilégio. A branquidade ou branquitude, tal como nomeou Lia Vainer Schucman (2014), toma essa referência enquanto um ideal, identidade racial normativa, em meio à qual brancos não costumam pensar a si mesmos na manutenção e legitimação das desigualdades raciais. Por isso há necessidade de aprender novas gramáticas, de experimentar no corpo a abertura a outras possibilidades de relações raciais e valorização da negritude.

Desse modo, pesquisar feminismos hoje torna-se uma estratégia ética e política de produção de conhecimento situada, encarnada, parcial e localizada, conforme proposto por Donna Haraway (1995). Os saberes da universidade podem muito bem se compatibilizar com os saberes ativistas e feministas, de modo a produzir uma partilha de conhecimentos e o diálogo entre diferentes localizações e visões parciais, pensando em epistemologias feministas, no plural: negras, não-brancas, periféricas, trans, lésbicas, não binárias. Isso porque resta a evidenciar que não se pode falar no gesto da pesquisa como neutro. Nesse sentido, portanto, a pesquisa não é somente gesto epistemológico, é também necessariamente ético e político, pois comporta uma política de produção de conhecimento, em que a construção de conhecimentos permite desconstruir relações de poder existentes e também rearticular posições de voz e visibilidade. E é uma política de escrita, que se ocupa de colocar em análise o modo como se escreve, a rede de autoras que se tece, as histórias muitas vezes ainda não contadas.

Referências

- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.5, p. 07-41, 1995.
- LOURAU, Renné. *Lourau na UERJ: Análise Institucional e práticas de pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- RIOS, Flavia e RATTIS, Alex. *Lélia Gonzalez*. São Paulo: Selo Negro, 2010.
- ROMANGNOLI, Roberta C. O conceito de implicação e a pesquisa intervenção institucionalista. *Psicologia e Sociedade*, 26 (1): 44 - 52, 2014.
- SCHUCMAN, Lia V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia e Sociedade*, 26 (1) p. 83-94, 2014.



ANÁLISE DO POTENCIAL DOS ATRATIVOS CULTURAIS DE MAGÉ

Daiane Estacio da Silva
Graduanda em Turismo - UFRRJ
John Wesley Pina da Silva
Graduando em Turismo - UFRRJ
Laissa Pacheco dos Santos
Graduanda em Turismo - UFRRJ
Isabela de Fátima Fogaça
Docente do PPGPACS - UFRRJ

Introdução

O município de Magé encontra-se na região da Baixada Fluminense, localizada no estado do Rio de Janeiro. O município faz parte, juntamente com outros mais 9 (nove), da recém região turística denominada de Baixada Verde. Com os seus mais de 400 anos de trajetória, Magé apresenta além de belezas naturais, devido sua proximidade com a Serra dos Órgãos e da Baía de Guanabara, grande apelo histórico e cultural no que diz respeito ao patrimônio local e suas narrativas. Por consequência, o desenvolvimento da tipologia turismo histórico e cultural apresenta-se viável se bem planejado.

O processo de planejamento turístico exige reflexão sobre uma realidade em que questões problemáticas precisam ser minimizadas para que também potencialidades sejam maximizadas. A inventariação, coleta de informações relevantes para o desenvolvimento da atividade turística, proporciona que o planejador tenha uma visão ampla dos elementos que compõem a oferta turística. Neste caso, com relação somente aos recursos culturais materiais e imateriais, Magé demonstra diversidade e versatilidade.

A etapa de diagnóstico é fundamental para o processo do planejamento do turismo, é a etapa que sucede o inventário turístico. No diagnóstico, diversos especialistas de variadas áreas são convocados para proporcionar contribuições através de uma análise situacional, que é viabilizada por intermédio do levantamento de dados. Na análise do ambiente interno os pontos fortes e fracos são apontados, já no ambiente externo as oportunidades e os riscos são identificadas. Podemos entender como ambiente interno, uma destinação turística, uma região ou até mesmo um atrativo. O ambiente externo pode ser compreendido como uma destinação turística ou um atrativo com perfil semelhante ou que gere competição (FILHO, FOGAÇA, 2014)

Diante do exposto, o objetivo do trabalho é apresentar o inventário turístico dos recursos culturais do município de Magé, assim como uma análise estratégica desses potenciais atrativos culturais.

Metodologia

Os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do inventário turístico dos recursos culturais e de uma pós análise estratégica, baseou-se na utilização dos formulários do Ministério do Turismo, que são indicados a serem utilizados no processo de inventariação. Esta etapa iniciou com a observação mais o preenchimento prévio ainda na pesquisa de gabinete, e se estendeu às incursões a campo ao município de Magé feita pelos autores, que ocorreu no mês de Maio de 2018.

O método de análise SWOT, é uma análise de cenário e se divide em ambiente interno (Forças e Fraquezas) e ambiente externo (Oportunidades e Ameaças). As forças e fraquezas correspondem a situação atual de um ambiente. As oportunidades e ameaças são previsões e estão relacionadas a fatores externos (DANTAS;MELO, 2008).



Tabela 1:
Atrativos Cultu-

Análise SWOT -
rais de Magé

Ambiente Interno	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Recursos culturais com grande potencial turístico;</p> <p>Recursos culturais protegidos pelo INEPAC;</p> <p>Diversidade de tipologias de recursos culturais pelos distritos do município</p> <p>Vínculo de alguns recursos culturais, em determinados distritos, com o patrimônio natural de Magé, desta maneira gerando grande beleza cênica</p> <p>Proximidade entre os recursos culturais, em alguns distritos, possibilitando assim a implementação de circuito turístico/Cultural</p> <p>Fácil acesso, em alguns distritos, aos recursos culturais por vias importantes da cidade</p> <p>Recursos culturais viáveis a interpretação do patrimônio cultural</p> <p>Menção de políticas públicas direcionada à cultura no plano diretor do município (objetivos, Diretrizes e estratégias).</p> <p>Menção de políticas públicas para o patrimônio histórico e cultural no plano diretor do município (objetivos, diretrizes e estratégias)</p>	<p>Falta de acessibilidade aos recursos culturais.</p> <p>Falta de sinalização de acesso e turística</p> <p>Má conservação dos recursos culturais e da área circundante dos mesmos.</p> <p>Dificuldade de acesso de alguns recursos culturais, localizados em áreas muito fechadas</p> <p>Falta de dados disponibilizados pela secretaria de cultura do município</p> <p>Falta de integração da secretaria de cultura com as demais secretarias do município.</p> <p>Desconhecimento da importância de diversos recursos culturais espalhados pelo município</p> <p>Não proteção de importantes recursos culturais como INEPAC e IPHAN.</p> <p>Ausência de pessoas instruídas nos recursos culturais</p> <p>Não existe um calendário de eventos</p> <p>Não existência de uma legislação municipal de proteção ao patrimônio histórico e cultural</p> <p>Não existência de uma legislação de incentivo e fomento à cultura</p>

Ambiente Externo	
Oportunidades	Riscos
<p>Valorização dos recursos culturais através da fomentação do turismo</p> <p>Geração de renda para os moradores por meio do turismo cultural</p> <p>Atração do segmento de turismo cultural e histórico</p> <p>Incentivo a autoestima e geração do sentimento de pertencimento através do contato instruído entre moradores e o patrimônio cultural local;</p> <p>Grande possibilidade de integração entre os recursos culturais e naturais em alguns distritos de Magé gerando assim roteiros etnoecológicos;</p> <p>Proximidade com a capital do RJ, implementando assim roteiros culturais integrados;</p> <p>Melhoria da questão social com a criação de cursos profissionalizantes voltados à área do turismo cultural</p> <p>Participação na população local na conservação dos recursos culturais através do exercício da educação patrimonial;</p>	<p>Destruição dos recursos culturais materiais</p> <p>Desaparecimento de manifestações culturais importantes para o município</p> <p>Perda da demanda para cidades concorrentes</p> <p>Insatisfação com a oferta turística existente</p> <p>Restrição da possível demanda turística devido a falta de acessibilidade e de pessoas instruídas nos recursos culturais</p> <p>Risco de uma forte descaracterização do patrimônio cultural existente</p> <p>Perda da oportunidade de exercitar a educação patrimonial e a interpretação do patrimônio cultural com os moradores e turistas;</p>



Resultados

Através dessa investigação foram levantados por volta de 87 (oitenta e sete) itens relacionados ao eixo cultural em todo território do município de Magé. Dentre eles, igrejas e capelas históricas, festas tradicionais, ruínas e entre outros locais de memória e manifestação cultural. Apesar da grande relevância histórica dos elementos inventariados, muitos deles se encontram em estado de abandono, sem respaldo da administração poder público. Um exemplo desse descaso é a estação de Guia de Pacobaíba, a estação ferroviária mais antiga do país, que corre o sério risco de se tornar uma ruína. Estes fatos limitam a composição de uma rica oferta turística e que, de modo frequente, resulta na drástica descaracterização ou até o desaparecimento de alguns dos atrativos.

Além disso, através da análise SWOT, foi possível destacar outras questões negativas como a falta de sinalização, acessibilidade e legislação de suporte a cultura. Isso prejudica não somente o desenvolvimento do turismo, mas também pode gerar a exclusão de uma série de outras oportunidades possíveis por meio desses recursos; não só na direção do aspecto econômico, mas também no educacional; esses são riscos que aos poucos já têm sido percebidos ao passar do tempo. Por outro lado, observa-se também os pontos positivos que o município possui com relação a esses atrativos, como uma rica oferta de itens compondo a temática cultural e histórica, com variadas características que possibilitam uma série de oportunidades para o desenvolvimento desse tipo de turismo na região.

Referência

Dantas, Nathallye Galvão de Sousa; Melo, Rodrigo de Sousa. O método de análise SWOT como ferramenta para promover o diagnóstico turístico de um local: o caso do município de Itabaiana / PB. **Caderno Virtual**. Vol. 8, N° 1 (2008)

Fonseca Filho, Ari da Silva; Fogaça, Isabela de Fátima. **Planejamento do turismo**. v. 1. / Ari da Silva Fonseca Filho, Isabela de Fátima Fogaça – Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2012. 260 p. ; 19 x 26,5 cm.



MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS, CIDADE DA BEIJA-FLORES: A IDENTIDADE CARNAVALESCA A SERVIÇO DA POLÍTICA LOCAL

Enderson Albuquerque

Doutorando pelo PPGEU - UERJ

Algumas cidades são conhecidas através de atributos externamente relacionadas a elas como uma atividade econômica, uma festa cultural ou o fato de ser cidade natal de alguma celebridade. No caso específico de Nilópolis, sua difusão está associada ao fato de ser sede da agremiação carnavalesca Beija-Flor. Do mesmo modo que uma empresa, dependendo da dimensão de suas atividades e importância para a composição do PIB municipal apresenta considerável peso decisório sobre as políticas públicas estabelecidas em âmbito municipal, instituições culturais podem igualmente exercer essa influência. Nesta perspectiva se desenvolve o presente artigo.

Bonnemaison (2002, p.101-102) por sua vez, assevera que “é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se exprime a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço”. Assim, o caso da Escola de Samba Beija-Flor é emblemático por mostrar com uma instituição plasmou uma identidade em um espaço, nesse caso o nilopolitano. Dessa forma, ambicionamos discutir como essa identidade foi construída e os desdobramentos desse movimento para a correlação de forças no citado município.

A metodologia empregada consistiu na revisão de literatura sobre os conceitos envolvidos na pesquisa e em levantamentos de dados junto a instituições como o IBGE e o TCE, além de sites e revistas especializadas em carnaval. O caminho de investigação escolhido para o trabalho foi o da lógica da descoberta orientada pela questão central a qual a seguinte discussão: Qual o papel desempenhado pela escola de samba Beija-Flor para o exercício e a expansão de poder da referida família no contexto de Nilópolis? Tal questionamento se coloca como condição inicial para entender as especificidades do território nilopolitano no atual contexto. Na tentativa de responder a questão central, subquestões se impõem tal como: De que maneira a identidade nilopolitana foi construída em torno da agremiação carnavalesca? Até que ponto a realidade socioeconômica do município explica o protagonismo dessa instituição cultural como formadora exclusiva da identidade municipal?

Para responder a tais questões, este artigo se divide em três partes. Na primeira apresentaremos uma análise sobre a realidade socioeconômica do município no qual a agremiação em tela está sediada e



estabeleceremos a evolução institucional da Escola de Samba nilopolitana, desde bloco carnavalesco até a primeira metade da década de 1970. A partir de 1976, o destaque alcançado por essa agremiação nas disputas carnavalescas foi capaz de originar um orgulho de ser nilopolitano, de ser morador "da cidade da Beija-Flor". Nesse período, a Agremiação passou a produzir uma identidade incontestável em Nilópolis, convertendo-a, posteriormente, em uso político. Por essa razão, a segunda parte deste artigo, sob o título de "*A Agremiação acima do município: a mecânica da produção identitária em Nilópolis através da Beija-Flor*", se dedica a analisar a gênese da construção dessa identidade até o momento em que ela se consolida como a mais forte entre os municípios. Por sua vez, o poder identitário ancorado nesta instituição permitiu a seus gestores extrair benefícios políticos e, por esse motivo, a terceira parte investiga tal processo com o título "*Identidade construída, uso político determinado: carnaval e política no contexto nilopolitano*". Nesta parte consideraremos a natureza dessa conversão bem como suas implicações políticas para o referido município.

A partir desta análise, nossa reflexão apontou que a azul e branco de Nilópolis impõe identidades classificadas em quatro tipos: simbólica, parcial, coletiva e legitimadora. Nesse sentido, a noção simbólica alude à natureza cultural pela qual essa identidade é constituída, pois se assenta sobre a Agremiação carnavalesca. O território, na acepção de Haesbaert (2014), compreende as perspectivas política, econômica e cultural. Tais fatores podem atuar conjuntamente para construir um território. Contudo, embora as três esferas aludidas por Haesbaert sejam capazes de criar identidades, isso porque ela é sempre uma construção sociocultural, a esfera cultural é aquela capaz de forjar as identidades de modo mais efetivo e complexo em nosso recorte. Com efeito, a primeira tipologia identitária em Nilópolis emana do aspecto simbólico.

Embora sua ascensão carnavalesca em alguma medida tenha permitido a ressignificação da Baixada Fluminense na década de 1970, a agremiação concorre com outras instituições e agentes na formação identitária entre os residentes dos municípios baixadianos. Assim sendo, apesar do vigor da identidade beijafloriana, ela opera com maior força em um limite espacial determinado: a escala municipal nilopolitana, na qual ela não encontra nenhum concorrente. Por esse motivo, essa tipologia se enquadra, também, como uma identidade parcial.

Como reflexo de ser mais efetiva na escala local, essa identidade entendida como parcial quando se considera a Baixada Fluminense como um todo, acaba por se traduzir em uma identidade coletiva quando se considera o município de Nilópolis especificamente. Em razão de sua força, a identidade ancorada sobre a Beija-Flor é amplamente difundida como a mais legítima do espaço nilopolitano. Esse processo elimina eventuais distorções internas transformando, assim, a Agremiação azul e branca em portadora hegemônica da identidade nilopolitana. Por essa razão, a identidade beijafloriana assume uma dimensão legitimadora.

Assim, embora o título desse artigo afirme que o município de Nilópolis seja a cidade da Beija-Flor, é importante salientar que essa instituição forja uma identidade na qual os benefícios políticos do proces-



O tricampeonato da Beija-Flor na segunda metade da década de 1970 contribuiu decisivamente para a mitificação dessa família e sua imediata associação à agremiação. Tal relação foi ampliado mediante os projetos sociais mantido pelos libaneses via Beija-Flor. À proporção que a escola foi ganhando destaque no cenário estadual e nacional, o grupo libanês foi, concomitantemente, se beneficiando dessa expressão conquistada passando a converter, de forma mais direta, esses ganhos em projeção política.

Considerando essa discussão, Castells (1999, p. 23), expõe não ser “difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece”. Dessa maneira, objetivamos que a discussão empreendida por este artigo tenha respondido como, por quem e a partir de quê essa identidade foi construída em Nilópolis. Quanto à última questão formulada por Castells, para quê essa identidade construída se presta, no caso em questão defendemos que ela serviu para ampliar o poder político da família Abraão no município de Nilópolis.

Referências bibliográficas

BEZERRA, Luiz Anselmo. **A família Beija-Flor**. 2010, 243 p. Dissertação (Mestrado) –Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

_____. A Interferência Militar na Baixada Fluminense e o Domínio Familiar em Nilópolis. **REVISTA GEO-NORTE**. Edição Especial 3, V.7, N.1, p.831-848, 2013. Disponível em www.encontro2010.rj.anpuh.org.

BONNEMAISON, Joel. **Viagem em Torno do Território**. In: CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeni. (Org.). Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 2002.

CARDOSO, Ernesto. **Nilópolis de Hontem e de Hoje**. Nilópolis: L & J. Berkowitz, 1938.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. **Festa e contravenção: os bicheiros no carnaval do Rio de Janeiro**. In: CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro; GONÇALVES, Renata (orgs.). Carnaval em múltiplos planos. Rio de Janeiro: Faperj, 2009. p. 91-123.

CLAVAL, Paul. **O Território na Transição da Pós-Modernidade**. Revista GEOgraphia da UFF, Niterói- RJ, ano 1, N 2, p. 07-26, maio-1999.

GRACHER, Kherian Galvão Cesar. **É a identidade fundamental?** 2016, 111 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.



HALL, Stuart. **Quem precisa de identidade?** In SILVA, Tomaz de. *Identidade + diferença*. Petrópolis: Vozes, 2000.

- _____. **Identidade cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

JUPIARA, Aloy; OTAVIO, Chico. **Os Porões da Contravenção: jogo do bicho e ditadura militar: a história da aliança que profissionalizou o crime organizado**. Rio de Janeiro: Record, 2016.

MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Angelo; CORRÊA, Renata da Silva; VASCONCELOS, Vinícius Neves. **Geografia do Estado do Rio de Janeiro: da compreensão do passado aos desafios do presente**. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

MEDEIRO, Marília Salles Falci. **A construção teórica dos conceitos de socialização e identidade**. In: *Revista de Ciências Sociais*, 2002, v. 33 n 1, pp. 78-86.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Território, espaço de identidade**. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.217-227.

MOTTA, Aydano André. **Maravilhosa e Soberana: História da Beija-flor**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2012.

REIS, Carlos Frederico da Silva. **Os Tenentes do Diabo: carnaval, lazer e identidades entre os setores médios urbanos do Rio de Janeiro (1889-1932)**. 2012, 135 p. Dissertação (mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Departamento de História, 2012.

Revista Beija-Flor de Nilópolis: uma escola de vida. Rio de Janeiro: Designum Comunicações, 2002, 2004, 2007, 2013 e 2016.

SANT'ANNA JUNIOR, Daniel de. **O Samba como elemento formador da identidade do Município de Nilópolis, relações e interações dos moradores com a Escola de Samba Beija Flor**. 2010, 57p. Monografia (Graduação). FEB- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias, 2010.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. 1 ed. Mesquita-RJ: Entorno, 2008.

TCE. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Estudos Socioeconômicos dos Municípios* – Edição 2014. Disponíveis em <http://www.tce.rj.gov.br>. Acessado em 21/10/2015.



MANIFESTO CULTURAL E AUDIOVISUAL NA BAIXADA FLUMINENSE: REFLEXÕES SOBRE CLASSE, RAÇA E TERRITORIALIDADE ATRAVÉS DE SUA FORMAÇÃO HISTÓRICA

Gabrielly Cristine de Souza Oliveira
Graduada em Ciências Sociais - UFRRJ

INTRODUÇÃO

O trabalho em questão se trata de um projeto de monografia e, por isso, conta com resultados parciais. Tem por objetivo indagar, através de marcadores sociais de classe e territorialidade se interseccionando historicamente com raça, como uma estigmatização atua fortificando a falta de investimento e retorno no âmbito social-econômico, com enfoque na Baixada Fluminense.

A fundação da Baixada Fluminense foi desde seu princípio subordinada ao centro do Rio de Janeiro, recebendo auxílio do governo (seja em qual for seu tipo de governo, dependendo do contexto histórico) nos aspectos desenvolvimentistas de forma pontual em relação ao segundo local, no entanto invisibilizando as demais demandas em diversas áreas, entre elas, a cultural.

A formação histórica da Baixada é revisitada através de textos sobre a mesma desde o período colonial, além de uma análise do manifesto A Baixada Filma, fazendo ainda um debate com outros autores a fim de interseccionar territorialidade, classe e raça.

OBJETO E METODOLOGIA

O objeto de estudo aqui tomado será o manifesto A Baixada Filma¹, que surge como uma demanda social de resistência no âmbito cultural, exigindo que sejam feitas Políticas Públicas para enaltecer e enriquecer o tão produtivo cenário audiovisual da Baixada.

O manifesto vem a público como uma denúncia, e para exigir de maneira formal que a Ancine, Secretaria de Audiovisual, Ministério da Cultura, e demais apoiadores de ordem pública revejam o quantitativo comparado entre o que a Baixada produz e o quanto se investe nela; conta com diversas assinaturas de pessoas físicas e 45 assinaturas de pessoas jurídicas, no qual incluem cineclubes, produtoras audiovisuais independentes e agenciais, organizações sem fundos lucrativos, e outros.

Como metodologia faz-se uma análise de aspectos socioeconômicos e culturais quanto a relação Baixada Fluminense x centro do Rio através do estudo da formação histórica deste primeiro local, que inevitavelmente é traço da formação do segundo. Juntamente a isso, são utilizados conceitos teóricos



dos textos “Jeitos do Corpo” e “A construção da raça e o Estado- Nação”, refletindo especificamente a questão da construção de territorialidades e espaços de sociabilidade no que tange ao papel de expansão periférica e prestação de serviços da baixada para com o centro do Rio de Janeiro; e, para trazer um recorte de raça toma-se os textos “Branquidade” e “Patologia Social do ‘Branco’ Brasileiro”.

DISCUSSÃO

Em resumo, a formação da Baixada Fluminense se deu por apogeu e declínios econômico – como a monocultura da cana-de-açúcar, do café nos século XVIII e da citricultura a partir 1890 –, de maneira que a atenção política voltada para região sempre se deu e limitou pontualmente no desenvolvimento das atividades dos respectivos ciclos econômicos; assim observamos desde as primeiras obras de saneamento na Baixada pelos jesuítas (CASTRO, 2004:40), até a expansão da rede elétrica implementada pelo governo Vargas (FIGUERÊDO, 2004); e quando o ciclo entrava em crise, o que se fazia presente eram o abandono e ausência de conservação.

O desinteresse pela Baixada Fluminense é fator histórico, sendo resultante de uma política de criação de distritos industriais cujo não contava com uma política de desenvolvimento econômico que o acompanhasse para desenvolver essa área. Sua invisibilidade força uma estagnação também social e cultural, a qual a Baixada reage à sua maneira, entre elas o que se caracterizou por um “cinema de guerrilha”.

Pensando a construção de um estigma, resgato parte importante da história da Baixada, após a década de 1950 houve um grande fluxo de migração de nordestinos para o Rio de Janeiro, a cidade porém não deu conta da capacidade ou teve planejamento para esse contingente e, mais que isso, computava um alto custo de moradia. Para essa população de imigrantes restou procurar áreas periféricas próximas ao Rio, onde se concentrava a oportunidade de trabalho advinda da industrialização (FIGUERÊDO, 2004).

O estigma de nordestino dentro de uma configuração espacial é algo também salientado no texto “Jeitos do corpo” (SIMÕES, J. FRANÇA, I. MACEDO, M., 2010:45) quando os autores pensam a ocupação histórica da cidade de São Paulo, contrapondo as categorias “centro” e “periferia” enquanto territórios mais ou menos “brancos”. Guerreiro Ramos identifica esta associação como uma patologia social do “branco” brasileiro, deslocando o preconceito geográfico para um “padrão de estética social, em cuja escala de valores a cor escura ocupa, por assim dizer, o pólo negativo” (1995:226), ou seja, a xenofobia para com a população do Norte e Nordeste segue uma lógica racial, onde em área de maioria populacional negra – como era o Rio de Janeiro, herdeiro de intensa mão-de-obra escrava –, o branco é mais branco, e busca reafirmar sua ‘branquidade’ através da



negação de uma etnicidade (idem, ibidem; ROEDIGER, 2004:46).

Retomando as categorias “centro” e “periferia”, essas são construções de classificações que contrapõem dois ethos identitários, ideológicos e estéticos opostos, buscando sempre marginalizar o segundo. Essa oposição é característica da problemática sociológica e antropológica do urbanismo num processo de segmentação e exclusão. (SIMÕES, J. et al., 2010:46).

Anthony Marx pensou a raça enquanto construção do Estado-Nação e entendeu que esta não poderia ser pensada sem que fosse atrelada à questão econômica, principalmente com a urbanização, imigração e industrialização. Afirma que os interesses de trabalhadores brancos funcionaram dentro da lógica da democracia racial e, “uma vez implantado o padrão de desigualdade, esse privilégio não precisa de uma dominação racial explícita para se manter” (1996:18).

A partir disso, é possível apreender a lógica de segmentação também territorial e consequente exclusão e negligência político-econômica para com a Baixada Fluminense. Por conseguinte, suas demandas socio-culturais, como por exemplo o cenário de produção audiovisual local, é continuamente estigmatizada e invisibilizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS REFLEXÕES E RESULTADOS PARCIAIS

A Baixada, que em 2015 correspondia a 14% do PIB do estado do Rio de Janeiro, é um dos principais polos de criação audiovisual do país, sendo apontada como destaque em 2017 pelo SESC RJ3, e contando com cinco cineclubes associados ao ASCINE-RJ, além de diversas produtoras independentes e presença costumeira em festivais. Continua, todavia, subalternizada (em termos de política pública) e sem o retorno proporcional à sua produção. Vemos que ter acesso aos meios de produção, bem como que possibilitar a visibilidade do que se é produzido, é questão sobretudo de disputa de classe. O acesso popular, da periferia, a esses recursos é a forma de resistência desses “outsiders” (Becker, 1982) através da arte. Assim, territorialidades de sociabilidade e interpenetrações entre centro e periferia são ferramentas de reelaboração de estigmas, por isso se faz imprescindível que tanto seja levado suas produções ao centro, como igualmente tenha olhares voltados e interagindo com a periferia.

BIBLIOGRAFIA

CASTRO, E. et al. Entre ficar e sair. Tese de doutorado (Tese de doutorado em Antropologia social) – UFRJ/PPGAS. Rio de Janeiro. 2005.

FIGUERÊDO, Maria Aparecida De. GÊNESE E (RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO DA BAIXADA FLUMINENSE. **Revista geo-paisagem**, [S.L], n. 5, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.feth.ggf.br/Baixada.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2018.



MARX, Anthony W. A construção da raça e o Estado-Nação. **Estudos Afro-Asiáticos**, [S.L], n. 29, p. 9-36, mar. 1996.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

ROEDIGER, D. R. Sobre autobiografia e teoria: uma introdução. In: Ware, V. (Org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. 1.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p.41-62.

SIMÕES, Júlio Assis; FRANÇA, Isadora Lins; MACEDO, Marcio. Jeitos de corpo. **Cadernos Pagu**, Online, n. 35, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332010000200003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 05 jul. 2018.

SOARES, Maria Therezinha. Nova Iguaçu - Absorção de uma Célula Urbana pelo grande Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, p. 155-256, abr./jun. 1962.



PARACAMBI: A VIDA DOS TRABALHADORES TECIDA NO RITMO DE SUAS MÁRQUINAS

Jonathan Souza de Almeida

Graduado em Geografia - UFRRJ

Lirian Melchior

Professora Doutora do DeGeo - UFRRJ

Introdução

O presente trabalho é uma parte do trabalho de conclusão de curso em Geografia e tem sua atenção voltada para uma análise da evolução industrial do município de Paracambi, evidenciando a dependência não só da cidade, como de seus moradores em relação às fábricas instaladas ali. Para tal, foi feita uma observação das mudanças ocorridas no espaço geográfico do município e na vida de seus moradores, que sofreram o impacto direto do avanço da urbanização e industrialização através dos anos. Essa observação se deu por meio de estudos de geografia da população, geografia da indústria e também geografia cultural, estabelecendo uma linha de raciocínio sobre os pontos de vista da sociedade e da indústria, possibilitando uma visão ampla sobre o desenvolvimento do município, no período histórico a ser estudado. Para suprir a carência de dados técnicos acerca da Companhia Têxtil Brasil Industrial e demais empresas já fechadas, foi usado como recurso entrevistas com moradores do município de Paracambi que trabalhavam nas empresas no auge industrial da cidade. Depois, somando dados técnicos e teóricos aos depoimentos diretos dos moradores, foi possibilitada uma rica interpretação do cenário estudado.

Ao observar a evolução do território brasileiro, é visível a mudança causada pela indústria na configuração espacial. Toda uma cidade pode ser moldada ou até mesmo criada para preencher a necessidade industrial do capital, seja para fornecer operários, maquinário ou qualquer outra fonte de alimentação industrial, como recursos naturais. Tal mudança abrange diretamente a dinâmica do trabalho na cidade (ou ao redor dela) e, sendo assim a rotina dos trabalhadores é drasticamente alterada. Com isso, a forma de percepção do espaço e do tempo fica entrelaçada a ocupação diária do trabalhador, deixando sua percepção do mundo totalmente presa ao traba-

lho.



Todo o Estado do Rio de Janeiro apresentou os reflexos dessa mudança que alcançou as grandes metrópoles do país, numa expansão urbana que reconfigurou os espaços já imersos no processo de industrialização e acabou por moldar espaços que antes estavam à parte desse processo. Essa configuração espacial teve seu braço forte no trabalho e sua modificação espacial para que seus “pré-requisitos” fossem atendidos. Ao se tratar dos fluxos de expansão urbana das cidades e a relação com a organização do trabalho, Souza (2008, p. 50) adverte:

A rede urbana não é ‘inocente’, no sentido de ser um ‘simples’ conjunto de cidades ligadas entre si por fluxos de pessoas, bens e informações, como se isso fosse coisa de menos importância ou nada tivesse a ver com os mecanismos de exploração e exercício do poder existente em nossas sociedades (SOUZA, 2008, p.50).

Neste sentido, o município de Paracambi se desenvolveu para dar suporte à uma indústria têxtil que precisava não só de uma ampla área, bem localizada para crescer e escoar seus produtos, como também de mão-de-obra para trabalhar nas fábricas de maneira extremamente dedicada.

A Origem do Município e sua ligação com as fábricas têxteis

Paracambi é uma palavra originada do tupi-guarani e significa “Macaco Pequeno” (Tairetá tem o mesmo significado). O Município de Paracambi é resultado da junção do 7º Distrito de Vassouras, denominado Tairetá, e o 3º de Itaguaí, chamado de Paracamby, que eram separados pelo Rio dos Macacos e já tinham seus limites confusos devido ao avanço da população. A força motora da emancipação política dos Distritos proveio principalmente de seu crescimento econômico, gerado pela implementação de grandes indústrias em suas localidades. A emancipação veio a se concretizar em 08 de agosto de 1960, quando a Lei Estadual nº 4.426 uniu Paracamby a Tairetá num só município.

Não se pode ignorar o grande fator de atração aos investimentos industriais que foi a abundância de recursos naturais. As fábricas alocadas na região dispunham de abundantes rios e quedas d’água para utilizar como geradores de energia, assim como terrenos propícios a criação de vilas operárias, a presença da ferrovia, dentre outros. Não coincidentemente, a Cia Brasil Industrial foi instalada junto a mata e a quedas d’água, a 1km do Ramal Ferroviário de Macacos, que ligava o povoado a Belém (hoje, Paracambi e Japeri). Tendo iniciado suas atividades em 1871, a Cia Brasil foi considerada por muito tempo como a maior fábrica têxtil do Brasil, tendo sua própria linha férrea que ia de seu portão de entrada até o ramal de Macacos, facilitando o escoamento da produção e a locomoção dos funcionários. Acerca da força das ferrovias no processo



de industrialização, Hobsbawn afirma que:

“Em primeiro lugar, a economia industrial, nos seus primórdios descobriu, graças à pressão da busca pelo lucro da acumulação do capital, o que Marx chamou de sua “suprema realização” a estrada de ferro. Em segundo lugar –e parcialmente devido à estrada de ferro, ao vapor, a ao telegrafo “que finalmente representaram os meios de comunicação adequados aos meios de produção” (1979 p.53).

Ainda que o fenômeno ferroviário não tenha tido um largo investimento em solos brasileiros como na Europa, os trilhos ainda tiveram grande influência nos investimentos do Brasil. Em 1861, a Estrada de Ferro Central do Brasil alcançou o “Distrito de Paracambi”, trazendo todo o peso estratégico dos transportes sobre trilhos. Foi instalado na localidade, o ramal de Macacos, um dos primeiros ramais a ser construído pela E. F. Dom Pedro II. Tal empreendimento, em um local tão afastado se explica pelo fato de Paracambi estar localizado no eixo de produção de café, logo o ramal ajudava no escoamento da produção. Essa mesma finalidade foi favorável à Cia Brasil e as demais fábricas, como também à Siderúrgica Lanari S/ A Indústria e Comércio, instalada em 1952.

A industrial têxtil e Paracambi e o cotidiano de seus operários

Segundo o site oficial da prefeitura de Paracambi, até 1885, sua região central se limitava a duas padarias, dez armazéns, uma capela e duas farmácias. Os investimentos foram crescendo e em 1888, foi instalada uma escola noturna, com capacidade para 200 alunos. Em sua maioria os alunos eram trabalhadores da Cia Brasil industrial, que conciliavam trabalho e estudo. Após a instalação da Cia Brasil, outras fábricas foram atraídas para o município (inexistente ainda como tal), somadas a outras menores já existentes, as principais sendo: Fábrica de Tecidos Maria Cândida, inaugurada em 1924, incorporando em suas instalações a já existente Fábrica Santa Luiza; Fazenda do Sabugo, onde funcionava uma olaria de grande porte, enviando tijolos para diversas empresas ao longo do Rio de Janeiro; uma fábrica de dinamites, onde houve um trágico acidente envolvendo uma explosão por volta de 1886. Havia investimentos como uma fábrica de bijuterias e as fazendas, que eram o meio de subsistência primários na localidade.

A cidade de Paracambi não só foi moldada para atender a necessidade de produção têxtil, como também a vida de seus moradores foi condicionada a essa configuração, provocando uma naturalização dessa rotina, como conta Monica em sua entrevista:

“Minha mãe já era funcionária da Maria Cândida, uma outra fábrica, então ela foi e pediu



uma vaga pra mim. Naquele tempo era muito assim, pai e mãe trabalhava, aí botavam os filhos. Era mais fácil.” – (Monica Guimarães, 54 anos).

“Era mais fácil”. Essa frase evidencia a força da rotina fabril na cidade, onde era comum famílias inteiras trabalharem nas fábricas, ainda que não fossem as mesmas. Essa interação com os gerentes e comandantes das fábricas era decisiva para a manutenção da rotina interna dos funcionários com o sistema de produção, onde até mesmo o pedido para moradia na vila de funcionários era feito oralmente. Elisabete, de 69 anos, explica como o processo era realizado:

“A gente ia direto na gerencia pedir. Meu marido, na época, trabalhava na Maria Cândida e foi pedir a casa. Aí eles viam se tinha alguma livre ou que fosse desocupar e alugavam barato pra gente, porque a gente trabalhava lá, era só isso. A gente só pagava uma taxa. Eu morei em duas...” – (Elisabete, 69 anos.)

Nas dependências da Cia Brasil, foram construídos uma capela e um clube chamado Cassino, onde em um primeiro momento, apenas os funcionários executivos podiam frequentar suas festas, mas com o passar do tempo, foi aberto a todos os operários. Sendo assim, o ambiente de trabalho reunia em um só espaço: lazer, religião e trabalho. Como dito, isso fortalecia os laços do operário com seu local de trabalho de tal forma, que não havia um elemento em sua rotina que não envolvesse a fábrica de alguma forma. Keller (1997), acerca dessa relação, afirma: “Há, também, uma relação entre os próprios elementos pelo simples fato da vida cotidiana do operariado nessa situação particular não encontrar limites demarcados – todos os “aparatos institucionais” estão combinados num mesmo complexo fabril.” (1997, p. 17).

A sensação de segurança comercial criada pela presença da indústria têxtil no município, deixou marcas que perduram até os dias de hoje. Sobre isso, Adriene, que trabalhou na Crown (fábrica de tecidos), diz:

“Hoje a cidade melhorou em termos, nós temos um hospital que vem gente de fora se cuidar, mas naquela época com as fábricas, tinha emprego pra todo mundo. Antes, as pessoas não desciam tanto pra trabalhar igual fazem hoje, a gente tinha tudo que precisava aqui na cidade mesmo...” (Adriene, 52 anos).

Quando diz “não desciam tanto pra trabalhar”, Adriene está fazendo referência ao fato de sair de Paracambi para a cidade do Rio de Janeiro em busca de emprego. Os laços criados entre as fábricas e a população paracambiense, que tiveram início mesmo antes da população poder ser chamada assim, não desapareceram e possivelmente ficaram marcados no município. A indústria têxtil foi a norteadora de seu modo de vida, movendo sua rotina no mesmo ritmo de suas



máquinas. Enquanto os diretores retomavam suas vidas para além dos terrenos das fábricas, após o expediente, os funcionários continuavam sua rotina dentro dos limites fabris. Até que os operários viram suas fábricas se fechando, uma por uma, e sua rotina foi entrando em colapso sem as máquinas para nortear seu cotidiano. Para além disso, sem instrução escolar, os funcionários se moldaram a esse tipo de trabalho, sem que fosse ofertada uma outra alternativa para suprir a falta desse mercado. Monica completa o seu raciocínio, demonstrando preocupação e pesar em sua fala:

“Eu vejo hoje, eu Mônica, com o pouco conhecimento que eu tenho, que a cidade cresceu, mas ainda existe um povo, algumas pessoas que não evoluíram com a cidade. Estão ainda dando cabeçadas, não se adaptaram.” (Monica, 55 anos.)

Não há adaptação, quando se está imerso, alienado num sistema que envolve todas as áreas do seu cotidiano e de repente é tirado da sua rotina. Este estudo tem como parte importante de sua construção, a consciência de que não se tratam aqui de dados ou números isolados de um contexto social, onde a peça fundamental de estruturação não são bobinas, tecidos ou escoamento de produção e sim, a população de um município que teve sua vida moldada pela chegada da indústria têxtil e totalmente mudada com a sua saída.

Conclusão

Através de vastos cafezais, enormes e imponentes prédios fabris ou quilômetros de ferrovias, o capital continua a estabelecer critérios e normas as quais o cidadão tem que adequar para ser um trabalhador eficiente e realizado. O objetivo desse trabalho foi apontar a forma coercitiva e naturalizada que esse processo aconteceu em Paracambi, além de trazer a perspectiva dos moradores que vivenciaram tal processo.

O município de Paracambi traz marcas profundas do processo de industrialização e reorganização espacial de seu território, porém, é importante ressaltar outra vez, que essas marcas não estão presentes apenas no território. Por décadas, os moradores paracambienses tiveram suas vidas moldadas pelos interesses do capital industrial, que influenciou a construção da cidade, a especialização (ou falta) de seus trabalhadores e mais do que isso, ditou o toda a relação destes com o espaço em que viveram. Se para um economista, era previsível a queda do ciclo do café, a ascensão da economia têxtil e o fim da mesma, para uma costureira, que viu sua oportunidade



de sustento e de estabilidade, isso era apenas ciclo da vida naturalizado ao extremo. Hoje, os moradores seguem no processo de readaptação, uns na promessa de novas indústrias se instalando na cidade, enquanto outros, fazem da mobilidade pendular, sua nova rotina de trabalho. De uma forma ou de outra, os limites entre trabalho, vida particular e familiar, ainda são distorcidos e precisam ser mais uma vez questionados.

Bibliografia

ABREU, M. de A. Evolução urbana do Rio de Janeiro. IPLANRIO / ZAHAR, 1987.

CORRÊA, R.L O espaço metropolitano e sua dinâmica. Trajetórias geográficas. Bertrand Brasil, 1997.

HOBSBAWM; Eric J. *A era do capital*. Ed. Paz e Terra 5ª edição, 1979.

IBGE, Censo demográfico (2010). Dados disponíveis em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=330360&idtema=1>>.

KELLER, Paulo F. *Fábrica & Vila Operária: a vida cotidiana dos operários têxteis em Paracambi-Rj*. Engenheiro Paulo de Frontin, RJ: Sólton Ribeiro, 1997.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. EDUSP, 2002 [Hucitec, 1996].

SOUZA, Marcelo Lopes. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. Bertrand Brasil; 2003.



AS MULHERES DOS CAMPOS DA BAIXADA FLUMINENSE ENTRE 1948 E 1964: UMA DISCUSSÃO SOBRE O TRABALHO FEMININO NA LAVOURA

Luciana Andrade

Mestre em pelo CPDA - UFRRJ

O presente artigo propõe discussão acerca das atividades realizadas por mulheres dentro de um contexto rural da Baixada Fluminense entre 1948 e 1964. Ela surge a partir de observações para a pesquisa de mestrado, quando me debrucei sobre a participação feminina em movimentos rurais dentro do mesmo recorte temporal e espacial utilizados para esse texto¹.

Os questionamentos aqui apresentados emergem da constatação de que o debate acerca da pluralidade das funções femininas é fundamental ao se olhar para as mulheres do campo. Ao analisar as tarefas executadas por mulheres, estas restam, por vezes, invisibilizadas, como se compreendidas em obrigações inerentes ao papel de esposa ou filha (BONI, 2004; HERRERA, 2012). E é sobre as atividades executadas por mãos femininas que se pretende lançar luz no presente texto, uma vez que é importante conhecer o contexto em que se inseriam estas mulheres. Sobretudo, porque este constitui a totalidade do cenário rural fluminense, necessária, por esta razão, para a própria compreensão deste ambiente, bem como dos conflitos emergentes dele.

A conceituação do trabalho doméstico é problemática, embora a ideia de improdutividade deste tipo de trabalho seja, hoje, insustentável (BILAC, 2014). Ainda assim, ressalta-se o fato de tratar-se de uma discussão relativamente recente, a de caracterizar as atividades desempenhadas num âmbito doméstico enquanto trabalho. E isto repercute sobre a própria diferenciação que se possa fazer entre trabalho de homem e trabalho de mulher.

Hirata e Kergoat (2007) contribuem para esse trabalho quando apresentam a ideia de hierarquização entre trabalho de homens e mulheres, na qual o primeiro vale mais do que o outro (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Tal proposição parece adequada ao contexto analisado, em que isso talvez tenha repercutido na própria invisibilidade do trabalho feminino.

Essa discussão acerca de trabalho doméstico e trabalho feminino funciona como ponto de partida para uma reflexão que, sendo atual, também não pode ser negada dentro da história: a

¹ ANDRADE, Luciana. “‘Até as mulheres pegaram em armas’: uma análise a respeito das mulheres presentes nas disputas agrárias em Pedra Lisa, Magé e Xerém entre 1948 e 1964”. Dissertação de Mestrado. Seropédica: PPGH. UFRRJ. 2018.



pluralidade de atividades femininas que não se encerram no já extenuante trabalho de cuidado com a casa e os filhos.

Essa discussão acerca de trabalho doméstico e trabalho feminino funciona como ponto de partida para uma reflexão que, sendo atual, também não pode ser negada dentro da história: a pluralidade de atividades femininas que não se encerram no já extenuante trabalho de cuidado com a casa e os filhos.

Se faz necessário destacar que as mulheres analisadas também cumpriam funções dentro da lavoura. E isso foi constatado nessa pesquisa que se estabeleceu a partir do levantamento de notícias e notas sobre mulheres dos campos da Baixada Fluminense em jornais contemporâneos a elas. Para a perspectiva adotada nesse trabalho, foram levados em consideração fragmentos dos periódicos “Imprensa Popular”, “Luta Democráticas” e “Última Hora”.

Ilustrativamente, pode-se apresentar algumas personagens que colaboraram para ratificar a hipótese de que trabalhar a terra estava incluído entre as tarefas executadas por mulheres. O periódico *Imprensa Popular*, por exemplo, chegou a afirmar, em uma reportagem sobre Piranema, em Xerém, que “mulheres trabalham de sol a sol levando cachos de banana na cabeça” (IMPRESA POPULAR, 18/09/1954. p.6).

Dentre os casos levantados, possivelmente, a situação mais emblemática seja a história de uma senhora chamada Primitiva Pereira da Silva, a qual se conta que “é uma das [...] sitiantes, que alugavam terras da Cia América Fabril mediante a entrega de dez por cento da produção” (A LUTA DEMOCRÁTICA, 12/01/1963, p.2).

Neste último caso, compreende-se aqui que até o presente momento seja possível que não fosse ela própria a cultivar a sua produção, mas algum filho ou outro parente. Contudo, o jornal segue a publicação “A América Fabril apelou para a violência. Mandou um grupo de homens incendiar o canal por **ela plantado**. Dona Primitiva exigiu uma indenização. Recebeu apenas 500 cruzeiros [...]” (A LUTA DEMOCRÁTICA, 12/01/1963, p.2 – grifo nosso).

O caso desta senhora sobressai em função de seu trabalho na terra ser em contraprestação a utilização do terreno da América Fabril. Dona Primitiva era inegavelmente trabalhadora rural, como as outras mulheres apontadas neste texto, mas esta apresentação que se faz de sua história, permite que se vá além e se lembre que é possível que existissem mulheres do campo que negociavam os frutos de seus trabalhos sem que isto se escondesse por traz do trabalho de algum homem.



Defende-se aqui, portanto, que as mulheres compunham o grupo dos trabalhadores e trabalhadoras rurais fluminenses. Não eram afetadas pelos despejos e violências apenas no que tangia ao trabalho de seus maridos, mas os delas próprias. Engajavam-se na execução de atividades rurais, propriamente.

Fontes

Jornal Imprensa Popular (1951-1958). Disponível em Hemeroteca Digital.

Jornal A Luta Democrática (1954 – 1964). Disponível em Hemeroteca Digital.

Jornal Última Hora (1951 – 1964). Disponível em Hemeroteca Digital.

Referências Bibliográficas

BILAC, Elisabete Dória. Trabalho e Família: Articulações possíveis. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*. v. 26. n.1. jun 2014. p. 129-145.

BONI, Valdete. Poder e Igualdade: as relações de gênero entre sindicalistas rurais de Chapecó, Santa Catarina. In: *Revistas Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 12. n. 1. Jan.-Abril 2014.p. 289-302.

HERRERA, Karolyna Marin. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. In: *Anais eletrônicos do Seminário Internacional Fazendo Gênero 10*. Florianópolis . 2012.

HIRATA, Helena. *Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*. In: *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. São Paulo. v. 26, n. 1. 2014.p. 61-73.

_____; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*. v. 37, n.132. São Paulo. Set-dez 2007. p.595-609.

SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*. v. 26. n 1. 2014. p. 123-128.



CONFETE, SERPENTINA E LARANJAS: CARNAVAL EM NOVA IGUAÇU NO PERÍODO DA CITRICULTURA (1920-40)

Maria Ester de Carvalho S. Dória

Graduanda de Licenciatura em História - UFRRJ

A história da Baixada Fluminense se mostra hoje como um campo em construção. Dessa forma, cada trabalho em qualquer nível da pesquisa historiográfica se transforma num marco para a construção da história desse território que, apesar de ainda pouco explorada, já conta com escritos que se tornaram referências.

Este trabalho consiste num breve panorama (a partir dos resultados até agora obtidos na pesquisa de monografia) sobre os festejos de carnaval na "Nova Iguassú" (distrito-sede do município de Iguassú) dos anos 1920-1940, quando a citricultura vive um processo de progressivo desenvolvimento e alcançando expressividade econômica, o que transformou os produtores na "nova elite rural" do município, que influenciava os mais diversos setores da sociedade iguassuana. Visando contribuir na historiografia da Baixada Fluminense e no processo de resgate da memória local, nossa proposta é apresentar o carnaval local daquela época não só como um instrumento de afirmação do poder dessa elite (e que também, de forma específica, reforçava uma distinção social naquele meio), mas também enquanto um evento que, por sua magnitude e importância, pode também ser considerado como manifestação cultural de Nova Iguaçu.

Para construir esta análise, utilizei fontes primárias e as confrontei com uma bibliografia relacionada ao tema do carnaval, à história social da cultura e à história da Baixada Fluminense. As principais fontes utilizadas na pesquisa são os periódicos locais *Correio da Lavoura* e *A Crítica*, cujos números se encontram digitalizados no Centro de Documentação e Imagem (CEDIM) da UFRRJ (Instituto Multidisciplinar - Campus Nova Iguaçu) e disponíveis em versão digital na plataforma do Repositório Institucional da UFRRJ (RIMA).

Início este estudo refletindo brevemente sobre as algumas formas de se festejar o carnaval ao longo da história, privilegiando o modelo europeu (veneziano) de folia que, uma vez importado por nossos colonizadores, deu origem ao que hoje concebemos como carnaval brasileiro. Essa



reflexão é importante para entendermos as transformações sofridas pelos festejos até chegar ao recorte temporal que contemplamos.

Em seguida, abordo o contexto dos acontecimentos, apresentando a definição do que era a região de Iguassú (que englobava os territórios que hoje entendemos como a Baixada Fluminense) entre as décadas de 1920 e 1940 e como Nova Iguassú, o então distrito-sede do município, se destacava nesse cenário como a “Cidade Perfume”.

Por fim, conto a história dos festejos de carnaval naquela Nova Iguassú dos anos áureos da citricultura, que a construção da memória local (feita “do alto”) insiste em afirmar como o passado oficial da cidade e, portanto, o único que o povo não deve esquecer e tampouco deixar de reverenciar. Minha intenção é mostrar como esses festejos também estavam inseridos no programa ruralista das elites locais (citricultores, políticos e comerciantes), visando afirmar uma sociedade moderna – ainda que apoiada na lavoura – e pautada no ideal máximo do positivismo: “ordem e progresso”. Para isso, a partir da leitura dos periódicos e de sua perspectiva, divido essa narrativa em quatro momentos: o primeiro (1918-1921) mostra um carnaval nos moldes de um baile a céu aberto, com batalhas de confete, a presença de cordões e blocos carnavalescos, pouco investimento por parte do poder público e o patrocínio dos comerciantes locais; no segundo momento (1921-1929) aparecem os ranchos carnavalescos patrocinados pelos citricultores de Iguassú, transformando os desfiles da folia em uma vitrine de poder; num terceiro momento (1929-1930) observamos o fim dos ranchos dos citricultores trazer uma nova mudança, cujos principais aspectos são o retorno ao primeiro modelo de festejo de rua bem como o surgimento dos bailes de salão, que podem ser entendidos como um lazer de grupo; por último, no quarto momento (1930>) podemos ver o protagonismo assumido pelos bailes de salão nas páginas do Correio da Lavoura, ao mesmo tempo em que demonstra-se uma preocupação com a festa de rua em detrimento de um saudosismo em relação ao período dos grandes ranchos.

Dentre as breves conclusões que podemos tirar desta pesquisa está a ideia de que os festejos das primeiras décadas do século XX se consolidam como uma marca do carnaval iguaçuano, contribuindo assim para a construção vertical da memória coletiva de uma sociedade “dourada” nos tempos da citricultura. Este modelo de festejo estava aparentemente ligado ao projeto de desenvolvimento de um grupo social que pretendia ser hegemônico político e economicamente no município. Também é possível perceber como o modelo de carnaval se altera de acordo com as mudanças nas esferas da sociedade iguaçuana, bem como a tendenciosa narrativa dos periódicos locais da época contempla apenas uma perspectiva da festa: a da elite.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

CUNHA, Maria Clementina P. **Ecoss da Folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

_____. (Org.) **Carnavais e outras f(r)etras: ensaios de história social da cultura**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

DIAS, Amália. **Entre Laranjas e Letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2012. Disponível em <<https://centrodememoriadeni.files.wordpress.com/2016/05/tese-amalia-dias-versao-final-2012.pdf>>

SIMÕES, Manuel. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na baixada fluminense**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Geografia, 2007. Disponível em <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=59980>.

SILVA, Lucia Helena P. **Arruda Negreiros como Haussman da Baixada? Citricultura e estrutura urbana em Nova Iguaçu (1930/36)**. *In* Recôncavo: Revista de História da UNIABEU, v. 7, n. 12 (2017). Disponível em <<http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/reconcavo/article/view/2918>>.



UMA BAIXADA, MUITOS SENTIDOS: AS REPRESENTAÇÕES DA REGIÃO A PARTIR DA IMPRENSA (NOVA IGUAÇU, 1957-1962)

MARIA LÚCIA BEZERRA DA SILVA ALEXANDRE

Doutoranda em História, Política e Bens Culturais - CPDOC/FGV

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar os sentidos atribuídos ao termo Baixada, pelos semanários *Correio da Lavoura* e *Correio de Maxambomba*¹, entre os anos 1957 e 1962, ambos situados em Nova Iguaçu, na primeira metade do século XX. Fundado em 22 de março de 1917 pelo capitão Silvino Hypólito de Azeredo Coutinho o *Correio da Lavoura* pautou sua linha editorial nas demandas econômicas e políticas da citricultura, principal atividade econômica do primeiro distrito iguaçuano, entre 1920 e 1930.

O CL fomentou a imagem de um município desenvolvido pelas mãos do “homem do campo”, ou seja, por um grupo de citricultores que arregimentou os elementos necessários para que Nova Iguaçu se tornasse um símbolo de “progresso”. Através da imprensa os “filhos desta terra” – inclusive a descendência de Silvino de Azeredo - defenderam que a instrução, higiene e lavoura eram os pilares necessários para o crescimento iguaçuano e que eles seriam os responsáveis pelo sucesso deste projeto.

O *Correio de Maxambomba*² por sua vez surgiu em 18 de dezembro de 1955 sob a direção de Dionísio Bassi, um filho de imigrantes italianos e vereador em Nova Iguaçu por dois mandatos (1947-1950) -(1955-1958) pelo Partido Social Democrático (PSD). Diferentemente de seu concorrente, o periódico seguiu as tendências de sua época e inaugurou um jornalismo moderno. Na contramão do “Correio Mandioquinha”, o semanário dirigido por Bassi nasceu em um contexto de transformações importantes da cidade, por esta razão se manteve pautado em demandas de caráter especialmente urbano como a industrialização, crescimento do setor de comércio e serviços, violência, problemas de saneamento básico e etc.

¹ Doravante CL e CM.

² Em 1961 o Correio de Maxambomba tornou-se *Correio da Semana*.



O CM despontou em termos de conteúdo e composição gráfica, graças a sua experiência em diários cariocas e espírito combativo. A folha cedeu espaço para grandes anúncios publicitários, manchetes, clubes, blocos carnavalescos, associações esportivas e manchetes de caráter sensacionalista. Intitulado o “Arauto das das Reivindicações da Baixada Fluminense”, o *Correio de Maxambomba* evidenciou nos editoriais sua relação entre jornal, poder e determinados segmentos da “society iguaçuana” em transformação. Foi neste contexto dos anos 1950 e 1960 que os dois periódicos iguaçuanos disputaram um dado sentido sobre a Baixada Fluminense que se perpetuaria até os dias de hoje.

Este momento da história foi marcado por um conjunto de profundas mudanças de caráter socioeconômico e político que impactaram na produção de narrativa sobre este território. A citricultura teve seu declínio nos anos 1940 e desencadeou um processo de retalhamento das terras anteriormente utilizadas para o cultivo da laranja. Elas foram transformadas em loteamentos e ofertadas por um intenso processo de especulação imobiliária. O aumento populacional estimulado pelo crescente número de migrantes fez com que os distritos produzissem demandas próprias, e com elas, lideranças locais.

Isto fez com que os distritos de Duque de Caxias (1943), Nilópolis e São João de Meriti (1947) se emanciparem e intensificassem o disputado cenário eleitoral pós-1945. O desmembramento do território iguaçuano evidencia a perda da hegemonia de figuras políticas tradicionais de Nova Iguaçu. A formação de núcleos de poder a partir de novos municípios acentuou cobranças e especificidades de cada localidade. Investimentos antes limitados no distrito-sede foram pulverizados de acordo com as necessidades e interesses de cada representação local.

Definir o caminho para o desenvolvimento de Nova Iguaçu nos anos 1940, determinaria o papel do município na história do espaço urbano, ou seja, para o bloco formado pelos citricultores significava poder administrativo, para lideranças de outros distritos possibilidade de emancipação, para população mais pobre proximidade da capital e para o governo federal/estadual integração econômica e social com o Distrito Federal. Foi neste contexto de periferização que a disputa pelo lugar de falar tornou-se evidente no campo jornalístico, ou seja, a hipótese é que o *Correio da Lavoura*, jornal mais antigo do município postulasse seu papel de produtor da história oficial sobre Nova Iguaçu, *cidade mãe* da Baixada.



Na contramão, o *Correio de Maxambomba* emergiu enquanto um meio de comunicação que, no primeiro momento, teria denunciado estes problemas, mas que posteriormente, potencializou a imagem de uma Baixada formada apenas por mazelas violência, pobreza e subalterna a cidade do Rio de Janeiro. A fragmentação política em curso no final dos anos 1940 revelou as fragilidades políticas locais que causaram efeitos múltiplos sobre a população. Cabe investigarmos se neste momento a imprensa foi, ou não, uma catalisadora das potencialidades ou dificuldades deste espaço, deste modo as representações constituídas por ela podem nos revelar como o campo jornalístico se relacionou com estas mudanças e seus agentes.

METODOLOGIA

Para esta análise os jornais *Correio da Lavoura* e *Correio de Maxambomba* serão as principais objetos/fontes do projeto. Tanto o conteúdo quanto o projeto gráfico de ambos serão analisados entre os anos de 1946, momento de redemocratização do país, e 1964, data em que é dado o golpe civil militar que instauraria o governo militar no Brasil. Metodologicamente pretende-se mapear as principais colunas, matérias, colaboradores e imagens, bem como, número sobre a circulação, assinantes, edições e anunciantes destes dois periódicos em bancos de dados. Além disto, elementos gráficos como capas, manchetes e formato também serão igualmente contemplados, pois ao fim teremos um perfil bem delineado destas fontes que são igualmente objetos.

Tanto os exemplares do *Correio da Lavoura*, quanto do *Correio de Maxambomba/Correio da Semana* foram totalmente digitalizados. O primeiro encontra-se digitalizado e organizado de 1917 aos anos 2000, e o segundo, também foi fotografado de 1957 a 1971. Desta forma esse momento de "transe" da história da imprensa iguaçuana poderá ser investigada, ou seja, a narrativa produzida pela imprensa sobre as principais mudanças socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas dos anos 1940 aos anos 1960 serão analisadas. Na segunda etapa de execução do projeto os dados qualitativos mencionados anteriormente serão levantados e sistematizados, uma vez que se pretende se mapear como o termo Baixada foi utilizado, sobretudo, por Dionísio Bassi e Luiz de Azeredo ambos diretores e colunistas destes jornais.

RESULTADOS PARCIAIS/FINAIS

Os resultados parciais sugerem que os anos 1950 e 1960 foram decisivos para construção da imagem perpetuada sobre a região da Baixada Fluminense até os dias de hoje, ou seja, de lu-



gar próspero da laranja a município dormitório e violento. Os dados apurados até aqui apontam que a década de 1940 dividiu não somente os municípios, arrecadação ou núcleos de poder, mas também a narrativas sobre a constituição do que se entende sobre o processo de periferização. O desafio é justamente identificar como este movimento fez com que a própria imprensa se rendesse a uma única forma de representar sujeitos e instituições e não tantas outras.

As leituras e levantamentos feitos para este estudo sugerem que estes semanários desempenharam, ou não, o papel de denunciar as demandas junto aos representantes políticos que se perpetuaram, especialmente, à frente da administração municipal iguaçuana. Esta análise indica que estes semanários submergiram junto com a indefinição do que a região se tornaria pós-1945 e por isso, não desconstruíram determinadas leituras externas que levaram a Baixada a ser apenas mais um município dependente da cidade do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, José Cláudio de Souza. *Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.

ENNE, Ana Lúcia. *Lugar meu amigo, é minha Baixada: memória, representações sociais e identidades*. 2002. 502 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2002.

MARQUES, Alexandre dos Santos. "Baixada Fluminense: da conceituação as problemáticas sociais contemporâneas". In: *Revista Pilares da História*. Duque de Caxias: CMDC/AAIH, vol. 4, N. 6, 2006.

SILVA, Lucia. "Região Metropolitana da Guanabara: planejamento urbano, cidade do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense." *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 10, 2017.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na baixada fluminense*. Mesquita: ed. Entorno, 2007.

SOUZA, Sonali Maria de. *Da laranja ao lote: Transformações sociais em Nova Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) Museu Nacional – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1992.



HISTÓRIA E MEMÓRIA: ASPECTOS SOBRE O CENÁRIO ARTÍSTICO DA DANÇA NA CIDADE DE NOVA IGUAÇU

Mariana Cunha Callegario
Mestre em Memória Social - UNIRIO

INTRODUÇÃO

Ao falar sobre a produção de Dança em uma cidade que é recorrentemente invisibilizada pelo centro da cidade do Rio de Janeiro – ainda considerada uma das capitais da Dança -, não fazendo parte da chamada “história oficial carioca”, somada ao fato de nos referimos à Dança, tendo grande parte de suas produções invisibilizadas, temos aí um dos motivos que me fizeram iniciar esta pesquisa. A escassez de materiais ou de circulação sobre as produções de Dança na cidade ainda é um fator que dificulta o conhecimento dessa memória, logo, é necessário recorrer às possibilidades de pesquisa dentro de campos diversos. A memória, história e a oralidade são alicerces possíveis para um recorrente resgate e organização desse cenário.

A partir desse pensamento, o tema proposto está relacionado especificamente a construção da memória da Dança em Nova Iguaçu a partir dos atores que a praticam na cidade. Debruicei-me sobre esse tema não apenas pelo fato ser moradora de Nova Iguaçu e estar inserida no cenário da Dança local por aproximadamente 16 anos – destinados tanto à prática quanto às pesquisas -, mas, igualmente, por perceber/vivenciar problemas estruturais de desigualdades instauradas quando observamos a Baixada Fluminense e a Dança. Problemas estes não só observados dentro da própria estruturação cultural da cidade, como os investimentos e políticas destinados às artes, assim como a questão da visibilidade desses artistas e suas produções. Neste sentido, por acreditar que nenhum texto nasce descolado de seu autor, este trabalho, como foi mencionado, surgiu a partir das inquietações que trago ao longo do meu processo de construção profissional com a Dança em Nova Iguaçu.

Nova Iguaçu dispõe de um cenário cultural que não o distingue em tal grau dos demais municípios brasileiros no que tange à institucionalização do setor cultural. Assim como apresentado anteriormente, é um município que ainda possui escassez de infraestrutura, recursos humanos e investimentos direcionados ao orçamento para a gestão de suas políticas e ações voltadas para o campo da Dança. Logo, observa-se a falta de uma legislação específica para a área cultural



e a presença de apenas um único equipamento cultural, a Casa de Cultura. Esses fatores, além de tornarem-se empecilhos para o desenvolvimento de mais ações direcionadas para esse viés artístico específico, torna-se um fator que dificulta também o processo de reconhecimento dessa memória que se mostra presente através dos artistas que resistem a esse cenário.

METODOLOGIA

Inicialmente foram realizados mapeamentos envolvendo os espaços que abrigam a Dança na cidade, assim como as atividades oferecidas e os atores sociais envolvidos com essas ações. Esses mapeamentos foram realizados através de buscas na web, assim como consultas a materiais impressos sobre as programações dos espaços pesquisados e contatos realizados por telefone e e-mail/redes sociais dos responsáveis pelos mesmos. A partir desses mapeamentos foram encontrados espaços que melhor se relacionavam com o desenvolvimento de ações voltadas para o campo da Dança e, com isso, profissionais que possuem visibilidade na cidade. O nome de Tereza Petsold é uma figura recorrente quando o assunto é a Dança na cidade de Nova Iguaçu e isso se dá a partir de um conjunto de fatores que propiciam essa maior visibilidade. Apesar desse cenário que constrói uma memória oficializada recorrente ao nome de Petsold, a partir da análise como pesquisadora/participante do campo da Dança na cidade é possível observar o aparecimento de outros atores sociais em composições mais recentes desse cenário. Através de entrevistas, assim como a análise dos relatos de outros artistas que compõem a construção dessa memória, é possível elucidar a possibilidade de reconfigurar uma memória oficial da cidade, criando outros olhares para as práticas culturais da Dança na região. A análise das fontes orais surgiu como forma de mostrar a história daqueles que não são registrados na história oficial, logo, é visível a importância da utilização dessas fontes para a criação de uma memória cultural da cidade, ao ter em vista que parte do material para fundamentação desse estudo advém das falas dos artistas da Dança Iguaçuana.

RESULTADOS

Tereza, mulher branca vinda de uma família com prestígio na cidade, se destacou nas mí-

¹ Cabe ressaltar por vez que não me atendo ao fato de a memória oficial ser algo negativo para a construção da memória da Dança Iguaçuana, porém, a investigação dessas outras memórias traz consigo ainda mais riqueza para a consolidação desse estudo.



dias locais a partir de 1980 por fazer parte de uma elite iguaçuana, mantendo-se em evidência no cenário da Dança em Nova Iguaçu até a atualidade. É notório o fato da predominância de uma memória oficial da Dança a partir de relatos que direcionam o nome de Petsold como uma personalidade marcante da trajetória da Dança local, onde cria -se uma espécie de “memória comum” em que a mesma transita por um lugar de indicador empírico de uma memória coletiva desses grupos específicos. Para Pollak perde-se quando caímos na uniformização e oprimimos as outras possibilidades da memória. Quando analisamos os excluídos, os marginalizados, as minorias e, nesse sentido, esses outros atores da cena iguaçuana, ressaltamos as memórias subterrâneas opostas à memória oficial¹, acentuamos os silêncios e os esquecimentos de maneira que se rompem os consensos estabelecidos. Essas lacunas e vozes fragmentadas tendem a entrar em disputa com esse discurso unilateral, o que pode gerar a reconfiguração ou, até mesmo, a desconstrução dessas versões oficiais.

Logo, a partir da análise das ações de Dança desenvolvidas hoje na cidade, assim como a trajetória dos atores que estão envolvidos com as mesmas e trazendo os mesmos para compor esse cenário como Maciel Dias, Cíntia Jocas, Lorena Melo, Andréa Victorino e Lena Madsen, reafirma a condição de que a Dança em Nova Iguaçu não se restringe a um único fazer. Apesar dessa memória oficial construída em torno da figura específica de Petsold, o surgimento de outros espaços, companhias e atividades de Dança reconfiguram essa memória multifacetada. A construção das memórias e do cenário da Dança em Nova Iguaçu deve incluir a consideração de que outros grupos, espaços e atores desenvolveram suas ações em Dança nesse mesmo período, porém, afastados de uma visibilidade compatível a de Tereza Petsold. Logo, parte-se da hipótese de que essa organização dominante possa ter inviabilizado, ou até invisibilizado, a ascensão de outros atores que compõem esse cenário, e analisar estas dinâmicas nos permite encontrar pistas para construção de uma memória que possibilitaria o surgimento de um outro olhar sobre a Dança na cidade.

REFERÊNCIAS

CALVO, C. R. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e Patrimônios da cidade. **História & Perspectivas** (UFU), v. 23, p. 13-26, 2010.

ENNE, Ana Lucia Silva. Em “busca de dias melhores”: cultura e política como práticas institucionais na Baixada Fluminense. **Rumores**, Brasil, v. 6, n. 12, p. 170-193, dec. 2012. ISSN 1982-677X.



Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/55299>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. **“Lugar, meu amigo, é minha Baixada”**: memória, representação social e identidade. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

LACERDA, A. C. M. **O lugar da Dança na imprensa iguaçuana**: um estudo sobre o caso Tereza Petsold (Nova Iguaçu, 1984-1994). Monografia (Licenciatura em História) – Departamento de História e Economia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu: Instituto Multidisciplinar, 2018.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. São Paulo: CEBRAP/SESC, 2016. p. 24 -41.

ONOFRE, L. F. **A circulação de artistas e produtores culturais no espaço dos bares no centro de Nova Iguaçu**: o caso do Daniel’s bar (1989-1996). Monografia (Curso de Licenciatura em História). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Instituto Multidisciplinar. Nova Iguaçu, 2011.

PICOLI, B. A. Memória, história e oralidade. Dossiê Brasil Colônia. **Mnemosine Revista**, Campina Grande (UFCG), volume 1, p. 168-184, nº 1, jan/jun 2010.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

ROCHA, N. J. R; SILVA, K. C. R. Oralidade - e o povo sobrevive na sua fala reinventada. **Comunicação e Informação**, V 10, nº 1: p. 114 - 125 – jan/jun. 2007.



OUTRAS HISTÓRIAS DA ARTE – TRANSVERSALIDADES PERIFÉRICAS

Silvia Schiavone Petinari Cordeiro

Artes Visuais - IFRJ

Introdução

O presente artigo aborda a minha pesquisa da especialização em Linguagens Artísticas, Cultura e Educação, onde busco problematizar as produções do cenário contemporâneo das artes visuais da e na Baixada Fluminense, com enfoque nos bairros de Nova Iguaçu, Belford Roxo, São João de Meriti, Mesquita e Nilópolis. O projeto tem como proposta o fortalecimento das conexões entre a Arte Contemporânea e a Baixada Fluminense visando a problematização, o questionamento e o aprofundamento das questões que abordam a assimetria arbitrada ratificada nas dicotomias entre centro x periferia e popular x erudito.

A Baixada Fluminense também é celeiro e centro de produções artísticas dignas de prêmios como PIPAs e Bienais! A invisibilidade de grande parte das produções visuais e a falta de fomento à sua circulação acabam por fazer com que os artistas e todos os atores deste circuito acabem se deslocando para outros territórios, onde há investimentos e interesse acadêmico. Porém, a cada dia as ocupações dos equipamentos culturais locais vêm sendo feitas por artistas e intelectuais da própria Baixada. O capital cultural e a produção de saberes ligados às artes plásticas não são mais monolíticos, não existe mais uma doutrina única e validadora ligada aos centros de Artes. A arte é universal e democrática. O papel formador e patriótico da Arte não está unicamente nas mãos dos discursos de críticos, curadores, artistas e instituições de determinadas localidades, tendo como foco o Centro e a Zona Sul. A instrumentalização de um mercado de artes, que é tudo, menos horizontal e democrático, acabou por ratificar um discurso hegemônico que, por si só, já é paradoxal ao verdadeiro papel das Artes.

Pensar que aqui temos grandes artistas, intelectuais, acadêmicos e profissionais com atuações diversas no campo artístico, demonstra a existência de um panorama de legitimação social que abarca a criação de um locus físico de estudo das artes contemporâneas em suas pluralidades e transversalidades. Os privilégios e monopólios no circuito artístico precisam ser problema-



tizados e seus centros deslocados. Como se pode falar de transversalidades e interdisciplinaridades nas artes em locais que elitizam e segregam? Até onde o democrático e o acessível é real? Qual o papel das micropolíticas dentro de um cenário cada vez mais excludente e díspar?

Precisamos relativizar as fronteiras dentro do campo das artes e articular novos diálogos e possibilidades reais destes estudos também serem produzidos no “gueto”, da produção de outros novos campos transdisciplinares que vão além dos muros de instituições pontuais. A arte não é puramente institucional, mas essencialmente relacional.

Mesmo sabendo que a ruptura entre cultura de elite e cultura de massa já tenha se dado, fica claro que as pormenorizações resultantes desta paisagem necessitem, ainda, de uma reconfiguração básica. Travamos uma luta antiga para ocupar os espaços e centros de cultura “legitimadores”, aqueles fora do nosso território, do nosso lugar de fala, de trocas e de afetos. Precisamos atentar para o fato de que antes de quereremos ser cópia destes espaços, tal qual um povo colonizado busca se assemelhar em costumes com sua colônia, devemos entender que o cenário contemporâneo de artes deve e precisa começar a ser escrito e movimentado aqui e através, principalmente, de nós. A tentativa de falar por nós e não conosco e através das nossas obras, se assemelha a uma forma de deslegitimar nossos pontos de vista, nossa voz e nossas micropolíticas. Parafraseando Angela Davis, um dos maiores desafios enfrentados pelos artistas visuais politizados da periferia é deixar o legado da sua produção e da sua cultura serem transmitidos para o seu próprio povo, a quem, em grande parte, têm sido negado o acesso aos espaços sociais reservados à arte. Principalmente nestes territórios onde a ausência de políticas públicas é sabida, como na Baixada, a arte tem um papel de ultra relevância, tendo a capacidade de promover a aceleração do progresso social. A dicotomia entre popular e erudito já não atende mais às demandas contemporâneas e novos recortes se fazem necessários, de modo que a produção qualitativa e quantitativa das obras contemporâneas na e da Baixada seja respeitada e fomentada. Não se trata mais de criar uma arte acessível, se trata de criar espaços acessíveis onde a produção já existente possa ser discutida e circulada. O cenário excludente e elitizado que existe nos grandes Centros e nas regiões geográficas mais valorizadas tem só ratificado a propagação de uma cultura de poucos e para poucos, sem que haja um interesse real de unir forças ou de fazer coligações, mas em vez disto, as diferenças são enfatizadas através da construção de pontes entre os próprios movimentos e instituições artísticas. Muitas instituições e personagens do Centro e da Zona Sul vêm tentando abordar a arte feita na periferia sem ao menos terem conhecimento e atuação na organização local de movimentos artísticos, culturais e políticos populares.



Tradicionalmente, a Academia e as instituições, representadas pelos críticos, historiadores, curadores e outros personagens, tendem a abordar a nossa produção (a da periferia, mais precisamente neste estudo, a da Baixada Fluminense) diminuindo-as com alegações de que são “naif”, “ligadas à cultura popular e tradicional”, “marginalizadas”. Um olhar ainda colonialista sobre nossas produções. O que interessa é podermos falar sobre as nossas produções porque temos conhecimento para tal e somos os mais interessados em promover as reflexões oriundas deste universo simbólico. Através das nossas produções, perpassamos por questões que narram nossas transversalidades, que valorizam nosso território, nosso espaço e lugar, falamos sobre nossos corpos e nossa identidade, fazemos micropolíticas e abordamos tempo e memória. Esta fala é nossa e é preciso, ainda, requerer nosso lugar como se ainda não tivéssemos o direito a estas mesmas narrativas. É importante que se entenda o perigo de não se hibridizar e abordar as diversas produções de arte e do público não ter o direito de aprender a discernir, entender e fruir a obra que lhe for apresentada. Na Baixada urge a criação de locais de fomento à “alfabetização cultural”, e ao “exercício do olhar”, onde os signos ensinados na Academia e nos circuitos elitizados de arte, também possam ser entendidos pela população periférica.

Metodologia

Como bacharel em Artes Visuais e moradora da Baixada desde que nasci, a observação do problema se deu durante muitos anos, onde as questões aqui abordadas eram sempre levantadas pela minha produção artística, através das minhas vivências e referenciais artísticos e teóricos. Após levantamento do problema, busquei encontrar uma metodologia que abarcasse uma resolução que dialogasse com as possibilidades reais de iniciar um movimento, mesmo que incipiente, no sentido de promover uma inclusão e movimentação dos artistas visuais oriundos da Baixada Fluminense dentro de um novo cenário. A princípio, pensei na importância de fomentar a criação de um espaço (institucional ou não) para a realização de encontros, estudos e outras ações de valorização das produções artísticas locais em toda a sua pluralidade.

De início, pensei em fazer alguns levantamentos que facilitariam o entendimento dos hiatos e das defasagens que permeiam o cenário cultural na periferia em questão. O mapeamento de espaços independentes ou institucionalizados, museus, centros culturais e afins, daria noção do equipamento cultural existente e em como suas ocupações estavam sendo feitas. Esta parte foi iniciada em Nova Iguaçu e Belford Roxo, tendo sido escolhidos, dois locais para atuação: Centro Cultural Donana (espaço independente), em Belford Roxo, e Casa de Cultura Sylvio Monteiro



(espaço público), em Nova Iguaçu.

Após escolha dos locais de ação, propus a criação de um curso de extensão, que tem como foco a troca entre a comunidade acadêmica e a população, para ser ministrado em ambos os locais. A ementa foi pensada de modo a englobar os principais tópicos de interesse dentro do universo local e a dar voz às produções de arte feitas por quem é artista daqui. A ideia central do curso seria promover a reflexão sobre as produções visuais contemporâneas na Baixada Fluminense através de 6 encontros com a participação de artistas locais e artistas de fora, porém com foco e interesse dentro das problemáticas da periferia. A ementa do curso é esmiuçada num outro artigo, neste procuro abordar o hiato entre as produções locais da Baixada e as produções do cenário legitimador, ou seja, dos espaços e lugares que criam e escrevem a história da arte contemporânea.

Durante a definição do problema e do próprio processo de trabalho, surgiram alguns questionamentos que espero responder através das ações que serão tomadas:

- Por que não vemos uma arte contemporânea significativa sendo produzida na Baixada? Ela existe ou é invisibilizada?
- Quantos são os artistas da Baixada que são capazes de propor questionamentos e inflexões sobre sua própria produção?
- Será que estes artistas que fazem parte do seletivo e restrito “mercado” de arte na Baixada, são capazes de produzir questionamentos sobre a gênese da suas obras?
- Quais os centros municipais e outros locais “institucionalizados” de exposições e eventos de arte na Baixada?
- Por qual motivo os SESC’s não absorvem os artistas locais e as tradições mais identitárias da localidade?
- Por que não temos galerias significativas para o mercado de artes na Baixada?
- Por que o número de artistas atuantes da Baixada é tão pequeno se comparado aos do Rio?
- Por que a maioria destes artistas atuantes são homens?
- Por que os artistas atuantes da Baixada precisam, na maior parte das vezes, sair da localidade para validar seu trabalho?
- Quantos artistas da baixada estão inseridos na história da arte, que se mantém hegemônica e elitista?

Os movimentos artísticos que comumente são associados à Baixada são: grafite, carnaval/samba, funk, hip hop. Os movimentos artísticos que precisam ser trazidos para a Baixada: galerias, expo-



sições com artistas institucionalizados do mercado de Arte, lugar de ocupação e horizontalidade para a produção artística local.

Resultados Parciais

O curso “Outras Histórias da Arte – propondo reflexões críticas sobre a produção visual contemporânea nas periferias” foi montado e será ministrado nos meses de Abril e Maio nos dois espaços citados acima. A ideia é que outros movimentos se articulem a partir destes encontros, onde as trocas e os saberes possuem uma horizontalidade que os artistas daqui dificilmente encontram no cenário artístico já existente fora daqui. Existe uma exclusão que se mantém, seja ela geográfica, econômica e/ou simbólica. O curso visa promover a reflexão sobre quem pode legitimar ou não o que produzimos além de nós mesmos. Além do curso, pensei em outras ações que estão em fase de consolidação. Uma outra ação resultante desta processo seria uma série de encontros denominada “Parque na Lage”. Na varanda da lage da casa de Cultura Sylvio Monteiro, situada em Nova Iguaçu, ocorreria a abertura para novas proposições: encontros, aulas e oficinas abordando os fundamentos conceituais e práticas artísticas contemporâneas que dialogam com os saberes produzidos em centros elitizados de arte, como o próprio Parque Lage.

O nome faz alusão ao antigo engenho de açúcar localizado no Jardim, Botânico, região nobre do RJ, tombado pelo IPHAN. O Parque Lage é um parque público e escola de Artes, reunindo intelectuais e artistas importantes do cenário artístico contemporâneo. A 55 km temos em Nova Iguaçu a Fazenda São Bernardino, antiga “fazenda de café”, também tombada pelo IPHAN. Embora seja inviável utilizá-la como espaço de produção de troca de saberes, podemos ocupar novos lugares, reverberando a necessidade urgente de validar e fomentar a criação de novos discursos e uma outra história da arte, não só a hegemônica aprendida nos cursos de graduação e nos centros institucionalizados de artes.

Referências Bibliográficas

Bourdieu, P. (2005), *A Economia das Trocas Simbólicas*, Rio de Janeiro: Editora Perspectiva.

Cauquelin, A. (2005), *Teorias da Arte*, São Paulo: Martins Fontes

Dewey, J. (2010), *Arte Como Experiência*, São Paulo: Martins Fontes.

Fischer, E. (1987), *A Necessidade da Arte*, 9ª ed, Rio de Janeiro: LTC.



Gell, A. *Definição do Problema: a necessidade de uma antropologia da arte*. P. 243-259.

Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós – modernidade/* tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Hooks, B. (2013), *Ensinando a Transgredir: A educação como prática da liberdade*, São Paulo: Martins Fontes.

Lagrou, E. M. *Antropologia e Arte: uma relação de amor e ódio*. Ilha, Florianópolis, v.5, n.2, pp.93-113 dez.2003. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/download/15360/15351>>.

Loponte, L. G. (2008a). *Pedagogias visuais do feminino: arte, imagens e docência*. Currículo sem Fronteiras, 8, 148-164.

Read, H. (2013), *A Educação pela Arte*, 2ª ed, São Paulo: Martins Fontes.

Zamboni, S. (1998), *A Pesquisa em Arte: um paralelo entre arte e ciência*, São Paulo: Editora Autores Associados.



MOVIMENTOS SOCIAIS E CULTURAIS: MEMÓRIA E (RE)EXISTÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE

Thiago da Rocha Dionizio Rodrigues

Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas - PPGDT/UFRRJ

Esse projeto nasce de uma aproximação com movimentos sociais e culturais da Baixada Fluminense e, a partir, objetiva analisar como a atuação desses movimentos mantem viva a memória, o sentido de existência e a luta pela garantia de direitos da população de uma das maiores regiões do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), mas também a mais abandonada social e culturalmente: a Baixada Fluminense (BF). A região ainda sofre com uma espécie de colonização por parte da cidade do Rio de Janeiro que, como capital do Estado, não oferece uma política de integração sociocultural e sim de esvaziamento da cultura periférica (oprimida) para a predominância da cultura da capital (opressora). Essa relação ente capital e periferia pode ser entendida como uma micro versão da relação entre a França e suas colônias, retratadas por Frantz Fanon em "*Pele negra, máscaras brancas*" (2008).

Busca-se fazer uma leitura transdisciplinar sobre a o território Baixada Fluminense por meio de uma pesquisa qualitativa bibliográfica e documental, e uma interlocução com os movimentos sociais e culturais da Baixada, visto que se tornaria impossível dar voz e visibilidade a esses movimentos apenas fazendo um "sobrevoo conceitual sobre a realidade investigada", como assinalaram Alvarez & Passos (2009, p.131), sem compartilhar suas vivências nos seus territórios.

A região hoje conhecida como baixada Fluminense nasce da fragmentação do município de Iguassu ao longo dos Séculos XX e XXI, dando origem ao às cidades de Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu Queimados e São João de Meriti, sendo Duque de Caxias e Nova Iguaçu considerados os núcleos da BF e as demais cidades, satélites destas (SIMÕES, 2006). A principal consequência (e talvez o motivo) do forjamento da noção de "Baixada Fluminense" foi o fim da estreita relação entre a capital e sua área periférica, impondo o sentido de hierarquia entre elas e estigmatizando a região periférica como um sertão, insalubre, cheio de doenças e fronteira econômica anexada à metrópole, como já estava sendo feito na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Surge aí também, o conceito de região do "Grande Rio", como uma tentativa de mascarar a o processo de confirmação da metrópole como grande centro urbano e da Baixada como área suburbana incorporada ao município (SILVA, 2013).

Os constantes processos migratórios, de divisões territoriais, transformações e lutas políticas e sociais necessários para o território se constituir como tal, impactaram diretamente na vida da população, sua memória, identidade e sentido de pertencimento e, por mais que a Me-



trópole não diferencie suas regiões periféricas, para os habitantes dessas regiões a distinção é clara e se expressa em sua memória e relação sociocultural com o território. Essa relação hoje é mediada pelos *movimentos sociais e culturais*¹ que, ao preencherem uma lacuna deixada (e talvez nunca ocupada) pelo Estado, permitiram ao sujeito pós-moderno (HALL, 2006), morador da Baixada Fluminense a possibilidade de se identificar e pertencer à sua comunidade ao conhecer e interagir com a memória e a sociocultura local, fazendo com que eles não tenham apenas o que lhe é oferecido pelo sistema político e sociocultural da metrópole dominante. Por isso, hoje, a Baixada Fluminense não pode ser vista apenas como território geopolítico, pois ela é o resultado da expressividade e ritmo de sua população, mesmo que essas características não indiquem uma “identidade populacional” própria da Baixada, ao permitem a formação de algum domínio, um sentimento de posse sobre o território (ALVAREZ & PASSOS, 2009). Limberti (2015) aponta que a falta desse sentimento de pertencimento e de posse (física, política, identitária e sociocultural) do território por parte dos moradores leva a um sentimento de mansidão e a falta da percepção de que algo lhe está sendo retirado.

Evocando Fanon (2008), podemos pensar que a metáfora usada pelo autor, “máscara branca que encobre a pele negra”, pode ser facilmente vista na forma em que o opressor desterritorializa socioculturalmente o oprimido, conferindo a ele um status que (falsamente) lhe legitima como seu igual, quando isso, na verdade, é apenas uma manobra para e tirar algo sem que ele “se dê conta”, ou seja, aquilo que dá o sentido de pertencimento ao território é substituído, marginalizado até que se torne invisível e por fim se perca na memória popular, para que em seu lugar se instale a cultura do opressor. Na Baixada Fluminense isso pode ser observado no forjamento das nomenclaturas a ela atribuídas e na noção de região de “Grande Rio”, como forma de despotencializar a região periférica à capital. Mas essa desterritorialização, esse “despertencimento” também pode ser visto nas ações dos próprios governantes baixadenses que assumem a máscara de opressores daqueles que os elegeram ao sobreporem suas decisões (geralmente ligadas a políticas partidárias ou de governo) à cultura local. Essa situação é bem ilustrada na destruição do Pórtico da cidade de Belford Roxo, pelo seu atual prefeito, Wagner Carneiro (o Waguinho), que alegou que o um novo pórtico iria “melhorar o astral da população”, mesmo que esse não possuísse o mesmo valor historicocultural do monumento erguido na entrada da cidade, as margens da Via Dutra e que representava a emancipação da cidade de Belford Roxo do município de Nova Iguaçu, em 1993 (CALAMEO, 2017, p.5). Esse ato foi descrito por um morador da cidade, identificado como José Augusto Pimenta, como “uma cusparada na memória cultural da cidade e um pontapé na história política de Belford Roxo, com o objetivo de apagar a vida pública de Joca” (CALAMEO, 2017, p.5).

Martins (2015), afirma que um local só torna um território “com algo especial”, quando este é demarcado, tornando-se testemunha da presença humana. Logo, como toda ação

¹ Dentre os movimentos sociais podemos citar o Fórum Grita Baixada e entre os movimentos culturais temos o Grupo Código, o Centro Cultural Donana, o Cineclubes Mate com Angu, o M.E.R.D.A. entre outros.

humana é carregada de cultura, toda interferência humana num território o torna um território cultural “especial” e, embora os espaços e obras criadas e vivenciadas pelos sujeitos baixadenses, na Baixada Fluminense, muitas vezes não sejam considerados e reconhecidos como patrimônio cultural, o autor nos afirma que sua importância não deve ser negada, independente das normas e convenções sociais a respeito do que seja cultura ou arte, pois seu dinamismo permite um aprofundamento no contexto histórico, cultural e econômico que envolvem o território e sua população, o que permite uma compreensão de suas necessidades, problemas e potencialidades. Assim, Martins (2015) conceitua o patrimônio cultural como algo amalgamado ao território humano. E acrescenta afirmando que ele é um

Reflexo da sociedade que o produz, sendo necessário esclarecer que este nem sempre é fruto da coletividade, pois existem processos nos quais o Patrimônio é produto de contextos econômicos, políticos e culturais que, por sua vez, possuem origem em decisões de grupos concretos, ou classes. (MARTINS, 2015, p. 53)

A cultura é resultado da presença humana, todavia é comum não haver grande participação popular na preservação da cultura local, principalmente quando outras demandas vitais são apresentadas (MARTINS, 2015). Voltando ao exemplo da destruição do pórtico de Belford Roxo, enquanto José Augusto Pimenta viu a destruição como uma ofensa a história da cidade, outra moradora da cidade, identificada como Maria Judite, declarou que “certos políticos sempre encontram um jeito de sugar dinheiro do povo com obras desnecessárias” e completou afirmando que “a Saúde está em péssima situação; a Educação, um horror, é preciso acabar com a burocracia e com as obras do Hospital do Joca” (CALAMEO, 2017, p.5), em sua fala a moradora deixa claro que vê outras prioridades para o investimento público que não o monumento. Essa falta de interesse por investimentos em algo de “menor necessidade” como a cultura e a preservação do patrimônio cultural, pode ser constatada fala do terceiro entrevistado, o senhor Hugo Alves, que acredita que essa “é uma obra desnecessária, pois o pórtico já está pronto há 22 anos” (CALAMEO, 2017, p.5).

Para Pordeus (2008), o caminho para a preservação cultural e seu uso no desenvolvimento humano, social e econômico é a integração da sociedade ao setor público e privado, todavia Guimarães (2015) aponta que, graças aos reflexos do capitalismo (exploração, concentração de renda, falta de acesso aos direitos humanos e sociais básicos e etc.), essa integração só será possível quando os movimentos sociais de resistência tiverem suas pautas atendidas pelo Estado.

Assim, observamos que a Baixada Fluminense é uma área vasta não só geograficamente, mas também pelo ponto de vista sociocultural, todavia sua potencialidade parece ser restringida pela atuação opressiva do Estado, em seus diversos níveis. Nesse contexto os movimentos sociais e culturais surgem como resistência à marginalização e apagamento da memória e do sentimento de existência na Baixada. Todavia, até que ponto esses movimentos poderão salvaguardar não só a memória ou sentimento de existência, mas também a noção de pertencimento e construção de subjetividade na Baixada Fluminense sem a criação e efetivação de políticas públicas que garantam uma maior efetivação dessa salvaguarda, seja pelo Estado ou pelos próprios movimentos?



Referências

- ALVAREZ, J; PASSOS, E. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009 p. 131-149.
- ATHAYDE, C; BILL, MV; SOARES, L. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Ojetiva, 2005.
- CASTRO, D. Prefeito ordena demolição do pórtico de Belford Roxo. **Jornal de Hoje**. Nova Iguaçu, 26 julho, 2017. Baixada, Caderno Quatro, p.5. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/0025584359c855b4c8815>>. Acesso em: 03 outubro, 2018.
- FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador, EDUFBA: 2008.
- GUIMARÃES, M. **Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil Contemporâneo**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.048>. Acesso em : 31 set de 2018.
- HALL, S. **A Identidade cultural na Pós Modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LIMBERTI, R. Existência indígena: resistência em busca da (re)existência. In: **Cadernos de Estudos Culturais. Campo Grande**. v. 7, n. 13. 2015. Disponível em: <http://seer.ufms.br/index.php/cadec/article/view/3414/2674>. Acesso em: 12. ago. 2018.
- MARTINS, J. Patrimônio cultural: sujeito, memória e sentido para o lugar. In: PINHEIRO, A. (ORG). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização**. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.
- MARQUES, A. Baixada Fluminense: da conceituação as problemáticas sociais. Contemporâneas. In: **Revista Pilares da História**. Duque de Caxias: CMD/AAIH, vol. 4, N. 6, 2006.
- PORDEUS, E. Direito à cultura e desenvolvimento: a participação social na proteção do patrimônio cultural no Estado brasileiro. In: **Prim@ Facie** – ano VII, vol. 7, n. 13, jul-dez, 2008.
- SILVA. L. De recôncavo da Guanabara a baixada Fluminense: leitura de um território pela história. In: **Recôncavo: revista de História da UNIABEU**, vol3. N 5, 2013.
- SIMÕES. M. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. 2006 (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói.



PRÁTICAS FARMACÊUTICAS EM IGUASSÚ ATRAVÉS DAS TRAJETÓRIAS DE JOSÉ MANOEL DE SANTA RITA E JOAQUIM NERY COTRIM DE SANTA RITA (1890 – 1937)

Ticiania Santa Rita

Doutoranda em História da Ciência e da Saúde - COC/Fiocruz

Introdução

Apesar da importância de boticários e práticos de farmácia no cotidiano de diversas regiões, são poucos os trabalhos que se debruçaram sobre a história do exercício farmacêutico, principalmente com o olhar voltado para a atuação destes profissionais nas periferias. Neste sentido, podemos citar alguns trabalhos como os realizados por Vera Regina Beltrão Marques, onde a autora aborda o tema no século XVIII; os trabalhos realizados por Tânia Salgado Pimenta com foco no século XIX e os de Flávio Coelho Edler de maneira mais geral.

O presente trabalho pretendeu estudar o exercício do ofício farmacêutico na periferia da capital do Rio de Janeiro, especificamente no município de Iguassú, a partir das anotações de um prático de farmácia entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A arte de curar utilizando plantas fez parte dos saberes populares e eruditos desde a antiguidade, encontrando na natureza a fonte de seus antídotos, panacéias e remédios com o intuito de curar moléstias e aliviar o sofrimento (Marques, 1999; Pimenta e Costa, 2008). Ao longo do tempo, o exercício das práticas terapêuticas sofreu consideráveis mudanças, principalmente na primeira metade do século XIX, com a organização da corporação médica em torno de faculdades, periódicos especializados e sociedades científicas e sua luta para monopolizar as artes de curar. Nesse período, foram redefinidas a autorização e a fiscalização do exercício terapêutico (Pimenta, 2004; Pimenta e Costa, 2008).

Durante o oitocentos, apesar de suas limitações legais, era comum em diversas regiões do país que boticários/farmacêuticos, práticos de farmácia ou dentistas fizessem às vezes de médicos, diagnosticando e prescrevendo eles próprios os medicamentos. Especificamente no caso dos boticários, estes profissionais dividiam seu tempo entre as boticas/farmácias e o atendimento domiciliar aos doentes (Figueiredo, 2005, p.63; Pimenta, 2004, p.68).

Os práticos de farmácia sem formação acadêmica podiam atuar em situações especiais como médicos desde que tivessem determinados aprendizados práticos (Figueiredo, 2005; Pimenta, 2004). Justificava-se essa flexibilidade devido à dificuldade de acesso da população aos médicos ao longo dos oitocentos, dada a carência numérica de profissionais formados e, à distância destes para algumas localidades e da própria população para os centros urbanos (Sampaio, 2001; Velloso, 2007).



Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita era prático de farmácia, filho do farmacêutico e juiz de paz José Manoel de Santa Rita (PERES, 2006, p.112-113) e Henriqueta Cotrim de Santa Rita. Sua família, provavelmente, chegou a então Vila de Iguassú por volta de 1880, quando fixou residência no povoado denominado Pavuna e neste local, conheceu sua futura esposa, Maria Luiza de Carvalho Estudante, filha do comerciante da região Francisco de Carvalho Estudante e Emília Ferreira de Carvalho, com quem teve 10 filhos.

Durante sua vida em terras iguassuanas, Joaquim Nery fixou residência, no povoado da Pavuna, e também em Coqueiros, Estrella e Merity, onde faleceu em 21 de abril de 1937.

As informações deixadas por Joaquim Nery vão da sua vida profissional à vida privada da família, possibilitando uma análise da dinâmica familiar da época, das redes de sociabilidade em que estava inserido, do exercício profissional da farmácia, das transformações na sua profissão, das epidemias que atingiram a família e da região onde moravam.

Em suas anotações Joaquim Nery não faz nenhuma menção à vida familiar antes de 1894 e, são poucas informações sobre a vida profissional de seu pai. Além da data do falecimento de José Manoel, em 15 de novembro de 1919, são mencionadas algumas receitas de medicamentos de autoria do mesmo e a sociedade firmada entre pai e filho em uma farmácia no povoado da Pavuna, no município de Iguassu em 1892, região em que atuou por mais de 30 anos, que nos levou a procurar outras fontes para descobrirmos essas informações.

Recorte Teórico Analítico

O recorte escolhido inicialmente foi baseado na principal fonte utilizada, o manuscrito deixado pelo prático de farmácia Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita, com início em setembro de 1894, época de seu casamento e terminando com seu falecimento abril de 1937. Porém, conforme a pesquisa foi avançando e as fontes foram sendo cruzadas, o recorte temporal foi sendo alargado. É importante ressaltar que, não tínhamos a pretensão de construir um estudo propriamente biográfico. Pretendíamos apenas que as anotações deixadas por um prático de farmácia norteassem os caminhos da pesquisa sobre o exercício da farmácia e suas transformações ao longo do tempo.

Metodologia

Buscamos compreender como o ofício farmacêutico era desenvolvido em Iguassú, na periferia do Rio de Janeiro, a partir das anotações deixadas pelo prático de farmácia Joaquim Nery Cotrim de Santa Rita, em seu Manuscrito. Os registros, que mostram à vida cotidiana da família e a atuação profissional do prático, possibilitaram a análise das redes de sociabilidades em que a família estava inserida, o exercício do ofício farmacêutico, às transformações ocorridas em relação à profissão assim como, as epidemias que atingiram a família e a região onde fixaram residência.

Nesse sentido, almejando compreender e responder questões mais amplas, foi realizado um



levantamento sobre a legislação que regulamentava o exercício de médicos, farmacêuticos, boticário, práticos de farmácia e outros agentes ligados a prática de curar, referentes ao período estudado, assim como uma ampla investigação empírica em outros arquivos e fontes legislativas, cruzando com as informações levantadas no Manuscrito deixado por Joaquim Nery com a de outros acervos como o Arquivo do Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias, Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, além da ampliação das biografias referentes ao tema.

Resultados

Desde o início, como já mencionamos, não tínhamos a pretensão de construir um estudo propriamente biográfico. Pretendíamos que as anotações deixadas por um prático de farmácia norteassem os caminhos da pesquisa sobre o exercício da farmácia e suas transformações ao longo do tempo. Porém, fazer uma apresentação do Joaquim Nery e José Manoel era fundamental para o desenvolvimento do trabalho. Contudo, é importante ressaltar que apenas alguns pontos na história do prático e do boticário foram destacados, “para não incorrer[mos] nos efeitos de compor uma trajetória homogênea, encadeada [e] autoexplicativa” (DIAS, 2016: 45).

Para não incorremos na produção de uma trajetória¹ autoexplicativa, encadeada e homogênea, apenas alguns pontos na história do prático e do boticário foram destacados. Levamos em consideração a história do grupo familiar e as práticas farmacêuticas desenvolvidas pelos personagens, buscando entender a inserção destes no universo das artes de curar. Durante este processo, destacamos a vida profissional do prático e a de seu pai José Manoel de Santa Rita, boticário na Vila de Capivary, atual Silva Jardim, desde meados de 1850, procurando analisar como o prático e o boticário estavam inseridos nas localidades em que atuavam.

Assim como outros farmacêuticos locais, José Manoel e Joaquim Nery estiveram envolvidos com as ações voltadas de alguma forma para o saneamento da região. José Manoel e outros dois boticários, eram pagos pela Câmara Municipal de Capivary para fornecer medicamentos à população carente local em 1857 e em Iguassú na época da epidemia de varíola de 1895, aplicou as linfas vacínicas na população da região. Já o prático Joaquim Nery esteve envolvido em movimentos de caráter nacionalista que se espalharam pelo país, tendo como objetivos o saneamento dos sertões. Seu envolvimento com o Centro Pró-Melhoramentos de Merity do qual foi presidente comprova esse engajamento. Já sua participação na Liga Contra o Analfabetismo através da fundação da Escola Noturna Gratuita de Merity, nos leva a crer que permitiu a sua aproximação com Armanda Álvaro Alberto e mostra como as relações de sociabilidades em que estava inserido lhe conferiam capital social.

Concluimos essa pesquisa, sem a pretensão de esgotar o assunto, mas sim, objetivando contribuir para o melhor entendimento da prática do ofício farmacêutico na região de Iguassú. Trabalhos

¹ Empregamos a noção de trajetória utilizada por Gonçalves e Lisboa (2007), onde esta é entendida como transcurso, e “analisa mudanças sociais, passagens de *status*, de situação econômica, de atividades profissionais, utiliza datas significativas, períodos, números, enfim aspectos quantitativos e qualitativos na mesma abordagem” (GONÇALVES e LISBOA, 2007: 88).



voltados para as artes de curar da região, especificamente relacionados ao ofício farmacêutico são escassos, apesar da crescente historiografia sobre a região.

Referências Bibliográficas

DIAS, Amália. *Entre Laranjas e Letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. *Revista Educar*, n.25, p.59-73, 2005.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Natureza em boiões: medicinas e boticários no Brasil setecentista*. Campinas, SP. Editora Unicamp, 1999.

PERES, Guilherme. *Um lugar no passado*. Rio de Janeiro, Editora IPAHB, 2006.

PIMENTA, Tânia Salgado. Transformações no exercício das artes de curar no Rio de Janeiro durante a primeira metade dos oitocentos. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.11, supl.1, p.67-92, 2004.

PIMENTA, Tânia Salgado e COSTA, Ediná Alves. O exercício do farmacêutico na Bahia da segunda metade do século XIX. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.15, n.4, p.1013-1023, out-dez, 2008.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.

VELLOSO, Verônica Pimenta. *Farmácia na Corte Imperial (1851-1887): práticas e saberes*. Tese (Doutorado em História das Ciências da Saúde). Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2007.



A PRESENÇA DA TEMÁTICA RACIAL NO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL DA FACULDADE DUQUE DE CAXIAS

Wesley Paulo Peixoto

Graduado em Serviço Social - FDC

Liandra Lima Carvalho

Professora Doutora do curso de Serviço Social - FDC

INTRODUÇÃO

Considerando um dos Princípios Fundamentais do Código de Ética dos Assistentes Sociais, datado de 1993, que é o combate à toda e qualquer forma de discriminação e preconceito, a presente pesquisa buscou perceber junto aos alunos do Curso de Serviço Social da Faculdade Duque de Caxias, suas percepções sobre o racismo no Brasil, se tal curso vem realizando atividades sobre tal temática, bem como se as mesmas contribuem no avanço do conhecimento acadêmico, na opinião dos alunos. O questionamento que norteou tal iniciativa foi: O Curso de Serviço Social da Faculdade de Duque de Caxias vem possibilitando a construção de um olhar crítico sobre as consequências do racismo no Brasil e sobre as estratégias de enfrentamento ao mesmo?

APRESENTAÇÃO DO RECORTE TEÓRICO ANALÍTICO

Apresentaremos no decorrer do recorte teórico alguns resultados da pesquisa realizada com os alunos do Curso de Serviço Social, da Faculdade Duque de Caxias, acerca da presença de conteúdos voltados para o combate ao preconceito e a discriminação racial ao longo do curso.

Ao perguntarmos aos entrevistados se, antes de iniciarem a graduação, já tiveram contato com discussões sobre racismo e/ou preconceito racial, 65% responderam positivamente, enquanto 35% responderam negativamente.

Acreditamos que a maioria desses entrevistados, que já tiveram contato com discussões sobre racismo e/ou preconceito racial, antes de iniciarem a graduação, já participaram de eventos realizados durante o Ensino Fundamental ou Médio, nas escolas que estudaram, ou tiveram aulas sobre a temática racial, na matéria de História, Literatura ou Educação artística.

A Lei Nº 10.639, de 9 de Janeiro de 2003, é a que altera a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e a que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. (BRASIL, 2003).

Ao perguntarmos aos entrevistados, se souberam sobre a campanha do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), sobre o combate ao racismo, 65% responderam negativamente, en-



quanto 35% responderam positivamente.

A campanha do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) contra o racismo, denominada "Assistentes sociais no combate ao racismo", é uma Campanha de Gestão assumida, em conjunto com os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), no período de 2017-2020, cujo ponto de partida é indiscutível: "a existência e reprodução, em grande escala, do racismo no Brasil." (CFESS-CRESS, 2018:15). Ou seja, devido a existência e a grande reprodução do racismo no Brasil, foi assumido uma campanha do conjunto CFESS-CRESS, com o objetivo de unir os assistentes sociais brasileiros contra o racismo.

Ao perguntarmos para os nossos entrevistados o posicionamento deles a respeito das cotas raciais para entrada no ensino superior público e/ou para concursos públicos, 70% responderam que são a favor e 30% responderam que são contra.

De acordo com Silva (2011), as cotas raciais são políticas de ações afirmativas, que tem como objetivo, garantir o acesso ou privilégio ao emprego e à educação para contingentes raciais historicamente excluídos na sociedade, a população negra (pretos e pardos), verificando se alcançam periodicamente os resultados esperados, como o uso da raça como critério de seleção interna de cargos ou o acompanhamento estatal dessas minorias sociais.

Podemos perceber que na sociedade brasileira, as pessoas são contra as cotas raciais, porque não entendem, ou não sabem, sobre o motivo das mesmas existirem, ou por simplesmente pensarem de acordo com a meritocracia, de que negros e brancos possuem a mesma oportunidade de acesso à educação e ao mercado de trabalho no Brasil. Tal fato mostra que é importante, a maioria dos brasileiros, saberem realmente o motivo das cotas raciais existirem, para que não concordem com ideias sem aprofundamento, de que os negros querem se achar superiores aos outros por conta das cotas raciais ou que as cotas é um tipo de racismo do Estado, de interiorização da população negra.

Ao serem indagados como avaliam a presença de conteúdos sobre racismo/discriminação racial no curso de Serviço Social da Faculdade de Duque de Caxias, 40% dos entrevistados consideraram insuficiente, 25% consideraram como suficiente, 15% consideraram como muito bom e 20% consideraram como excelente.

A Faculdade de Duque de Caxias, através da reforma curricular realizada e implementada no segundo semestre de 2011, incluiu no curso de Serviço Social, uma disciplina denominada Gênero e Questão Social. (BARROS, 2017).

O autor da presente pesquisa, observou que a Faculdade Duque de Caxias realiza, paulatinamente, seminários, palestras e feiras sobre a temática racial, mais especificamente próximo de uma data comemorativa e importante para a população negra brasileira, como um todo, 20 de Novembro, onde é comemorado o dia da morte de Zumbi dos Palmares, grande representante da resistência negra no Brasil.

É necessário que se tenha mais disciplinas na grade curricular, do curso de Serviço Social,



sobre a temática racial, assim como se realize mais eventos e palestras na Faculdade Duque de Caxias, sobre este tema, do racismo e discriminação racial, para que assim os discentes, ao se formarem, tenham um olhar além da realidade social apresentada pelos seus usuários no seu fazer profissional e aumente o número de Trabalho de Conclusão de Curso sobre o racismo na universidade

Ao indagarmos nossos entrevistados, caso pudessem sugerir mudanças para o curso de Serviço Social da Faculdade Duque de Caxias no tocante ao racismo e/ou discriminação racial, podendo marcar mais de uma opção, obtivemos como resultado que: 46% dos entrevistados sugeriram importante a realização de atividades externas, visando conhecer a história de luta e resistência da população negra; 30% sugeriram a inclusão de disciplinas obrigatórias sobre a temática na grade curricular; e 24% sugeriram a realização de atividades externas, visando conhecer a história de luta e resistência da população negra.

Segundo Filho:

(...) o domínio de conhecimentos sobre a história e da cultura afro-brasileira pelos Assistentes Sociais seja imprescindível, tanto para um melhor aprimoramento pessoal como para um desempenho profissional mais consciente e crítico de intervenção diante da realidade social e econômica que diz respeito à população negra e faz parte do seu dia-a-dia profissional. (2004:17)

Sendo assim, concordamos que as 3 sugestões dadas pelos nossos entrevistados, destacadamente a realização de atividades externas, visando conhecer a história de luta e resistência da população negra, durante a graduação de Serviço Social da Faculdade Duque de Caxias, fariam com que os alunos conhecessem melhor a questão do racismo e/ou discriminação racial sofrida pela população negra na sociedade brasileira, como também tivessem uma atuação profissional que não reforçasse o racismo, pelo contrário, que incentivasse o respeito e discussão das diferenças.

METODOLOGIA OU MÉTODO

Para a realização da presente pesquisa, ora exposta, organizamos um instrumento de pesquisa, composto de 20 perguntas, das quais apresentamos algumas. A pesquisa de campo se deu em setembro de 2018, junto a 20 alunos de diferentes períodos do curso de Serviço Social da Faculdade Duque de Caxias.

RESULTADO PARCIAIS E/OU FINAIS

Vários foram os motivos que fizeram com que tal estudo fosse realizado, um deles foi a observação dos autores acerca da baixa produção acadêmica voltada para essa temática, no Serviço Social.



No tocante ao racismo, o Código de Ética do Assistente Social, datado de 1993, aborda em alguns de seus princípios fundamentais de atuação profissional: o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; e o Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física.

É importante que o assistente social entenda a história, a luta e as conquistas da população negra na sociedade brasileira, através do movimento negro, para que no seu fazer profissional energize além da realidade social aparente apresentada pelos seus usuários, em sua maioria pobre e negros, e para que isso ocorra é importante que durante a sua formação profissional, tenha o contato, de maneira efetiva, com a temática racial, seja na inclusão de 2 ou mais disciplinas abordando o racismo, na realização de 2 eventos ou mais por ano sobre a temática ou na realização de atividades externas, visando conhecer a história de luta e resistência da população negra, como foi incluído no questionário afim de que os discentes dessem a sua sugestão. Por isso essa pesquisa é importante para que no curso de Serviço Social da Faculdade Duque de Caxias seja presente a temática racial.

É necessário também que o assistente social promova rodas de conversas, palestras e outras iniciativas, em seus espaços de atuação profissional, voltadas para o combate ao racismo, pois nos princípios fundamentais do Código de Ética diz que o profissional deve incentivar a discussão de diferenças e a participação de grupos socialmente discriminados, e entre esses grupos está a população negra. Para isso é importante que receba esse preparo durante a sua vida acadêmica, para que se forme compreendendo o racismo na sociedade brasileira.

Enfim, acreditamos que somente teremos uma mudança no cenário profissional e acadêmico do Serviço Social, no tocante ao combate às práticas discriminatórias de racismo, quando tais atitudes forem reconhecidas pela categoria profissional como produtoras de exclusão, opressão e crueldade, que perpetuam uma lógica de dominação que vem sendo reproduzida por séculos e séculos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Jaqueline de Melo. "Diversidade Sexual é assunto para Serviço Social?" Anais do 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/EINPS/article/view/16452> >. Acesso em: 28 de novembro de 2018.

BRASIL. Lei 10.639/2003.

CFESS-CRESS. Informativo anual do Conjunto CFESS-CRESS. Edição nº4, Ano 4, Brasília (DF), maio de 2018. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-ServicoSocialNoticia-Site.pdf>.>



Acesso em: 22 de março de 2019

FILHO, J. B. S. A questão do negro no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Dissertação de Mestrado em Política Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

SILVA, Viviane Cordeiro da. A efetividade das leis antirracistas no Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso de Direito. Universidade Presidente Antônio Carlos. Barbacena, Minas Gerais, 2011.

PEIXOTO, Wesley Paulo. "Racismo é assunto para o Serviço Social?": Um estudo sobre a relação do racismo na sociedade brasileira e o curso de Serviço Social da Faculdade Duque de Caxias. 2018. 97 f. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdade Duque de Caxias, Duque de Caxias, 2018. [Orientador: Professora Dr^a Liandra Lima Carvalho].

W. P.; CARVALHO, L. M. MEXER NA FERIDA DÓI, MAS É NECESSÁRIO: algumas reflexões sobre o combate ao racismo ao longo da formação profissional de assistentes sociais. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias, v.5, n.1, Jan-Junho, 2018. Disponível em: <http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20190218161317.pdf>. Acesso em: 22 de Março de 2019.



30 SEMINÁRIO
DE ESTUDOS
CONTEMPORÂNEOS
SOBRE
**BAIXADA
FLUMINENSE**

Educação e Produção Social do Conhecimento



MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA NA ESCOLA: UM ESTUDO SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA BAIXADA FLUMINENSE

Alice Vieira Ribeiro

Graduanda em Ciências Sociais - UFRRJ

A presente pesquisa busca observar os marcadores sociais da diferença e distancia social entre alunos dos três consecutivos anos do Ensino Médio, das escolas públicas da Baixada Fluminense pertencentes à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro, mais especificamente em três colégios estaduais no município de Seropédica. Considerando que a comunidade LGBTQI, de sexualidades e gêneros não-hegemônicos, sofre sistematicamente com a discriminação e a violência nesta região da Baixada, muitos jovens LGBTQIs abandonam seus estudos, diante da incapacidade e impotência ao lidar com as dinâmicas de violência praticada como população neste território. Apenas no primeiro trimestre de 2018, os índices superaram os números de 2017, de acordo com a Coordenadoria Especial de Diversidade Social da prefeitura do RJ (CEDS): nos primeiros meses do ano foram recebidas 30 denúncias pelo órgão, sendo que em 2017 a soma foi de 27 denúncias ao longo de todo ano – tal dado aponta para a magnitude da violência contra essa população na região. Soma-se a este fator, a inexistência de uma lei concreta que ampare essa população: o que está disponível são apenas políticas públicas implementadas em Estados da Federação, como é o caso do Rio de Janeiro com o Programa Rio sem Homofobia que, por sua vez, por falta de investimento público, em maio de 2017 interrompeu seu atendimento ao público – agravando ainda mais o quadro de ausência de apoio aos LGBTQIs.

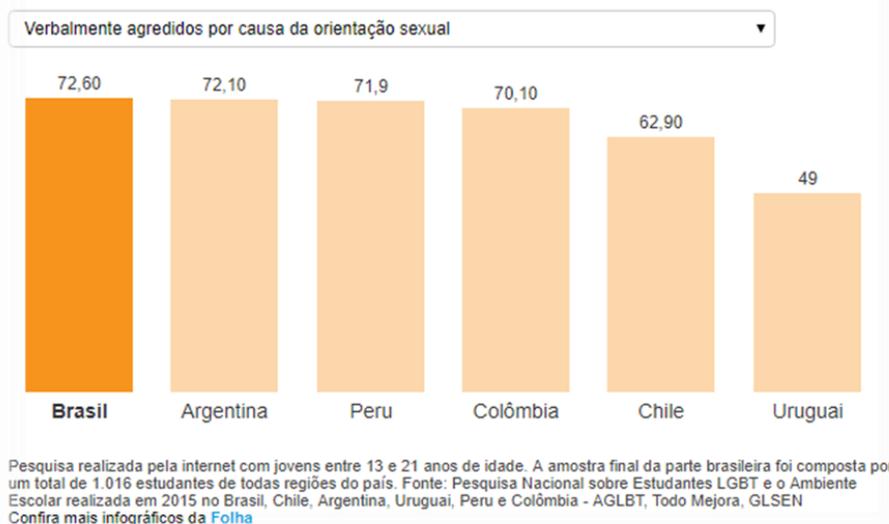
O município de Seropédica, local onde está sendo realizado o trabalho de campo, possui historicamente altos índices de violência contra a população LGBTQI e tais práticas possuem um alto grau de incidência no ambiente escolar. Algumas notícias, como por exemplo uma da própria Câmara dos Deputados², publicada em 18 de outubro de 2017 na coluna de Direitos Humanos, relatam a insegurança de alunos LGBTQIs nas escolas. Além disso, pesquisas apontam números maiores que os de 2017, como a da ABGLT (Agência Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transsexuais), rede que reúne 308 organizações pelo país, e que mostra que 73%



dos jovens entre 13 e 21 anos, identificados como LGBTQI, foram agredidos em 2015 - sendo este o maior índice dentre todos os cinco países da América Latina.

HOMOFOBIA NA ESCOLA

Pesquisas abordam frequência de agressões contra estudantes LGBT no Brasil e em países da América Latina, em %



Fonte: jornal Folha de S. Paulo.

A partir desta realidade, a pesquisa propõe-se a investigar de que modo tais percepções e práticas se colocam entre estudantes do Ensino Médio, considerando metodologia qualitativa e quantitativa. Os objetivos consistem, portanto, em relacionar tais percepções e práticas discriminatórias ao pertencimento desses estudantes aos seus agrupamentos sociais considerando critérios como raça, classe, gênero e religião dos respondentes ao questionário aplicado no mês de outubro de 2018 nas escolas pertencentes ao Projeto de Residência Pedagógica. Este projeto está sendo desenvolvido dentro da área de Sociologia, sediado na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e atua com as escolas a seguir: CIEP Brizolão 156, Dr. Albert Sabin, na região periférica do município, no CIEP 155 Maria Joaquina, na região mais central da cidade e o Colégio Estadual Alice de Souza Bruno, em Santa Sofia, bairro afastado e também periférico da cidade.

Quantitativamente, utiliza-se os dados de um questionário elaborado no âmbito da Residência Pedagógica e aplicado entre alunos de 1º, 2º e 3º anos do EM, além dos dados do município fornecidos por programas como Rio sem Homofobia, da Coordenação Especial de Diversida-



de Social (CEDs) e principalmente os dados fornecidos pela pesquisa da FIPE publicada no ano de 2007, que nos traz alarmantes números acerca destas percepções sobre distancia social e práticas discriminatórias na realidade escolar, e seus impactos. No site¹ da Câmara dos Deputados é possível encontrar amostragens que elevam a 70% o número de evasão escolar motivados por violências LGBTQfóbicas. Assim como a denúncia, a notícia traz a tona os rumos que escola deve tomar nestas situações e como evitá-las.



Seropédica – Município da Baixada Fluminense, periferia do Rio de Janeiro.

Qualitativamente a pesquisa parte da observação participante, no cotidiano escolar e análise dos discursos levantados a partir das dinâmicas com grupos focais nas escolas onde foram realizados debates relacionado aos temas de tais marcadores sociais.

Os resultados preliminares apresentam uma correlação entre dinâmicas e práticas discriminatórias dessas sexualidades não hegemônicas com os critérios de raça, classe, gênero e religião, assim como o perfil socioeconômico dos estudantes, intimamente ligadas por sua vez, ao contexto histórico-espacial do campo desta pesquisa.



FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E A DOCÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE

Ana Paula dos Santos Mendonça
Graduanda em Educação do Campo - UFRRJ
Nelci Paulo da Silva
Graduando em Educação do Campo - UFRRJ
Tatiane Ferreira da Silva
Graduanda em Educação do Campo - UFRRJ

Este trabalho tem como objetivo explicar que a UFRRJ, principalmente através do Curso Licenciatura em Educação do Campo vem desenvolvendo na Baixada Fluminense, uma formação continuada de Professores pelo auto reconhecimento de escolas situadas nas regiões definidas como áreas rurais. Este processo, é de suma importância no que diz respeito ao reconhecimento do sujeito aluno e sujeito professor da escola do campo na Baixada Fluminense. Por estarem na Baixada Fluminense, mesmo em áreas rurais, existe uma negação do Professor em assumir que esta em uma Escola do Campo, o que muitas vezes prejudica o desenvolvimento do aluno, já que ele vem da área rural onde muitas vezes é obrigado a desenvolver trabalhos rurais e quando chega no ambiente escolar a realidade é de uma escola urbana.

A Baixada Fluminense é composta por 13 municípios e somente Nova Iguaçu, e Queimados, reconhecem as Escolas do Campo Ou Escolas Rurais.

A iniciativa deste projeto visou valorizar e fortalecer a relação das escolas da Baixada Fluminense que se encontra em áreas rurais, ampliar as ações de manejo de hortas, promover atividades com o intuito de registrar e preservar as memórias sociais das escolas e comunidades implantadas nestas áreas da Baixada.

JUSTIFICATIVA

Este trabalho estimulou os educadores a uma construção curricular participativa juntamente aos alunos, e a comunidade, partindo sempre do estudo da realidade local. A formação continuada de professores na Baixada Fluminense, que também podemos chamar de Educação Rural, segundo a autora abaixo mencionada:



Os filhos dos agricultores experimentam uma necessidade maior de aproximação entre o trabalho e o estudo, visto que a maior parte deles ingressa cedo nas lidas da roça para ajudar família, de onde se retira a expressão agricultura familiar. Mas na escola apenas se estuda, e este estudo nada tem a ver com o trabalho que as famílias agricultoras desenvolvem na terra. Assim, o trabalho produtivo articulado à unidade familiar que se envolve com este trabalho assume papel essencial no processo educativo de ingresso e participação ativa na escola. A permanência das crianças na escola depende do que esta pode oferecer em relação às atividades práticas relativas ao trabalho material como base de aprendizagem, ou seja, da produção de conhecimento. (RIBEIRO; MARLENE, 2012, p. 293-294)

METODOLOGIA

O processo de formação foi vivenciado através de diálogos entre os professores das escolas de Queimados e os professores da UFRRJ, nas escolas denominadas ESCOLAS DO CAMPO, em uma construção curricular participativa, partindo do Estudo da Realidade Local. Foram promovidas trocas de experiências entre as escolas, o que fortaleceu a relação das escolas do campo da Baixada Fluminense com os movimentos sociais do campo. Usando o item ancestralidade, os professores conseguiram descobrir seu pertencimento, atestando que também vieram do campo, reconhecendo seus ancestrais como grandes responsáveis pela construção de algumas escolas do campo na BAIXADA FLUMINENSE, no caso deste estudo, em Queimados. Estudando a realidade destes sujeitos, foi atestado uma negação, que ao final deste trabalho se transformou em orgulho de pertencer a classe de educadores das escolas do campo na Baixada Fluminense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados após esta formação continuada, foram: professores mais integrados a realidade do aluno da escola do campo na Baixada Fluminense, onde as aulas passaram, sem fugir do currículo obrigatório da Secretaria de Educação, a ter a comunidade local participando contando suas histórias, suas experiências e sua participação na construção daquele local. Além de despertar nos professores que no início desta formação "não" se enxergavam como professoras de escolas do campo, o Pertencimento e a vontade de confeccionar material didático resultante do processo formativo da escola, o desenvolvimento e integração das suas turmas, as experiências vividas e o comprometimento de repetir este processo. A valorização da Agroecologia no currículo destas escolas teve efeito super positivo, tendo em vista que despertou nos alunos a consciência de cul-



tivo de alimentos sem agrotóxicos. A responsabilidade de manejar a horta o uso destes produtos na merenda escolar e o conhecimento juntamente com os moradores mais velhos, de ervas medicinais. Deve se lembrar que em diversos municípios da Baixada, as próprias áreas rurais não são reconhecidas como Rurais nos Planos Diretores. Nos Planos Municipais de Educação, as escolas rurais ainda são uma dúvida quanto à Educação do Campo como formação continuada de Professores. O curso de Licenciatura em Educação do Campo, vem sendo o grande responsável por esta capacitação, preparando seus alunos para debates e inserções no campo. Despertou se nos sujeitos do campo da Baixada Fluminense, a apropriação de suas histórias para que as mesmas sejam replicadas, muito embora identificamos em alguns um desinteresse causado pela falta de uma formação adequada pra lidar com tal realidade, demonstrando assim conseqüentemente uma falta de interesse em se relacionar com os moradores das áreas rurais que são encaminhados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A continuidade deste trabalho na Baixada Fluminense se faz necessário, para a total formação dos professores que agora na qualidade de professores de escolas rurais sabem o potencial que os mesmos tem.

REFERÊNCIAS

- RIBEIRO, Marlene. **Dicionário da Educação do Campo** 3ª ed Rio de Janeiro Expressão Popular. Expressão Popular 2012.
- CAMPOS, Marília. **Percurso Formativo dos Educandos da Licenciatura em Educação do Campo** 1ª ed. Rio de Janeiro Editora F & F , 2014.
- FREIRE, Paulo **Pedagogia do Oprimido** . 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- <file:///C:/Users/Ana%20Paula/Downloads/18665-61028-1-SM%20(1).pdf> Consulta em 24/03/19.



A PROFISSÃO DOCENTE NAS ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS (1947-1950)

Angélica de Sá de Oliveira Bauer Rodrigues

Mestranda em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas - PPGCEC/UERJ-FEBEF

Introdução

Apresentamos resultados de pesquisa em andamento acerca da institucionalização do ensino primário municipal público após a emancipação do município de Duque de Caxias (RJ). O objetivo aqui é de identificar os debates e as ações legislativas do poder público municipal direcionadas a profissionalização dos professores, através da análise das atas da Câmara Municipal no período de 1947 a 1950. O marco inicial do recorte é o ano de instalação da Câmara Municipal, que ocorreu quatro anos após a emancipação do município, estendendo-se até o fim do primeiro mandato ocorrido na Casa legislativa.

Para tanto nossas reflexões sobre profissão docente estarão permeadas pelos apontamentos de Antonio Nóvoa (1991) que nos direcionam a investigar como o poder público municipal (prefeitura e legislativo) e as agências da sociedade política e civil atuavam sobre o processo de seleção do magistério primário de Duque de Caxias. Aqui compreendemos a região como um lugar social e politicamente construído, conforme propõe Faria Filho (2009).

O centro da nossa investigação acerca do magistério primário, municipal e público é o município de Duque de Caxias (RJ) que está inserido na região compreendida atualmente como Baixada Fluminense.

Braz e Almeida (2010), destacam que na luta pela emancipação do distrito de Duque de Caxias também estiveram engajadas as “antigas famílias proprietárias” e “os novos moradores”, pois, desejavam “maior autonomia”.

Os responsáveis para administrarem o município foram indicados pelo interventor Amaral Peixoto, ou seja, o município havia sido emancipado legalmente, mas ainda não tinha conquistado sua autonomia. Houve 9 interventores no novo município, entre 1944 a 1947, ou seja: “a emancipação do Município, portanto, não garantiu a construção de um aparato burocrático local



com autonomia e sim, transformou a cidade em uma extensão do domínio de Vargas...” (SOUZA, 2003, p.41).

A partir da nova constituição do poder, que agora passa a ser local, temos também a intencionalidade de observamos qual era o lugar reservado aos docentes¹ no projeto construído para Duque de Caxias e sua população enquanto município.

Dias (2014) ao analisar os processos de escolarização no distrito sede de Nova Iguaçu (1916 -1950) constatou que era comum em Nova Iguaçu “professoras concursadas que não comparece [iam] para tomar posse e entrar em exercício, e a outras que se apresentaram na escola um dia, e não voltaram”. Assim, professoras que “começaram a trabalhar” e logo arrumavam um jeito de serem transferidas ou de conseguirem licença (DIAS,2014, p.216).

Do mesmo modo havia “falta de interesse das professoras diplomadas pelas escolas oficiais em ocupar ‘escolas de interior’(...)ficando assim a cargo das professoras interinas”² a alfabetização das crianças (DIAS, 2014, p.218).

De acordo com Souza (2003, p.45) em Duque de Caxias “A grande maioria do corpo docente possuía apenas o primário e ginásial” e o clientelismo ocorria também no aspecto de contratação de professores, pois, conforme a autora supracitada aponta que “todos os professores eram indicados pelos governos municipal e estadual”.

A partir do exposto acima, interrogamos quais as empreitadas da Casa legislativa no processo de seleção do magistério primário de Duque de Caxias?

O legislativo e a profissão docente em Duque de Caxias

O exame das Atas das sessões das Câmaras permitem “acompanhar as discussões dos mais variados projetos legislativos” (BARCELLAR, 2010). Além de permitirem a identificação dos debates e das ações legislativas do poder público municipal direcionadas à profissão de professor, que é o nosso foco, nos fornece indícios das relações entre sociedade civil e política da região com as professoras.

As sessões das reuniões da Câmara Municipal de Duque de Caxias estão salvaguardadas no Instituto Histórico de Duque de Caxias, estando o acervo organizado em livros que variam entre

¹ Atentando-nos também tanto para a recompensa simbólica quanto para recompensa financeira destinadas ao professorado (VICENTINI,2004).

² Professoras não formadas em escolas normais (DIAS,2014, p.2018).

³ Cabe ressaltar que um livro não corresponde exatamente a um ano de legislatura.



300 e 400 páginas de manuscritos. Para esta investigação consultamos do 1º livro (23-10-1947 a 23-03-1948) e uma parte do 5º livro (12-09-1950 a 24-02-1951)³.

Cabe destacar que o que possibilita no campo da história da educação “a realização de uma história regional é a maneira pela qual eu produzo teórica e metodologicamente o meu objeto de pesquisa” (FARIA FILHO, 2009, p.60). Significa considerar “as temporalidades e dinâmicas próprias [do objeto], a suas relações com os demais fenômenos sociais e por fim as fontes mobilizadas” (FARIA FILHO, 2009, p.60).

Os memoriais eram uma das formas ⁴ dos moradores solicitarem resolução de seus problemas mais imediatos, com o foi o caso do “Memorial de morador de Pilar, 2º distrito deste Município com relação a substituição de uma professora” (IHCMDC, Ata da segunda 2ª Reunião ordinária, 05/07/1948, p.83).

Alguns discursos presentes nas atas permitem apreender as condições de trabalho em que lecionavam os docentes naquele período:

Pede a palavra o Vereador Luiz Peçanha e declara que já começaram as aulas na Escola do Centenario e que o poço ainda não foi aberto, a luz elétrica para a escola continua a ser fornecida por um vizinho e paga pela professora, e pede ao senhor Presidente se possível falar pessoalmente com p senhor Prefeito sobre a abertura do poço” (IHCMDC, Ata da 5ª sessão extraordinária 10/03/1948.p.326-327).

Nessa direção que consideramos importante investigarmos quais as implicações dessa nova organização administrativa do território na profissionalização das professoras no pós emancipação.

A reestruturação do funcionalismo municipal proposta no fim de 1947, fez o “Vereador Castello Branco” ficar agradecido à “Comissão de Finanças e Orçamento”, pois, proporcionaria um “aumento de vencimentos” para a “professora da escola Monte Castello” (IHCMDC, Ata da 6ª Sessão ordinária 28/11/1947, p.170).

Ainda se tratando da remuneração das professoras no novo município, de acordo com “o vereador Hermes Azevedo (...) onde resid[ia], existem diversas escolas e professoras sem ordenados oficiais” (IHCMDC, Ata da 8ª Sessão extraordinária 28/11/1947, p.183).

Ao mesmo tempo em que o trabalho com a atas nos permite apreender as iniciativas e debates específicos do poder executivo e legislativo para os professores, é possível também conhecer de certa forma a organização do funcionalismo público municipal do município.

⁴ A outra forma era de abaixo-assinado (IHCMDC, Ata da 12ª Reunião ordinária, 24/03/1948, p.387).



Nas palavras do “Vereador Helio Soares” era preciso “que quando tratarmos de assuntos referentes a funcionários públicos façamos com mais carinho, pois, é uma classe que sempre foi prejudicada pelos poderes públicos” (IHCMDC, Ata da 9ª Sessão ordinária 14/11/1947, p.93).

No início do ano de 1949 houve “a Indicação do Vereador Anaias Sant’Anna sobre financiamento para construção de casa própria para os funcionários municipais” e a proposição do “Projeto de resolução do Vereador Anais Sant’ Anna criando a Caixa Beneficente dos servidores públicos da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias” (IHCMDC, Ata da 1ª Sessão extraordinária 07/03/1949, p.4-9).

Ainda neste mesmo ano foi aprovada também, por meio de resolução “uma gratificação adicional de 5% sobre o vencimento por quinquênio e pagos mensalmente aos funcionários municipais” (IHCMDC, Ata da 17ª Sessão extraordinária 29/07/1949, p.248). Outra iniciativa a respeito de benefícios para os funcionários municipais foi a concessão do “abono de Natal aos funcionários Municipais”, também neste período (IHCMDC, Ata da 2ª Sessão extraordinária 07/12/1949, p.1).

Conforme seus proponentes o “Vereador Leonel Carlos Fernandes e outros” pretendiam esta resolução previa um aumento “de 50% sobre o vencimento dos funcionários Municipais”, esse aparato surgiu com o intuito de “amenizar os seus compromissos”, neste caso dos funcionários municipais que “são obrigados a contrair empréstimos, e que o orador que vos fala e um dos que tem empréstimo na Caixa Economica (...)” (IHCMDC, Ata da 1ª Sessão ordinária 03/11/1949, p.309 a 310).

Noutra passagem foi possível perceber que dentro de uma situação de atraso de pagamentos do funcionalismo público, era dada preferência aos profissionais de cargos mais altos recebessem primeiro, deixando “os de menores categorias (...) para receberem depois” (IHCMDC, Ata da 6ª Sessão extraordinária 27/12/1949, p.12-14).

Ainda em julho 1950 houve a proposição do “vereador Oldemar de Almeida Franco, reestruturando os cargos e funções de professoras municipais” (IHCMDC, Ata da 6ª Sessão ordinária 17/07/1950, p.150). O mesmo foi vetado em novembro do mesmo ano, sendo encaminhando novo projeto” (IHCMDC, Ata da 1ª Sessão ordinária 03/11/1950, p.8).

No fim do ano de 1950, a Casa Legislativa duque –caxiense discutia sobre a necessidade de “constar da folha de serviço dos funcionários, o tempo de serviço prestado ao Estado, para efeito de percepção de vantagens” (IHCMDC, Ata da 11ª Sessão ordinária 24/11/1950, p.49-50). As proposições de projetos, indica que à esta época pretendia-se “equiparando os atuais extranumerários da Prefeitura que já tenham cinco anos de serviços aos funcionários efetivos” (IHCMDC, Ata



da 12ª Sessão ordinária 27/11/1950, p.53)

Em dezembro de 1950 foram aprovados os “projetos de reestruturações e reclassificações de funcionários da Prefeitura” (IHCMDC, Ata da 1ª Sessão extraordinária 21/12/1950, p.70), contudo, no exame das demais atas apesar de constarem os nomes dos funcionários reestruturados e reclassificados, não havia menção a função que exerciam (IHCMDC, Ata da 2ª Sessão ordinária 21/12/1950, p.71-72).

Apontamentos finais

O exame inicial das Atas da Câmara Municipal revela como a nova organização administrativa do município esteve mais atenta aos aspectos de recompensa financeira do que de recompensa simbólica (VICENTINI,2004), tanto para as professoras primárias quanto para o funcionalismo público em geral. Assim como apontam para a atuação da sociedade civil pressionando a sociedade política a respeito das lotações das professoras.

Embora, nesse primeiro momento não tenhamos encontrado discussões específicas sobre o processo de seleção de docentes, as condições materiais de trabalho (físicas e financeiras) devem ser consideradas no que tange ao público que se sujeitará a esta seleção.

Referências

- ALMEIDA, Tânia Maria Amaro; BRAZ, Antonio Augusto. *De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias, RJ: APPH, CLIO, 2010.
- DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no Distrito- sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2014 b.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes Históricas.*, 2.ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto,2010.
- FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *História da Educação e História Regional: experiências, dúvidas e perspectivas*. IN: MENDONÇA, Ana Waleska Campos, Pollo et. al. (Orgs.). *História da Educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói, Editora da Universidade FederalFluminense, 2009.
- SOUZA, Marlúcia dos Santos. Memórias da emancipação de Duque de Caxias nos anos 40 e50. *Revista Pilares da História*,p.37-53Anoll.nº 3- Dez-2003.Disponível em:<http://www.cmdc.rj.gov.br/wpcontent/uploads/2013/06/03_revista_pilares_da_historia.pdf> Acesso em: 30. Mar.2015.
- VICENTINI, Paula Perini. Celebração e visibilidade: o dia do Professor e as diferentes imagens da profissão docente no Brasil (1933-1963). *Revista Brasileira de História da Educação*, v.4 n. 1 [8],p.9-41, jul.-dez.2004. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38679/20208>>. Acesso em 29-09-2018.



MORO NA BAIXADA FLUMINENSE: QUAL É O MEU DESTINO?

Bruna Navarone Santos

Mestranda em Ensino em Biociências e Saúde - Fiocruz

INTRODUÇÃO

Neste estudo, pretende-se refletir sobre as percepções dos alunos, participantes do pré-vestibular comunitário em Nova Iguaçu, quanto aos relatos de universitários moradores da Baixada Fluminense e participantes do documentário "O Custo da Oportunidade". Este documentário integrou as atividades do plano de aula anual, em 2017, da disciplina Sociologia. Nesta, buscou-se incentivar os alunos a praticarem a desnaturalização de algumas características atribuídas como naturais aos moradores na Baixada Fluminense: serem violentos e desinteressados em estudar.

Este pré-vestibular comunitário é fruto de movimentos sociais enquanto uma educação não formal que busca atender as demandas dos estudantes, principalmente de escolas públicas e com baixo poder aquisitivo, pelo acesso ao ensino superior. As aulas são ministradas voluntariamente por professores já formados e/ou estudantes universitários. Estas aulas priorizam tanto os conteúdos exigidos pelos vestibulares como também consideram as realidades de seus estudantes, promovendo atividades que incentivam o protagonismo na transformação de suas realidades. Este pré-vestibular também promove processos de aprendizagens construídos em iniciativas sociais, coletivas e participativas onde a aprendizagem é gerada no campo da educação não formal (GOHN, 2014).

Nesta educação não formal, há uma intencionalidade nos modos de realização do processo formativo em que o processo de ensino e aprendizagem é incentivado em ações coletivas e pode ser organizado segundo eixos temático. Este também é um processo de aquisição de saberes e certas habilidades que não visam somente o desenvolvimento de habilidades técnicas, pois os conteúdos apreendidos são reelaborados segundo os valores culturais dos indivíduos. Estes valores fundamentam modos de percepção do mundo e normas comportamentais, promovendo ressignificações no processo de apropriação e construção de conhecimentos (GOHN, 2014).

O ensino da Sociologia tem o potencial de influenciar as atitudes e hábitos em sociedade, como também exercita a reconstrução e desconstrução destes. Portanto, a partir do ensino dos conhecimentos sociológicos, pretendeu-se ensinar os alunos a compreenderem os elementos que justificam um modo de ser de uma sociedade, classe, grupo social e comunidade, neste caso, da Baixada Fluminense. Como também possibilitar os estudantes e professores a desconstruírem e problematizarem suas próprias realidades (BRASIL, 2006).

DESNATURALIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA DE JOVENS DA BAIXADA FLUMINENSE



A proposta para apresentar o documentário “O Custo da Oportunidade” aos alunos do pré-vestibular comunitário começou em sua aula inaugural em 2017. Nesta apresentação, relatou-se sobre as trajetórias de superações e conquistas de jovens moradores da Baixada Fluminense, também estudantes do Instituto Multidisciplinar da Universidade Rural do Rio de Janeiro (IM-UFRRJ), quanto o acesso ao ensino superior. Estes jovens relataram sobre serem os primeiros da família a ingressarem numa universidade pública. Como também que esse ingresso, à princípio, não foi imediato após a conclusão do ensino médio devido aos obstáculos que enfrentaram: acesso precário na educação básica aos conhecimentos exigidos pelo vestibular; recursos financeiros insuficientes que permitam o ingresso e/ou permanência na universidade; dificuldade em conciliar o trabalho com o ingresso e/ ou permanência no ensino superior. Estes jovens revelaram conseguirem superar as expectativas que não são favoráveis a seu ingresso e permanência numa universidade pública, devido ao auxílio-permanência que permite custear o transporte e alimentação, a proximidade desta instituição com o lugar onde moram e o apoio financeiro e emocional da família.

Para abordar esse documentário como parte das atividades da disciplina Sociologia, considerou-se os “Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM, 2000)” e as “Orientações curriculares para o ensino médio (OCEM, 2006): Ciências Humanas e suas Tecnologias” na elaboração do plano de aula desta disciplina. O primeiro documento do ano 2000 e o segundo do ano 2006 sustentam as seguintes concepções de ensino de Sociologia: no primeiro, defende-se o ensino da Sociologia como formação para a cidadania. No segundo, defende-se o ensino da Sociologia como letramento científico.

A Sociologia pode abranger outros conhecimentos das áreas das Ciências Sociais (Antropologia e Política) e está inserida na área Ciências Humanas e suas Tecnologias. Junto as demais disciplinas das áreas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias, tem como papel fundamental fomentar o desempenho das competências básicas de seus estudantes para exercício da cidadania e atividades profissionais. Além disso, a Sociologia apresenta outras possibilidades significativas de intervenção que podem ser fundamentais para formação destes estudantes, tendo em vista sua formação para desenvolverem pensamento crítico, reflexivo, autonomia e desconstrução de seus modos de pensar e lidar com os problemas sociais que convivem.

Entende-se como papel fundamental da Sociologia ensinar aos alunos a desnaturalização das explicações dos fenômenos sociais, como os estereótipos atribuídos aos moradores da Baixada Fluminense e frequentemente pensados como confinados a certa natureza biológica e vistos como imutáveis. Este exercício de desnaturalização permite explicar as relações sociais, as instituições, os modos de vida, as ações humanas, coletivas ou individuais, a estrutura social e a organização política por uma perspectiva social, histórica e cultural que pode possibilitar os estudantes a compreenderem tais instâncias como passíveis de mudanças.



Tendo em vista que a configuração da nossa sociedade se constitui pelas mudanças nas relações sociais e nos valores sociais que as fundamentam, cabe à Sociologia um papel de desconstrução importante que ao ser ensinado pode permitir que os estudantes, também como cidadãos e futuros profissionais, percebam-se como potenciais atores responsáveis pelas reinvenções do meio político, econômico e social em que participam, e possam realizar alternativas de intervenção frente aos problemas sociais que dinamizam esta ordem.

METODOLOGIA

Durante as aulas de Sociologia, solicitei os alunos para falarem sobre suas ambições quanto a ingressar no pré-vestibular comunitário. A maioria relatou sobre o acesso precário no próprio ensino básico a uma formação que os preparem para a prova do vestibular e o quanto é custoso pagar um curso preparatório. Considerando que o documentário "O Custo da Oportunidade" apresenta os relatos de jovens que compartilham vivências semelhantes quanto ao acesso precário aos conhecimentos e habilidades exigidas pelo vestibular, sugeri que refletissem sobre esses relatos com a intenção de entenderem os aspectos sociais das suas próprias vivências e as perceberem como passíveis de transformação. Pedi para que assistissem o documentário em casa e analisassem os relatos que achassem mais interessante no documentário ou que se identificassem. Os estudantes deveriam realizar essa análise mediante algum conceito sociológico aprendido em sala de aula, por exemplo, o de desnaturalização das explicações dos fenômenos sociais que frequentemente são justificados por uma natureza biológica, portanto, vistos como imutáveis. Este exercício permite explicar estes fenômenos por uma perspectiva social, histórica e cultural (OCEM, 2006).

Também utilizei a técnica de observação participante em sala de aula para registrar minhas observações quanto as falas e comportamentos desenvolvidos pelos estudantes na interação com o professor, objetivando identificar aspectos que os alunos podem expressar discursivamente ou não (GUEST, NAMEY E MITCHELL, 2012). A aula teve duração de 50 minutos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas aulas seguintes a aula inaugural, requeri os estudantes para compartilharem suas reflexões sobre os relatos dos universitários no documentário "O Custo da Oportunidade":

- *relataram que no senso comum se pensa que quem nasce na Baixada Fluminense não precisa ter acesso ao ensino superior e deve morrer pobre;*
- *relataram que a mídia televisiva só divulga aspectos negativos da Baixada, como se todos que morassem aqui fossem ladrões e assassinos num lugar onde só predomina violência e pobreza;*
- *um aluno relatou sobre seu primo, também estudante do pré-vestibular comunitário, ter uma trajetória semelhante a um dos jovens do documentário. Diz que seu primo migrou do Nordeste para o Rio de Janeiro pois sua família estava em busca de uma educação melhor para ele;*



no superior. Revela que quando seus filhos eram pequenos, não havia quem cuidasse deles para que pudesse estudar. Relatou que, hoje, como já estão grandes, pode participar de um pré-vestibular. Também revela que quando contou para os familiares que havia feito inscrição neste pré-vestibular, disseram que ela já estava muito velha para isso. Contudo, ela diz que pretende se dedicar para ingressar numa universidade.

Considerando estas reflexões dos alunos, durante as aulas, enfatizo o quanto é importante desnaturalizarmos estes discursos sobre as características e trajetórias de quem mora na Baixada Fluminense, ou seja, compreendermos seus fundamentos sociais que caracterizam a região e seus moradores: por exemplo, a violência, pobreza e acesso precário a educação. Estes são relatados pelo senso comum como algo inerente, natural e imutável da região e de quem mora na mesma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta experiência de reflexão sociológica, a partir do ensino e aprendizagem do conceito de desnaturalização, quanto aos relatos do "O Custo da Oportunidade" com foco na trajetória de jovens da Baixada Fluminense até ingressarem na universidade, provocou os estudantes do pré-vestibular comunitário a questionarem as características depreciativas que no dia-a-dia e na mídia caracterizam as trajetórias dos moradores na Baixada Fluminense. Estes estudantes foram instigados com os relatos dos jovens do documentário enquanto exemplo de superação aos obstáculos para ingressarem e permanecerem na universidade pública.

Desta forma, os alunos deste pré-vestibular comunitário também revelaram suas próprias vivências num exercício de desnaturalizá-las. Portanto também estavam num exercício de superação de tais estereótipos que geralmente justificam a trajetória de vários jovens moradores da Baixada Fluminense, por exemplo, quando conheceram as vivências que não cumpriram aquilo sentenciado pelos estereótipos sobre estes moradores.

Neste exercício em sala de aula, pretendeu-se propiciar os estudantes a problematizarem e desnaturalizarem os fenômenos sociais para além da opinião do senso comum. Como também a desenvolverem seu potencial de interventores na sociedade onde estão inseridos, apresentando pelo documentário a prática de possibilidades de intervenção por políticas públicas diante dos problemas sociais que constituem a trajetória tanto dos jovens do documentário como dos alunos do pré-vestibular comunitário, incentivando-os a se perceberem como responsáveis pelas reinvenções do meio político, econômico e social em que participam.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais (ensino médio). Parte I: Bases Legais. Brasília: Governo Federal, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 17/02/2019.

_____. Parâmetros curriculares nacionais (ensino médio). Parte IV: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Governo Federal, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf>. Acesso em: 17/02/2019.

_____. Orientações curriculares para o ensino médio: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: MEC-SEB, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf. Acesso em: 17/02/19.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em educação**, v. 2, n. 1, 2014.

GUEST, Greg; NAMEY, Emily E.; MITCHELL, Marilyn L. Participant Observation. In.: _____ (Ed.) *Collecting qualitative data: A field manual for applied research*. Sage, 2012, p.75-112.



ZOOTOUR - SERÔ E A INTEGRAÇÃO ENTRE ENSINO MÉDIO E A UNIVERSIDADE

Carolina Araújo de Farias

Graduanda em Zootecnia - UFRRJ

Maria Vitória Ferreira Borges

Graduanda em Zootecnia - UFRRJ

Nicolau Rizzo Spinola Campos

Graduanda em Zootecnia - UFRRJ

Telma Oliveira Soares Velloso

Professora de Geografia da Secretaria Estadual de Minas Gerais

Matheus Pereira dos Santos

Professor Doutor do Departamento de Produção Animal no Instituto de Zootecnia - UFRRJ

Thiago Bernardes Fernandes Jorge

Professor Doutor e Chefe do Setor de Aquicultura Continental no Instituto de Zootecnia - UFRRJ

O Estatuto da Universidade Brasileira (decreto Federal nº 19.851 de 11 de Abril 1931) delineou como atividade de extensão não só a realização de cursos e conferências objetivando a difusão de “conhecimentos úteis à vida individual e coletiva”, mas também a “apresentação de soluções para os compromissos sociais e a propagação de ideias e princípios de interesse nacional”.

Possuindo um histórico de atividades rurais, Seropédica, município da Baixada Fluminense, foi contemplada em 1948 com a transferência da antiga Escola Superior de Agronomia e Medicina Veterinária – ESAMV. Com o passar das décadas e com o crescente movimento de urbanização no Brasil, Seropédica expandiu sua área urbana e processos locais levaram a sua emancipação de Itaguaí em 1995. Do mesmo modo, a antiga ESAMV também se modificou, alterando seu nome para Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Nesse ínterim, houve a introdução de novos cursos, como o de graduação em Zootecnia, hoje o mais antigo do Brasil, mas que apresenta atualmente considerável taxa de evasão.

Além disso, mesmo com a expansão da Universidade nos últimos anos, observa-se uma proporção pouco significativa de ingressantes do município onde a mesma está situada. Tendo em vista esses aspectos, o projeto de extensão “ZooTour: Serô na Rural”, foi desenvolvido com o objetivo de dialogar com alunos do Ensino Médio da rede pública da cidade, principalmente aqueles matriculados no terceiro ano deste seguimento. Esse diálogo procurou oferecer uma nova perspectiva de futuro profissional, um maior conhecimento sobre a Universidade Pública e o curso de Zootecnia. Os alunos foram incentivados a ingressarem no ensino superior a participar do ambiente acadêmico e a usufruírem dos serviços oferecidos pela UFRRJ, tanto a comunidade acadêmica quanto a externa. O curso de graduação em Zootecnia e as possibilidades de atuação



profissional nessa área foram melhores elucidados, tendo em vista o desconhecimento por grande parte da sociedade.

Desta forma, inicialmente o projeto apresenta três etapas básicas de atuação: contato prévio com as escolas da rede pública de ensino no município, realizando agendamentos para a inserção das turmas nas atividades, palestra motivacional e informativa sobre a Universidade, as formas de ingresso e o curso de graduação em Zootecnia. Por fim, uma visita orientada aos setores ativos de produção animal, que são apresentados pelos respectivos docentes responsáveis, trazendo informações e atividades relacionadas ao seu setor. Constituiu o campo de atuação, os Colégios Estaduais: CIEP 155, CIEP 156, C. E. Bananal, C. E. Roberto Lyra, C. E. Alvarina de Carvalho Janotti, C. E. Barão de Tefé, C. E. Alice de Souza Bruno, C. E. Presidente Dutra e C. E. Professor Waldemar Raythe.

A primeira intervenção ocorreu no segundo semestre de 2018, no CIEP 155, sendo esta a apresentação piloto, a qual foi importante para o amadurecimento dos palestrantes e do conteúdo desenvolvido, possibilitando melhorias para as apresentações futuras. Ao retomar o projeto em 20 de janeiro de 2019, os responsáveis pelos colégios foram contatados, o que permitiu o desenvolvimento da segunda etapa: "a motivação", uma vez que um dos diretores relatou a falta de perspectiva de futuro de seus alunos e de suas famílias.

A partir daí, um dos enfoques principais do projeto passou a ser o incentivo aos alunos a repensarem suas possibilidades de atuação, projeções e aspirações, visando mudar suas realidades em médio e longo prazo, já que a meritocracia não garante direitos iguais e oportunidades de acesso pelas camadas populares, como é o caso de muitos alunos oriundos das escolas públicas (SPARTA *et al.*, 2005).

Assim, os matriculados de três colégios da região foram levados à Rural no final de fevereiro de 2019, onde assistiram à palestra ministrada pelos discentes no Instituto de Zootecnia, na qual foram abordados os assuntos supracitados. Ao início e final das palestras um pequeno questionário foi aplicado com intuito de observar o conhecimento dos estudantes sobre o Ensino Superior.

Foram ao todo 130 alunos das seguintes escolas: C.E. Alvarina de Carvalho Janotti, C.E. Presidente Dutra e C.E. Bananal. Houve interação dos alunos durante as palestras e após, com dúvidas e perguntas que foram respondidas pelos discentes da Zootecnia que participam do projeto. Durante as visitas nos setores de produção, se mostraram interessados pelas áreas apresentadas e através dos questionários foi constatado que muitos alunos de fato aproveitaram as informações recebidas durante as palestras. Com base no primeiro questionário, apesar de 94,62% demonstrarem interesse em ingressar em uma Universidade, cerca de 21,54% não sabiam como funciona o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). Apenas 42,31% conheciam o Sisu (Sistema de Seleção Unificada) e 78,46% não compreendiam o seu funcionamento.

Após a palestra, o segundo questionário foi aplicado, e pôde-se observar que a porcentagem dos que querem um curso superior aumentou para 97,69% e os números dos que não entendiam como se dá o ingresso em Universidades baixou para 0,77%.



A partir dos dados obtidos, é indubitável que os projetos de extensão têm importância para as escolas, principalmente da rede pública, já que a sua função é de expandir as ações da Universidade para a sociedade (CARBONARI *et al.*, 2007). A falta de acesso e domínio sobre determinadas informações, como Enem e Sisu, podem levar ao seu não entendimento e participação das camadas populares nestes espaços. Pode-se concluir também que os resultados obtidos a curto, médio e longo prazo já demonstram seu início, como por exemplo, o acesso a informações úteis já é um passo a frente na construção de um futuro mais igualitário, e é algo que se comprova quase imediatamente após a transmissão da informação, como foi possível verificar na aplicação do segundo questionário.

Facilitar o acesso ao conhecimento e apresentar uma nova realidade, no caso ao meio acadêmico, permite que a parte segregada da população seja incluída na sociedade através da educação, indo contra a elitização do conhecimento. Assim, a extensão universitária é uma forma muito eficaz de diminuição da desigualdade social por meio da democratização da educação e de experiências educacionais, aproximando a Universidade e o seu papel de acesso à sociedade, via escolas e a educação básica (RODRIGUES *et al.*, 2013).

Referência bibliográficas

- SPARTA, Mônica & Gomes W.B. Importância Atribuída ao Ingresso na Educação Superior por Alunos do Ensino Médio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, v.6 n.2. 2005.
- CARBONARI, Maria E.E. & PEREIRA, Adriana C. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade, v. 10, n. 10, 2007.
- RODRIGUES, Andréia L.L./PRATA, Michele S./ BATALHA, Talia B. S./ COSTA, Carmen L.N.A./ NETO, Irazano F.P. Contribuições da extensão universitária na sociedade. *Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais*, Aracaju.1 n.16, 2013.



PARA BOM PROVIDOR UMA PLATAFORMA MOODLE BASTA: ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS VIRTUAIS NA FORMAÇÃO EM EAD

Débora Gaspar Soares
Mestranda em Geografia - UFRRJ

Esse estudo investiga os fatores desumanizantes presentes na construção de territórios virtuais na formação em EaD. A abordagem de implicação de pesquisa foi utilizada como metodologia nas análises dos processos de construção de territórios virtuais na formação em EaD. A investigação abrange dois grupos de intervenientes em diferentes níveis de ensino: Educação Superior e Nível de Especialização *Strictu Sensu*. O objetivo deste trabalho foi identificar os fatores desumanizantes presentes na construção de territórios virtuais na formação em EaD, relatando as interações locais que podem envolver agentes econômicos e agentes de conhecimento. O instrumento de campo utilizado para essa pesquisa foi primeiro a identificação e caracterização dos alunos, dos professores, dos tutores, dos coordenadores e diretores de polo, que constituem como atores-chave do curso de graduação em Tecnologia em Sistemas de Computação do CEDERJ e do Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), mediante entrevistas que serão realizadas no Polo do CEDERJ Barra de Piraí, e no Polo do PROFMAT da UFRRJ. Em segundo foi realizada o mapeamento dos tipos, formas e características das interações desses atores-chave. A tomada de decisão em relação às características dos atores-chave foi a verificação do papel da proximidade territorial, do ponto de vista das práticas produtivas, da ação cooperativa e das fontes de informação e conhecimento para inovação, respeitantes às características da amostra de estudo. Para relatar os canais, mecanismos e intensidade do fluxo de conhecimento nas interações locais foram analisados os Trabalhos de Conclusão de Curso (TFC) do curso de Tecnologia de Sistemas de Computação do CEDERJ, e as Dissertações do Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT). A culminância do presente estudo foi a observação do uso dos atores-chave desses meios que estão disponíveis na Plataforma Moodle do CEDERJ e na Plataforma Moodle do PROFMAT, como também das relações estabelecidas pelas redes sociais, das histórias de vida, das expectativas, dos ritmos, das amizades, dos valores econômicos, políticos e sociais, por meio de entrevistas com os atores-chave, a fim de se caracterizar o espaço virtual. Em vista dos argumentos mencionados, esse trabalho necessitou ainda da interpretação das interfaces entre o arcabouço institucional, os níveis de capital social e a dinâmica cognitiva e inovativa local em relação à Legislação de Educação a Distância. Após estas etapas de revisão e investigação, os resultados obtidos foram organizados de modo a oferecer características importantes para a escolha dos os fatores desumanizantes presentes na construção de territórios virtuais na formação em EaD. O resultado parcialmente avistado com este trabalho foi o de revelar que o uso de recursos inovativos submerso no espaço territorial em formação EaD, nas



relações de poder geograficamente sistematizadas pelas perspectivas neoliberais, exigirem o ônus da multifuncionalidade do professor e a desvalorização humana da docência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAITZ, Ricardo. Implicação: um novo sedimento a se explorar na Geografia? In: Boletim Paulista de Geografia, nº 84, jul. 2016, pp. 25-50.
- BARBROOK, R. Futuros Imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global. São Paulo, Peirópolis, 2009.
- BARTHES, Roland. Aula. 15ª ed. São Paulo: Cultrix (2007 [1978]).
- CEDERJ. Guia do aluno. Disponível em: < http://graduacao.cederj.edu.br/dds/arquivos/informacoes_academicas/Guia_do_Aluno_2016_PDF__nqpp8ol9igywa705012016.pdf> Acesso em 03/09/2016.
- COCCO, G. MundoBraz: o devir-mundo do Brasil e devir-Brasil do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2009, 301p.
- DAMIANI, Amélia Luísa (coord.) et. al. O futuro do trabalho : elementos para a discussão das taxas de maisvalia e de lucro. São Paulo: AGB/SP. Labor/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 2006. 72 p.
- DAMIANI, Amélia Luísa. Espaço e Geografia: observações de método. Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da metrópole de São Paulo. 2008. 414 p. Tese (Livre Docência em Geografia Urbana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (org.). O espaço no fim de século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001. (Novas abordagens. Geosp; vol. 1).
- DEBORD, Guy. Teoria da Deriva. In: JACQUES, Paola Berenstein (org.). Apologia da Deriva. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. pp. 87-91.
- FOUCAULT, Michel. Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- LADEIRA, Saulo de Souza. Técnica, território e ensino à distância. Dissertação de Mestrado PUC-Rio. Disponível em: < https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=16729@1>. Acesso em 10 de outubro de 2018.
- LEFEBVRE, Henri. Prefácio – A produção do espaço. Estudos Avançados (USP), vol. 27, n.79, set/dez (2013 [1985]).
- LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG (2008 [1972]).
- LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Belo Horizonte: Editora da UFMG (1996 [1970]).
- GANDELMAN, M. Poder e conhecimento na economia global. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 317p.
- HAESBAERT, Rogério. Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia con-



temporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2010).

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização. Do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil (2007).

HELLER, Agnes. O cotidiano e a história. 11ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016 [1970].

LATOUR, Bruno. Ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNesp (2000 [1998]).

LUKÁCS, Georg. História e consciência de classe. Ensaio sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes: 2003 [1968].

MACIEL, M.L.; ALBAGLI, S. Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, 332p.

MACIEL, M.L.; ALBAGLI, S; ABDO, A. H. Ciência aberta, questões abertas. Brasília, IBICT; Rio de Janeiro, UNIRIO, 2015, 312p.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004 [1844].

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº4059, Art. 1, §1, Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Indicadores de qualidade para cursos de graduação a distância, Brasília, 2000, p.4).

RAMOS, J.A.S., SILVEIRA, C.S, ROIG, H.L. Desenvolvimento de um algoritmo para a determinação do fluxo e da hierarquia de canais de drenagem. Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, v.13, n. 2007, 2007. Disponível em: < <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&q=Jos%C3%A9+Augusto+Sapienza+Ramos++Desenvolvimento+de+um+algoritmo+para+determina%C3%A7%C3%A3o+do+fluxo++e+da+hierarquia+de+canais+de+drenagem&btnG=&lr=> > Acesso em: 03/09/2016.

SARTÓRIO, L. A. V.; JÚNIOR, J. R. S. A trajetória do anti-humanismo pragmatista na educação brasileira. Disponível em: < <http://marxismo21.org/wpcontent/uploads/2012/08/L%C3%BAcia-V.-SART%C3%93RIO-TeseDoutorado1.pdf>> Acesso em 03/09/2016.

TERRAVIEW 4.1.0 São José dos Campos, SP: INPE, 2010. Disponível em: < www.dpi.inpe.br/terraview > Acesso em 03/09/2016.

VIRILIO, Paul. O Espaço Crítico. São Paulo: Editora 34 (1993 [1984]).



A RELEVÂNCIA DA AUTONOMIA PARA A FORMAÇÃO EM TECNOLOGIA DE SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO

Débora Gaspar Soares

Mestranda em Geografia - UFRRJ

Hoje, é evidente a importância das tecnologias de informação e comunicação, tanto para o desenvolvimento social e econômico quanto para o futuro das relações de trabalho, e em decorrência disto, vemos que estas têm sido objeto constante de estudos e pesquisas nas diversas áreas do saber. Tendo em vista que os meios de produção, as relações sociais, a utilização da ciência e da informação se transmuta em processos de inovação e em práticas socioculturais, este estudo pretende destacar a importância da autonomia para o aluno do curso de Tecnologia de Sistemas de Computação. Neste processo investigativo, analisamos as grades curriculares dos seguintes cursos: Tecnologia de Sistemas de Computação, modalidade semi-presencial, oferecido pelo CEDERJ-UFF; Bacharelado em Computação, modalidade presencial, oferecido pela UFF; e Tecnologia em Sistemas para Internet, modalidade presencial, oferecido pelo CEFET. Além desta análise, visamos levantar as características dos alunos dos cursos investigados. A culminância do presente estudo foi a observação do uso dos canais, mecanismos e da intensidade dos fluxos de conhecimento nas interações locais, pelos alunos do curso de Tecnologia de Sistemas de Computação. Esse trabalho necessitou da interpretação das interfaces entre o arcabouço institucional, os níveis de capital social e a dinâmica cognitiva e inovativa local em relação a Legislação de Educação a Distância. O objetivo deste trabalho foi identificar os fatores que influenciam na construção da autonomia para a formação em Tecnologia de Sistemas de Computação, que é uma modalidade de graduação semi-presencial. Realizou-se uma pesquisa quantitativa e participante, que investigou a correlação existente entre a autonomia e a competência do aluno do curso de Tecnologia de Sistemas de Computação para produzir. Para elaboração exigiu-se a recorrência à literatura pertinente, uma pesquisa aos softwares empregados nessa pesquisa para análise do banco de dados SIGs utilizado, e a representação das interações locais que podem envolver agentes econômicos e agentes de conhecimento. Para descrever a relação e às características dos atores-chave, foi realizada a verificação do papel da proximidade territorial, do ponto de vista das práticas produtivas, da ação cooperativa e das fontes de informação e conhecimento para inovação, respeitantes às características da amostra de estudo. Fundamentado em técnicas de estatística espacial, essa etapa foi essencial para a descrição pormenorizada da ação e interação local desses atores-chave, pois utilizou as principais técnicas de análise espacial com os procedi-



mentos dos seguintes testes Estatísticos Espaciais: Superfície de Densidade: Simplex e de Kernel, e Interpoladores locais: Triangulação de Delaunay, Interpolador pelo Inverso da Distância (IDW), analisando-se os municípios que possuem pólo do Curso de Tecnologia de Sistemas de Computação.

Conclui-se com este trabalho que há a necessidade de cautela na utilização do termo autonomia, pois o curso de Tecnologia de Sistema de Computação não promove os processos de subjetivação e a prática do seu exercício: a transformação do sujeito na suas relações sociais e com o mundo, e a liberdade como condição de existência para os alunos. Verificou-se que há uma predominância do curso de Tecnologia de Sistemas de Computação nas Regiões Metropolitana e do Médio Vale do Paraíba do Estado do Rio de Janeiro, que caracterizam-se por possuírem atividade agroindustrial bastante intensa. Destacou-se que políticas públicas devem utilizar novas tecnologias de informação e comunicação como internet, aplicativos, chat, blog, plataforma Moodle, softwares, que são tecnologias presentes no cotidiano para melhorar as condições de vida da população, em especial a mais pobre, ao invés de aumentar a exclusão na distribuição das riquezas e oportunidades de vida. Averigou-se ainda que essas políticas públicas carecem reformular a matriz curricular do curso a fim de incluir disciplinas Humanas Digitais. Evidenciou-se que o Sistema Nacional de Inovação que é o responsável pelos Indicadores de Conhecimento e de Inovação, oferece indicadores que são limitados como ferramentas para avaliação do papel do capital social e da territorialidade do Curso de Tecnologia de Sistemas de Computação. Finalmente, esse estudo instiga novas questões para ressaltar a relevância da autonomia tais como abordar as características socioeconômicas dos alunos do curso de Tecnologia em Sistemas de Computação, tratar dos indicadores de qualidade para o curso de educação à distância e especialmente se há outras maneiras de se confrontar o uso excessivo das tecnologias de informação e comunicação para o modelo de graduação a distância.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. M. L.; RODRIGUES, D. S. **Referências sobre práticas formativas em Educação Profissional:** o velho travestido de novo ante o efetivamente novo.

Boletim Técnico do Senac em: < <http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/download/218/201> > Acesso em 03/02/2017.



BARBROOK, R. **Futuros Imaginários: das máquinas pensantes à aldeia global**. São Paulo, Peirópolis, 2009.

CAMPOS, F.; et al. **Fundamentos da Educação a Distância, Mídias e Ambientes Virtuais**. Juiz de Fora. Editar, 2007.

CEDERJ. **Guia do aluno**. Disponível em: < http://graduacao.cederj.edu.br/dds/arquivos/informacoes_academicas/Guia_do_Aluno_2016_PDF___nqpp8ol9igywa705012016.pdf> Acesso em 03/09/2016.

CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA. Disponível em: < <https://www.cefet-rj.br/>> Acesso em 03/09/2016.

ClAVATTA, M. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade**. Disponível em: < http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN_03/TN3_CIAVATTA.pdf> Acesso em 03/02/2017.

GANDELMAN, M. **Poder e conhecimento na economia global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 317p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em 03/09/2016.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em: < <http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>> Acesso em 03/09/2016.

LATOUR, Bruno; et al. **O todo é sempre menor que as partes: um teste digital acerca das mônadas de Gabriel Tarde**. Disponível em: < <http://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/329/336>>. Acesso em 03/02/2017.

MACIEL, M.L.; ALBAGLI, S. **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011, 332p.

MACIEL, M.L.; ALBAGLI, S; ABDO, A. H. **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília, IBICT; Rio de Janeiro, UNIRIO, 2015, 312p.

MANIFESTO DAS HUMANIDADES DIGITAIS. Disponível em: < <https://humanidadesdigitais.org/manifesto-das-humanidades-digitais/>>. Acesso em 03/02/2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 2.494**, Brasília, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Decreto nº 5.624**, Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Indicadores de qualidade para cursos de graduação a distância**, Brasília, 2000, p.4.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº4059**, Brasília, 2004.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 4361**, Brasília, 2004.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica:**

dualidade histórica e perspectiva de integração. Disponível em: <

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>> Acesso em 03/02/2017.

NOSELLA, Paolo. **Trabalho e perspectivas de formação de trabalhadores:** para além da formação politécnica. Revista Brasileira de Educação, v.12, n.34 jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a11v12>> Acesso em 03/02/2017.

QGIS 2.8 wien. Sítio oficial. Disponível em: <<http://www.qgis.org>> Acesso em 03/02/2017.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista

Brasileira de Educação. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>> Acesso em 03/02/2017.

SPIRO, Lisa. This Is Why We Fight’: **Defining the Values of the Digital Humanities**. In: Gold, Matthew K. (editor). Debates in the Digital Humanities, Minneapolis: University of Minnesota Press, 2012. Disponível em: <<http://dhdebates.gc.cuny.edu/debates/text/13>>. Acesso em 03/02/2017.

VENTURINI, Tommaso; et al. **Designing Controversies and their Publics**. Disponível em: < http://www.tommasoventurini.it/wp/wp-content/uploads/2014/08/Venturini-etAl_Designing-Controversies-Publics.pdf>. Acesso em 03/02/2017.



“ALÉM DA SALA DE AULA”: UM ESTUDO DE CASO DAS PRÁTICAS DOCENTE E DISCENTE.

Glauber de Araújo Barroco Lobato

Mestrando em Sociologia Política- IUPERJ

Wallace Araújo

Doutorando em Psicologia Social - UERJ

INTRODUÇÃO

Proporcionar experiências educacionais que valorizam o protagonismo do estudante e integrem teoria e prática tem sido uma das principais dificuldades para os professores da educação superior no Brasil. Nesse contexto, apresentamos o projeto “Além da Sala de Aula”, desenvolvido na disciplina *Planejamento Didático*, do curso de Pós-Graduação em Docência do Ensino Superior de uma universidade da Baixada Fluminense.

A proposta de engajar os estudantes no processo de aprendizagem e dinamizar o conteúdo aliado à uma prática social durou os quatro encontros do módulo, e busca ser mais que o local de formação, compreendendo a responsabilidade do educador quanto à entrega de um profissional para a sociedade munido de ferramentas práticas e aplicáveis, permitindo uma implicação social real.

Em tempos áureos de tecnologia, a educação como proposta de construir conhecimento se utiliza das mais diversas ferramentas para tal alcance. Desde o advento da internet, o acompanhar de seus desdobramentos é fundamental enquanto integração com o mundo, avanços de perspectivas e atuação nas muitas frentes de acontecimentos. Da vida que ocorre em tempo real, a educação com fins práticos busca dar conta de demandas e se utiliza do que é fato para lançar frutos ao mercado.

O mercado de trabalho, que é em si arena de muitas questões, funciona como pressuposto local de exigência ao avaliar e permitir a atuação em áreas diversas, no qual se verifica a qualificação de modo a tornar ainda mais viva a máxima de que “tempo é dinheiro”. Não é objetivo deste trabalho discutir uma educação monetária, mas convém nos debruçar sobre as urgências de uma sociedade capitalista e atuante em uma incessante corrida por atender demandas.

Nesse contexto, a tecnologia funciona como recurso utilizado no diminuir de distâncias, capacitação e estímulo aos mais variados exercícios, e a produção localizada de saberes em que estando *on-line*, todo um conhecimento se constrói no dedilhar ou deslizar de dedos entre *softwares*, programas, aplicativos, entre outras faces desse mundo tecnológico que se revela.



REFERENCIAL TEÓRICO

A abordagem teórica que norteia o desenvolvimento desta investigação está fundamentada no uso de metodologias ativas de ensino, promovendo o uso de recursos tecnológicos como possibilidade para uma ressignificação da sala de aula e sua participação social.

No decurso de uma revolução tanto científica quanto tecnológica, Barreto (2002) atribui importância às tecnologias da comunicação e da informação, favoráveis a significativas mudanças nas práticas escolares e sociais de docentes e discentes.

Muitos meios e recursos para a validação de saberes correspondem às regras globais, uma vez que aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais redimensionam pedagogias para que as mesmas sejam direcionadas e localizadas nas muitas formas de existência.

Moreira e Kramer (2007) defendem a difusão de habilidades através do viés educacional, horizontalizando e flexibilizando comportamentos e papéis na reinvenção da educação, atenta ao sucesso, à eficiência, à produtividade, à competitividade e à qualificação. Desde as habilidades empregáveis de uma educação empresarial até as que estimulam perspectivas de mudança social, novos arranjos buscam um conhecimento quase total, aplicável aos mais diversos setores e camadas.

Há distinções, complexidades e contradições das mais diversas recrutando um olhar mais crítico do trabalho pedagógico, com respeito às conjunturas e ao compromisso de uma educação para e com o mundo.

No que se propõe a ir "além da sala de aula", o conhecimento qualificado se inscreve no desenvolvimento de indivíduo e de sociedade, cujo mover ajusta-se ao cotidiano para uma incorporação ativa na mudança do ambiente, compreendendo e atuando em um mundo concreto (AVALOS, 1992).

o ataque em sua raiz vai de uma concepção integrante da sociedade, entendendo submissões e condicionamentos nos quais a tecnologia está presente, cuja predeterminação é irrevogável pela inevitável e, às vezes, perversa lógica de desenvolvimento tecnológico (ANGOTTI e AUTH, 2001).

METODOLOGIA

A metodologia empregada neste projeto tem caráter exploratório nos moldes de Gil (2007, p. 41), que nos indica que esse tipo de pesquisa "tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis". O autor ainda afirma que dentro desse tipo de pesquisa, há o objetivo de se fazer um levantamento acerca das opiniões, atitudes e crenças de uma população.

Assim, o projeto foi desenhado partindo-se da premissa da unificação entre conteúdo composto no PPC (Projeto Pedagógico de Curso) e a realidade tecnológica educacional, fazendo uso de recursos como o aplicativo *Whatsapp*.



Esse aplicativo, apesar de não ter a finalidade de servir como recurso de pesquisa, faz parte do cotidiano e tem bastante aceitabilidade por parte da sociedade. Outros aplicativos também apresentam funções semelhantes, porém a escolha do aplicativo ocorreu por sua facilidade e usabilidade. Por esta razão, decidimos utilizá-lo na execução da pesquisa, propiciando o protagonismo no sentido de oportunizar caminhos para emancipação e transformação desses alunos em relação ao conteúdo teórico, promovendo uma relação dialógica entre teoria e prática.

Aos alunos foram solicitados questionários, relatórios de observação, entrevistas e relatos dos participantes, além da coleta de dados referentes ao uso das ferramentas tecnológicas, tendo como objetivo oportunizar o caráter investigativo na pós-graduação com vistas ao aprimoramento da didática no ensino superior. Cabe destacar que o engajamento desses alunos foi essencial para que a estratégia teórico-metodológica funcionasse.

Ao final da execução do projeto, verificou-se que os alunos puderam percorrer específicas etapas como a apresentação do conteúdo, debate prático a respeito do conteúdo, realização de atividades práticas e de desenvolvimento do plano de curso e apresentação de aulas em diálogo com outros profissionais da educação (cujos contatos foram fornecidos pelo professor, de modo a realizar entrevista sobre a importância do planejamento didático para uma aula no ensino superior).

RESULTADOS

Percebeu-se que, com o método supracitado, os alunos não se contentam apenas com o conteúdo teórico em sala, desassociado das metodologias atuais. O avanço tecnológico tem refletido em discentes mais conectados, dinâmicos e mais dispostos a participar do processo de ensino e construção de conhecimento, favorecendo a prática educacional e ratificando o artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que ressalta a vinculação da educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social.

A forma como o projeto foi estruturado e desenvolvido trouxe para a sala de aula estratégias de ensino que refutam uma sequência didática mecânica e recorrente de explanação teórica do docente como referencial de compreensão, na qual os estudantes permanecem em posição passiva na maior parte do tempo, característica de métodos tradicionais. No exercício de possíveis outros processos menos verticais, saberes e relações mais horizontalizadas entre docentes e discentes foram promovidas, sedimentando um conhecimento além dos muros das instituições de ensino.

Entende-se, portanto, que é importante se utilizar de metodologias e recursos tecnológicos variados como estratégia, levando os alunos à reflexão sobre a prática profissional, bem como seus resultados e desdobramentos na aprendizagem.

Nesse sentido, a ressignificação da sala de aula, enquanto espaço de interações entre os sujeitos históricos e o conhecimento, o debate, a curiosidade, o questionamento, a dúvida, a



proposição e a prática social resultam, sem dúvida, em protagonismo e em desenvolvimento da autonomia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGOTTI, J. A. P.; AUTH, M. A. **Ciência e tecnologia**: implicações sociais e o papel da educação. Ciênc. educ. (Bauru), Bauru, v. 7, n. 1, p. 15-27, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132001000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Fev. 2019.
- AVALOS, B. **Education for the poor**: quality or relevance? British Journal of Sociology of Education, London, v. 13, n. 4, p. 419-436, 1992.
- BARRETO, R.G. **Tecnologias nas salas de aula**. In: LEITE, M.; FILÉ, W. (Org.). Subjetividades, tecnologias e escolas. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BRASIL. **Lei 9.394 de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 10 Mar. 2019.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MOREIRA, A. F. B.; KRAMER, S. **Contemporaneidade, educação e tecnologia**. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 1037-1057, Out., 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 Fev., 2019.



MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO: COMO A BAIXADA FLUMINENSE AS INTERNALIZAM

Pedro César Sousa Oliveira

Graduando em Direito - Centro Universitário de Santa Fé do Sul

Marta Catarina Ferreira da Silva

Graduanda em Direito - Universidade Estácio de Sá

Gustavo Henrique Menezes Pereira

Graduando em Direito - Universidade Estácio de Sá

Dalton Franco

Professor Doutor da Universidade Estácio de Sá

Introdução

Ainda que formalmente a abolição da escravidão no Brasil tenha ocorrido a mais de um século, ainda hoje, a desigualdade racial é uma realidade latente do ponto de vista material. O discurso reproduzido sobre a democratização racial do país, por vezes, limita a visão de que o processo de "libertação" dos negros e negras do Brasil ainda está em curso, e que tal democracia de fato não é a realidade nacional.

Com a maioria da população negra do Estado do Rio de Janeiro concentrada nos Municípios da Baixada Fluminense, conforme pode ser observado nos dados do último censo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em que há 229.589 mulheres negras (22,75%), o presente trabalho tem por objetivo evidenciar se a Lei Orgânica Municipal (LOM), aparato normativo mais próximo da realidade fática do cidadão, cumpre com seu dever constitucional de promover a igualdade racial e de gênero, com fulcro específico no aparato educacional destinado a essa minoria.

Sendo assim, a análise será destinada a revelar se há preocupação na LOM em captar as necessidades locais voltadas para educação das cidadãs negras enquanto receptoras do passivo social.

Material e Método

Os materiais utilizados para o presente trabalho são as LOMs de Belford Roxo, Queimados e Mesquita, escolhidos a partir do projeto de pesquisa "Configuração local de proteção de minorias" desenvolvido durante os anos de 2016 e 2017. Mas também, a obra *Justiça como Equidade: uma reformulação* de John Rawls, sendo empregue especificamente como referencial teórico o princípio da diferença.

O método funda-se na análise comparada da teoria jurídica e teorias políticas. Objetivando uma melhor análise, o trabalho divide-se em duas partes: a) de forma geral, compara-se a LOM-



referencial de Belford Roxo, com as de Queimados e Mesquita, buscando dispositivos que possuam relação direta ou indireta com a educação destinada a mulher negra, na forma de tutela ou incentivo com a proposta sugerida pelo princípio da diferença de John Rawls; e b) após a varredura dos aparatos normativos, elege-se um rol não taxativo de seis artigos que envolvem o tema educação e os qualifica segundo os parâmetros pré-determinados. Cabe ressaltar que a escolha da LOM de Belford Roxo como referência deve-se ao fato dela possuir o maior quantitativo de mulheres negras, segundo dados do censo de 2010 do IBGE.

A teoria da justiça de John Rawls é construída sobre os pilares da liberdade e equidade e oferece um modelo de Estado designado à uma sociedade democrática e liberal. Para isso, partindo da premissa da realização de um contrato social, as partes, na posição original, devem escolher os princípios da justiça de forma imparcial e cooperativa para que sejam aplicados a estrutura básica de uma sociedade bem ordenada (RAWLS, 2003).

Após a estrutura básica da sociedade estar garantida pelas liberdades básicas iguais dos cidadãos, o segundo princípio irá discorrer sobre a justiça social e econômica. A proposta sugerida pelo princípio da diferença, a qual desejamos destacar e se possível evidenciar nas LOMs, é que desigualdades sociais e econômicas entre os indivíduos serão perfeitamente permitidas, desde que contribuam para o benefício dos menos favorecidos. Os bens primários deverão ser distribuídos de maneira que tragam vantagens aos que vivem à margem da sociedade, objetivando reduzir as discrepâncias e oferecendo oportunidades iguais a todos. Busca-se assim alcançar uma sociedade que tenha um maior nível de satisfação e chegue o mais próximo possível de uma ordem social justa (RAWLS, 2003).

Resultados

No que se refere ao Município de Belford Roxo, nota-se que o legislador, quando não atua de maneira genérica, decide eleger como foco a entidade familiar, e, embora o assunto educação esteja presente por toda a LOM, em nenhum momento busca-se contemplar especificadamente o entendimento da realidade fática de mais 36.662 mulheres negras, dados do IBGE.

Dos artigos contidos, vale destacar que os assuntos tratados são sobre a delegação de competências municipais, o dever do ente federativo com a educação pública, inclusão educacional dos que não tiveram acesso na idade própria, atuação conjunta com a família objetivando o auxílio à criança e as condições impostas a órgãos públicos e privados para que implantem programas de planejamento familiar consoantes a melhoria da condição e educação da mesma.

Realizada a análise da LOM Queimados, num primeiro passo, pode-se evidenciar que a palavra educação é permeada por toda lei, a qual possui inclusive um capítulo voltado para política educacional da cidade. Isso demonstra uma preocupação genérica do legislador em efetivar as garantias constitucionais. Num segundo passo, notou-se que não houve preocupação específica em tratar da educação da cidadã negra, em um Município que possui 22.851 pessoas negras, sendo 50,76% mulheres conforme informa os dados do IBGE.



Dos artigos que compõe o Capítulo destinado a política educacional de Queimados, no que se refere a minorias, destaca-se o cuidado do Município destinado ao aluno de baixa renda, deficiente físico e aqueles que não tiveram acesso a escola na idade adequada, questões de gênero e raça não são abordadas, demonstrando que a LOM não retrata outras contingências advindas da vida da cidade. Os demais artigos são relativos a regulamentação geral do papel do Município quanto a proporcionar e manter educação e acesso à escola.

A educação é direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade, essa afirmação presente na LOM Mesquita reafirma ser competência concorrente de o Município assegurá-lo. No entanto, essa cidade da Baixada Fluminense em que 14.06% das mulheres são consideradas negras, conforme dados do IBGE do censo de 2010, e, que possui uma seção específica para tratar da educação, não faz menção de forma específica ao acesso a esse direito à mulher negra. Escolhendo, pois, uma abordagem com uso de normas genéricas.

Os artigos que compõe a seção da LOM Mesquita abordam os princípios que nortearão a educação, tais como democracia, justiça social, solidariedade, igualdade de condições para o acesso à escola e a permanência nela. Além disso, visa o exercício de uma cidadania comprometida com a transformação social livre de qualquer preconceito e discriminação, mas sem qualquer forma de tutela às negras. Por fim, tratam de normas de regulamentação do funcionamento das escolas cuja responsabilidade está com a cidade. Dessa maneira, seguem o primeiro princípio de Rawls, e de forma indireta o princípio da diferença ao tratar de temas como a justiça social.

A TABELA 1 guarda relação direta com os parágrafos transcritos e propõe analisar a Qualidade dos artigos. Entende-se aqui por Qualidade a proximidade dos referidos artigos com a proteção e incentivo da mulher no meio educacional, nos seguintes moldes

Escala de Análise de Qualidade

Qualidade	Descrição
1	Ignora o tema.
2	Lê-se indiretamente educação como relevante.
3	Lê-se diretamente educação, mas sem direção definida.
4	Lê-se diretamente educação com atenção a mulher.
5	Lê-se diretamente a educação com atenção qualificada a mulher negra de forma geral e específica com a amplitude de proteção e incentivo.



Tabela 1: Ocorrência de atenção nominal das cidades para o trabalho das mulheres nas LOM

Belford Roxo		Queimados		Mesquita	
Artigo	Qualidade	Artigo	Qualidade	Artigo	Qualidade
Art. 17, XI	3	Art. 171, I	3	176	3
Art. 18, V	3	Art. 171, III	3	176, I	3
Art. 163, I	3	Art. 171, V	3	177, I	3
Art. 163, VI	3	Art. 173	3	177, II	3
Art. 204, II, b	3	Art. 176	3	178, §3º	3
Art. 207	3	Art. 192	3	186	3
Total	3	Total	3	Total	3

Fonte: Laboratório John Rawls, Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Estácio de Sá

Conclusão

Tratando-se do Município eleito como referencial para o trabalho, o esforço do legislador para com o tema educação passa parcialmente distante da população feminina negra. Quando o referido tema é eleito como direito público subjetivo, nota-se a preocupação dos legisladores com a população geral, contudo, esse esforço gera um resultado, salvo nos incisos I, III e VI do art. 163, que tratam, respectivamente, sobre ensino de jovens e adultos, de pessoas com deficiência e preocupação com condições especiais não especificadas, excludente de minorias, fato esse que fica evidenciado na TABELA 1. Referente ao princípio da diferença, observa-se que ele não é contemplado o suficiente para que cumpra seu papel dentro do aparato normativo, ora ficando restrito a algumas classes, ora recebendo altas dosagens de generalidade ao ponto de não ser efetivo.

Observando a TABELA 1, no que tange a cidade de Queimados nota-se que na lei há predominantemente incidência de expressões genéricas acerca da educação destinada a cidadã negra. Uma vez que as LOMs foram estabelecidas com a finalidade de efetivar materialmente os princípios pré-estabelecidos pela Constituição é possível evidenciar que a mulher negra de Queimados não possui amparo legal suficiente já que a LOM é omissa e não expressa as necessidades demandadas dessa minoria. O princípio da diferença de Rawls, construído e destinado a perfazer a igualdade formal outrora já estabelecida além de garantir à justiça social, ao se tratar do presente tema não é consagrado pela LOM Queimados, vez que a mesma não possui potenciais políticas públicas para a educação das cidadãs negras.

O tratamento recebido pela mulher negra no Município de Mesquita é equidistante aquele encontrado na LOM de Belford Roxo e Queimados. Percebe-se na análise qualitativa dos disposi-



tivos, TABELA 1, da LOM Mesquita a presença do tema educação, porém sem orientações acerca de como ela deve atuar, pulverizando as políticas públicas e prejudicando a eficiência das mesmas. Isso é resultado da preferência por normas principiológicas ao invés de normas que tutelem de forma específica as necessidades das minorias, em especial à mulher negra. Assim, há observância de forma indireta do princípio da diferença, pois apesar de mencionar uma justiça social, não existe uma direção definida na LOM Mesquita que reduza de maneira significativa as desigualdades sociais.

Por fim, notam-se semelhanças referentes as LOMs supracitadas, como ao mesmo tempo elegerem a educação como tema relevante e não se preocuparem com a inclusão de minorias desfavorecidas, dentre elas a mulher negra. Especificamente, pode-se extrair que Mesquita e Queimados, assim como Belford Roxo, seguem de forma indireta o princípio da diferença, uma vez que normatizam princípios que abordam o tema de forma superficial em oposição a escolha de normas programáticas que potencializem políticas públicas, demonstrando uma omissão dessas LOMs em relação ao tema educação à mulher negra.

Referências

- RAWLS, John. *Justiça como Equidade: uma reformulação*. São Paulo: Martins Fonte, 2003.
- BELFORD ROXO. *Lei Orgânica Municipal*, de 30 de junho de 2004.
- MESQUITA. *Lei Orgânica Municipal*, de 31 de março de 2008.
- QUEIMADOS, *Lei Orgânica Municipal*, de 02 de janeiro de 2011.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. *Características da População e dos Domicílios - Belford Roxo/RJ*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/34KG>>. Acesso em: set. 2017.
- _____. *Características da População e dos Domicílios - Mesquita/RJ*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/35EM>>. Acesso em: set. 2017.
- _____. *Características da População e dos Domicílios - Queimados/RJ*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/35PT>>. Acesso em: set. 2017.



A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA BAIXADA FLUMINENSE: O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL DIANTE A DIVERSIDADE SEXUAL

Jaqueline de Melo Barros

Professora do Curso de Serviço Social - FDC

Introdução

Problematizar o conceito de orientação sexual constitui-se numa árdua e porque não dizer polêmica tarefa, seja no âmbito da educação, seja no âmbito do Serviço Social, tendo em vista a complexidade das mediações que determinam tal conceito, tudo isso, na direção de compreender o terreno em que a temática se circunscreve, ainda mais em tempos de irracionalismo e agudização da intolerância e do preconceito.

Ao apontarmos os elementos para o necessário debate, a fim de contribuir na direção em que possamos assumir posições que assegurem e legitimem o processo de busca pela equidade social, livre de preconceções e estigmas. Esse entendimento torna-se uma ferramenta poderosa contra as formas de preconceito que prejudicam a universalização de bens sociais, incentivando a compreensão e o respeito à diversidade e às diferenças.

Nesse sentido, esta discussão propõe-se promover a compreensão do pluralismo que estrutura a sociedade e fomenta o compromisso com o constante aprimoramento intelectual, na direção da salvaguarda dos direitos mais essenciais ao ser social, na direção do combate no campo das ideias e na sua mediação com a realidade concreta.

Assim sendo, este artigo tem o intuito oferecer elementos para compreensão a respeito da orientação sexual, e ao perscrutar as mediações contidas em nossas reflexões, merece destaque a compreensão das determinações concretas da sociedade contemporânea nos campos da objetividade humana.

Os apontamentos seguintes têm como objetivo apresentar como o debate sobre a orientação sexual vem sendo apropriado pelos discentes, a partir da produção acadêmica do curso de Serviço Social da Faculdade de Duque de Caxias, mediante análise dos Trabalhos de Conclusão do Curso de Serviço Social (TCC), que possuem a orientação sexual como tema a e que foram defendidos desde o surgimento da instituição na Baixada Fluminense, datado de agosto de 1997.

A opção em problematizar essa temática deve-se primordialmente por acreditarmos que a mesma se constitui em elemento fundamental na formação profissional e concomitantemente, mostra-se como um desafio a ser desvelado pelo Serviço Social.

Destacamos o espaço acadêmico como lócus privilegiado do debate sobre os princípios da profissão e a postura ética, tendo como base o Código de Ética de 1993 e ao nos debruçarmos sobre o debate sobre orientação sexual diante da ótica discente, propomo-nos contribuir para a formação acadêmica, visto que buscamos uma reflexão mais crítica. Questionando-nos primeira-



mente se o debate tem estado presente no processo formativo do assistente social, e quando sim, sob qual perspectiva?

Desafios à materialização do debate

A complexidade da temática nos instiga investigar quais os desafios postos a profissão e como o mesmo se materializa, o que por sua vez fez com que nos debruçássemos sobre como o debate em torno da orientação sexual vem sendo apropriado pelos discentes do Curso de Serviço Social Faculdade de Duque de Caxias, ressaltamos que a mesma iniciou sua primeira turma do Curso de Serviço Social em 22 de agosto de 1997, chamada neste período de Faculdade Santa Luzia¹, sendo considerada a primeira instituição a oferecer o curso de Serviço Social na Baixada Fluminense, completando esse ano 21 anos.

O universo desta pesquisa compreendeu todas as monografias elaboradas e defendidas no período de 2001 a 2018, perfazendo 17 anos. Verificamos que apenas quatro trabalhos discutiram a temática de orientação sexual, o que representa um percentual inferior a 1%. O número reduzido de trabalhos que abordaram a temática durante toda a existência do curso, suscita inúmeros questionamentos que possam justificar a ausência e/ou o desinteresse pelo debate.

Essa observação nos provoca as seguintes indagações: como esse debate vem sendo travado no universo acadêmico? Como é abordado? Sob qual perspectiva? Tais questionamentos nos remetem ao espaço que ocupam no processo de formação, seja nas disciplinas de formação básica, seja naquelas voltadas ao trabalho profissional. Ousamos ainda perguntar se a temática possui inserção em algum componente curricular ou se vem sendo “varrida para debaixo do tapete” ou sucumbida como tantas outras que tem sua abordagem justificada pelo viés da transversalidade. Ao contrário do que fora preconizado nas Diretrizes Curriculares no trato da questão social e suas particularidades, numa perspectiva crítica e dialética.

Por outro lado, há de se considerar como fator convergente nas justificativas dos trabalhos analisados o registro de interesse pelo tema, vincula-se a inclusão da disciplina denominada Gênero e Questão Social, a partir da reforma curricular realizada e implementada no segundo semestre de 2011, visto que todos associaram esse “despertar” no momento em que a temática veio à tona, pois segundo relatos, pois até então não recebia a devida atenção ou não havia sido abordada.

A referida revisão curricular buscou contemplar a orientação dos projetos de pesquisa mediante a inclusão das linhas de pesquisa do Curso de Serviço Social, sendo possível assim, vincular essa produção a linha de pesquisa sobre *Gênero, Sexualidade e Raça*², a qual:

¹ Em 2007, a Faculdade Santa Luzia passou a compor ao Sistema Flama de Ensino e a partir da Portaria nº 843, de 14/11/2008, passou a denominar-se Faculdade Flama. Em 2012, a Faculdade Flama passou a integrar ao grupo UNIESP, e de acordo com a Portaria 477 de 19/09/2013, a instituição passou a ser chamada de Faculdade de Duque de Caxias.



Realiza estudos sobre a análise epistemológica, empírica, teórica e metodológica sobre a concepção social de gênero, sexualidade e raça, visando uma análise sobre gênero, sexualidade e raça como categorias importantes nas análises sobre movimentos sociais e políticas sociais; violência urbana; preconceito; processos identitários, assim como estudos sobre a promoção dos Direitos Humanos na sociedade capitalista contemporânea. (FDC, 2011: 21)

Ao verificarmos o recorte utilizado pelos autores dos Trabalhos de Conclusão de Curso, observamos o destaque pelos estudos relacionados a questão de direitos, conforme demonstrado na tabela abaixo

Tabela 1: Distribuição de TCC - Ano defesa e enfoque

Ano de Defesa	Quantidade	Recorte
2012	01	Direitos
2013	01	Direitos
2015	01 01	Direitos Rede de Atendimento

A) Sob a ótica dos Direitos

Ao analisarmos os trabalhos discutidos sob a ótica dos direitos, consideramos os principais direitos apontados pelo público LGBT como foco de sua luta: o reconhecimento da união estável; a inserção do parceiro como dependente para empréstimos, seguros de saúde; inclusão dos programas do Estado vinculados à família, reconhecimento da guarda dos filhos do parceiro, licença-maternidade para o nascimento para o filho da parceira; direito à herança; visita íntima na prisão, dentre outros. (CFESS, 2006).

B) Rede de atendimento

Dentre os trabalhos analisados, apenas um discorre sobre o viés da rede de atendimento e

² As áreas de concentração e linhas de pesquisa são definidas no Projeto Pedagógico do Curso, a citar: 1- Formação profissional, processo de trabalho e Serviço Social, 2- Políticas de seguridade social, Políticas setoriais, questão social e Movimentos Sociais e 3- Gênero, Sexualidade e Raça.



o estudo realizado por BREIJÃO (2015) traz primeiramente a reflexão os inúmeros casos de intolerância, discriminação, preconceito e violência contra a população LGBT, e por meio de um estudo bibliográfico, traça a trajetória desse histórico de violência, apontando a perseguição sofrida por décadas como forma de chamar atenção sobre a necessidade desta rede.

Considerações Finais: um caminho a ser percorrido

O caminho traçado durante o processo de construção deste artigo percorreu por “curvas sinuosas”, pois se por um lado, consideramos a abrangência da temática, por outro, esbarramos com um número reduzido de produções dos discentes de Serviço Social, além de nos depararmos com justificativa de irrelevância do debate. Entretanto, a suposta explicação trazia consigo o desconhecimento da temática e/ou uma visão limitada e porque não dizer equivocada.

A partir dos estudo realizado pautado na produção de conhecimento buscamos respostas à nossa indagação inicial para sabermos como debate em torno da orientação sexual vem sendo apropriado pelos discentes do Curso de Serviço Social Faculdade de Duque de Caxias, evidenciou uma perspectiva conservadora no processo de formação, lacunas significativas e equívocos conceituais, evidenciando assim a ausência da transversalidade dos componentes curriculares.

É notória a inexistência da relação da temática ao exercício profissional, pois ainda que o Serviço Social tenha uma formação de caráter generalista, pressupõe que este desenvolva habilidades para intervir junto as múltiplas expressões da questão social e para tal a mesma precisa ser discutida de forma crítica, impedindo a reprodução da lógica conservadora estabelecida pela ideologia dominante.

Outra questão a ser destacada, consiste na supressão dos aspectos jurídico-políticos do Serviço Social, articulado com a vivência prática-objetiva. em particular por tratar-se de um dos componentes que possibilitam a materialização do Projeto Ético-Político da profissão, seja no aspecto estritamente profissional, construído e legitimado pela categoria prioritariamente pelo Código de Ética Profissional de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares, seja nas demais legislações que “compõe o cotidiano profissional de tal forma que pode funcionar como instrumento viabilizador de direitos através das políticas sociais que executamos e/ou planejamos”. (REIS, 2006: 419), a exemplo da discussão sobre a diversidade sexual e a luta contra o preconceito materializado na Campanha pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual.

A campanha intitulada “O Amor Fala Todas As Línguas - Assistente Social na luta contra o preconceito: Campanha Pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual”, originária durante o



XXXIV Encontro Nacional CFESS/GRESS em 2006 realizado em parceria com Instituto em Defesa da Diversidade Afetivo-Sexual - DIVAS. Esta campanha teve sua gênese diante do debate da heteronormatividade e de seus impactos nas relações sociais resultando na “materialização de diferentes modalidades de preconceito e, conseqüentemente, na imposição e naturalização da invisibilidade das práticas afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo”. (CFESS, 2006:5); como desdobramento a Resolução 489/06, a qual veta quaisquer condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo, no exercício profissional; e a utilização do nome social à Assistente Social travesti e ao/à transexual na cédula de identidade profissional desde 2011.

Faz-se necessário priorizar a discussão de temas transversais, ainda que esse continue sendo um dos entraves contidos no processo formativo, embora esteja preconizado nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS desde 1996.

Diante deste exposto, podemos considerar as lacunas existentes na formação acadêmica proporcionando aos discentes do curso de Serviço Social, um olhar enviesado ao que tange a transversalidade dos componentes curriculares.

Referências Bibliográficas

- ABEPSS. **Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social**. 1996. Básica de Recursos Humanos do SUAS (2005).
- BREIJÃO, Marta Cardoso. **Expressões da luta pelos direitos do homossexual**. TCC. Serviço Social. Faculdade de Duque de Caxias. RJ. 2015.
- CFESS. Projeto da Campanha **O Amor Fala Todas As Línguas** - Assistente Social Na Luta Contra O Preconceito: Campanha Pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual”. Brasília, 2006.
- FDC. Faculdade de Duque de Caxias. **Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro. 2011.



A VIVACIDADE DA EDUCAÇÃO POPULAR NOS MUNICÍPIOS DE DUQUE DE CAXIAS E NILÓPOLIS ATRAVÉS DAS EXPERIÊNCIAS DE UM PRÉ VESTIBULAR

Juliana Garcia de Lima

Graduanda em Ciências Sociais - UERJ

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende abordar como a educação popular, uma corrente educacional filosófica e política, isto é, um conjunto de reflexões e estímulos práticos à realidade social, se configura como uma estratégia alternativa às outras possibilidades do saber que valoriza aspectos epistemológicos para além dos conteúdos dos currículos formais da educação tradicional.

São diversos os exemplos de sucesso em experiências de educação popular. Podendo estas serem identificadas em contextos distintos como, por exemplo, nos centros e periferias urbanas, nos interiores e outros ambientes sociais.

Além disso, é válido apontar que independente do espaço em que se realiza o processo de ensino-aprendizagem baseado na educação popular - seja em escolas, igrejas, ocupações de terras, teatros e outros - há uma busca em renovar a metodologia de ensino, preservando os princípios éticos humanitário e valores considerados primordiais na formação dos sujeitos conscientes de seus condicionamentos sociais e de sua capacidade de intervir no mundo.

No Brasil, essa proposta educacional possui uma trajetória repleta de interrupções de seus propósitos devido aos variados contextos políticos que o país vivenciou. Assim, pode-se afirmar que os grupos que mais se apoderaram e produziram atividades baseadas nessa vertente da educação foram os movimentos sociais.

Desta forma, para evidenciar como esta referência educacional permanece viva e pulsante nos dias atuais, este trabalho se debruçará em torno da experiência do Pré Vestibular +Nós, enquanto estudo de caso de um exemplo de educação popular em periferias urbanas. Permeando seus dilemas socioculturais à um público diverso em termos etários, raciais e de gênero. Tratando-se, especificamente, das unidades localizadas nos municípios de Duque de Caxias e Nilópolis, regiões da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.



O +Nós é um pré-vestibular popular que existe desde 2016 e é impulsionado por militantes do coletivo RUA¹ e professores voluntários cujas aulas ocorrem gratuitamente em todas as unidades. Visando promover o acesso de jovens periféricos ao ensino superior e a estimulá-los a praticar uma cidadania plena.

A iniciativa, atualmente, possui 15 turmas espalhadas por todo o estado em diferentes territórios, tais quais: São Gonçalo, Mangueiras, Realengo, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nilópolis. Na Baixada Fluminense aglutinam-se oito (oito) turmas, totalizando 350 estudantes matriculados apenas no ano de 2019.

Em Duque de Caxias, duas turmas funcionam em uma Igreja Batista no bairro da Paulicéia, três turmas no Colégio Pedro II, Campus Centenário e uma na Igreja Renovada Cristã no bairro do Pantanal cujos horários de aulas variam entre os dias de semana no período da noite e aos sábados integral.

Neste município, o pré-vestibular contabiliza cerca de 40 aprovados para variados cursos em universidades públicas como Nutrição, Matemática, História, Ciências Sociais e em cursos emblemáticos como, por exemplo, 1o lugar em biotecnologia/UFRJ, 1o lugar em pedagogia/UERJ, jornalismo/UERJ, engenharia elétrica/UEZO, dentre outros.

Já em Nilópolis, funcionam duas turmas na primeira Igreja Batista do município cujas aulas ocorrem somente aos sábados em horário integral. Nessa unidade, cerca de 25 estudantes foram aprovados, também em variados cursos como Filosofia, Letras, Relações Internacionais, Fonoaudiologia, Geografia e outros.

É importante apontar que para além das aulas disciplinares que visam oferecer o conhecimento específico dos vestibulares, o +Nós, no início de todo ano letivo, realiza formações de educação popular com os novos docentes voluntários a fim de que os mesmos possam inovar na metodologia que utilizam em suas aulas e coloque em prática os princípios da educação popular, tais quais: o diálogo, afeto, reflexão. Assim, incentiva-se que os docentes ultrapassem a prática de aulas expositivas, fragmentadas, repetidas e distanciadas da realidade social dos estudantes que comumente se utiliza nas aulas na educação tradicional.

A equipe preponente do +Nós compreende que o ensino-aprendizagem não ocorre somente em sala de aula. Neste sentido, já realizou-se diversas atividades extra curricula-

¹ RUA é um movimento social juvenil que surgiu em 2013 cuja atuação ocorre a nível nacional e através de frentes como, por exemplo, o movimento estudantil, popular e antiproibicionista. Também possui setoriais de negros, mulheres e LGBTs e realizam alguns projetos que estejam conectados ao campo temático de atuação.



res em espaços públicos dos municípios referidos como, por exemplo, a aula inaugural de Duque de Caxias em 2016, ocorreu no interior da biblioteca Raul Cortez, com o tema “ENEM para quem?”. Em 2017 no plenário da Câmara Municipal de Vereadores sobre “Por que a educação tem que ser libertadora?”. Em 2018 sobre “Intolerâncias na sociedade brasileira” e em 2019 sobre “Nenhum passo atrás”, ambas as últimas ocorreram no auditório do Colégio Pedro II no bairro do Centenário.

Também ocorreram, ainda nas unidades de Duque de Caxias, debate na praça do Raul Cortez sobre a reforma da previdência, uma aula no auditório do Colégio Pedro II - Centenário sobre “mulheres negras movendo a estrutura” com a presença da atriz Camila Pitanga e, no início das aulas de 2019, exibição do filme “Nossos mortos tem voz” com a presença das mães das vítimas da violência de Estado da Baixada Fluminense, para todas as turmas.

Em Nilópolis, também ocorreram aulas inaugurais com respectivos temas na própria igreja, onde ocorrem as aulas. Houve um debate na Praça dos Estudantes, no centro da cidade, sobre a seguinte reflexão: “Vidas negras importam”, além de festas no galpão cultural 252 de modo que, todas as arrecadações feitas pela venda de comida e ingressos, fossem revertidas para o custeio da passagem dos docentes, compra de equipamentos e outros aspectos importantes para a manutenção do pré-vestibular.

Para além do território da Baixada Fluminense, o +Nós produziu uma cartilha com os aprendizados de como criar um pré-vestibular. Essa cartilha está disponível, livre e gratuitamente para toda iniciativa e movimentos de todo o país que desejem construir um pré-vestibular baseado na educação popular.

Realizou-se também uma aula pública na UERJ em 2018 para mais de 500 estudantes sobre os 130 anos da falsa abolição e em homenagem à Marielle Franco. Anualmente são realizados passeios para teatros, museu e outros pontos históricos-culturais do estado, o que além de permitir reflexões a respeito da compreensão histórica e geográfica da cidade e dos seus acontecimentos, promove aos alunos a oportunidade de circular pelo estado em locais que os mesmos usualmente não percorriam.

Um aspecto relevante a ser destacado é que todos os jovens que tanto são beneficiados quanto os coordenadores da iniciativa residem na Baixada Fluminense. Segundo esses últimos, a proposta do pré-vestibular, além de auxiliar os estudantes a ingressarem no ensino superior, também é de estimular a construção de laços afetivos e de pertencimento com o território.

Neste sentido, a proposta do pré vestibular é também é incentivar que os sujeitos envolvidos na iniciativa - docentes e discentes - possam circular pelos espaços públicos citados dos municípios de modo que usufruam e construam novas memórias sobre os mesmos com a finalidade de desconstruir, de certa forma, o sentimento de negação, produzido através de reforçados atributos pejorativos transmitidos pela grande mídia, que boa parte dos jovens tem com a região da Baixada Fluminense.



RECORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Realizou-se nesta pesquisa um estudo de caso e o uso de questionário. Tendo como principal referencial teórica, Paulo Freire.

CONCLUSÃO

Observa-se que apesar das dificuldades de conciliar o ensino formal com a proposta de educação popular não inviabiliza tanto a experiência de praticar a didática proposta pela educação popular quanto de compartilhar valores fundamentais a vida humana como, por exemplo, a empatia, o afeto, entre outros de modo que o processo de ensino-aprendizagem não ocorra de forma mecanizada, mas sim em um sentido holístico que valorize a totalidade dos aspectos da vida social, espiritual, ambiental e político dos sujeitos.

É também importante destacar que todos os jovens que tanto são beneficiados quanto os coordenadores da iniciativa residem na Baixada Fluminense. Segundo esses últimos, a proposta do pré-vestibular, além de auxiliar os estudantes a ingressarem no ensino superior, também é de estimular a construção de laços afetivos e de pertencimento com o território, circulando por espaços públicos que lhes permitem conhecer as histórias dos mesmos e, ao mesmo tempo, poder usufruir e construir novas memórias sobre os mesmos com a finalidade de desconstruir o sentimento de negação que boa parte dos jovens tem com o território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOHN, Maria. Retrospectiva sobre a educação popular e os movimentos sociais no Brasil. Niterói: Movimento, ano 4, n.7, p. 10-32, jul/dez, 2017.
- FERREIRA, Dulcéia; PEREIRA, Eduardo. Revisitando a história da educação popular: em busca de um outro mundo possível. Campinas: HISTEDBR on-line, n. 40, p. 72-89, dez, 2010.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente. SP: Paz e terra, 1996.
- MACHADO, Renata; DUPRET, Leila. A mídia e o jovem na baixada fluminense. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, VII Encontro Nacional de História da Mídia, ago, 2009.
- NASCIMENTO, Gilmar; SOUSA, Maria. Uma visão holística da educação: da fragmentação à totalidade. Dourados: Interletras, v.3 n. 19, p. 1-11, abr/set, 2014
- PIROLI, Francielli. ASSUFI, Rodrigo. A educação como processo da formação social do indivíduo. Unioeste PR, 1º Simpósio Nacional de educação XX semana da pedagogia, nov, 2008.



EFEITOS DA DISTÂNCIA ENTRE AS LÓGICAS FAMÍLIA-ESCOLA NA REALIDADE DE NOVA IGUAÇU

GIOVANNA CANZI COELHO DA SILVA - UNIRIO

LORRANA FERREIRA LUCIO – UNIRIO

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo explicitar como se dão as relações entre família e escola na realidade de Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense no Rio de Janeiro. Desenvolver o modo como essas relações podem estar conectadas à promoção escolar dos grupos populares. Percebendo que existem casos de sucesso/longevidade escolar nos grupos populares, entender como eles podem ser explicados dentro do recorte territorial escolhido. Os modelos e elaborações vindas da escola baseiam-se na existência de modelos de relações, conhecimentos, códigos, comportamentos específicos, reproduzindo, assim desigualdades, produzindo fracasso/sucesso pelo conhecimento, ou não, do código empregado, e apagamento desses mesmos processos de desigualdade.

A escola tem suas práticas e lógicas próprias que são resultado do desenvolvimento histórico e social dessa instituição, e sintonizam com as lógicas e práticas da cultura dominante, pois assim ela foi construída social e historicamente.

A democratização do ensino básico como acontece hoje, não leva em conta as múltiplas maneiras de interpretação do conhecimento, e uniformiza a cultura, que favorece as famílias que conseguem aproximar suas lógicas do modelo escolar. Então de que modo pode ser possível para grupos populares reconhecerem um tipo de conhecimento, código, comportamento, modelo familiar e práticas de escolarização que não sintonizam com suas lógicas e modos de fazer? Mesmo estando afastados do tipo de conhecimento e código do modelo escolar dominante, na modernidade, a escolarização se tornou incontornável, para se integrar com a sociedade. E essas famílias entram no jogo escolar com objetivos e sentidos próprios. As famílias têm que lidar com as lógicas da escola, e se apropriam delas, traduzindo para o seu próprio sentido, que pode ser totalmente contrário ao sentido original. Essas relações são interdependentes, pois a divergência pode gerar a necessidade de alteração das atividades, mostrando que o confronto é importante para a alteração das práticas, mesmo que a não adequação às atividades seja vista negativamente pelos educadores.

METODOLOGIA

Para subsidiar o presente trabalho foram utilizados dados sobre as esferas da educação e renda de Nova Iguaçu e um conjunto de literatura da Sociologia da Educação aponta a relação entre origem social e desempenho escolar. Foram analisados os dados do Instituto Brasileiro de



Geografia e Estatística sobre educação dessa cidade, como os números de matrículas e os de evasão, assim como os dados de renda, levando em consideração que a educação e os rendimentos salariais estão estritamente ligados. Utilizou-se para analisar tais dados, principalmente os conceitos de capital cultural e social do autor Pierre Bourdieu, e sua noção de habitus, que seria cada sujeito, em função de sua posição nas estruturas sociais, vivenciaria uma série de características de experiências que estruturariam internamente sua subjetividade, construindo uma espécie de “matriz de percepções e apreciações que orientaria, estruturaria, suas ações em todas as situações subsequentes. “O conceito de habitus seria assim a ponte, a mediação, entre as dimensões objetiva e subjetiva do mundo social, ou simplesmente, entre a estrutura e prática” (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2004, P. 24).

No campo da Sociologia da Educação, Pierre Bourdieu, a partir dos anos 60 trouxe contribuições que se tornaram um marco no modo de pensar a escolarização. Sua teoria se sustenta na relação entre origem social e desempenho escolar. E aponta que a escola, ao invés de ajudar na superação das desigualdades, as reproduz e legitima. A educação para ele, ao invés de libertar e transformar, mantém os privilégios. Segundo Bourdieu, os alunos não são indivíduos neutros que competem em condições iguais, mas são socialmente construídos diferentemente de acordo com a estrutura social e cultural que os antecede. A relação sucesso/fracasso escolar não poderia ser explicada simplesmente pelas aptidões individuais, mas pela sua origem social - que coloca os indivíduos em diferentes posições em relação aos outros atores sociais.

APRESENTAÇÃO DO RECORTE

Nova Iguaçu foi, assim como os outros municípios da Baixada Fluminense, formado por períodos de exploração, e esta formação ainda afeta economicamente este município. Discutiremos os múltiplos sentidos dados à educação, voltando o debate especialmente para as camadas mais baixas. Conhecida como ‘cidade dormitório’, em 1991, 41,19% dos moradores eram considerados extremamente pobres ou pobres, segundo o IBGE, já em 2010 esse número caiu para 13,94%, essa diminuição coincidiu com o aumento de matrículas ativas no ensino fundamental e médio, significando que a partir dos anos 90 a educação se expandiu proporcionalmente neste território. No entanto, em 2010, 37,4% dos moradores tinham o ensino fundamental incompleto, e 21% possuíam o ensino fundamental completo e o médio incompleto, entendendo assim que essas pessoas acessam a escola mas evadem por diferentes motivos, onde os principais são: o mercado de trabalho, a maternidade e gravidez, a falta de identificação com o ambiente escolar, segundo o IBGE, - onde o estudante não consegue vincular a escola com o seu cotidiano, tirando assim o sentido de frequentar este ambiente.

O sentido da escolarização para as famílias das camadas mais baixas se torna distinto ao das famílias de camadas mais altas, visto que por muito tempo as famílias pobres estiveram pouco ou nenhum contato com a escola, e o seus antepassados muitas vezes não foram ao menos alfabetizados, logo esta relação do indivíduo-escola vem carregada de significados para além da aprovação no final do ano letivo ou o seu nível de escolaridade. Em algumas situações saber assinar o próprio nome já é o sucesso escolar para o sujeito, assim como ter o ensino fundamental



completo é o suficiente. Enquanto existem alunos da rede pública que sofrem com a péssima qualidade na educação, onde o procedimento de aprovação automática é uma realidade, nos colégios particulares/de elite existem provas de preparação para o vestibular com frequência. No entanto, este sentido muitas vezes é interpretado como preguiça ou desinteresse pelos profissionais de educação, fazendo com que se crie estereótipos dentro do modelo escolar para lidar com esses casos, reforçando o discurso da meritocracia, onde se prega que todas as pessoas possuem as mesmas condições de acesso ao ensino e podem disputar os mesmos cargos, não levando em consideração as particularidades de cada sujeito inserido nesse processo, fomentando a lógica capitalista e naturalizando as desigualdades sociais.

A instituição escolar se baseia em um modelo de família de classe média, onde existe alguém - uma figura feminina - com tempo livre ou capital para pagar alguém para ensinar os deveres extra-classe, conhecimento sobre o currículo escolar e práticas pedagógicas, e vontade de ajudar no desenvolvimento escolar do aluno. Pressupõe a existência de um tipo de capital cultural específico, que não é o das classes populares, onde o aluno já chega na escola com um tipo de comportamento, desenvolvimento cognitivo, noções de relacionamentos específicos: código e linguagem da classe dominante. Nas demandas da relação entre família e escola, não são consideradas a situação da maioria das famílias, os seus modos, práticas, arranjos familiares, criando assim distanciamento entre as esferas.

Considerando os números de Nova Iguaçu em 2010, 52% da população é formada por mulheres, 38,3% das mulheres possuem o ensino fundamental incompleto, onde 17,63% são chefes de família sem o ensino fundamental completo, os dados disponibilizados pelo ATLAS confirmam que mulheres permanecem na base da pirâmide social, com o recorte racial que permite mulheres negras estarem mais vulneráveis à pobreza, discriminação, violência doméstica e urbana, como outros fatores excludentes que refletem no modo como essas mulheres e suas famílias irão se relacionar com a escola e o mercado de trabalho, podendo entender a educação como forma de ascensão ou um mecanismo de frustração. Analisaremos então possíveis fatores que distanciam essas mulheres da lógica escolar, como o machismo que influencia no pensamento social, onde diz que a mulher precisa aprender a cuidar e realizar as tarefas domésticas, da mesma maneira que a auto responsabilização, conceito citado por Lea Pinheiro Paixão (PAIXÃO; 2005, P 151.) que além de reforçar a baixa autoestima e colaborar para a construção de uma relação pouco positiva com a escola, contribui para a legitimação do lugar ocupado, ou seja, justifica as desigualdades materiais existentes.

REFERÊNCIAS

PAIXÃO, Lea Pinheiro. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. Cad. Pesqui. [online]. 2005, vol.35, n.124.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100008&lng=en&nrm=iso >.

THIN, Daniel. Famílias populares e instituição escolar: entre autonomia e heteronomia. Educ. Pesqui. [online]. 2010, vol.36, pp.65-77.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022010000400006&lng=en&nrm=iso >.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL: base de dados. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/nova-iguacu_rj > Acesso em 15/10/2018.

NOGUEIRA, M. A. & Nogueira, C. M. M. (2004) Bourdieu e a Educação. Belo Horizonte: Autêntica.



GÊNERO E SEXUALIDADE

DIÁLOGOS COM DOCENTES DE UMA ESCOLA PÚBLICA

Marcus Alexandre de Pádua Cavalcanti Bastos

Doutorando em Educação em Ciência e Saúde - UFRJ

Eliane Cristina Tenório Cavalcanti

Doutoranda em Educação em Ciência e Saúde - UFRJ

Alexandre de Jesus Pereira

Mestre em Desenvolvimento Local - UNISUAM

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de um relato de experiência sobre os achados das discussões em sala de aula com alunos (as) da oitava série da Escola Municipal Marcio Fiat, situada na Baixada Fluminense. O objetivo foi analisar e refletir como a sexualidade e identidade de gênero são percebidas nas implicações dos discursos e práticas construídos por esses docentes e quais os impactos dessas considerações para naturalização, banalização e diminuição de atos discriminatórios no interior dessa escola. Este trabalho leva em consideração questões de Direitos Humanos que fazem parte do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) e de Educação em Direitos Humanos do Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos, especialmente, a terceira versão desse Programa, intitulado PNDH-3 (2010), como uma forma de ensino que permite trazer para o ambiente escolar a formação de uma abordagem que favoreça o combate de todos os tipos de violência e buscar a justiça social dentro e fora do ambiente escolar.

DISCUSSÃO

De acordo com Foucault (1985), a sexualidade é um dispositivo de poder que se constitui historicamente e circunstancialmente. Esse dispositivo compõe os modos de existência dos sujeitos, logo, da produção da subjetividade. Trata-se de sistemas e hierarquias que vão determinar os lugares possíveis que serão ocupados por pessoas de acordo com as relações entre gênero e sexualidade, delimitando o que seria da ordem do masculino e do feminino, de forma a considerar toda e qualquer resistência aos modelos previamente dados como estando relacionada à doença, perversão e ao pecado.

Assim, não apenas a sexualidade, como também, a identidade de gênero estabelecem uma dimensão da experiência social perpassada por numerosas questões. Através delas, se articulam todo um conjunto de crenças, valores e desejos indicando um espectro do que compreendemos como sendo a nossa identidade.

Desse modo, o cotidiano escolar se configura como espaço formal adequado para a discussão de



temas que tratam da sexualidade, da identidade de gênero, da sexualidade, da orientação sexual que envolve temas como a homofobia, que é compreendida na concepção de Mott (2000), como sendo o medo, a aversão, ou a discriminação contra sexualidade ou homossexuais, bem como o ódio, a hostilidade ou a reprovação aos homossexuais.

De acordo com Junqueira (2009), é preciso compreender o ambiente escolar como espaço privilegiado para a superação de ações discriminatórias e violentas, no que diz respeito à sexualidade e a identidade de gênero. Para o autor, é preciso compreender que não se trata apenas de fazer uma defesa de uma minoria que se julga vitimizada, mas de combater toda e qualquer forma de relação sexista, desigual, opressora e hierarquizada que incidem sobre toda a comunidade escolar. Nesse sentido, o espaço escolar possui um papel fundamental, conforme Louro (1995), para refletir e superar as práticas que possam promover a desigualdade, o preconceito e a discriminação.

3 METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho está fundamentada na perspectiva pós-estruturalista. Relacionamos as opiniões desses alunos (as) com as reflexões de autores como Foucault (1985), Deleuze (1995), Butler (2003) Furlani (2007), Araújo (2001), Junqueira (2009), Louro (1995), Junqueira (2011), Prado (2008) para tratar das temáticas propostas. Foram feitas algumas discussões durante as aulas de Educação Física com alunos e alunas do ensino médio, por meio de aulas expositivas com sondagem preliminar sobre as percepções iniciais dos alunos (as) acerca da temática. Foram propostos debates com situações problemas obtidas em noticiários, em publicações nas redes sociais, em documentários e vídeos sobre as temáticas relativas à sexualidade, identidade de gênero e orientação sexual, para saber quais as opiniões de alunos (as) sobre essas questões.

CONCLUSÃO

As discussões com os alunos indicaram que existe o desejo de tornar a escola um espaço de valorização da diferença. Constatamos através das opiniões dos alunos que não basta que a escola fale sobre questões acerca da sexualidade e gênero, é preciso que as pessoas que a constroem também estejam dispostas a compreender a existência da diversidade. A inclusão no debate destas temáticas constatou que os docentes têm interesse por questões de identidade de gênero e sexualidade, principalmente quando envolvem abordagens que favoreçam o combate ao sexismo, ao machismo, a misoginia, a discriminação e a violência contra homossexuais e transgêneros, o que na perspectivas dos alunos, contribuiria para uma sociedade mais justa e igualitária.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. **Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal**. São Paulo: Moderna, 2001.



BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Direitos Humanos: documentos internacionais**. Brasília: SEDH, 2006.

_____. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**. Brasília: SEDH/MEC/MJ/UNESCO, 2006/2007.

_____. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)**. Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília: SEDH/PR, 2006/2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 1995.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FURLANI, J. **Educação Sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

JUNQUEIRA, R. D. **Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico**. Revista Espaço do Currículo, v. 2, n. 2, p. 208ff1230, 2011.

LOURO, G. L. **Gênero, História e Educação: construção e desconstrução**. Educação & Realidade, v. 2, n. 20, p. 101ff1132, jul./dez. 1995.

MOTT, L. **Manual de coleta de informações, sistematização e mobilização política contra crimes homofóbicos**. Salvador: GGB, 2000.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.



GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO

UMA EXPERIÊNCIA EM UMA ESCOLA NA BAIXADA FLUMINENSE

Marcus Alexandre de Pádua Cavalcanti Bastos

Doutorando em Educação em Ciência e Saúde - UFRJ

Eliane Cristina Tenório Cavalcanti

Doutoranda em Educação em Ciência e Saúde - UFRJ

O tema sexualidade, assim como tantos outros que causam polêmica, é algo presente e importante atualmente. Além disso, acreditamos em uma sexualidade não apenas biológica e universal voltada somente para reprodução, mas sim como uma construção histórica, social e cultural, que articula saberes e poderes. Nesse sentido, Scoth (2003) argumenta que o conceito de gênero foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social.

Castro, Abromavay e Silva (2004) afirmam que a ação pedagógica mais adequada para lidar com o tema sexualidade, evidencia o caráter natural desse tipo de educação ao afirmar que a conversa informal é uma das medidas adotadas por algumas escolas, em outras, sexualidade é tema principalmente tratado nas aulas de ciências, associando-se essa pulsão à constituição do corpo humano.

Os autores também enfatizam que quase um terço dos professores mencionam que são realizadas palestras por pessoas de fora da escola. Mas há também escolas em que prevenção e sexualidade são parte de programas específicos de educação sexual. Este é o importante papel do educador, pois quando o professor não se sente preparado para tratar um assunto tão importante como este, deve então procurar alguém qualificado que o dê (CASTRO; ABROMAVAY; SILVA, 2004).

Destarte, o presente estudo teve por objetivo, vivenciar uma proposta de educação para trabalhar sexualidade nas escolas, além de debater temáticas à respeito de sexualidade não somente como assunto biológico. As atividades foram realizadas no primeiro semestre do ano de 2018 a com turmas de 6^a, 7^a e 8^a série da Escola Municipal Vereador Américo dos Santos localizada em Duque de Caxias – Rio de Janeiro, zona periférica conhecida como Baixada Fluminense, tendo em média 30 alunos por turma, com idades variando entre 11 e 16 anos. Com base nas dificuldades encontradas pela escola, foi proposto juntamente com a direção da mesma, trabalhar o tema sexualidade, em virtude do mesmo não ter uma abordagem significativa no contexto escolar. A partir disto, fizemos uma pesquisa com os alunos, para sabermos em quais temas deveríamos focar o projeto.

A atividade teve um caráter interdisciplinar, pois acreditamos que os temas gênero, sexualidade e corporeidade não devem ser discutidos apenas na disciplina de ciências, já que o estudo dessa área reúne contribuições de diferentes disciplinas.



Metodologia e Fundamentação teórica

Para realizar esse trabalho, optou-se pela abordagem de pesquisa qualitativa, do tipo descritivo-exploratória. Os dados foram obtidos por intermédio das técnicas do Grupo Focal como técnica para coleta de dados. Por meio de uma concepção multidisciplinar os temas sexualidade, gênero e corpo foram abordados em diferentes disciplinas, tais como: Educação Física, Português, Educação Artística, Ciências e Matemática. As atividades foram realizadas durante os períodos de aula, com a participação dos professores da disciplina correspondente, usando dois períodos por dia, totalizando 12 horas/aula em cada turma.

Para atingir tal propósito, será utilizado conceito de gênero segundo Scoth (1990) que argumenta que tal conceito foi criado para opor-se a um determinismo biológico nas relações entre os sexos, dando-lhes um caráter fundamentalmente social. A autora utiliza esse conceito enquanto categoria de análise que teria a vantagem de propor uma transformação dos paradigmas do conhecimento tradicional, não apenas acrescentando novos temas. Serão utilizadas as contribuições de Castro, Abromavay e Silva (2004) que afirmam que a ação pedagógica mais adequada para lidar com o tema sexualidade, salienta o caráter natural desse tipo de educação. A perspectiva de Ribeiro (2005) será importante nesse trabalho, pois a autora afirma que a escola é um espaço autorizado através do qual o discurso científico estabelece normas de conduta com relação ao corpo e ao comportamento dos/as alunos/as por meio de seus mecanismos de poder. O pensamento de Michel Foucault (2003) será fundamental neste trabalho para refletirmos sobre a sexualidade enquanto dispositivo ainda em vigor na nossa sociedade, sempre a reiterar uma concepção de natural e essencial ao humano.

Resultados alcançados

Durante o projeto, foi possível observar a mudança dos jovens no que diz respeito ao interesse dos mesmos com assuntos muitas vezes esquecidos nas rodas de discussões, e até mesmo de difícil abordagem na visão de pais e professores em como irão fazer para tratar essas questões com os próprios filhos. Destacamos o apoio da escola e professores, que contribuiram para o excelente resultado das atividades, por meio da participação nas dinâmicas desenvolvidas.



Considerações Finais

Dessa forma, tendo em vista que buscamos uma abordagem mais contextualizada, propomos este projeto de modo que atendesse diferentes áreas do conhecimento, levando em consideração as necessidades da escola e alunos. Considerando o projeto como um todo, foi possível perceber a extrema relevância e satisfação à forma como foram conduzidas as discussões, proporcionando assim com que os alunos pudessem sentir-se mais à vontade frente assuntos relacionados a gênero, sexualidade e corporeidade.

Referências Bibliográficas

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. Conversando sexualidade. In: _____. **Juventude e Sexualidade**. Brasília: Unesco, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. 15.ed. São Paulo: Edições Graal, 2003

RIBEIRO, Paula Regina Costa. **Corpos, Gêneros e Sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar**. Caderno Pedagógico Anos Iniciais. Rio Grande: Editora da FURG, 2007.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990, p.5.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.



A FORMAÇÃO DOCENTE E O ENSINO DE GEOGRAFIA ANTIR- RACISTA: PERSPECTIVAS ATRAVÉS DO PIBID NA BAIXADA FLUMINENSE

Mariana Nunes Pereira Bastos

Graduanda em Geografia - UFRRJ

Bolsista PIBID/ CAPES

Introdução

Este trabalho apresenta o relato de uma experiência de aula desenvolvida por bolsistas no subprojeto de Geografia, no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Destinada aos estudantes do nono ano da Escola Municipal José de Abreu (Seropédica/RJ), buscamos tratar da temática africana a partir do questionamento de abordagens eurocentradas, em direção às práticas pedagógicas significativas para uma educação antirracista.

Assim, foi realizada uma atividade prática utilizando a cartografia como orientadora na (des)construção de representações espaciais, a fim de denunciar o colonialismo que construiu a desumanização dirigida aos espaços subalternizados pela modernidade europeia, como no caso de África, relacionando à constituição histórico-racial do Brasil. À medida que o refletir e o questionar sobre o espaço global indica caminhos analíticos para o entendimento da própria vivência do estudante, denunciar a colonialidade nas representações espaciais do continente africano volta-se para uma pedagogia emancipatória também em contexto brasileiro. “Ensinar geografia é, antes de tudo, um desafio de compreensão do entrelaçamento da realidade em múltiplas escalas: local, regional, nacional e global” (OLIVEIRA; ROCHA, 2016, p. 399).

Destaca-se aqui a necessidade do sujeito da Baixada Fluminense de reconhecer a sua história através da interpretação crítica da organização do espaço. O fato de os municípios formadores desta região concentrarem o maior percentual de pessoas não brancas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro torna as discussões a respeito das relações raciais e a formação da identidade étnica um desafio, ao passo que a força da desigualdade racial repercute na vulnerabilidade juvenil à violência (BRASIL, 2015).

Recorte teórico-analítico

Quando se pensa a prática docente no ensino básico, a Geografia de África e Afro-brasileira ainda tem uma posição desprivilegiada diante de outros componentes curricula-



res. Segundo o ensaio sobre os caminhos para a Lei Federal nº 10.639/03 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, “[n]os livros didáticos [...]o continente africano está colocado sistematicamente nas partes finais da publicação e geralmente com um espaço bem menor que os outros blocos continentais” (BRASIL, 2005, p. 175). Isto resulta no problema estrutural que envolve a desinformação da população brasileira sobre o continente africano, uma vez que o tempo insuficiente para o cumprimento do programa faz com que o último tema (sobre África), muitas vezes, não seja estudado nem considerado com seriedade na sala de aula.

Nesse sentido, a nossa atividade através do PIBID buscou evidenciar o povo africano e o negro brasileiro como agentes ativos da formação territorial e histórica do Brasil. Tendo em vista que a educação é uma referência concreta para alterar este quadro de desconhecimento da população brasileira, no que se refere “ao lugar insignificante a que os contextos afro-brasileiros têm sido relegados em quase todos os sistemas e níveis de ensino” (BRASIL, 2005, p. 177), é preciso oferecer modelos relevantes que ajudem a construir uma auto-imagem positiva, a contar com sua territorialidade e sua história, aqui e sobretudo na África.

Sob a forma atual, o racismo é filho do colonialismo e baseia-se no ideal da branquitude, “que mantém uma relação complexa com a cor da pele, formato do nariz e tipo de cabelo” (KOVIK, 2009, p. 50) e abraça calorosamente o discurso da mestiçagem. No entanto, quando se invisibiliza o processo de (auto)determinação das identidades raciais, “corre o risco de reavivar os argumentos biológicos sobre ‘raça’ (é na genética que todos somos mestiços, não na prática social), além de tapar o sol das hierarquias sociais com a peneira de ‘somos todos iguais’” (KOVIK, 2009, p. 51).

Além disso, o racismo não faz parte da “natureza humana” e então não faz sentido entendê-lo como fenômeno universal e irreparável. É preciso ressaltar que ele “[n]asceu, talvez, da necessidade de *defender o seu espaço*; e é apenas uma instituição irracional de prolongada duração” (SANTOS, 2005, p. 39, grifo do autor). Por isso a reflexão sobre o racismo tornou-se tão pertinente nas aulas de geografia, tendo em vista seu caráter profundamente espacial.

Metodologia

A relação aluno-professor possui inúmeras variáveis que influem diretamente no processo de ensino-aprendizagem; dentre elas, há a personalidade do docente cuja metodologia reflete sobretudo num sistema de valores e crenças. Segundo Bordenave e Pereira, “uma parte importante dessa cosmovisão [do professor] é o conceito que se tem do ser humano e de sua capacidade de crescimento. Outra parte é o conceito que se tem da sociedade e da necessidade ou não de sua transformação” (2002, p.65).

Tais autores citam que uma classificação elaborada após um estudo pela Universidade da Califórnia incluiu cinco tipos de professores, mas há uma sexta possibilidade não mencionada na pesquisa, pois trata-se de um tipo mais frequente nos países sub-



desenvolvidos: “o professor que tem uma visão estrutural da sociedade”, destacando-se pelo engajamento ou compromisso libertador que sua percepção dos problemas da sociedade exige dele e de seus alunos, já que o conteúdo das aulas são indissociáveis dos projetos ideológicos nas políticas educacionais.

A discussão sobre teoria e prática na docência demonstra, portanto, que o conteúdo a ser abordado não se desvincula do método, isto é, quando “se questiona o que ensinar em geografia questiona-se também como ensinar geografia. Por isso passaremos a considerar essas questões conjuntamente” (ALMEIDA, 1991, p. 84), destacando que esta experiência de aula desenvolvida através do PIBID partiu dos questionamentos acerca da formação docente e a função social do conhecimento científico.

Partindo-se da premissa que os alunos chegam à escola com conhecimentos prévios e são agentes ativos no processo de aprendizagem, a aula começou com uma interrogação: “O que você sabe sobre a África?”. Esta questão normalmente traz consigo uma carga simbólica homogeneizante em sentido geográfico, seja na localização física que reduz o continente à condição de “país único”, seja na composição sociocultural que o inferioriza na hierarquia mundial da racialização. A África, mesmo contemporânea, é associada ao primitivismo, à pobreza extrema e a guerras num cenário animalesco e exótico, lugar de pessoas na sua maioria negras, desnutridas e sem instrução. Ao longo da exposição das respostas dos discentes, saltaram os vocábulos “fome”, “doenças” e “guerras”, que demonstraram a sobrevivência das representações da colonialidade na imagem reducionista do continente africano e na ideia de raça inferior.

Durante a aula, apresentamos ferramentas visuais com o auxílio de um projetor multimídia para apontar as várias manifestações do espaço africano material e simbólico. A diversidade física e étnica foi analisada e discutida com os estudantes através de mapas, bandeiras nacionais e fotografias, retratando desde paisagens geofísicas variadas até pessoas nascidas no continente, com diferentes feições, etnias, classes e ocupações sociais, no intuito de repensar o estigma do “africano único”. É importante frisar o uso metodológico do projetor a partir das potencialidades do conceito de *paisagem*, pois “[a paisagem] condiciona a nossa (in) sensibilidade e o modo como somos socializados” (SOUZA, 2013, p. 57). Destacou-se também o corpo humano como espaço geográfico, contendo suas dinâmicas de ocupação, apropriação simbólica e territorialização.

Por fim, realizamos uma atividade prática que consistiu na identificação de alguns países daquele continente a partir do contorno de suas fronteiras, no intuito de instigar o reconhecimento da heterogeneidade graficamente representada nos mapas. Sem perder de vista o colonialismo na determinação histórica das fronteiras, propomos uma ampliação da imagem africana, dessa vez compreendida como um conjunto de múltiplos territórios e relações sociais. Dessa maneira, a cartografia se mostrou uma grande ferramenta com condições concretas de representar o que aconteceu e o que está acontecendo no território (BRASIL, 2005, p. 176).



Resultados finais

Esta abordagem pedagógica projeta-se em direção à educação sobretudo antirracista, destacando a responsabilidade política que os professores de Geografia precisam incorporar, desde sua formação, em resposta à Lei 10.639/03, que estabelece no ensino básico a obrigatoriedade da história e cultura afro-brasileira. A legislação pretende combater o racismo, que tem raízes na invisibilização da importância dos negros africanos na construção da sociedade brasileira. Neste sentido, não é possível haver a valorização da negritude no Brasil antes de subverter a imagem eurocentrada e subalternizada que se mantém sobre África, origem da diáspora.

Apesar de no Brasil, diferente nos Estados Unidos por exemplo, a raça ser compreendida predominantemente pela característica fenotípica dos indivíduos, a origem e a afrodescendência também são marcadores raciais em nossa sociedade e influem na estrutura do racismo (SILVA; BRANDÃO; MARINS, 2009). Logo, evidenciou-se nesta metodologia o desafio de ampliar perspectivas cartográficas, decolonizar consciências sociais e capacitar os estudantes na compreensão dos espaços de representação e de auto-reconhecimento.

As ações no âmbito do PIBID, acima de tudo, reanimaram a aproximação entre universidade e escola, tanto na formação quanto na prática docente do professor de geografia, ao “trazer o graduando para o mundo do magistério e reforçar a crença em um ensino vigoroso e rico no âmbito fundamental, [...] uma possível relação não-hierárquica entre universidade e escola, na qual o único ‘ente’ privilegiado é a construção do conhecimento em suas múltiplas acepções” (OLIVEIRA; ROCHA, 2016, p. 403).

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, R. D. de. *A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de geografia*. Revista Terra Livre, n. 08, 1991, p. 83-90.
- BORDENAVE, J. D.; PEREIRA, A. M. *Estratégias de ensino-aprendizagem*. Petrópolis: Vozes, 2002
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral. *Índice de vulnerabilidade juvenil à violência e desigualdade racial 2014*. Brasília: Presidência da República, 2015.
- BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005, p. 167-184.
- OLIVEIRA, L. D. de; ROCHA, A. S. da. *A formação de professores e o ensino de Geografia: reflexões a partir do PIBID na Baixada Fluminense*. The overarching issues of the european space: rethinking socioeconomic and environmental problems, repositioning territorial development policies. Universidade do Porto: FLUP, 2016, p. 399-409.
- SANTOS, J. R. dos. *O que é Racismo*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- SILVA, A. P. da; BRANDÃO, A.; MARINS, M. T. A. *Educação superior e relações raciais*. Niterói:



EdUFF, 2009.

SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOVIK, L. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.



DO LUTO A LUTA: PROCESSOS NÃO-FORMAIS DE EDUCAÇÃO REALIZADOS POR MOVIMENTOS SOCIAIS A PARTIR DE CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA NA BAIXADA FLUMINENSE

Sharah Elisa Luciano Araújo dos Santos
Mestranda do PPG ECC - Uerj/Febr

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e analisar os processos não formais de educação realizados a partir de contextos de violência, através do estudo de caso da atuação um movimento social de mães e familiares ativistas da Baixada Fluminense. Tendo como pressupostos que o movimento de agrupamento em torno de uma luta, que é coletiva e também individual, constitui-se como um espaço de reconhecimento e ou reafirmação de identidades, quanto de produções de narrativas e socialização de conhecimentos. Dessa forma, pretende-se aqui, dissertar, especificamente, a respeito das atividades pedagógicas desenvolvidas por tal grupo. Buscando também, através dessa produção enfatizar e propagar as vozes dessas mulheres no que tange a visão que as mesmas têm sobre a militância que exercem e suas próprias histórias localizadas, por sua vez, num plano que se estende ao grupo, racial, territorial e social a que pertencem.

Apresentação do recorte teórico analítico

A partir da análise dos dados referentes à violência e mortalidade no Brasil, no estado do Rio de Janeiro e, de forma mais localizada, nas periferias urbanas que compõem esse ente da federação, é facilmente observável o perfil dos atingidos pela violência letal do Estado. A padronização dos corpos violentados e “condenados” à morte num país em que a legislação não permite a pena capital, mas convive com a sua reincidência, é muitas das vezes naturalizada. Sendo os homens negros jovens os principais alvos dessa lógica perversa de execução. Frente a este cenário de genocídio do jovem negro brasileiro caminham juntos os movimentos de resistência e de busca por justiça. A escolha desta produção por analisar a referida temática concentrando-se, principalmente nas mulheres negras componentes de um movimento de mães ativistas justificasse, principal-



mente, pelos números elevados da letalidade do Estado contra jovens negros no território da baixada fluminense, pelas especificidades de atuação dos movimentos da Baixada Fluminense em comparação aos do centro sociológico com que estabelece relação, neste caso, a cidade do Rio de Janeiro.

Metodologia

As escolhas metodológicas presentes nesta pesquisa valem-se das contribuições da História Oral, no ensejo de visibilizar as narrativas que emergem desse grupo, por meio de entrevista de caráter qualitativo. Além das contribuições bibliográficas do referido campo teórico. Visando assim, estabelecer um diálogo entre as produções teóricas do meio e as resultantes colhidas na etapa de inserção e observação em campo. Objetivando a construção de uma pesquisa participativa que eleja como central a exigência de um processo de co-autoria de escrita que vise unir os pontos de vista e impressões tanto da pesquisadora quanto do grupo em que se centra a pesquisa, não elegendo um ou outro como “portador” de uma legitimidade superior ou inferior no interior de sua redação.

Resultados Parciais ou Finais

Obteve-se, enquanto resultado parcial da pesquisa em curso, um panorama ainda que não conclusivo, porém bastante relevador dos processos e relações. Essas reflexões centram-se em identificar de que forma o papel do movimento de agrupamento em torno de uma luta configura-se como potencializador de um processo de reconhecimento de identidades. Ou seja, revelar de que maneira estar nele possibilita a não só identificar, mas dimensionar o lugar político e material das identidades que carregam racialmente, socialmente e territorialmente. No que se trata das ações desenvolvidas externamente em prol da justiça racial desenvolvidas pelo grupo, resalta-se aqui o caráter pedagógico que tais ações assumem. Do ponto de vista interno, essas mulheres produzem conhecimentos únicos a partir da militância que exercem pelo fato de estarem agrupadas e, pelo viés externo, contribuem para a formação dos sujeitos que estabelecem contato, realizando, assim, um tipo de educação não-formal.

Referenciais Bibliográficas



CAMARANTE, André. (Org.). *Mães em luta: dez anos dos crimes de maio de 2006*. São Paulo: Nós por nós Editora, 2016

FONSECA, C. (1997). Ser mulher, mãe e pobre. In M. Del Priori (Org.), *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

FREITAS, Rita de Cássia Santos. *Famílias e Violência: Reflexões Sobre as Mães de Acari*. *Psicol. USP, São Paulo*, v. 13, n. 2, p. 69-103, 2002. Available from . access on 31 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642002000200006>.

FREITAS, R. C. S. (2000a). *Mães de Acari: Preparando a tinta e revirando a praça: Um estudo sobre mães que lutam*. Tese de Doutorado, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica. Arte & Ensaio*, [S.l.], n. 32, mar. 2017. ISSN 2448-3338. Disponível em: . Acesso em: 31 Ago. 2018. Schmukler, B. (1995). *Las mujeres en La democratización social*. *Estudios Feministas*, 3 (1).

MBEMBE, Achille. *As formas africanas de auto-inscrição*. *Estud. afro-asiát.*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 171-209, June 2001. Available from .access on 31 Aug. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100007>.

Tatiana Moura, Rita Santos e Bárbara Soares, « *Auto de resistência: A ação coletiva de mulheres familiares de vítimas de violência armada policial no Rio de Janeiro* », *Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]*, 88 | 2010, colocado online no dia 10 outubro 2012, acesso em 31 agosto 2018. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/1736> ; DOI :10.4000/rccs.1736



YOGA MARGINAL E PROCESSOS PSICOSSOCIAIS NAS PERIFERIAS

Tainá Antonio Fernandes

Mestranda no Programa EICOS

Profa. Dra. Beatriz Akemi Takeiti

Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social - EICOS

Instituto de Psicologia/UFRJ

A Baixada Fluminense é formada por 13 municípios, com quase três milhões de habitantes e faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo uma das maiores concentrações urbanas do Brasil e da América Latina. Mesmo com a proximidade geográfica e do grau de urbanização, as cidades que compõem a região possuem uma formação histórica, espacial e social marcada por um padrão comum de segregação da classe trabalhadora (ALVES, 2002). Muitos dados comprovam a extrema violência que caminha por esse território expressa na média de aproximadamente dois mil assassinatos por ano, ou 74 homicídios por 100 mil habitantes (ALVES, 1998). De acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, a taxa de letalidade violenta em 2017 de todo o estado foi de 40,0 por 100 mil habitantes, a taxa da capital foi de 32,5 enquanto que a taxa da baixada fluminense foi de 60,6.

A área tem uma concentração industrial maciça, com a presença de grandes e poluidoras empresas em toda a região (ALVES, 2002). Por conta desse uso industrial do solo, a Baixada é conhecida como zona de sacrifício, expressão "utilizada pelos movimentos de justiça ambiental para designar localidades em que se observa uma superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais" (VIEGA, 2006). Estas condições de vida e desigualdade social em que nos encontramos refletem um abismo estrutural que nos leva a um lugar comum: desequilíbrio social, emocional e ambiental (FERNANDES, 2017). Acabamos por não olhar para frente, nem para dentro e muito menos para os lados. Vemos um enorme perigo para uma sociedade que vivencia uma série de vulnerabilizações, com efeitos negativos à produção de subjetividades comunitárias, re-existindo e se reinventando cotidianamente.

Dentro desse contexto de desigualdades e problemáticas ambientais, o corpo pode ser um importante meio de se gerar significado social (LEMOS, 2014). A violência é sofrida diariamente



por todo coletivo de maneira quase inconsciente, entretanto é importante trazer o lugar do indivíduo e da experiência de cada corpo dentro desse território para promover reflexões e resgatar os sujeitos críticos, pensantes para o centro dos debates acerca das políticas públicas, da saúde integral, da educação e da cultura.

Este trabalho é parte da dissertação de mestrado da primeira autora e têm como um dos pilares o resgate social e formação de sujeitos em construção. Dessa forma, a intenção desse projeto então é a apresentação de um caminho possível para tal construção/resgate, mas unir assim teoria e prática para transformar os territórios.

É dentro dessa conjuntura que apresento a filosofia do yoga e a ciência da meditação como um possível caminho de transformação. As duas cosmologias são práticas muito antigas, com origem no continente africano, no antigo Kemet (Egito). Porém, são conhecidas no mundo como tendo origem nas tradições orientais (LEVINE, 2000). Apesar de sua vinculação com as tradições espirituais, essas práticas têm reunido um grande número de adeptos que a incorporam em suas vidas cotidianas. No ocidente, essa adesão pode ser justificada pelo aumento dos problemas de saúde, da depressão, das cargas de trabalho, e do custo dos tratamentos médicos.

Isso porque de acordo com os pesquisadores, a atividade cerebral durante a meditação ativa o sistema límbico (KOENIG, 1998, 82). A amígdala, o hipocampo, as regiões do hipotálamo e os feixes de fibras que fazem a interconexão entre estas estruturas fazem parte do sistema límbico. E dessa maneira, as áreas relacionadas a este sistema são responsáveis pela motivação e emoção, e por meio da interação entre elas há interferências também nos processos de atenção, memória e aprendizagem (CARLSON, 2002, p.81).

Já o Yoga é o sistema organizado pelo sábio Pátañjali e suas práticas são finalizadas com a meditação, que é o objetivo final e para levar à autorrealização (FRAWLEY, 2010). Importante compreender que o yoga só nos torna conscientes do que já temos, assim como nosso corpo e mente.

Dessa maneira, o yoga nos auxilia em nossos processos internos de autoconhecimento e controle, resgatando a nossa natureza, essência, e espírito através do simples e poderoso ato de respirar, conscientemente. A partir da consciência de que não há harmonia externa, sem harmonia interna, o yoga e a meditação são considerados nesse trabalho um caminho possível para resgatar as não só as questões ambientais nas periferias, mas outros territórios existenciais daqueles que a praticam, pois é no dia a dia que aprendemos a ressignificar o nosso olhar e compreender as questões que emergem ao nosso redor (FERNANDES, 2017).

O que na teoria é muito animador, na prática pode ser proporcionalmente dificultoso ten-



do em vista a elitização dos espaços de terapias holísticas em geral. No Rio de Janeiro são situados na zona sul, com maioria branca, com corpo magro, com roupas e acessórios caros, com uma alimentação inacessível e valores absurdamente caros, explicitando de maneira nada sutil que nosso lugar não é aquele. E mais uma vez a espiritualidade que cura pode alavancar ainda mais desigualdades sociais.

Como dispositivo que gera autonomia e saúde coletiva para a comunidade, o Yoga Marginal constitui-se em uma intenção, um projeto e um fazer coletivo que se dá nas/com as periferias e comunidades das grandes metrópoles brasileiras. Constitui-se como um movimento de resistência da população marginalizada e excluída do acesso aos bens e serviços a que tem direito. Pretende-se, mais do que ministrar aulas de yoga, mas ressignificar esse espaço elitizado e fazer repensar sobre os vários padrões de corpo que podem adentrar essa prática que tem como berço a África e tem como fundamento a união. A intenção não é que todo corpo pratique, mas que todo corpo saiba que ele pode praticar, se quiser. O “Yoga Marginal” vem também nesse caminho, de abrir possibilidades de reflexão sobre nossos corpos, nossa militância, nosso trabalho, nossos limites – momentâneos e nosso lugar, o território periférico.

Essa intenção vem se manifestando na prática dentro do território da grande Baixada Fluminense, onde há três anos demos os primeiros passos. No início desprezioso eram apenas aulas gratuitas de yoga para pré-vestibulares sociais de Duque de Caxias e Nova Iguaçu. Não sabíamos da proporção que uma aula de yoga na periferia um dia antes da prova do ENEM poderia ter. E quando as reverberações por meio de depoimentos e aumento da procura por yoga começaram, outros rumos foram estabelecidos. Após alguns cursos de formação em yoga e nossa prática pessoal e cotidiana no lidar dentro da nossa comunidade, percebemos que falta um processo de tradução para que o yoga se faça inteligível dentro desses espaços. E assim em uma pesquisa de monografia surgiu um grande passo que foi a criação de um guia prático para meditação em escolas periféricas. Esse material tem a intenção de ser formativo e autônomo para que qualquer educador possa incluir as práticas do yoga e meditação dentro de suas rotinas escolares, sobretudo das periferias que não apresentam infraestrutura, mas apresentam corpos cheios de energia, e é só do que precisamos. Desde 2017 esse guia vem sendo disponibilizado em escolas públicas da Baixada e outras regiões periféricas, o que desdobrou em muitas rodas de conversa, aulas práticas e outros encontros em CIEPS e atividades comunitárias em Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Mesquita, Nilópolis, Belford Roxo e outras regiões do subúrbio do Rio de Janeiro. No segundo momento, o qual nos encontramos agora, nossos esforços estão em criar uma rede de identificação e colaboração entre todos os profissionais de yoga que se encontram na Baixada



Fluminense através de plataformas digitais. Interligando as redes, os profissionais e os praticantes para que de fato possamos construir uma comunidade sólida de saúde integral no nosso território. E através das plataformas digitais estamos nos esforçando na contramão para cada vez mais desmistificar o lugar exotérico e inatingível que as próprias mídias sociais disponibilizam sobre o yoga, com corpos brancos, magros e alongados e como sendo os únicos sujeitos e lugares passíveis de acessar essa filosofia.

É nesse lugar que ao longo dos últimos anos o projeto “Yoga Marginal” vem caminhando, descobrindo novas iniciativas, criando pontes, construindo parcerias, discutindo saúde, medos, racismo, racismo ambiental, política, compaixão e tudo que adentra nossos espaços de trocas. Sabemos que são tantas as demandas e lutas de base que nossa saúde física fica para depois e nossa saúde mental é praticamente ignorada. Sabemos - também – que matam nossos corpos com tiros e mata-leões todos os dias mas ainda mais triste é reconhecer que muitas vezes nosso corpo já está quase no chão quando isso acontece, e é pura estratégia de governo de um Estado racista. É preciso cuidarmos e estarmos atentos às questões de saúde mental, do corpo e da alma para que produzamos mais vida, menos morte em territórios cujos dados são constatados nos modos de vida cotidianos na Baixada Fluminense. Tais territórios nos permitem entrever o que Milton Santos chamou de *território-vivo*, sugerindo que a sua compreensão só se torna possível quando o consideramos a partir de seu uso e quando é pensado junto com os atores que o constroem: *o lugar geográfico é também o lugar filosófico da descoberta, porque nele se batem forças contraditórias* (Santos, 2000).

Segundo Freire, “a liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem” (2000, p.34). Nesse processo é necessário que todos se assumam como sujeitos de suas trajetórias e resgatem seu corpo político e de poder, pois só assim será possível ultrapassar tantas margens - visíveis ou não – nas periferias. Espera-se, com esta pesquisa, a valorização de conhecimentos e saberes que se produzem no encontro entre corpos em territórios subalternizados e marginalizados, cuja filosofia do yoga e a ciência da meditação se apresentam como caminhos para a busca da liberdade e das autonomias possíveis.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. C. S. Baixada Fluminense: a violência na construção do poder. Tese de Dou-



torado em Sociologia. São Paulo: FFLCH/USP, 1998.

ALVES, J. C. S. Violência e religião na Baixada Fluminense: uma proposta teórico- metodológica. Revista Rio de Janeiro, n. 8, p. 59-82, set./dez. 2002

CARLSON, Neil R. Fisiologia do Comportamento. São Paulo: Manole, 1ª ed, 2002

FERNANDES, T. A. A Meditação como caminho para uma Educação Ambiental Cotidiana em Espaços Escolares de Regiões Periféricas. 2017. 80f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Ambientais) - Instituto de Biociências, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FRAWLEY, D. Uma Visão Ayurvédica da Mente – A Cura da Consciência, Editora Pensamento, 2010

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. São Paulo: Paz e Terra. 2000

KOENIG, Harold. Handbook of Religion and Mental Health. New York: Academic Press, 1998

LEMOS, K. Meditação baseada em Mindfulness e o Método Feldenkrais® como Terapias Complementares do SUS: a implementação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares sob perspectiva dos usuários/Kelly Cristine Vieira Lemos. - 2014. 180f.

LEVINE, M. The positive psychology of buddhism and yoga: Paths to a mature happiness. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

SANTOS, M. Território e sociedade. Entrevista com Milton Santos. 2ª. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2000.

VIÉGA, R. N. Desigualdade ambiental e “Zonas de Sacrifício”, 2006.



PARA ALÉM DO TEMPO INTEGRAL: A NECESSIDADE DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA BAIXADA FLUMINENSE

Telma Oliveira Soares Velloso

Professora de Geografia da Secretaria Estadual de Educação de Minas Gerais e Mestre em Educação - UFV

Cezar Luiz de Mari

Professor Doutor do Departamento de Educação - UFV

O presente trabalho visa conceituar e diferenciar o que seja “tempo integral” e a “educação integral”, apresentando aquele que melhor se enquadra na perspectiva crítico e emancipadora dos sujeitos quanto as possibilidades de mudança social. O recorte utilizado para esta pesquisa consiste na Baixada Fluminense, região do Estado do Rio de Janeiro que apresenta inúmeras discrepâncias e contrastes socioeconômicos.

A temática do tempo integral tem ganhado destaque nos últimos anos, sendo assumido como proposta de inúmeros governos e pautas dos financiadores da educação. Embora em muitas ocasiões, o mesmo seja confundido com educação integral, como se a expansão do tempo na escola fizesse com que estudantes alcançassem uma formação crítica, emancipadora e para a cidadania. O perfil desses estudantes permeia nas camadas populares, que em sua maioria, encontram-se nas escolas públicas e periféricas, além de ter uma constante disputa entre a educação, o mundo do trabalho e a criminalidade, para com a vida da juventude, o que se torna característico das cidades da Baixada Fluminense quanto ao que se vincula nas mídias, na realidade encontrada por educadores e nas avaliações externas, como a Prova Brasil.

Entretanto, a Baixada vivenciou uma das primeiras realizações das políticas públicas educacionais quanto ao tempo integral, que foram os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs – ou conhecidos como “Brizolões” enquanto marco político ou engendrado pelas mídias da época no imaginário social como termo que se referia “a escolas de pobres”, marginalizando o público que era em sua maioria, das áreas mais periféricas. Pensado por Darcy Ribeiro, planejada a estrutura por Oscar Niemeyer e efetivada pelo então governador do estado, Leonel de Moura Brizola, os CIEPs tiveram dois grandes momentos, sendo 1983-1987 e 1991-1994, em seus dois mandatos de governador. Porém, foi sendo desmontado por governos posteriores em toda sua proposta, numa tentativa de acabar com um marco político e que (re) significava a escola para as



camadas mais populares.

Ficando as margens de inúmeros processos de desenvolvimento territorial e socioeconômicos, a Baixada apresenta atualmente, os piores resultados das avaliações da educação no estado do Rio de Janeiro, bem como, uma elevada concentração populacional e elevados índices de violência. O que nos indagou a buscar a compreensão sobre a necessidade de escolas como os CIEPs durante o Primeiro e Segundo Programa Especial de Educação, marcas do governo de Brizola e que se apresentava como fonte de mudança social. Ou seja, de evidenciar a importância da expansão do tempo escolar para que a educação possa disputar a curto prazo a juventude, frente ao avanço da evasão escolar para com o mundo do trabalho ou ainda, pelo avanço das redes de poder paralelo, como as de criminalidade. Além disso, que essa educação seja integral, indo além do tempo integral.

A educação integral é aquela que permite que os sujeitos possam ter uma formação crítica e cidadã, indo para além dos muros da escola e tendo as noções mais amplas da sociedade, o seu papel e do coletivo na transformação da realidade social. Sendo necessário os domínios das áreas do conhecimento e sua aplicação irrestrita em setores como as artes, política, tecnologias, práticas esportivas, dentre outros aspectos que os prepare para a cidadania e conseqüentemente, a um projeto de sociedade mais justo e igualitário.

Entretanto, o governo do Estado vem implementando políticas públicas educacionais de expansão do tempo integral, através de parcerias com instituições do terceiro setor e/ou de financiamento da educação, dialogando principalmente com a Reforma do Ensino Médio. Grande parte das estruturas dos CIEPs que não foram municipalizados e ainda pertencem ao estado, estão sendo abarcadas nessa proposta, com o argumento de (re) utilização das suas estruturas e de adequação da juventude para com o mundo do trabalho.

Abre espaço para apontar essas escolas de tempo integral como viáveis e como solução dos desafios das mudanças socioeconômicas das camadas mais populares. Entretanto, não significa que a efetivação desta política pública educacional será garantindo a educação integral.

Tomando por base o contexto da Baixada, a metodologia escolhida para este trabalho enquadra-se no campo qualitativo, utilizando de levantamento bibliográfico e literatura especializada sobre educação integral e tempo integral. Valendo ressaltar que a pesquisa bibliográfica em Oliveira (2007), conota das análises em documentos científicos, não recorrendo ao empirismo e tendo como característica a aproximação direta entre pesquisador e as produções existentes.

Por considerar a região da Baixada Fluminense, o recorte careceu de dados sociais, econômicos e educacionais da mesma, visando compreender melhor sobre suas demandas e carências



no que tange ao seu desenvolvimento. Esses dados foram importantes para a compreensão da necessidade da educação integral para além da expansão do tempo.

Os resultados obtidos evidenciam que a maior demanda educacional para a Baixada, permeia em investimentos nas estruturas materiais e imateriais das escolas, tornando um ambiente agradável e interessante para a juventude, com melhores condições de trabalhado para seus profissionais, diálogo com a comunidade e universidades.

Para além do tempo integral, deve-se evidenciar que romper com as amarras das opressões se faz a médio e longo prazo, sendo só a expansão do tempo escolar, insuficiente para que estas mudanças sejam efetivadas. É preciso investir em educação e não a entender como gasto, além de consolidar as políticas públicas que possam elevar as condições socioeconômicas de determinada região, no caso, a Baixada.

O apontamento encontrado nesta pesquisa, evidencia que é de extrema importância que a educação seja integral, para que a juventude da Baixada alcance lugares que em suas trajetórias foram negados e segregados. A educação integral levaria a construção do pensamento crítico e emancipador, estabelecendo novas relações sociais e apresentando caminhos para as mudanças socioeconômicas. Entretanto, a educação não é o único setor a ser desenvolvido em sua amplitude, mas outros como saúde, saneamento e moradia, deveriam estar integrados a esse processo de efetivação de políticas públicas para que a sociedade tivesse um amplo desenvolvimento e melhores condições de vida.

Propor a educação integral é um dos caminhos que pode diminuir os problemas encontrados na Baixada, como o das péssimas condições de trabalho da juventude, dos baixos desempenhos escolares e a criminalidade, sendo que a sua garantia de efetivação, fica a cargo do poder público e das demandas populares que visam a sua realização.

A mesma região que no passado experimentou os CIEPs, atualmente só utiliza das estruturas físicas e há anos perdeu o foco na educação integral. Vale ressaltar que se torna insuficiente as medidas que estão sendo adotadas de ampliação do tempo escolar em detrimento da educação integral, como estão sendo propostas atualmente e contraditoriamente, levam lucro a financiadores da educação, evidenciam as intencionalidades do poder público que não se debruça sobre a formação crítica, emancipadora e cidadã da sua população, e prevalece as reproduções de opressão por não se propor uma educação integral dos sujeitos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, Miguel Gonzales. **O direito ao tempo de escola.** *Cadernos de Pesquisa*, n.65, 3-10, maio de 1988.
- BOMENY, Helena. **Salvar pela escola: Programa Especial de Educação.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.
- BOMENY, Helena. **A escola no Brasil de Darcy Ribeiro.** In: Lúcia Velloso Maurício. *Educação integral e tempo integral.* Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80. 2009, p.109-120.
- CAVALIERE, Ana Maria. **MEMÓRIA DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL DO RIO DE JANEIRO (CIEPs): documentos e protagonistas.** In: *Anais do I Congresso Brasileiro de História da Educação.* Rio de Janeiro, UFRJ, 2000.
- CAVALIERE, Ana Maria. **Educação integral: Uma nova identidade para a escola brasileira.** In: *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 247-270, dez. 2002.
- CAVALIERE, Ana Maria.. **Tempo de escola e qualidade na educação pública.** In: *Educ. Soc.* , Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>
- COELHO, Lúgia Martha Coimbra da Costa. **História(s) da educação integral.** In: MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **Educação integral e tempo integral.** Em Aberto, Brasília, v. 22, n. 80. 2009, p.83-96.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **Permanência do horário integral nas escolas públicas do Rio de Janeiro: no campo e na produção escrita.** In: COELHO, Lúgia Martha; CAVALIÉRI, Ana Maria. *Educação brasileira e(m) tempo integral.* Petrópolis: Vozes, 2002.
- MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **Literatura e representações da escola pública de horário integral.** In: *Revista Brasileira de Educação.* Edição nº27, Set /Out /Nov /Dez 2004.
- MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **O que se diz sobre a escola pública de horário integral.** *Cadernos Cenpec*, n. 2, 2006.
- MAURÍCIO, Lúcia Velloso. (org.). **Educação integral e tempo integral.** *Revista Em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 80, p. 1-165, abr. 2009.
- MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral.** *Revista em Aberto*, Brasília, v. 22, n. 80, p. 15-31, abr. 2009.
- MAURÍCIO, Lúcia Velloso. **Escola pública de horário integral: o que se lê, o que se vê.** GT n.13 – Ensino Fundamental. S/A.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, Vozes, 2007.



CARTOGRAFIA E O ENSINO DE GEOGRAFIA: APLICAÇÃO DE OFICINAS DIDÁTICAS NO MUNICÍPIO DE MESQUITA

Weslen Silva de Oliveira
Graduando em Geografia - UERJ/FFP
Stephanie Costa da Rocha
Graduanda em Geografia - UERJ/FFP
Vinicius da Silva Seabra
Graduando em Geografia - UERJ/FFP
Felippe Cavalcante Ferreira
Graduando em Geografia - UERJ/FFP
Evelyn de Castro Porto Costa
Graduanda em Geografia - UERJ/FFP

INTRODUÇÃO

O uso prático de ferramentas digitais baseadas em localização está em clara ascendência, e vêm alterando significativamente nossa vida cotidiana. Estas inovações vão desde aplicativos de navegação que criam rotas que facilitam nosso deslocamento no trânsito até ferramentas que fazem uso de raios de busca para compra de refeições, precificação de transportes, busca de pares para relacionamento e outros.

A escola é um dos ambientes que mais tem sentido estas transformações. Segundo Carvalho et. al. (2012) é de fundamental importância dotarmos a escola de instrumentos e metodologias que representem avanços na proposição de práticas educacionais. Destes instrumentos podemos destacar o uso das geotecnologias, que apresentam grande potencial para serem utilizadas como ferramentas de modificação cognitiva dos alunos, contribuindo para a produção (e não somente reprodução) do conhecimento, desenvolvendo as habilidades requeridas para uma interação de forma mais eficiente no contexto social.

Richter et. al. (2012) destacam também que a busca por novos métodos e instrumentos pedagógicos tem sido um desafio constante na vida dos professores, que procuram dinamizar os processos de ensino por meio do resgate do interesse dos alunos. Neste sentido, os autores destacam que o uso dessas ferramentas tecnológicas – audiovisuais ou não - tendem a ampliar as possibilidades de exploração e compreensão dos conteúdos, e, ao mesmo tempo, ressignificar os processos de aprendizagem dos discentes, além de despertar a sensibilidade para o conhecimento visual.



Foi a partir da necessidade de aproximarmos as geotecnologias da sala de aula que o grupo Dinâmica Ambientais e Geoprocessamento, da Faculdade de Formação de Professores da UERJ, vem ao longo dos últimos 10 anos desenvolvendo pesquisas voltadas para o uso das geotecnologias para a produção de materiais didáticos e estratégias de ensino de Geografia com o uso de softwares gratuitos.

Sendo assim, a proposta de trabalho é sistematizar de forma objetiva e sintética os principais resultados obtidos com a aplicação de oficinas de produção materiais didáticos para os professores de Geografia da rede municipal de Mesquita, na Baixada Fluminense.

MOTIVAÇÃO

No período letivo de 2018 os professores da rede municipal de Mesquita, apoiados pela coordenação de Geografia e Ensino Religioso do mesmo município, elaboraram um estudo diagnóstico para elencar as principais dificuldades dos alunos do ensino fundamental 2, ou seja, do sexto ao nono ano, com o objetivo de encontrar os conhecimentos não construídos, ou deficitariamente construídos, em cada um dos períodos analisados.

Este estudo consistia na aplicação de atividades por 20 professores da rede, e ainda no preenchimento de fichas diagnósticas que classificavam a instrução dos estudantes, de acordo com sua capacidade de resposta, em: (A) capacidade desenvolvida; (B) capacidade em desenvolvimento; e (C) capacidade ainda não desenvolvida. As atividades aplicadas para compreender as dificuldades dos estudantes foram organizadas de acordo com o conhecimento que os alunos deveriam adquirir no ano anterior ao que haviam acabado de ingressar

Estas avaliações diagnósticas foram realizadas em sete das nove escolas da rede municipal de Mesquita, ou seja, em aproximadamente 78% do total de escolas. Em seguida os resultados encontrados foram analisados pelo coletivo de professores, a partir do GEPEF (Grupo de Estudo, Pesquisa, Extensão e Formação) em maio de 2018. Os resultados desta análise deram origem ao Relatório de Análise da Avaliação Diagnóstica de Geografia (2018). Neste relatório ficou evidente que as maiores as dificuldades das crianças do ensino fundamental 2, da rede municipal de Mesquita, são a compreensão dos conceitos cartográficos e a leitura de mapas.

Esta questão motivou a realização de oficinas de Cartografia e Sensoriamento Remoto no município de Mesquita, tendo como proposta a resolução de uma questão: Como ajudar o professor de Geografia a lidar com as dificuldades cartográficas do aluno do ensino fundamental 2?



RESULTADOS

As oficinas tiveram o objetivo de preparar o professor para a construção de pranchas de atividades, que são materiais didáticos impressos e por isso não têm a sua utilização limitada à existência de laboratório de informática na escola, e se voltam também para a elaboração de atividades realizadas com globos digitais, que necessitam de ambiente informatizado para serem aplicadas junto aos alunos.

Os professores, em geral, despertam grande interesse sobre as ferramentas de visualização de imagens históricas, onde podem propor atividades que envolvam a mudanças de uso e cobertura da terra em diferentes contextos e escalas. Em alguns casos, a visualização do espaço numa visão oblíqua ou em outra orientação, ou ainda, a simples visualização do entorno em que está inserida a escola, numa escala de detalhe, se mostra como um material que o professor afirma ser de grande potencial para utilização em suas aulas.

A visualização do globo com grades de coordenadas e ainda a mudança do sombreamento da terra com o movimento aparente do Sol também foram atividades que despertaram muito interesse. Também podemos destacar a elaboração de perfis topográficos e realização de sobrevoos como tarefas que foram muito comentadas e associadas a conteúdos que poderiam ser correlacionados.

A atividade de sobreposição dos bairros em papel vegetal sobre a imagem do Google Earth também foi muito bem recebida pelos professores, uma vez que a mesma foi vista como uma ótima oportunidade de trabalhar com os alunos a distribuição dos bairros nos municípios de Mesquita e São João de Meriti, além de, numa outra escala, abrir a possibilidade para discussão de assuntos ligados à Geografia Urbana, Geografia da População e até mesmo de Geografia e Meio Ambiente.

É importante destacar que em todas estas situações, os professores tiveram a oportunidade de manusear os globos digitais e a partir deles construir pranchas de atividades. Alguns comentários apresentados ao nosso grupo mostravam claramente que a oportunidade de construir as próprias pranchas foi ótimo para desmistificar a ideia de que manusear os globos digitais seria uma tarefa muito difícil, e criar materiais didáticos a partir deles algo mais árduo ainda.

Também foi ótima a oportunidade de aprender com os professores em cada nova sugestão de atividade que apresentávamos, pois delas surgiram adaptações, desdobramentos para novas atividades, sugestões para substituição de materiais nos casos das pranchas impressas, e etc.



Com as imagens extraídas do Google Earth também foram gerados alguns jogos cartográficos, sempre com o objetivo de estimular nas crianças a leitura do espaço geográfico e o desenvolvimento de habilidades necessárias para a alfabetização cartográfica. Nesta etapa, a participação dos professores foi fundamental para tornar as propostas apresentadas ainda melhores e mais interessantes para suas aulas.

CONCLUSÕES

O uso das Geotecnologias para o ensino de Geografia apresenta, dentre outras vantagens, a possibilidade de construirmos representações espaciais numa perspectiva local, discutindo problemas que fazem parte da vida cotidiana dos alunos e reafirmando o papel da Geografia na compreensão da organização do seu espaço de vivência.

Além da escala local e do espaço vivido, os globos digitais possibilitam a observação do espaço outras escalas, com diferentes orientações e perspectivas. Esta flexibilidade faz com que seja possível a elaboração de atividades voltadas também para o desenvolvimento de habilidades como as da alfabetização cartográfica, que têm um papel fundamental para a formação de pessoas capazes de compreender as representações espaciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, V. M. S. G. ; RICHTER, M. ; CRUZ, C. B. M. ; SEABRA, V. S. . Uso de Tecnologias Livres no Ensino Básico: uma proposta em implementação e avaliação. In: Tamara Tania Cohen Egler. (Org.). De baixo para cima: Política e tecnologia na educação. 1ed.Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, v. 1, p. 161-176. 2014.
- CARVALHO, V.M.S.G; CRUZ, C. B. M.; RICHTER, M. ; SEABRA, V. S. Potencial de Uso das Geotecnologias no Ensino Básico. In: Cristiane Cardoso; Leandro Dias de Oliveira. (Org.). Aprendendo Geografia: reflexões teóricas e experiências de ensino na UFRRJ. 1ed.Seropédica: EDUR, 2012, v. 1, p. 129-140. 2012.
- CASTELLAR, S. V. A Cartografia e a construção do conhecimento em contexto escolar. In: Novos rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagem e tecnologia. Rosângela Doin de Almeida (ORG.). São Paulo, Contexto. 2011.
- CAZETTA, V. Educação visual do espaço e o Google Earth. In: Novos rumos da Cartografia Escolar: currículo, linguagem e tecnologia. Rosângela Doin de Almeida (ORG.). São Paulo, Contexto. 2011.
- PASSINI, E. Y. Alfabetização Cartográfica e o livro didático: uma análise Crítica. Belo Horizonte: Editora Lê, 1994.
- RICHTER, M. ; SEABRA, V. S. ; SOUZA, G. M. . O Desafio do Ensino das Geotecnologias. In: Cristiane Cardoso; Leandro Dias de Oliveira. (Org.). Aprendendo Geografia: reflexões teóricas e experiências de ensino na UFRRJ. 1ed.Seropédica: EDUR, 2012, v. 1, p. 64-75. 2012.
- STRAFORINI, R. Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo. Annablume. 190 p. 2004.



30 SEMINÁRIO
DE ESTUDOS
CONTEMPORÂNEOS
SOBRE
BAIXADA
FLUMINENSE